

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CEATEC – CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA
POSURB-ARQ – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO**

GIULIANA LIMA OLIVEIRA

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO VULNERABILIDADE URBANA:
ESTUDO A PARTIR DO CENTRO DE CAMPINAS**

**CAMPINAS
2022**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO VULNERABILIDADE URBANA:
ESTUDO A PARTIR DO CENTRO DE CAMPINAS**

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Santana Luz

CAMPINAS
2022

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

361.05
O48p

Oliveira, Giuliana Lima

População em situação de rua como vulnerabilidade urbana: estudo a partir do centro de Campinas / Giuliana Lima Oliveira. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

228 f.: il.

Orientador: Vera Santana Luz.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Pessoas desabrigadas. 2. Políticas públicas. 3. Planejamento urbano. I. Luz, Vera Santana. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 361.05

GIULIANA LIMA OLIVEIRA

“POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO VULNERABILIDADE URBANA: ESTUDO A PARTIR DO CENTRO DE CAMPINAS”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador(a): Profa. Dra. Vera Santana Luz

Dissertação defendida e aprovada em 24 de fevereiro de 2022 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



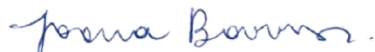
Profa. Dra. Vera Santana Luz

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Joana da Silva Barros

Universidade Federal de São Paulo

Aos meus pais por sonharem junto comigo.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por me conduzir por caminhos que apenas havia sonhado e pelos encontros com pessoas extraordinárias ao longo da minha pequena trajetória de vida.

Sou grata a minha amada orientadora, Vera, por ser um exemplo de pessoa profissional ética de excelência. Por compartilhar tanto conhecimento a cada encontro semanal e por conduzir meus primeiros passos nesta jornada acadêmica. As palavras não são capazes de expressar minha gratidão a Vera Luz, que faz jus ao seu nome e função de orientadora em todos os seus significados.

Aos professores e funcionários da PUC – Campinas por terem contribuído de forma direta e indiretamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Luciana Lima Oliveira e Paulo Leite de Oliveira, por serem minhas primeiras referências para o meu desenvolvimento em todas às áreas da vida e inspiração para continuar me esforçando para ser uma pessoa melhor a cada dia. Agradeço por todo apoio, com vocês a caminhada é mais leve.

Aos meus amigos que também fazem a caminhada ser mais leve. Em especial, a Bianca Jordana que me acompanhou no processo seletivo de ingresso ao mestrado. Bia, você sabe que pode contar comigo sempre.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Resumo

A população em situação de rua, ao refletir uma face extrema da desigualdade social, tem enfrentado precariedade, marginalização e expulsões no meio urbano. No Brasil, os indicadores apontam que essa população tem aumentado e se concentrado na região Sudeste, caracterizada como de maiores índices demográficos e desenvolvimento. O objetivo desta pesquisa é apresentar um panorama preliminar entre os marcos legais, a pertinência do território de Campinas/SP e estratégias de sobrevivência de pessoas em situação de rua no centro desta metrópole. A partir da metodologia da dialética crítica, foram abordadas garantias instituídas por meio do arcabouço legal brasileiro destinadas ao contingente em situação de rua e aspectos políticos, econômicos, socioterritoriais e urbanísticos de Campinas. Por meio de uma pequena amostragem de etnografia urbana qualitativa preliminar, foram investigadas, mediante observação à distância, condições reais de pessoas em situação de rua em recorte territorial no centro de Campinas, considerando aspectos como os locais de apropriação, abrigos e características de pessoas em situação de rua. Como resultados, relacionamos os direitos sociais fundamentais, as possíveis contradições, os conflitos socioespaciais e a situação real do contingente em estudo, como reflexo da desigualdade social no meio urbano no caso do centro de Campinas. A metodologia de investigação *in loco* de uma amostragem preliminar de aproximação tem como potencial inspirar diretrizes para pesquisas acadêmicas relacionadas ao tema.

Palavras-chave: população em situação de rua; vulnerabilidade urbana; centro de Campinas; políticas públicas; direito à cidade

Abstract

Reflecting an extreme face of social inequality, the homeless population has faced precariousness, marginalization and evictions in the urban environment. In Brazil, the indicators point that this population has increased and is concentrated in the Southeast region, characterized as having the higher demographic indices and development. The objective of this research is to present a preliminary overview between the legal frameworks, the relevance of the territory of Campinas/SP and the survival strategies of homeless people in the center of this metropolis. Based on the methodology of critical dialectics, guarantees instituted through the Brazilian legal framework for the homeless population and political, economic, socio-territorial, and urban aspects of Campinas will be addressed. Through a small sample of qualitative urban ethnography, the real conditions of homeless people in a territorial area in the center of Campinas was investigated, through observation at a distance, considering aspects that as the places of appropriation, shelters, and people in a street situation. The results related fundamental social rights, possible contradictions, socio-spatial conflicts, and the real situation of the contingent under study as a reflection of social inequality in the urban environment in the case of downtown Campinas. On-site investigation, a preliminary sampling approach can inspire guidelines for academic research related to the topic.

Keywords: homeless population; urban vulnerability; downtown Campinas; public policies; right to the city.

Lista de Figuras

Figura 01: Serviços Socioassistenciais – SUAS.....	37
Figura 02: Jornal O Trecheiro, primeira edição, agosto de 1991, retirado do acervo digital da Rede Rua.....	66
Figura 03: Exemplar do jornal O Trecheiro de junho de 2021, retirado do acervo digital da Rede Rua.....	67
Figura 04: Nuvem de palavras dos principais assuntos noticiados pelo jornal O Trecheiro entre agosto de 1991 a junho de 2021.....	69
Figura 05: Manchetes retiradas do jornal O Trecheiro, das edições entre 2020 e 2021.....	70
Figura 06: As 12 regiões e 5 articulações dos polos de atuação da Cáritas Brasileira.....	74
Figura 07: Esquema que apresenta as diferenças entre o <i>Housing First</i> e a intervenção em escada no que diz respeito ao processo de atendimento à população em situação de rua.....	83
Figura 08: Campinas por Regiões.....	93
Figura 09: Mapa de Rede Estrutural de Mobilidade e Polos de Estratégia de Desenvolvimento.....	113
Figura 10: Macrozoneamento e Áreas de Planejamento e Gestão de Campinas — APG.....	118
Figura 11: Foto aérea do centro de Campinas delimitando (em preto) a Área Central definida pelo Plano Diretor do Município de Campinas de 2018 e as principais vias em cores.....	129
Figura 12: À esquerda, mapa ilustrando o sistema de transporte e polos de centralidades na cidade de São Paulo. À direita, mapa de distribuição da população em situação de rua na cidade de São Paulo, referente a 2019. Fontes: São Paulo, 2009 (esquerda) e Valeriano, 2020 (direita).....	131
Figura 13: Os dois centros de Campinas propostos por Chagas.....	134
Figura 14: Usos e atividades predominantes no centro de Campinas.....	136
Figura 15: Sistema viário e de transporte no centro de Campinas.....	137
Figura 16: Sistema de espaços livres próximos e no centro de Campinas.....	138
Figura 17: Espacialização das áreas com potenciais para novos usos no centro de Campinas.....	139
Figura 18: Locais escolhidos para investigação.....	141
Figura 19: Foto aérea do Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	149
Figura 20: Centro de Convivência Cultural de Campinas em reforma. Data: 30/08/21. Horário: 15:00h.....	149
Figura 21: Setor arborizado do Centro de Convivência Cultural de Campinas. Data: 30/08/21. Horário: 15:58h.....	150
Figura 22: Abrigo de sujeito 1 – João - em situação de rua. Data: 31/08/21. Horário: 15:08h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	121
Figura 23: João em situação de rua organizando anteparos de abrigo. Data: 31/08/21. Horário: 15:33h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	152
Figura 24: À esquerda, dois homens utilizando o local de apropriação de João. Data: 13/09/21. Horário: 15:01h. À direita, abrigo organizado por João. Data: 13/09/21. Horário: 15:36h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	152
Figura 25: Interação interpessoal entre João e catadora de material reciclável. Data: 31/08/21. Horário: 15:35h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	153
Figura 26: João deitado em seu abrigo. Data: 31/08/21. Horário: 16:18h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	153
Figura 27: À esquerda, momento de higiene corporal de João. Data: 31/08/21. Horário: 16:20h. À direita, expediente de trabalho de João. Data: 31/08/21. Horário: 16:32h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	154

Figura 28: À esquerda, João carregando uma marmita. Data: 29/09/21. Horário: 16:14h. Local: Praça José Bonifácio. À direita, João comendo um lanche em frente ao Mcdonalds. Data: 30/09/21. Horário: 19:46h. Local: em frente à Praça José Bonifácio.....	155
Figura 29: Abrigo de Pedro e Miguel. Data: 04/10/21. Horário: 07:26h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	156
Figura 30: À esquerda, abrigo de Pedro e Miguel nas imediações da praça do Centro de Convivência. Data: 24/10/21. Horário: 12:15h. Ao centro, Pedro fazendo uma breve visita a Miguel. Data: 24/10/21. Horário: 12:16h. À direita, Pedro indo em direção à praça após visitar Miguel. Data: 24/10/21. Horário: 12:17h. Local: Avenida Júlio de Mesquita.....	156
Figura 31: À esquerda, Guilherme em situação de rua sendo abordado pela guarda municipal. Data: 20/09/21. Horário: 10:58h. À direita, Guilherme indo embora da praça após a abordagem. Data: 20/09/21. Horário: 11:11h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	157
Figura 32: Pedro fazendo massagem em Miguel. Data: 27/09/21. Horário: 09:11h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	158
Figura 33: Pedro levando um lanche para Miguel. Data: 04/10/21. Horário: 07:29h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	158
Figura 34: À esquerda, Pedro pedindo ajuda no sinal. Data: 04/10/21. Horário: 07:29h. À direita, Pedro enchendo sua garrafa com água. Data: 27/09/21. Horário: 14:31h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	159
Figura 35: Pedro deitado lendo uma revista. Data: 04/10/21. Horário: 07:29h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	159
Figura 36: Miguel discutindo com uma pessoa e que havia derrubado a mangueira que irrigava a vegetação da praça. Data: 20/09/21. Horário: 11:35h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	160
Figura 37: Miguel conversando e bebendo com alguns colegas. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas. Data: 20/09/21. Horário: 14:33h. Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	160
Figura 38: Foto aérea do Viaduto Miguel Vicente Cury, Praça Felipe Selhi Cunha, Praça Jornalista João Lanaro e entorno do Terminal Central de ônibus de Campinas.....	161
Figura 39: Rua de acesso à Av. Doutor Moraes Salles, população em situação de rua e transeuntes. Data: 11/10/21. Horário: 11:51h. Local: Baixos do Viaduto Miguel Vicente Cury.....	162
Figura 40: À esquerda, escada, rampa e Viaduto Cury. Data: 05/10/21. Horário: 14:57h. À direita, passarela para pedestres e Viaduto Cury ao fundo. Data: 21/09/21. Horário: 08:24h. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury.....	163
Figura 41: À esquerda, cobertores de pessoas em situação de rua no meio urbano. Data: 05/09/21. Horário: 17:59h. À direita, homens em situação de rua nos baixos da passarela para pedestres de acesso ao Viaduto Cury. Data: 05/10/21. Horário: 09:15h. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury.....	163
Figura 42: Homem em situação de rua nos baixos do Viaduto Cury, mexendo em seus pertences. Data: 28/09/21. Horário: 08:33h. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury.....	164
Figura 43: Grupo de pessoas em situação de rua nos baixos do Viaduto Cury. Data: 05/10/21. Horário: 09:17h. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury.....	164
Figura 44: Duas pessoas em situação de rua dormindo a céu aberto. Data: 21/09/21. Horário: 08:24h. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury.....	165
Figura 45: Homem em situação de rua. Data: 28/09/21. Horário: 08:58h. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury.....	166
Figura 46: Transeunte passando próximo a um grupo de pessoas em situação de rua nos baixos do Viaduto Cury. Data: 21/09/21. Horário: 08:25h. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury.....	166
Figura 47: Grupo de pessoas em situação de rua nos baixos e ao lado da passarela de acesso para pedestres. Data: 11/10/21. Horário: 11:52h. Fonte: Autora, 2021. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury.....	167

Figura 48: Transeunte passando próximo a um grupo de pessoas em situação de rua nos baixos do Viaduto Cury. Data: 11/10/21. Horário: 11:53h. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury.....	168
Figura 49: Ao fundo, roupas estendidas sobre as grades de proteção do Terminal Central. Data: 05/10/21. Horário: 14:57h. Local: Viaduto Miguel Vicente Cury	168
Figura 50: Praça Felipe Selhi Cunha, ao lado esquerdo, e Viaduto Cury, ao lado direito. Data: 11/10/21. Horário: 11:59h. Local: Praça Felipe Selhi Cunha.....	169
Figura 51: Grupo masculino em situação de rua. Data: 28/09/21. Horário: 14:12h. Local: Praça Felipe Selhi Cunha.....	170
Figura 52: Pessoas em situação de rua na Praça Felipe Selhi Cunha. Ao fundo, acesso ao camelódromo, Viaduto Cury e pessoas que coletam materiais recicláveis. Data: 01/09/21. Horário: 14:52h. Local: Praça Felipe Selhi Cunha.....	171
Figura 53: À esquerda, homem transgênero cortando suas unhas no meio fio. Data: 01/09/21. Horário: 15:33h. À direita, homem transgênero conversando com duas pessoas. Data: 01/09/21. Horário: 15:35h. Local Praça Felipe Selhi Cunha.....	171
Figura 54: À esquerda, grupo de seis homens em situação de rua. Data: 05/10/21. Horário: 09:22h. À direita, grupo de quatro pessoas em situação de rua. Data: 28/09/21. Horário: 09:00h. Local: Praça Felipe Selhi Cunha.....	172
Figura 55: À esquerda, local para organização de resíduos sólidos. Data: 01/09/21. Horário: 16:46h. À direita, catador de matérias recicláveis. Data: 01/09/21. Horário: 16:38h. Local: Praça Felipe Selhi Cunha.....	173
Figura 56: Foto aérea da Catedral metropolitana de Campinas, Praça José Bonifácio e Praça Rui Barbosa.....	174
Figura 57: Apropriação de população em situação de rua na entrada principal da Catedral. Data: 06/10/21. Horário: 17:03h. Local: Catedral Metropolitana de Campinas.....	174
Figura 58: À esquerda, apropriação de população em situação de rua na entrada da lateral direita em relação à entrada principal da Catedral. Data: 13/10/21. Horário: 10:54h. À direita, apropriação de população em situação de rua na lateral esquerda em relação à entrada principal da Catedral. Data: 06/10/21. Horário: 10:37h. Local: Catedral Metropolitana de Campinas.....	174
Figura 59: Pontas de ferro fincados nos degraus de acesso a uma das portas laterais da Catedral Metropolitana de Campinas. Data: 06/10/21. Horário: 16:25h. Local: Catedral Metropolitana de Campinas.....	176
Figura 60: Agentes de limpeza urbana lavando o piso de entorno da Catedral Metropolitana de Campinas. Data: 20/08/21. Horário: 08:42h. Local: Catedral Metropolitana de Campinas.....	177
Figura 61: À esquerda, organização não governamental entregando lanches para pessoas em situação de rua. Data: 12/10/21. Horário: 10:07h. À direita, sujeitos em situação de rua comendo o lanche que receberam. Data: 12/10/21. Horário: 10:03h. Local: Rua Regente Feijó, ao lado da Catedral Metropolitana de Campinas.....	177
Figura 62: Apropriação de pessoas em situação de rua nos baixos das marquises de edifícios. Data: 05/09/21. Horário: 17:34h. Local: Praça José Bonifácio.....	178
Figura 63: Pessoas em situação de rua sentadas nos degraus de acesso ao monumento estatutário. Data: 06/10/21. Horário: 10:35h. Local: Praça José Bonifácio.....	178
Figura 64: Pessoas em situação de rua sentadas sob as marquises de lojas em dia de chuva. Data: 06/10/21. Horário: 10:35h. Local: Praça José Bonifácio.....	178
Figura 65: À esquerda, torneira próxima à esquina da Rua Regente Feijó e Rua 13 de Maio. Data: 06/10/21. Horário: 10:31h. Ao centro, pessoa em situação de rua lavando as mãos. Data: 05/09/21. Horário: 17:28h. À direita, mesma torneira adaptada com proteção de ferro com cadeado impedindo seu uso. Data: 26/10/21. Horário: 11:04h. Local: Rua Regente Feijó.....	175

Figura 66: Homem transgênero varrendo local de apropriação. Data: 06/10/21. Horário: 16:27h. Local: Praça José Bonifácio.....	179
Figura 67: Homem lavando alguns utensílios. Data: 22/09/21. Horário: 13:29h. Local: Praça José Bonifácio.....	180
Figura 68: Morte de homem em situação de rua. Local: Praça José Bonifácio. Data: 12/10/21. Horário: 10:00h. Local: Praça José Bonifácio.....	181
Figura 69: Apropriação de pessoas em situação de rua nos baixos de marquises. Data: 22/09/21. Horário: 08:20h. Local: Praça Rui Barbosa.....	181
Figura 70: À esquerda, apropriação de pessoas em situação de rua em volta de banheiros públicos. Data: 22/09/21. Horário: 08:20h. À direita, pessoa em situação de rua dormindo a céu aberto. Data: 08/10/21. Horário: 10:29h. Local: Praça Rui Barbosa.....	182
Figura 71: Partilha de bebida entre homens em situação de rua. Data: 06/10/21. Horário: 17:14h. Fonte: Autora, 2021. Local: Praça Rui Barbosa.....	182
Figura 72: À esquerda, apropriação em volta de banheiros públicos por um grupo de pessoas em situação de rua. Data: 15/09/21. Horário: 09:35h. À direita, homem em situação de rua ajudando um senhor a se deitar. Data: 22/09/21. Horário: 10:21h. Local: Praça Rui Barbosa.....	183
Figura 73: À esquerda, homem em situação de rua varrendo o local de apropriação coletiva ao lado dos banheiros públicos. Data: 06/10/21. Horário: 16:09h. À direita, organização de pertences ao lado dos banheiros públicos. Data: 16/09/21. Horário: 07:20h. Local: Praça Rui Barbosa.....	183
Figura 74: À esquerda, homem em situação de rua deitado em degrau de acesso a banca de jornal. Data: 15/09/21. Horário: 09:33h. Ao centro, homem em situação de rua deitado sob beiral de quiosque de lanches. Data: 06/10/21. Horário: 16:12h. À direita, homem em situação de rua deitado a céu aberto. Data: 15/09/21. Horário: 09:34h. Local: Praça Rui Barbosa.....	184
Figura 75: Pessoa em situação de rua no espaço de apropriação coletiva ao lado dos banheiros públicos em momento de chuva. Data: 09/10/21. Horário: 13:31h. Local: Praça Rui Barbosa.....	184
Figura 76: Abordagem policial no espaço de apropriação ao lado dos banheiros públicos. Data: 27/09/21. Horário: 15:22h. Local: Praça Rui Barbosa.....	185
Figura 77: Entrega de café da manhã pela ação Café com Jesus. Data: 21/09/21. Horário: 08:40h. Local: Praça Rui Barbosa.....	185
Figura 78: Barraca que abrigava Maria. Data: 24/09/21. Horário: 06:44h. Fonte: Autora, 2021. Local: Lado direito em relação à entrada principal da Catedral Metropolitana de Campinas.....	186
Figura 79: Abrigo de Maria desmontado e dois sujeitos em situação de rua dormindo. Data: 03/09/21. Horário: 07:09h. Fonte: Autora, 2021. Local: Lado direito em relação à entrada principal da Catedral Metropolitana de Campinas.....	186
Figura 80: Maria fazendo o uso de banheiros públicos. Data: 24/09/21. Horário: 07:42h. Local: Praça Rui Barbosa.....	187
Figura 81: Maria comendo seu café da manhã. Data: 24/09/21. Horário: 07:56h. Local: Praça Rui Barbosa.....	187
Figura 82: Maria no Largo do Rosário. Data: 24/09/21. Horário: 08:04h. Local: Largo do Rosário.....	188
Figura 83: Maria no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Local: Centro POP, na Rua José Paulino. Data: 06/10/21. Horário: entre 07:51h e 08:12h. Local: Centro POP, na Rua José Paulino.....	188
Figura 84: Maria descendo a Rua Conceição de acesso em frente à Catedral Metropolitana de Campinas. Data: 29/09/21. Horário: 14:49h. Local: Rua Conceição.....	189
Figura 85: Maria sentada em um banco de praça comendo um lanche. Local: Largo do Rosário. Data: 29/09/21. Horário: 15:51h. Local: Largo do Rosário.....	190

Figura 86: Maria sentada nas escadarias de acesso principal à Catedral Metropolitana de Campinas, comendo uma marmita. Data: 07/10/21. Horário: 18:34h. Local: Catedral Metropolitana de Campinas.....	190
Figura 87: Maria na Praça José Bonifácio em direção à distribuição de lanches. Local: Praça José Bonifácio. Data: 12/10/21. Horário: 10:07h. Local: Praça José Bonifácio.....	191
Figura 88: Antônio dormindo em seu abrigo. Data: 29/10/21. Horário: 06:15h. Local: Praça José Bonifácio.....	191
Figura 89: Abrigo de Antônio e uma pessoa em situação de rua dormindo ao lado. Data: 29/09/21. Horário: 08:28h. Local: Praça José Bonifácio.....	192
Figura 90: Antônio mexendo em seus pertences. Data: 22/09/21. Horário: 14:50h. Local: Praça José Bonifácio.....	192
Figura 91: Antônio separando materiais recicláveis. Data: 15/09/21. Horário: 09:44h. Local: Praça José Bonifácio.....	192
Figura 92: À esquerda, Antônio descansando embaixo de um beiral de quiosque. Data: 29/09/21. Horário: 15:59h. À direita, Antônio desempenhando atividade de catador em meio à chuva. Data: 18/10/21. Horário: 11:08h. Local: Praça José Bonifácio.....	193
Figura 93: À esquerda, Antônio e catadores de recicláveis organizando resíduos sólidos. Data: 07/10/21. Horário: 18:21h. Local: Praça José Bonifácio. À direita, caminhão de carga de materiais recicláveis. Data: 13/10/21. Horário: 18:30h. Local: Rua Dr. Costa Aguiar.....	194
Figura 94: À esquerda, Antônio comendo um lanche. Data: 13/10/21. Horário: 10:15h. À direita, Antônio faz uma pausa para tomar um resto de refrigerante. Data: 22/09/21. Horário: 15:34h. Local: Praça José Bonifácio.....	194
Figura 95: À esquerda, Antônio lavando as mãos. Data: 29/09/21. Horário: 08:35h. À direita, Antônio recebendo café da manhã. Data: 29/09/21. Horário: 08:36h. Local: Praça José Bonifácio.....	195
Figura 96: À esquerda, Antônio interagindo com uma mulher catadora de materiais recicláveis. Data: 22/09/21. Horário: 14:53h. Local: Praça José Bonifácio. À direita, Antônio conversando com catadores de recicláveis. Data: 08/10/21. Horário: 10:32h. Local: Praça Rui Barbosa.....	196
Figura 97: À esquerda, Antônio brincando com um cachorro. Data: 22/09/21. Horário: 14:53h. À direita, Antônio dando de beber para o cachorro. Data: 22/09/21. Horário: 15:10h. Local: Praça José Bonifácio.....	196
Figura 98: Foto aérea do entorno do Terminal Metropolitan Prefeito Magalhães Teixeira, Terminal Rodoviário Multimodal Ramos de Azevedo e área central da FEPASA.....	197
Figura 99: Mulher em situação de rua dentro de uma barraca pedindo ajuda. Data: 27/08/21. Horário: 15:37h. Local: Calçada da FEPASA, Rua Luiz Donizetti Rovaris.....	197
Figura 100: Grupo de pessoas em situação de rua dormindo na calçada da FEPASA. Local: Rua Luiz Donizetti Rovaris. Data: 23/09/21. Horário: 09:08h.....	198
Figura 101: À esquerda, mulher em situação de rua e, ao fundo, dois homens entrando nos antigos galpões da FEPASA. Data: 30/09/21. Horário: 12:10h. À direita, apropriação de pessoas em situação de rua nos antigos galpões da FEPASA. Data: 30/09/21. Horário: 13:33h. Local: Rua Luiz Donizetti Rovaris.....	199
Figura 102: Rafael em situação de rua pulando o muro da FEPASA para pegar um cobertor. Data: 30/09/21. Horário: 11:20h. Local: Rua Luiz Donizetti Rovaris.....	199
Figura 103: Rafael pulando uma das janelas dos galpões da FEPASA. Data: 07/10/21. Horário: 16:42h. Local: Rua Luiz Donizetti Rovaris.....	200
Figura 104: À esquerda, homem dormindo ao lado dos bancos de espera de ônibus. Data: 07/10/21. Horário: 09:17h. Local: Terminal Metropolitan Prefeito Magalhães Teixeira. Ao centro, duas pessoas em situação de rua sentadas dividindo um lanche. Data: 26/09/21. Horário: 10:00h. Local: Terminal Metropolitan Prefeito Magalhães Teixeira. À direita, homem em situação de rua carregando seus	

pertences em um carrinho de supermercado. Data: 23/09/21. Horário: 08:17h. Local: Rua Dr. Mascarenhas.....	200
Figura 105: À esquerda, espaço de apropriação por pessoas em situação de rua. Data: 12/09/21. Horário: 10:16h. À direita, pertences de alguma pessoa em situação de rua. Data: 05/09/21. Horário: 17:05h. Local: Rua Dr. Ricardo.....	201
Figura 106: Local de apropriação de pessoa em situação de rua. Data: 26/09/21. Horário: 09:33h. Local: Rua Dr. Ricardo.....	201
Figura 107: À esquerda, pessoa em situação de rua totalmente coberta e um cachorro ao lado. Data: 24/09/21. Horário: 07:23h. Ao centro, apropriação de pessoas em situação de rua. Data: 30/09/21. Horário: 07:25h. À direita, pertences de pessoas em situação de rua. Data: 12/09/21. Horário: 10:17h. Local: Rua Dr. Ricardo.....	202
Figura 108: Aparofobia em uma das entradas do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira. Data: 16/09/21. Horário: 07:39h. Local: Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira.....	202
Figura 109: Abrigo nos baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha. Local: Rua Dr. Mascarenhas. Data: 14/10/21. Horário: 08:29h. Local: Rua Dr. Mascarenhas.....	203
Figura 110: Abrigo de Cida e José. Data: 07/10/21. Horário: 11:33h. Local: Baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha.....	204
Figura 111: Cachorro dormindo próximo ao abrigo de Cida e José. Data: 23/09/21. Horário: 08:02h. Local: Baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha.....	204
Figura 112: Cida carregando alguns resíduos sólidos e, ao fundo, do lado esquerdo, José vasculhando o lixo em busca de recicláveis. Data: 07/10/21. Horário: 11:37h. Local: Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira.....	205
Figura 113: Cida e José separando resíduos sólidos. Data: 07/10/21. Horário: 11:54h. Local: Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira.....	205
Figura 114: À direita, Cida e José saindo de seu abrigo. Data: 07/10/21. Horário: 11:27h. À esquerda, local de abrigo de Cida e José vazio. Data: 14/10/21. Horário: 09:02h. Local: Baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha.....	206

Lista de Tabelas

Tabela 01: Resumo quantitativo das publicações do jornal O Trecheiro entre agosto de 1991 a junho de 2021.....	68
Tabela 02: Faixa de Renda no Município de Campinas.....	92
Tabela 03: Tabela quantitativa dos usos predominantes no centro de Campinas.....	135
Tabela 04: Quantitativo das áreas com potenciais para novos usos no centro de Campinas.....	138
Tabela 05: Tipologias, locais e dias da semana destinados para a realização da pesquisa de campo.....	145
Tabela 06: Registro de campo de dados de sujeitos observados e abrigos correspondentes.....	147

Lista de Gráficos

Gráfico 01: Faixa de Rendimentos por Habitantes no município de Campinas.....	94
Gráfico 02: Faixa de Rendimentos por Habitantes por Regiões em Campinas.....	95

Gráfico 03: Panorama quantitativo da população em situação de rua em Campinas – 2008 a 2019.....	96
Gráfico 04: Concentração da população em situação de rua por região no município de Campinas.....	133

Sumário

Introdução.....	15
Capítulo 1 – População em situação de rua e o estatuto legal.....	24
Capítulo 2 – Os movimentos sociais de população em situação de rua.....	41
2.1 Pastoral do Povo de Rua.....	45
2.2 Movimento Nacional de Luta e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua – MNPR.....	54
2.3 Associação Rede Rua.....	60
2.4 O Trecheiro – Notícias do Povo de Rua.....	65
2.5 O caso da Cáritas.....	72
2.6 <i>Housing First</i>	83
Capítulo 3 – O contexto de Campinas e seu centro.....	91
Capítulo 4 – O centro de Campinas: proposta de recorte territorial para o estudo de caso.....	126
Capítulo 5 – Estudo de caso da população de rua no Centro de Campinas.....	145
5.1 Condições gerais dos abrigos e sua relação com locais de sua instalação.....	146
5.2 Características gerais e comportamentos cotidiano dos sujeitos.....	147
5.3 Tipologia Praça: Centro de Convivência Cultural de Campinas.....	149
5.3.1 Sujeito 01: João.....	151
5.3.2 Sujeito 02 e 03: Pedro de Miguel.....	157
5.4 Tipologia Viaduto: Viaduto Vicente Cury.....	162
5.5 Tipologia Largo Comercial: Praça José Bonifácio e Praça Rui Barbosa.....	175
5.5.1 Praça José Bonifácio.....	179
5.5.2 Praça Rui Barbosa.....	182
5.5.3 Sujeito 04: Maria.....	187
5.5.4 Sujeito 05: Antônio.....	192
5.6 Tipologia Terminal de Transporte.....	198
5.6.1 Sujeito 06 e 07: Cida e José.....	205
Considerações Finais.....	210
Bibliografia.....	215

Introdução

A população em situação de rua inserida no meio urbano revela uma face extrema da desigualdade, tanto em suas formas de apropriação do território como nas dimensões de estratificação. As ruas, neste cenário, passam a ser abrigo da condição de vida precária, sendo esta marginalizada tanto fisicamente como socioespacialmente. Neste contexto de escassez, Sassen (2016) afirma que “se a desigualdade continuar crescendo, em algum momento poderá ser descrita, mais precisamente, como uma forma de expulsão” (2016, p. 24). Expõe ainda que:

Para aqueles que estão na parte mais baixa da escala, ou em sua metade pobre, isso significa a expulsão de um espaço de vida. Para os que estão no topo, parece ter significado o fim das responsabilidades como membros da sociedade por meio da autosseparação, a extrema concentração de riqueza disponível numa sociedade e a falta de inclinação e redistribuir essa riqueza. (SASSEN, 2016, p. 24)

As circunstâncias de rua não só implicam nas diversas formas de expulsão de locais de apropriação, mas revelam o descumprimento de direitos fundamentais. A vivência de pessoas sobrevivendo nas ruas pode compreender uma condição a ser superada, pois a vida para estes sujeitos “está sempre começando. Quase nada é permanente, a não ser a procura cotidiana da sobrevivência, o que torna sua vida extremamente fragmentada.” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 22).

Das dificuldades encontradas, salienta-se a discriminação e os estigmas projetados sobre pessoas em situação de rua, como: nômade, rueiro, marginal, mendigo, vagabundo, dentre outros, que dificultaram e dificultam o reconhecimento desses sujeitos como cidadãos de direitos (CUNDA; SILVA, 2020). Para as autoras Vieira, Bezerra e Rosa (1992), a população de rua se distingue da seguinte forma: ficar na rua, como situação circunstancial, estar na rua, referente a uma condição recente e, ser da rua, relativo a um estado permanente. Na perspectiva em classificar este contingente, Prates, Prates e Machado (2011), expressam que:

Considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento. Vive-se em casas, apartamentos ou, no caso do segmento analisado, no espaço da rua, e esta pode ser uma situação contingente. Ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação — e essa parece ser uma questão central. Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. Vista como determinação, uma situação social pouco apresenta em termos de perspectivas de superação. (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 194)

Barros (2004) afirma que há incertezas ao dizer que todas estas pessoas possam superar e nunca mais se encontrar sob esta condição. A autora certifica que, no Brasil, o termo população de rua foi bastante publicitado nas décadas de 1980 e 1990 como uma nova maneira de nomear a pobreza extrema. Barros (2004) expõe que:

[...] Se os mendigos e vagabundos são estigmatizados e figuram no imaginário social como pessoas desvinculadas do mundo do trabalho, a construção desta nova figura, a população de rua, marca claramente a tentativa de iluminar a relação entre o aumento, e em certa medida, o aparecimento mesmo, deste “novos” personagens da cena urbana e os processos econômicos, políticos e sociais brasileiros. (BARROS, 2004, p. 25)

Dentre as diversas origens da situação de rua — seja ela com tendência à permanência ou com inclinação à superação —, pode-se compreender experiências de vida que se repartem “em pequenas negociações diárias, escondendo muitos processos de exclusão e violência, tornando a miséria um espetáculo urbano bastante presente nas micro relações da cidade” (CUNDA; SILVA, 2020, p. 12). Para Barros (2004, p. 1), este cenário pode ser “uma imensa miragem, de uma imagem fantástica e fantasmagórica de uma cidade que se desmancha”. A autora reitera que:

Treinar o olhar para perceber onde estão os lugares de acolhimento é como treinar o olhar para ler uma cidade pelo seu avesso, através daquilo e daqueles que estão fora do que consideramos “cidade”, na sua dimensão civilizatória, pública e política. Desta forma é como se perscrutássemos as entranhas da cidade e de seu duplo, a política, para achar o que está escondido por trás dela e ao mesmo tempo é estruturante neste esconder-se/revelar-se. Descobrimos então nesta cidade oculta uma verdadeira rede de atendimento, com uma geografia e uma lógica de funcionamento próprias. Achamos em meio a estes escombros uma cidade invisibilizada para os que estão fora dela e, dentro dela, homens e mulheres igualmente invisíveis e silenciosos caminhando por esta rede de acolhimentos, normas e valores, regras e acordos entretecidos nestas ruínas. (BARROS, 2004, p. 1)

As estratégias de sobrevivência desenvolvidas por sujeitos em situação de rua nesses avessos da cidade podem revelar uma lógica de organização própria. A sobrevivência nas ruas, marcada pela estigmatização dessas pessoas, reduz o entendimento as adversidades e estratégias de subsistência desenvolvidas por este contingente de rua. Segundo Cunda e Silva (2020):

[...] os habitantes da rua afirmam um cotidiano doméstico na cidade, de existências que visam não somente a sobrevivência material e afetiva, mas o respeito e a convivência em grupo, a liberdade do isolamento ou da loucura, a possibilidade de viver os excessos e os descasos com a vida. (CUNDA; SILVA, 2020, p. 13)

É neste sentido que procuraremos conduzir esta Pesquisa, buscando descrever aspectos que possam quebrar estigmas projetados sobre pessoas em situação de rua

mediante um olhar etnográfico humanizado incipiente sobre este cenário de adversidades. Para efeito deste trabalho, utilizaremos o termo população em situação de rua, sendo este definido por lei, embora não por esta institucionalização como determinante. Poderíamos eleger *povo de rua* ou outros termos, no entanto, como nossa aproximação não foi de convívio direto com este fenômeno, seria interessante escolher a partir de uma situação vivida e experimentada que tivesse atingido o estatuto de um pacto interpessoal. Não é, neste momento, o escopo desta Pesquisa, por diversas circunstâncias.

Em aspecto nacional, a situação de rua revela um estado contraditório aos marcos legais que pretendem a garantia dos direitos sociais instituídos desde a Constituição 1988. Sua promulgação, restaurando o estado brasileiro como democrático, objetivou assegurar uma sociedade livre, justa e solidária, instituindo os direitos para todos sem distinção, com garantias primordiais como: liberdade, desenvolvimento, segurança, bem-estar, igualdade e justiça (BRASIL, 1988).

A situação de rua, vista no âmbito da esfera pública, nos permite identificar a implementação de políticas, instrumentos, programas e ações que, por meio do quadro legal, que visam combater o cenário de precariedade expressa pela permanência da marginalização espacial deste contingente. No Brasil, em 2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua, estabelecida pelo Decreto nº 7.053/09, assim definiu:

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, art. 1)

A incapacidade da aquisição de moradia, o deslocamento em busca de trabalho ou a condição do trabalho informal, a falta de escolaridade, as desavenças familiares ou uso de narcóticos são alguns dos fatores que levam os indivíduos a se encontrar em situação de rua. Dessa forma, o espaço público passa a ser o único meio de habitar, para realização de higiene pessoal, de refeições precárias e palco de hostilidades, sendo os abrigos institucionalizados

demonstradamente insuficientes. Estudos apontam que o tempo em situação de rua reforça a permanência desta condição (CUNHA; RODRIGUES 2009)¹.

Segundo dados divulgados em 2019 pelo Cadastro Único — que caracteriza socioeconomicamente famílias de baixa renda —, cerca de 70% das pessoas em situação de rua vivem no Sudeste, região que apresenta maior adensamento populacional (BRASIL, 2019). No período entre 2016 e 2019, houve seu aumento na cidade de Campinas — de 623 o número saltou para 822 —, gerando um crescimento de 31,9% (CAMPINAS, 2020).

Esta Pesquisa pretende investigar a situação de rua como vulnerabilidade social no centro da cidade de Campinas, dada sua representatividade como polo urbano, mediante recorte territorial onde tendem a se apresentar em maior quantidade. Mediante estudos passíveis de analogia, realizados para o município de São Paulo (CUNHA; RODRIGUES, 2009), é verificável a tendência a concentração da população em situação de rua na área central e ao longo de eixos de mobilidade.

O estudo da situação de rua para contingentes populacionais no centro de Campinas teve o objetivo de constituir um panorama introdutório entre os marcos legais, a pertinência do território de Campinas mediante a análise de aspectos políticos, econômicos, socioterritoriais e urbanísticos e estratégias de sobrevivência de pessoas em situação de rua no espaço público.

Procurou-se apresentar, como estudo de caso, uma investigação de aproximação preliminar sobre as características gerais e comportamentos cotidianos destes sujeitos e suas estratégias de sobrevivência em suas correspondências às condições gerais de apropriação de espaços públicos, características dos abrigos, bem como eventuais indicativos de alianças afetivas, interações pessoais, embriões de associação coletiva e conflitos socioespaciais enfrentados perante a desigualdade social da situação de rua. Recorreu-se à constituição de sua sistematização mediante tabela estruturante e descrições narrativas.

A metodologia da pesquisa dirigiu-se por referências bibliográficas e documentais, tidos como base para a dialética crítica para cotejamento da constituição dos pactos sociais

¹ Cunha e Rodrigues são as organizadoras do relatório intitulado “Rua: aprendendo a contar”, que apresenta a análise dos resultados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SAGI).

no Brasil e marcos legais, buscando investigar o histórico das políticas e os índices que caracterizam as pessoas em situação de rua. Utilizando-se de referências e bases cartográficas e aerofotográficas, intentou-se contextualizar Campinas, como cidade sede da região metropolitana (RMC) e características de sua centralidade, paralelamente à finalidade de compreender as políticas municipais e programas do poder público correspondentes.

Elaborou-se uma perimetração do que pudesse ser compreendida territorialmente como área central da cidade de Campinas e uma estruturação metodológica para conduzir a aproximação a possíveis locais potencialmente de concentração de pessoas em situação de rua na área central, a saber: praças; baixos de viadutos; largos comerciais e proximidade a estações de transporte. Elegeu-se uma exemplaridade de cada uma destas morfologias para a realização da atividade de campo.

A investigação em campo foi realizada por meio de uma pequena amostra de elementos de etnografia urbana qualitativa, de forma observacional à distância, a partir da estruturação do recorte territorial do centro de Campinas circunstanciado ao tema. Buscou-se perceber e examinar estratégias de apropriação de pré-existências dos espaços urbanos, materiais e rudimentos construtivos utilizados para confecção de abrigos e seus estágios — considerando uma classificação pré-determinada, características de pertences e objetos e graus de permanência nos locais adotados. No que tange aos sujeitos em situação de rua, pretendeu-se verificar particularidades correspondentes a sexo/gênero, faixa etária aproximada, cor, indicativos de trabalho ou renda, formas de alimentação, estado de saúde aparente, processos de higiene pessoal, interações interpessoais, relações afetivas com pessoas ou animais e indicativos de atividades culturais ou lazer. Nesta amostra de aproximação preliminar, entendeu-se que estes aspectos pudessem configurar uma metodologia de aproximação às condições reais das pessoas em situação de rua, cujo propósito, além do confronto concreto entre paradoxos da vida na rua e conflitos socioespaciais sofridos *versus* direitos fundamentais, para reflexão da desigualdade social no meio urbano. Embora neste momento que circunscreve este estudo não tenha havido contato pessoal direto, a intenção de observação à distância pretendeu salientar a incondicionalidade de interface com os sujeitos como premissa de pesquisa².

² São evidentes, no período que tangeu ao mestrado realizado, os impedimentos de distanciamento social impostos pelos protocolos de saúde pública perante o advento da pandemia de Covid-19. Embora com certos

A presente Dissertação se estruturou da seguinte forma:

O Capítulo 1, por meio do cotejamento da instituição de marcos legais no Brasil, da investigação do histórico de políticas públicas e de índices que caracterizam as pessoas em situação de rua, se voltou para indicar quem, quantos, onde e como sobrevivem no meio urbano. As evidências de como estes indicadores podem refletir uma desigualdade social sem precedentes, demonstram como a população em situação de rua permanece relativamente à mercê de suas próprias estratégias de sobrevivência, como eventuais indícios da possível contradição entre a existência de políticas públicas que não se constituem com efetividade perante a escala dos problemas enfrentados pela população em situação de rua.

O Capítulo 2, apresentou considerações sobre algumas organizações sociais engajadas à população em situação de rua, tendo como estudo de caso algumas ações que visam a superação desta condição, para entender os vínculos destas organizações e movimentos sociais e seu protagonismo em promover avanços, suas formas de abordagens, acolhimento, cuidados, proteção e assistência, voltados para a população em situação de rua. Dos movimentos sociais, buscamos apresentar alguns dos que desenvolvem e promovem novos paradigmas, possibilidades e melhorias da qualidade de vida da população em situação de rua, resgate de sua autoestima, reconhecimento de sua existência no meio urbano, pelo exercício da cidadania e a autonomia destes sujeitos que, em muitos casos, são protagonistas de várias organizações (BARROS, 2004; DE LUCCA, 2010; PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015). Em âmbito nacional ou estadual, elegemos as ações da Pastoral do Povo de Rua, o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), a Associação Rede Rua, o caso da Cáritas e o projeto Housing First.

O Capítulo 3 teceu considerações a respeito do município de Campinas e sua região. A análise partiu do que se predica pelo mais recente Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) proposto para Região Metropolitana de Campinas. Instituídos como instrumento legal por meio do Estatuto da Metrópole, os PDUI têm como preceito a necessidade de planejar e orientar o desenvolvimento urbano e rural de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas (BRASIL, 2015, art. 12). Consideramos também

riscos implícitos, optou-se pela manutenção do estudo de campo, mediado pelas circunstâncias e com todos os cuidados possíveis perante os riscos de contaminação.

aspectos do Plano Diretor do Município de Campinas (CAMPINAS, 2018b), constituído como “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município” (CAMPINAS, 2018b, art. 1) com o objetivo de identificar como a cidade de Campinas é definida neste instrumento legal e o que se preconiza para a região central do município, bem como, em caráter geral, o modelo de desenvolvimento preconizado — que, a nosso ver, condiciona um viés de precariedade socioespacial complementar.

No Capítulo 4, foi realizado o perímetro circunstanciado de investigação para o estudo de caso mediante reflexão e justificativas, a partir de bases cartográficas e aerofotográficas, definindo os limites urbanos do centro de Campinas, das suas características morfológicas, da predominância de usos do solo, especialmente concentrações comerciais e sistemas de espaços livres como avenidas, praças, viadutos, cotejados ao que o Plano Diretor de Campinas estabelece como centro e seus predicados fundamentais, bem como — a partir de referências análogas — do estabelecimento empírico de quais os locais de concentração de contingentes de população em situação de rua seriam elegidos para investigação.

No Capítulo 5 foram discutidos aspectos do fenômeno da população em situação de rua, no recorte territorial circunstanciado no centro Campinas, como acima exposto, por meio de estudo de campo observacional à distância, objetivando a compreensão das condições de resiliência observáveis dos indivíduos em situação de rua, entendidos como sujeitos. Pautou-se pela observação, para entendimento de aspectos e particularidades de determinadas estratégias de sobrevivência, características gerais dos locais de apropriação e comportamentos cotidianos destas pessoas. A exploração em campo teve como propósito examinar, de modo geral, condições reais das pessoas em situação de rua, correlacionando-as, como pano de fundo, a seus direitos fundamentais a partir do estruturado no Capítulo 1 —, conflitos, hostilidades e disputas socioespaciais sofridos, como reflexão do problema de desigualdade social no meio urbano. Não foi realizado estudo sistematizado por entrevistas ou contatos pessoais e aproximações, que extrapolaram os objetivos do presente estudo, que tem como hipótese de desdobramento subsidiar um método de aproximação preliminar para eventuais pesquisas posteriores.

As Considerações Finais evidenciam, a partir do panorama preliminar realizado, o paradoxo entre o que é preconizado legalmente para a população em situação de rua e a condição real dos sujeitos estudados. A análise crítica dos principais marcos legais e

referências documentais indicou que a intervenção institucional do estado tem sido insuficiente perante o fenômeno, dado o expressivo contingente encontrado que permanece nas ruas. Partindo da premissa que, aparentemente, as respostas conferidas a essa população têm sido insuficientes, dado que o número de pessoas em situação de rua tem aumentado a cada ano, a metodologia intencionou a aproximação às estratégias de sobrevivência e adaptação dessa população em estado de urgência no meio urbano, observando o recorte espacial como exemplaridade. A delimitação de um recorte espacial para o estudo de campo e eleição de determinadas tipologias da morfologia urbana pertinentes à apropriação pela população em situação de rua, bem como a definição de temas relativos às estratégias e características dos locais de apropriação, abrigos e pessoas em situação de rua, configurou um ensaio interpretativo preliminar pela aproximação por meio da observação à distância.

Almeja-se que a metodologia estabelecida para o estudo de campo e o próprio ato de debruçar-se sobre a amostragem de pequena escala com olhar atento embora distanciado, possa ser aperfeiçoada e replicada, para aprofundamento, a partir de indícios de como a população em situação de rua tem sobrevivido no espaço público e, quiçá, seja um embrião inspirador para estudos subsequentes, desdobrando seus conteúdos e, em oportunidades menos restritivas, conduzir à aproximação direta com as pessoas envolvidas.

CAPÍTULO 1

População em situação de rua e o estatuto legal

O meio urbano, como lugar da construção do coletivo e de cidadania, revela desigualdades em suas diversas formas de apropriação do território e seus graus de estratificação. Não sendo o foco deste estudo abranger as inúmeras discussões sobre espoliação e vulnerabilidades urbanas de modo amplo, será abordado aqui um dos problemas extremos que, no entanto, em certas condições é tratado como que invisível no espaço público — a população em situação de rua.

Por que quase invisível se é tão evidente, como demonstram índices que iremos apresentar adiante, bem como as condições de precariedade a que esta população está sujeita, flagrantes em toda grande cidade? Podemos, de modo preliminar, considerar que a ausência de um censo regular articulado ao IBGE³, que incluía esta população, dificulta sua visibilidade institucional e situação espacial para a efetividade de políticas públicas. Procuraremos demonstrar que, a despeito dessa condição humana que enxerga a rua como opção de sobrevivência, esta encontra-se em baixíssimos níveis de vulnerabilidade. Entre os problemas apresentados como origem da situação de rua, encontram-se as desavenças familiares, o deslocamento em busca de trabalho, a impossibilidade de aquisição de moradia, a condição do trabalho informal, a falta de escolaridade ou o uso de entorpecentes; como consequência, podemos citar o espaço público como local para realização de higiene pessoal, a alimentação débil e insuficiente, o tempo de permanência nas ruas induzindo sua continuidade e a discriminação em diversos tipos de estabelecimentos, inclusive dos órgãos públicos (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Buscaremos apresentar evidências de como estes

³ O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não inclui indicadores específicos sobre esta população bem como a Fundação João Pinheiro somente apresenta estudos sobre este problema em Belo Horizonte, sendo que, da FJP, temos disponível a última contagem referente a 2017 e com previsão de uma nova contagem neste ano de 2020 (MINAS GERAIS, 1969 e ALENCAR, 2020). Contam com levantamentos semelhantes os municípios de São Paulo em referência a 2019 (SÃO PAULO, 2019b), Recife, relativo a 2017 (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2017) e Porto Alegre com dados de 2016 (CAMP, 2017). O IBGE, por sua vez, fez um pré-teste em 2014 na cidade do Rio de Janeiro, visando a futura inclusão da população de rua no censo de 2020. Contudo, paradoxalmente, por alegação de que a base de coleta de dados dos censos são os domicílios e a contagem da população de rua envolveria a logística de campo bem como a abordagem do entrevistado, requerendo metodologias de amostragem, decidiu-se que o censo relativo a esse contingente não se realizaria. Para mais informações ver: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>>. Acesso em: 09 de junho 2020.

indicadores refletem uma desigualdade social sem precedentes no meio urbano, muitas vezes deixando a população em situação de rua à mercê de suas próprias estratégias de sobrevivências. Outro indício desta contradição aponta para a contradição entre a existência de políticas públicas nos diversos níveis — federal, estadual e municipal — que não se constituem em programas e ações implementados no âmbito de realizações decisivas para a escala dos problemas enfrentados por pessoas em situação de rua. Nosso escopo será buscar evidências do ponto de vista de marcos legais, políticas, programas, organização funcional institucional e ações no estudo de caso do centro de Campinas. Buscaremos identificar se a questão é tratada com indiferença por determinados estratos sociais e estatais, ou mesmo expedientes repressivos ou, muitas das vezes, como um problema estritamente sanitarista.

Com respeito a índices estatísticos, a primeira pesquisa nacional — a mais completa atualmente sobre a população em situação de rua — foi realizada entre os anos de 2007 e 2008. O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua resultou do Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em 2005 e, por solicitação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em conjunto com a Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (SAGI) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), ficando a cargo do Instituto Meta de Pesquisa e Opinião (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Sua realização teve como base a metodologia utilizada nos levantamentos dos municípios de São Paulo, Recife e Porto Alegre (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Mesmo datada de 12 anos atrás — o que corrobora nossa hipótese de que esses dados devessem ser incorporados ao censo nacional do IBGE —, foi possível identificar, em 71 cidades, 31.299 pessoas nessa condição⁴. Tal levantamento possibilitou a quebra de alguns paradigmas, abrindo novos caminhos e alternativas na implementação de leis nas garantias dos direitos (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Como exemplo, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua implantada em 2009 (BRASIL, 2008). Na pesquisa citada, 72,5% das entrevistas foram realizadas em espaços públicos e 27,5% em instituições, como abrigos, albergues, clínicas, hospitais, dentre outros. Houve uma recusa de adesão de

⁴ O contingente de 31.922 pessoas em situação de rua equivale a 0,061% da população das cidades em que a pesquisa foi realizada. O censo relativo às outras cidades que não participaram da Pesquisa Nacional revelara quase 50 mil habitantes em situação de rua no Brasil. Em São Paulo contabilizou-se 10.394, em Recife 1.164, em Porto Alegre 1.203 e em Belo Horizonte 1.157 somados ao contingente de 31.922 habitantes em situação de rua (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Observamos ainda que, em 2010 o IBGE apontava a população nacional em 190.732.694 pessoas e o total de 5.565 municípios no Brasil (IBGE, 2010).

13,4%, tida como baixa. Dos 43,8% que costumam dormir em albergues, 20,7% apontaram uma grande dificuldade de conseguir vagas. A preferência por logradouros públicos para pernoitar é de 46,5%, explicada pelos entrevistados através da vaga ideia de liberdade. Em uma vida sem regras, procurar por uma vaga em centros de acolhida e não ter espaço nem mesmo para seus animais de estimação, dificulta ainda mais a busca pela saída das ruas (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Dados obtidos apresentaram a prevalência de pessoas acima de 18 anos na condição de população de rua. Dessas 31.299 pessoas, 82% são homens e apenas 18% mulheres — uma minoria vivendo em condições extremas. Em um ambiente predominantemente masculino, o público feminino vê a situação de rua como último caso, preferindo passar por opressões e agressões dentro de casa, pois viver nas ruas poderia ser ainda mais perigoso. Um dos motivos que corroboram para que uma mulher decida viver nas ruas está relacionado à perda de moradia, como causa apresentada em 22,56% das entrevistadas. Dentre outras razões, foram indicados problemas familiares em 21,92% dos casos, o envolvimento com álcool e drogas, em 11,68% e 8,8% tendo causa vinculada ao desemprego (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

De modo geral, dos motivos para ir às ruas como última situação de abrigo, os percentuais obtidos não sofrem grandes distinções entre si, sendo o maior atrelado ao alcoolismo com 35,5%, e os demais relativos ao desemprego, com 29,8% e às desavenças familiares, com 29,1%. Outros motivos citados sem determinação, somaram 28,7%. Ficou evidente que a permanência nas ruas se torna crônica, a partir do fator tempo, pois 78% encontram-se na rua há em torno de 2 a 5 anos (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Em relação aos dados sobre raça, os índices deixam claro que a marginalização e discriminação é um problema estrutural, dado que 67% são pardos ou pretos — uma proporção relativa bem maior em comparação ao quadro brasileiro, que possuía 44,5% no censo de 2010, como aponta a Pesquisa (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

No que diz respeito a essa população estar atrelada à mendicância e ser vista como desocupada, somente 15,7% se confirmaram como pedintes. Os dados revelam que 70,9% exerciam alguma atividade remunerada e, destes, 58,6% possuíam alguma profissão. O contingente foi tido predominantemente como jovem, em idade economicamente ativa — entre 26 a 45 anos —, sendo a parcela feminina, mais jovem (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

É importante lembrar que a migração não foi destacada como causa para situação de rua. O percentual de 45,8% dos entrevistados sempre morou no município de origem e 30,3%

deslocou-se dentro de um mesmo estado. Dessa forma, um pouco mais do que 70% está no mesmo local de nascimento ou em região moderadamente próxima, sendo provenientes de áreas urbanas. Refuta-se dessa maneira a ideia de mudança do campo para a cidade (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Dos “trecheiros”, grupo que vive de cidade em cidade em busca de emprego, destacaram-se 11,9%. Esta categoria é ainda mais difícil de ser contabilizada por estar em constante trânsito. A razão desse deslocamento apresenta 45,3% das pessoas em busca por trabalho e 18,4% em situação de rua devido a conflito intrafamiliar. De modo geral, dos que provieram de outras cidades, 60,1% anteriormente não estavam nesta contingência - não dormiam na rua nem mesmo em albergues (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Com referência à educação, 63,5% não concluiu o primeiro grau, 17,1% não sabe ler nem escrever e 8,3% assina apenas o nome. O percentual dos que não estudavam à época foi de 95%, refletindo um grupo de baixa escolaridade e sem acesso à educação. A alimentação, por sua vez, apresentou um índice de 79,6% dos que conseguem fazer pelo menos uma refeição ao dia e, dos que não conseguem, 19% (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

A Pesquisa revela também a precariedade com respeito às condições de higiene, assinalando a rua como principal meio para fazer as necessidades fisiológicas, bem como o asseio, para um pouco mais do que 30%. Como resultado das condições alimentares, de higiene, de moradia, trabalho e demais serviços, registrou-se 30% das pessoas com algum problema de saúde (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

As discriminações sofridas também são apontadas como uma das dificuldades da população de rua. As censuras e reprovações ao adentrarem em postos da rede de saúde pública, foi narrada por 18,4% dos entrevistados e, no transporte público, por 29,8%. Em relação ao acesso a shoppings centers e estabelecimentos comerciais, uma porcentagem de 31% revelou discriminação. No que tange ao acesso a órgãos públicos, o índice apontou 21,7% e a bancos, 26,7% como vítimas de algum impedimento. A experiência da rejeição é relatada até mesmo na obtenção de documentos com 13,9% (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Os indicadores sobre o acesso a programas governamentais expõem um contingente de 88,5% que não possui nenhum auxílio ou apoio. Sobre a posse de documentação, item necessário para obter assistência pública, 24,8% não possuem identificação alguma e 61,6% não exercem seu direito de cidadania (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Dentre outras pesquisas mais recentes no que diz respeito à quantidade dos indivíduos em situação de rua, o IPEA, em 2015, realizou uma estimativa dessa população a partir dos dados de 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) (NATALINO, 2016). O Cadastro Único — sistema que descreve socioeconomicamente famílias de baixa renda⁵ —, possuía, neste mesmo ano, 48.351 cadastros referentes à população de rua (CORTIZO, 2019).

A estimativa foi realizada por meio de um modelo linear generalizado, levando em conta variáveis da centralidade e dinamismo urbano, o crescimento demográfico, a vulnerabilidade social, os serviços destinados ao público em estudo e o número destes no Cadastro Único. Desta forma, apurou-se 101.854 pessoas em situação de rua no ano de 2015. O IPEA afirma que esse número não diz respeito ao total da população no país, levando em conta o alcance demográfico utilizado na pesquisa. Apesar de não ser preciso, o estudo apontou que a maior concentração de pessoas em situação de rua encontra-se no Sudeste, com 49.792 pessoas, em 1.668 municípios desta região, deixando evidenciada a concentração de pessoas em situação de rua em municípios mais adensados (NATALINO, 2016).

Não obstante, o Cadastro Único disponibilizou, em 2019, dados mais recentes em relação à quantidade dessa população. Apontou um aumento de 7.368 famílias em situação de rua em agosto de 2012 para 119.636 em março de 2019. Importante mencionar que esse sistema reconhece famílias compostas somente por uma pessoa, indicando destas, 89% cadastradas. De acordo com o Cadastro Único (2019), a maior concentração dessa população ainda prevalece na região Sudeste, representada por 70%. Os motivos para estar nas ruas, apontam a perda de moradia, indicada por 13% e a adversidade da imigração, em 29% dos casos (CORTIZO, 2019).

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, de 2009, demonstra ser possível a contagem dessa população. Não há estranheza ao dizer que as condições de vida dessa população são precárias. Os dados revelam a diferença entre viver e sobreviver. A Pesquisa, no entanto, permite conhecer a fundo quem, quantos, como e onde sobrevivem as pessoas em situação de rua. Pobreza, segregação e exclusão são reflexos da condição desses indivíduos no meio urbano. Quando se identifica o real problema, é possível

⁵ O Cadastro Único tem a família como unidade base, porém admite a possibilidade de famílias unipessoais, isto é, compostas por apenas uma pessoa, permitindo assim, o seu cadastro bem como sua participação nos programas governamentais (CORTIZO, 2019).

aplicar ações mais efetivas, encontrar respostas, soluções e novas alternativas (CUNHA; RODRIGUES, 2009). É nesta direção que pretendemos conduzir o presente trabalho. Apesar do Cadastro Único (CADÚNICO) ser um sistema que visa a implementação de ações governamentais e programas sociais, facilitando a atuação de políticas públicas (CORTIZO, 2019), ainda persiste a necessidade da regularização do censo nacional sistematizado para esta população junto ao IBGE.

Introduzir estes indivíduos no censo 2020 é uma pauta antiga. Tal solicitação é feita desde 2009, pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua — CIAMP-Rua (BRASIL, 2009a). Compreende-se a dificuldade da realização do censo sobre essa população, considerando a condição não domiciliada, os locais de difícil acesso ou imperceptíveis, bem como o processo de abordagem a essa população. Porém, a carência de dados impossibilita uma atuação mais efetiva da assistência social, contribuindo para invisibilidade deste problema urbano (MELITO, 2018).

A abordagem apresentada até o momento nos direciona a discutir a atuação e o compromisso do estado perante a fragilidade da população em situação de rua. Buscaremos, a seguir, a abordagem de um breve histórico da sucessão dos marcos legais, como conquistas perante a vulnerabilidade sócio territorial de pessoas em situação de rua.

Destacamos primeiramente que, aos olhos do governo federal, a mendicância, a partir de 1941, era vista como ato a ser punido. O Decreto Lei nº 3.688/41, que dispõe sobre a Lei das Contravenções Penais, sujeitou tal conduta à pena de 15 dias a 3 meses de prisão (BRASIL, 1941). Somente após 68 anos, a Lei nº 11.983 de 2009 revogou tal posicionamento. Adiantamos em dizer que, neste mesmo ano, o Decreto nº 7.053/09 constitui a Política Nacional para a População em Situação de Rua que, a partir de princípios, diretrizes e objetivos, bem como organização institucional, pretende garantir plenos direitos para esta população e meios de acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2009a).

Os direitos fundamentais a todos os cidadãos foram assegurados no instante em que o Brasil se consolidou como estado democrático, pela promulgação da Constituição de 1988. A Constituição (BRASIL, 1988), em primeira instância, garante os direitos sociais e individuais como supremos. A liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça estão assim fundamentadas para sociedade brasileira, instituída como fraterna e pluralista, reconhecendo a diversidade sem discriminação. Por meio da Lei máxima da federação, a república brasileira tem entre seus objetivos a construção de uma sociedade

livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, art. 3). A Constituição garante como direitos sociais a todos o acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988, art. 6).

Para o nosso campo de investigação é importante destacar que a assistência social, a partir deste marco legal, passa a ser de responsabilidade pública e concedida a todos, independentemente de contribuição à seguridade social, onde salientamos os objetivos de: amparo às crianças e adolescentes carentes; promoção da integração ao mercado de trabalho; habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, art. 203).

Com respeito à previsão de recursos para financiamento das ações da Assistência Social pública a Constituição, o orçamento da seguridade social, conforme previsto no art. 195, é financiado por toda sociedade mediante os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Prevê que sejam realizadas por meio dos recursos da seguridade social, sendo atribuído aos Estados e o Distrito Federal destinar “até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida” aos programas de apoio e promoção à inclusão social sendo impedida sua aplicação em despesas com pessoal, encargos sociais, serviços de dívida e qualquer despesa não afeiçoada aos investimentos ou operações apoiadas (BRASIL, 1998, art. 204).

Após 5 anos do ordenamento dos direitos sociais no Brasil, foi promulgada a Lei nº 8.742/93 — Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Esta dispõe sobre a forma organizacional da assistência social e assegura as devidas providências dos mínimos sociais visando garantir as necessidades básicas da existência humana no sentido de erradicação da pobreza. Os objetivos desta lei são a promoção da universalização dos direitos sociais abrangendo a proteção social, a garantia da vida humana, a redução de danos, a prevenção de ocorrências de riscos e a vigilância socioassistencial que analisa a capacidade de proteção

e segurança das famílias, bem como circunstâncias de vulnerabilidades e a defesa e o pleno acesso dos direitos atrelados às provisões socioassistenciais (BRASIL, 1993, Art.2).

A LOAS, como Política de Seguridade Social, tem sua administração política descentralizada sendo obrigação e dever dos Estados, do Distrito Federal e dos respectivos municípios, viabilizando a participação de organizações representativas populares como contribuintes no desenvolvimento de políticas públicas (BRASIL, 1993, art. 5). Faz-se necessário salientar que a LOAS sofreu algumas modificações ao longo dos anos. Em 2005, após 12 anos à margem dos direitos sociais, a LOAS estendeu seu serviço de atendimento e incluiu a população em situação de rua como beneficiária dos direitos e garantias socioassistenciais pela Lei nº 11.258/2005 (BRASIL, 2005). Em 2011 sucedeu-se outra modificação introduzindo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁶ de forma jurídica sob a Lei nº 12.435/2011 (BRASIL, 2011).

A sistematização da Assistência Social no Brasil por meio do SUAS tem como objetivo conduzir a participação dos entes federativos e os agentes da sociedade civil visando melhor gestão e integração dos benefícios previstos sob leis e das ações sem fins lucrativos (BRASIL, 1993). Por intermédio da LOAS se estabeleceu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e o Plano de Assistência Social (PAS) que são fundamentais para a gestão da Política Pública da Assistência Social (BRASIL, 1993, art. 30).

O CNAS é responsável por aprovar, normatizar e acompanhar o andamento da PNAS, possuindo 18 integrantes nomeados pela Administração Pública Federal sendo 9 governamentais e 9 da sociedade civil (BRASIL, 1993). O PAS tem como dever nortear, organizar e regular a execução das ações da PNAS (BRASIL, 2004). Sua finalidade é desenvolver

⁶ A discussão sobre a estrutura da Assistência Social resultou, após 11 anos da LOAS, de 1993, na Política Nacional da Assistência Social em 2004. Esta política se direcionou à implementação do SUAS como requisito essencial para efetivação e ampliação das medidas assistenciais sendo estas discutidas, em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social. Apesar do SUAS ser introduzido sob aspecto legal quase duas décadas após a instituição da LOAS, seu alicerce se fundamentou em 2005 por meio do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que gerou a primeira Norma Operacional Básica, a Resolução nº 130/05, que deliberou sobre a concepção do SUAS (BRASIL, 2005). Esse conjunto de instrumentos legais permitiu um contorno mais delineado das ações assistenciais sobre análise da situação do território brasileiro e por meio da Norma de Operação Básica, Resolução nº 1/2007, que apoiou o desempenho estratégico do SUAS através da gestão do trabalho socioassistencial concedendo suporte, valorização e principalmente qualificação das equipes atuantes no SUAS. Com as ações assistenciais assim delineadas, foi possível a percepção e compreensão sobre os que necessitavam de assistência introduzindo, assim, a população em situação de rua como público-alvo sob os marcos legais (BRASIL, 2005).

o planejamento estratégico das ações da assistência social. À vista disso, é elaborado pelo PAS o Plano Plurianual, a cada 4 anos, sendo necessário atualizar, a cada ano, o Plano de Ação. Este Plano, estando de acordo com o PAS, tem o objetivo de indicar a aplicação dos recursos financeiros, passando-os ao fundo da assistência social. O FNAS, antigo Fundo Nacional de Ação Comunitária (FUNAC), é responsável pelo capital financeiro recolhido dos entes federativos e das demais contribuições sociais, repassados para as 3 esferas do governo. Os recursos destinam-se a financiar os serviços, programas e projetos da assistência social (BRASIL, 2012a).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)⁷, por sua vez, é o órgão gestor responsável por coordenar a PNAS entre os entes federativos, vinculando e promovendo a participação destes com a rede da sociedade civil (BRASIL, 1993). O objetivo é aprimorar, garantir e normatizar os padrões de qualidade⁸ dos serviços prestados por todas as secretarias⁹ do MDS vinculadas ao SUAS (BRASIL, 2018a).

Esta estrutura organizacional estabeleceu em 2007 um sistema eletrônico constituído como Cadastro Único (CADÚNICO). Este dispositivo é utilizado para nomear os beneficiários dos programas sociais, sendo instrumento de distinção e caracterização das famílias brasileiras em situação de baixa renda (BRASIL, 2007). O objetivo é garantir a singularidade das informações pelo cadastro, integração aos programas e racionalização deste processo (BRASIL, 2007, art. 3). No que tange aos indivíduos em situação de rua, o CADÚNICO, facilita o acesso destes aos programas como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação continuada (BPC) e o ingresso nos cursos de Prestação Continuada de Jovens e Adultos (EJA), bem como a qualificação profissional (CORTIZO, 2019). No cadastramento tem-se uma definição ampla do conceito de família, que pode ser composta por um ou mais indivíduos, atribuindo a cada indivíduo um número de identificação social (BRASIL, 2007).

⁷ O MDS é um órgão vinculado ao Ministério da Cidadania. Este, por sua vez, foi encarregado das seguintes políticas: Política Nacional de Desenvolvimento Social, Política Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional, Política Nacional de Renda de Cidadania, Política Nacional de Assistência Social, bem como da Política sobre Drogas (BRASIL, 2020).

⁸ A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) é o selo que caracteriza a qualidade técnica do MDS (BRASIL, 2018b).

⁹ Cabe ao MDS administrar: a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, a Secretaria Nacional de Assistência Social, a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva, a Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, a Secretaria Especial do Esporte, Educação, Lazer, e Inclusão Social (BRASIL, 2020).

O Bolsa Família teve como público alvo as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, objetivando conduzir pessoas a superarem a situação de pobreza extrema. O programa é um direito dado mediante a transferência de renda que busca fornecer as famílias o direito à segurança alimentar e nutricional, o acesso à educação, à saúde e nas redes de serviços públicos, bem como a assistência social (BRASIL, 2008; 2012b). O Benefício de Prestação Continuada garantido por meio da LOAS (1993), destina-se às pessoas portadoras de deficiências assegurando-os com um salário mínimo mensal. Estas devem manifestar que não possuem meios de prover sua própria manutenção, nem mesmo por meio de sua família. Este benefício estabelece que a renda por pessoa do grupo familiar seja menos que $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, mas não requer contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), este, no entanto, não fornece 13º salário e não garante pensão por morte (BRASIL, 2008; 2012b).

É válido ressaltar que o Primeiro Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizado em 2005, promoveu o I Censo e Pesquisa – entre 2007 e 2008 – sobre os indivíduos em questão (CUNHA, RODRIGUES, 2009). Dessa forma, viabilizou o estabelecimento da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, em 2008. Este documento resultou dos debates realizados pelo Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI)¹⁰, configurando um grande passo ao construir e orientar a execução de políticas públicas voltadas para a população de rua, uma vez que esta esteve à margem dos direitos sociais. Nessa sequência o Decreto nº 7.053 de 2009 firma esta Política e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-Rua), qualificando a igualdade e a equidade como princípios (BRASIL, 2009a).

¹⁰ O GTI, por meio da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, definiu e apresentou as características deste contingente e os motivos que levam à propagação deste fenômeno. Ademais, propôs os princípios e as diretrizes do exercício público, bem como a construção de uma agenda com procedimentos estratégicos no âmbito da abordagem aos indivíduos em situação de rua. O GTI é composto por integrantes da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada (BRASIL, 2008). No entanto, no atual governo federal, estão extintos o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Cultura e o Ministério do Esporte, sendo incorporados ao Ministério da Cidadania antigo Ministério das Cidades e o Ministério do Desenvolvimento Social sendo substituído pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Ademais, o Ministério de Direitos Humanos tornou-se o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MORAES, CHAGAS e Garcia, 2019).

As garantias instituídas asseguram à população em situação de rua o direito à vida familiar e comunitária, bem como sua valorização e o respeito institucional, visando o atendimento universal e humanizado sem preconceitos. O objetivo desse Decreto contempla a promoção dos diversos benefícios destinados à saúde, educação, previdência e assistência social, concedendo acesso aos programas de transferência de renda, moradia popular, segurança, cultura, lazer, esporte, trabalho, renda, bem como a qualificação profissional, a implementação de Centros Especializados e a instituição da contagem oficial junto aos indicadores sociais desta população (BRASIL, 2009a).

Dentre as conquistas normativas, merecem destaque a Portaria nº 940/2011 e a Portaria nº 122/2012, pelas quais o Ministério da Saúde permite o ingresso de pessoas em situação de rua no Sistema Único de Saúde sem necessidade de comprovante de residência, por intermédio do Cartão Nacional de Saúde e determina o funcionamento de equipes do Consultório de Rua — CNAR (CORTIZO, 2015). O CNAR se estrutura no atendimento à saúde mental, na Estratégia de Saúde na Família (ESF) sem domicílio e na Atenção Básica integral à saúde, visando o incentivo e a proteção da saúde, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde (BRASIL, 2012b).

O Ministério da Saúde prevê equipes específicas por meio do CNAR, possuindo como componentes Enfermeiros, Psicólogos, Assistentes Sociais, Terapeutas Ocupacionais, Médicos, Agente Social¹¹, Técnico ou Auxiliar de Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal. As ações são compartilhadas e integradas com as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), aos ofícios de Urgência e Emergência e os demais meios de atenção mediante a necessidade enfrentada. O serviço prestado pelo CNAR se divide em três modalidades. A Modalidade I possuindo 4 profissionais — 2 de nível superior e 2 de nível médio. A Modalidade II possuindo 6 profissionais — 3 de nível superior e 3 de nível médio e a Modalidade III composta pelos profissionais da Modalidade II junto ao profissional médico (BRASIL, 2012b).

O serviço de atendimento na área da saúde à população em situação de rua apresenta algumas especificidades. Os problemas de saúde podem ser um dos motivos que levam muitos a viverem nas ruas (BRASIL, 2012b). Destacamos que a Pesquisa abordada no início do texto relata que 7% dos indivíduos em questão, por motivos de alguma doença (CUNHA; RODRIGUES, 2009), ao se deslocarem para outras cidades na busca por equipamentos de

¹¹ O Agente Social pode ser considerado como profissional de nível médio (BRASIL, 2012b).

saúde acabam dormindo nas ruas por não possuírem recursos para custear um alojamento (BRASIL, 2012b).

Por outro lado, a vivência nas ruas propicia problemas de saúde¹² como o uso do álcool, seja por hábitos adquiridos ao longo da vida ou pela necessidade de não sentir frio e esquecer as dificuldades da realidade experimentada (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Outros problema com a saúde podem estar relacionados a exposição à riscos de doenças por meio de violências físicas; variações climáticas; falta de abrigo e proteção adequada; ingestão de alimentos, a falta deste ou sua contaminação, bem como da água utilizada resultando na baixa condição de higiene; privação do sono e de afeição; falta de tempo destinado para buscar atendimento à saúde ou até mesmo por motivo de vergonha dentre outras adversidades (BRASIL, 2012b).

A assistência no âmbito da saúde possui algumas barreiras a começar pela falta de simpatia, sensibilidade ou até mesmo a inabilidade da equipe para atender a variedade dos problemas apresentados pela população de rua. Dentro das dificuldades apresentadas temos a exigência de acompanhantes nos hospitais para que os indivíduos em situação de rua possam ser atendidos. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) também não costumam inserir tais indivíduos em seus serviços, assim como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que manifesta dificuldades no atendimento a estes por rotulá-los como um problema social (BRASIL, 2012b).

Em correspondência a este fator, salientamos as dificuldades no acesso e falta de vagas em leitos de urgência, locais adequados para restabelecimento após alta hospitalar em quantidade suficiente, bem como a demora na marcação de consultas em algumas especialidades, como por exemplo na área da psiquiatria. Os horários das consultas muitas das vezes são incompatíveis com os horários de sobrevivência nas ruas e os profissionais de saúde acabam prescrevendo medicamentos caros e inexistentes na rede, sendo alheios à realidade da população em situação de rua (BRASIL, 2012b).

Outro progresso normativo a mencionar foi a promulgação da Portaria nº 595 de 2013, em que o Ministério das Cidades adicionou parâmetros de precariedade social ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) beneficiando os indivíduos que se encontram em situação na rua para que estes possam participar do processo de seleção (CORTIZO, 2015). Desde 2009

¹² Os problemas clínicos mais corriqueiros entre a população em situação de rua são: problemas nos pés; tuberculoses; infestações; doenças sexualmente transmissíveis (DST), vírus HIV e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); gravidez de alto risco; álcool e drogas; transtornos mentais e saúde bucal (BRASIL, 2012b).

o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB)¹³ prevê a universalização do acesso à moradia digna para as famílias formadas até 2023 no país. Após 4 anos de sua promulgação, a Portaria nº 595/13, possibilitou como critério de prioridade, a inclusão dos indivíduos em situação de rua que recebem acompanhamento socioassistencial tanto pelos entes federativos como por meio de instituições sem fins lucrativos vinculadas ao poder público, acesso à moradia como amparo e proteção para a vida cotidiana destes (BRASIL, 2013).

O Ministério das Cidades (Secretaria Nacional de Habitação) é o órgão responsável por gerir a produção de unidades habitacionais. A responsabilidade de agentes promotores fica a cargo dos Governos Estaduais e Municipais mediante os órgãos da administração pública responsável pelas Políticas Habitacionais. Por outro lado, a Caixa Econômica federal (CEF), as Instituições Financeiras Públicas ou Privadas são os agentes operadores e financeiros (BRASIL, 2009b).

O PLANHAB utiliza cinco faixas de atendimento definidos em categorias de 1 a 5. O Grupo 1 destina-se às famílias sem renda ou com renda líquida abaixo da linha de financiamento, dispendo de renda mínima de até R\$600,00, tendo como fonte de recursos o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Aos que não possuem renda, o financiamento é realizado por meio de repasses de recursos não onerosos do FNHIS para fundos estaduais e municipais destinados à produção de empreendimentos residenciais. O Grupo 2 refere-se às famílias com renda mensal de R\$600,00 – R\$1.600. O Grupo 3 com famílias com renda de R\$1.600 – R\$2.000 tendo como capital o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e FNHIS, sendo financiado com subsídio de complemento e de equilíbrio. O Grupo 4 com famílias com renda de R\$2.000 – R\$4.000, tendo como fonte de recurso o FGTS e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O Grupo 5 com famílias com renda acima de R\$4.000, tendo capacidade de acesso a um imóvel por meio de financiamento de mercado como fonte de recursos o SBPE e o mercado livre (BRASIL, 2009b).

¹³ A estratégia do Plano apresenta quatro eixos estruturadores: o Modelo de Financiamento e Subsídio capaz de prover recursos e artifícios para a urbanização de assentamentos precários e para uma produtividade intensa de novas unidades residenciais, tendo sua centralidade na faixa de baixa renda; a Política Urbana e Fundiária com o objetivo de oportunizar e baratear a aquisição à terra urbanizada para Habitação de Interesse Social (HIS); os Arranjos Institucionais que visa empreender o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e consolidar um medidas descentralizadas da política habitacional e a Cadeia Produtiva da Construção Civil voltada à Habitação de Interesse Social tendo como meta a redução do preço da residência sem perda de qualidade, particularidades e a ampliação de sua produção (BRASIL, 2009b).

Outra conquista ainda no ano de 2013, refere-se ao Edital nº 3 do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabeleceu estratégias para inclusão socioeconômica da população em situação de rua, proporcionadas por meio da economia solidária (CORTIZO, 2015). O Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES oportuniza identificar e registrar informações de empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio e incentivo à economia solidária no Brasil sendo compreendida por meio de atividades econômicas de produção, consumo, poupança e crédito organizadas e empreendidas solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e a autogestão. As entidades de apoio, assessoria e fomento, neste segmento, são organizações que desenvolvem atividades nas diversas modalidades, como: assessoria, capacitação, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento (BRASIL, 2006).

Em relação à inserção econômica, a Secretaria de Direitos Humanos, em 2014, estipulou os fundamentos e as regras de execução e acompanhamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, incluindo os indivíduos em situação de rua (PRONATEC POP RUA), por meio da Portaria nº 693/2014 (CORTIZO, 2015). O PRONATEC é um programa Federal executado pelo Ministério da Educação que tem como objetivo desenvolver e ofertar cursos de Educação Profissional e Tecnológica mediante as atividades de assistência técnica e financeira. Este programa articula através da Bolsa Formação quatro ações de política pública neste âmbito com o Programa Brasil Profissionalizado, Rede E-TEC Brasil, Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, MEDIOTECH e o PRONATEC Oferta Voluntária (BRASIL, 2018c). A Portaria nº 693/2014 possibilitou o acesso da população em situação de rua na formação, aperfeiçoamento e qualificação profissional, tendo em vista sua introdução no mercado de trabalho (BRASIL, 2014a).

A padronização dos serviços do SUAS ocorreu em 2009, quatro anos após sua implementação em 2005, quando a tipificação dos serviços assistenciais fora normatizada por intermédio da Resolução do CNAS nº 109. A resignificação dos direitos socioassistenciais tanto em ofertas como em garantias determinou ações de Proteção Social Básica e Especial. Essa Resolução possibilitou especificar o público alvo, sua abrangência, o propósito dos serviços, as provisões necessárias, as formas de acesso, as unidades para sua realização — estabelecidas como referência —, bem como os resultados e os impactos esperados (BRASIL, 2009c; BRASIL, 2014b). Sobre nova perspectiva, a partir de 2018, a Lei nº 13.714 dispôs sobre

a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do SUAS (BRASIL, 2018a), por meio da prestação de serviços e dos benefícios e unidades públicas estatais, que devem possibilitar o alcance integral à saúde para as famílias que se encontram em risco ou que estejam vulneráveis no âmbito social ou pessoal, independentemente da apresentação de registros que declarem domicílio ou inscrição no Cadastro no Sistema Único de Saúde — SUS (Ibidem).

Para melhor entendermos as atribuições e serviços destinados à população em situação de rua, apresentamos como este setor está vinculado aos serviços da Assistência Social do SUAS. O SUAS se organiza em duas categorias de serviços, como ilustrado na Figura 01: a Proteção Social Básica ofertada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Proteção Social Especial assegurada pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), com seus desdobramentos específicos (BRASIL, 1993).

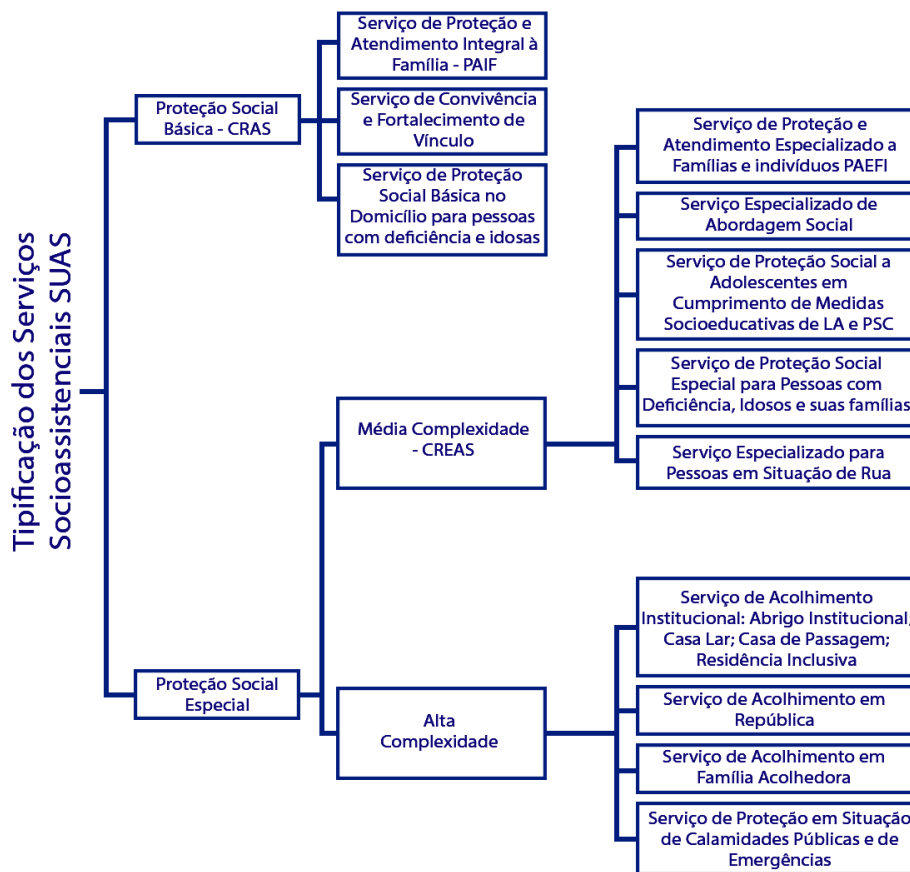


Figura 01: Serviços Socioassistenciais – SUAS.
Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil, 2014b.

A Proteção Social Especial fornece aos indivíduos em situação de rua os serviços de proteção e atendimento para famílias e indivíduos, mediante abordagem social e acolhimento institucional e em repúblicas. O caminho proposto para saída das ruas é traçado inicialmente

pelo Serviço Especializado de Abordagem Social, por meio do Cadastro Único. A base de dados deste sistema de cadastro visa a localização dos familiares do indivíduo em situação de rua, caso este possua, como apoio para o acompanhamento social. Por meio deste, é possível introduzir pessoas em situação de rua, nas ações e benefícios assistenciais governamentais. O objetivo é identificar nos espaços públicos e locais de uso coletivo os que possuem os seus direitos violados, sob a perspectiva das condições de vivência e estratégias de sobrevivência (BRASIL, 2014b).

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI), prestado por meio do CREAS, tem como finalidade orientar as famílias e indivíduos em situação de rua que sofrem por ameaças ou violação de direitos. O objetivo é fortalecer e preservar os vínculos sociais, comunitários e familiares. A proteção das famílias diante das condições de vulnerabilidade e situações de riscos social e pessoal deve conferir-lhes conforto e privacidade aos atendimentos assegurados pelo referido equipamento social (BRASIL, 2014b).

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, prenciado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e no Decreto 7.053/09, é ofertado especificamente para os que utilizam a rua, de forma provisória ou estável, como meio de sustento e moradia, bem como os que fazem uso de unidade de acolhimento. Desse modo, o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro-POP ou CREAS-POP) se diferencia do CREAS, que opera com ações e público diversificado (BRASIL, 2009a; 2014b).

Para que ocorra a implementação do Centro-POP, cabe ao MDS coordenar o processo do estudo socioterritorial do município. O programa tem como preceito se instalar em local de fácil acesso e em espaços de maior concentração, fluxo e dinâmica de movimentação dos indivíduos em situação de rua. A quantidade de unidades socioassistenciais deste seguimento é estabelecida a partir da capacidade de infraestrutura, de atendimento e recursos dos Centros-POP estabelecidos na localidade e abrangência dos serviços prestados (BRASIL, 2011).

O Centro-POP oferece apoio para dirimir dúvidas dos usuários sobre seus direitos, as formas de acessá-lo e, se necessário, o encaminhamento para outras áreas de assistência. O serviço prestado fornece espaço para guarda de pertences, higiene pessoal, lavanderia e alimentação. É viabilizado aos que não possuem documentação, como também o acesso ou regularização de seu registro de identidade, não sendo sua ausência objeto de impedimento para ingresso no Centro-POP. Além disso, o Centro-POP pode ser utilizado como referência

para comprovação de endereço pelas pessoas em situação de rua para ter acesso aos seus direitos (BRASIL, 2014b). É importante destacar que o atendimento às crianças em situação de rua é atribuído se esta estiver acompanhada seja por familiar ou responsável legal; quando não, devem corresponder ao encaminhamento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Ibidem).

O Serviço de Acolhimento Institucional destina-se de forma continuada a assegurar a proteção integral aos indivíduos em situação de rua, fornecendo-lhes privacidade e respeito às diversidades dos costumes e tradições de cada um. Predica-se que o espaço destinado a esse serviço tenha estrutura física adequada, oferecendo condições de salubridade, higiene, habitabilidade, segurança e acessibilidade. O atendimento visa promover o convívio comunitário, onde as regras de convivência e gestão devem ser dispostas de forma coletiva e participativa para que ocorra a autonomia dos usuários. O intuito é prevenir situações de violência, negligência e ruptura de vínculos sociais e familiares, bem como seu agravamento. Além disso, pressupõe a necessidade viabilizar o desenvolvimento de oportunidades, aptidões e capacidades por meio de programações culturais, de esporte e de lazer, sendo internas ou externas (BRASIL, 2014b).

A Casa de Passagem, diferente do Acolhimento Institucional, destina-se ao atendimento emergencial e imediato. As demandas específicas, mediante a situação apresentada pelo usuário, são analisadas e atendidas por uma equipe especializada e através de encaminhamentos, sendo necessário diagnósticos detalhados (BRASIL, 2014b).

Por outro lado, o Serviço de Acolhimento em República, designado para aqueles em processo de saída das ruas e reinserção social, pressupõe atendimento continuado e de hospedagem. Por meio deste, é concedido apoio no restabelecimento de vínculos sociais, assim como a construção de autonomia, auxiliando a qualificação profissional e concepção de planejamento de vida. O sistema é gerido através da autogestão ou cogestão, permitindo independência e autonomia dos usuários, bem como a encargo da equipe técnica, que contribui com a administração financeira e funcionamento do local. Ademais, a organização das repúblicas deve dispor de unidades femininas e masculinas respeitando as normas de acessibilidade (BRASIL, 2014b).

A abordagem feita até o momento evidencia à população em situação de rua como uma das faces extremas da pobreza humana. Sua existência no cotidiano do espaço público expõe a apropriação do território não somente de forma desigual, mas uma sobrevivência

precarizada sob o descumprimento de direitos fundamentais. Esta população, no entanto, se dispõe incluída de forma legal, mas excluída do tecido social.

O panorama do quadro legal brasileiro retrata a existência e a amplitude da legislação destinada a esta população nos diversos níveis de atuação, tanto Federal, Estadual e Municipal. Desde a Constituição de 1988 o processo legislativo tem como propósito proteger o cidadão, concedendo a este a dignidade da pessoa humana por meio de garantias e dos direitos fundamentais, dispendo dentro de seus objetivos a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, bem como a marginalização.

A falta de inclusão no Censo do IBGE evidencia tal situação, dificultando a efetivação das políticas públicas no âmbito da assistência social, uma vez que, os indicadores possibilitam a visibilidade e a identificação da desigualdade social de forma mais precisa no país. Dentre os problemas apresentados, no início da discussão, que concedem origem da situação de rua, a moradia é tida como ponto expressivo e importante, pois a falta desta pode resultar no cenário da situação de rua. Estar sob esta condição indica a rua como local inapropriado para viver, mas a moradia não é o único motivo determinante da situação de rua.

A Pesquisa sobre a população em situação de rua, realizada entre 2007 e 2008, evidencia que esta população batalha por sua sobrevivência por meio do trabalho informal, em meio a discriminação ao usufruir e entrar em locais públicos, bem como a utilização do espaço coletivo na realização da higiene pessoal, na falta de atendimento e medicamentos na área da saúde, da alimentação débil e insuficiente, da baixa escolaridade, nas desavenças familiares, no uso de entorpecentes, na vivência em locais insalubres, assim como o tempo de permanência nas rua que dificulta sua saída em almejar e alcançar uma vida digna.

Esta população tem encontrado sua própria forma de sobreviver, em face dos direitos sociais fundamentais, destinados em conceder moradia, alimentação, educação, saúde, trabalho, transporte, segurança, lazer, assistência aos desamparados, proteção a maternidade e a infância e previdência social, estas são condições mínimas da existência humana. O Estado ao deliberar suas obrigações na esfera tanto legal como normativa, promulga sua responsabilidade no exercício das políticas públicas diante da população em situação de rua. Por outro lado, definir parâmetros sobre marcos legais não garantem sua afetividade, uma vez que, cotidianamente a condição da vida precária desta população como a carência e dificuldade do cumprimento do dever estatal, reflete um caráter jurídico meramente simbólico.

Capítulo 2

Os movimentos sociais de população em situação de rua

Neste capítulo procuraremos tecer algumas considerações sobre os projetos e histórias dos movimentos sociais relacionados à população em situação de rua. Os movimentos sociais que serão abordados fizeram e fazem parte das inúmeras conquistas políticas do quadro legal brasileiro, discutidas no capítulo anterior, as quais procuram promover novos paradigmas, possibilidades e melhorias da qualidade de vida da população em situação de rua. A visibilidade desse contingente, promovida por meio desses movimentos, visa resgatar a autoestima, o reconhecimento de sua existência no meio urbano, o exercício da cidadania e a autonomia desses sujeitos, os quais atualmente são protagonistas de várias organizações (BARROS, 2004; DE LUCCA, 2007; PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015). Nessa perspectiva, a exposição sobre os movimentos poderá nos ajudar a entender a situação sobre outros olhares.

Ao longo dos anos, as conquistas políticas junto aos movimentos sociais promoveram avanços sobre as formas de abordagens, cuidado, acolhimento, proteção e assistência; no entanto, em grande parte o fenômeno continua à mercê de condições precárias e desumanas. Neste contexto, busca-se abordar alguns dos movimentos sociais que desenvolvem e promovem diversas ações com a população em situação de rua ou advindos de sua própria organização, de âmbito nacional ou estadual, a saber, a Pastoral do Povo de Rua, o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), a Associação Rede Rua, o caso da Cáritas e o projeto *Housing First*.

Intenta-se investigar estas organizações, sejam religiosas ou populares, na busca por indícios de ações que vão além do assistencialismo, tendo em vista a trajetória de conquistas experienciadas por esses movimentos. A representatividade desses movimentos, bem como as atividades desempenhadas com a população de rua, poderá constituir parâmetros possíveis de orientar projetos análogos na cidade de Campinas, o território de estudo. Não é objeto desta pesquisa percorrer uma linha histórica do processo de institucionalização desses movimentos e suas trajetórias, tema abordado em alguns estudos (BARROS, 2004; DE LUCCA,

2007, SPNVISIVEL, 2021), mas realizar uma aproximação e leitura crítica das exemplaridades eleitas que permanecem em movimento e que contribuem significativamente para a causa.

Dentre os diversos movimentos sociais dirigidos à questão da população de rua¹⁴, foram selecionados alguns entre os que se caracterizam pela abrangência nacional ou que sejam referências, no âmbito da cidade de São Paulo, supondo-se a possibilidade de analogias com o contexto de Campinas. Entre estes, elegeu-se a Pastoral do Povo de Rua, como organização vinculada à Igreja Católica, reconhecida nacionalmente, com expressiva atuação na cidade de São Paulo e Belo Horizonte¹⁵ (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015). Desde a década de 1970, a organização tem buscado ir além das ações de assistencialismo, propondo alternativas de transformação social. Apesar dos projetos desenvolvidos serem pautados em princípios religiosos, a entidade procura contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas, junto ao exercício da participação social, desdobrando-se em ações com parcerias com o poder público, visando sua participação em conferências, conselhos, bem como na constituição de fóruns e comitês, na tentativa de debater assuntos sobre saúde, educação, moradia, trabalho, segurança pública, dentre outras exigências relacionados à população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis.

O Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), organização popular notável de escala nacional, foi selecionado por possuir origem junto ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), surgindo no ano de 2005. Sua origem

¹⁴ A cidade de São Paulo possui diversos movimentos sociais que desenvolvem projetos junto à população de rua, dentre eles: a Organização do Auxílio Fraternal (OAF), organização sem fins lucrativos com inspiração no trabalho missionário da Igreja Católica, entre as pioneiras dos trabalhos desenvolvidos junto à população de rua no município de São Paulo (BARROS, 2004; DE LUCCA, 2007; OAF, 2020); o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que se intitula como promotor de ações não assistencialistas sem fins lucrativos ou econômicos; desde 1988, tem atuado junto aos sujeitos de baixa renda, os quais possuem seus direitos violados, buscando conferir a este contingente o papel de protagonista social por meio de programas que defendem os direitos sociais, trabalho e moradia digna (GASPAR GARCIA, n. d.); o SP Invisível é outra organização não governamental que tem auxiliado a população em situação de rua, provendo kits assistenciais e eventualmente documentado histórias biográficas dos sujeitos em situação de rua (SPINVISÍVEL, 2021).

¹⁵ A cidade de São Paulo, como maior centro econômico do Brasil (INVESTSP, s. d.), possui diversos exemplos de organizações e ações da sociedade civil e governamentais no cuidado com a população em situação de rua (DE LUCCA, 2007). Em 2019, no último censo sobre população em situação de rua, a empresa Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda. registrou, na cidade de São Paulo, 24.344 pessoas em situação de rua (SÃO PAULO, 2019b), apresentando um acréscimo de 8.439 pessoas nessa condição em relação ao ano de 2015 (SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO, 2020). No estado de Minas Gerais, o levantamento realizado pelo Polos de Cidadania, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), contabilizou 18 mil pessoas em situação de rua e, na cidade de Belo Horizonte, foi estimado mais da metade dessa população utilizando as ruas como meio de sobrevivência (RONAN, 2020).

foi marcada por protesto após a chacina da praça da Sé e possui lideranças formadas por pessoas com trajetória de rua até o presente momento; tem lutado e defendido os direitos da população em situação de rua, participando de protestos, manifestações, fóruns e debates com gestores públicos, na tentativa de efetivar o que preconiza a legislação e denunciar as ilegalidades acometidas à população em situação de rua (DE LUCCA, 2007).

A Associação Rede Rua, como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, busca, desde 1991, contribuir para o desenvolvimento de uma rede de relações que possa promover o resgate da cidadania e o direito à vida digna da população em situação de rua (REDE RUA, 2021a). A organização se estrutura sob três eixos: promoção humana; comunicação, educação e cultura; e articulação social. Intenta constituir alternativas em somar forças com outras instituições, ampliar a divulgação e denunciar ações que envolvem a luta da população de rua. A Rede Rua realiza e participa de eventos, tendo em vista a reflexão sobre políticas públicas que possam contribuir para a promoção da cidadania e o avanço pela inclusão social. A atuação da entidade tem se desdobrado em projetos de comunicação popular por meio do jornal O Trecheiro, o qual é um meio significativo de registro, denúncias, reivindicações de direitos e promoção do protagonismo da luta da população em situação de rua, bem como intenta ampliar a voz dessa população no meio urbano. A atuação desta associação tem promovido a troca de conhecimentos ao vincular os projetos de diversas entidades no cuidado com a população de rua criando uma grande rede de ações, o que possibilita a articulação de pessoas a temas de interesse nacional e internacional.

O Caso da Cáritas, confederação com mais de 160 organizações vinculadas, está presente em cinco continentes e é organizada nos níveis local, diocesano, nacional, regional e internacional. Esta Confederação tem buscado ser resposta antes e depois da emergência, atuando em distintas áreas, a saber: convivência com biomas; economia popular solidária; formação; gestão de resíduos sólidos com ênfase em catadores; institucional; meio ambiente gestão de riscos e emergências; migração, refúgio e apátridas; mulheres e equidade de gênero; mundo urbano; povos e comunidades tradicionais; programa infância, adolescência e juventude (PIAJ); segurança alimentar e nutricional; e voluntariado (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021). Apesar dos indícios de transformação social pautados na convicção de missão evangelizadora, a Cáritas tem desempenhado ações significativas com a população em

situação de rua na Cidade de Campinas, sem a relação unívoca com assuntos pastorais ou evangelizadores.

Dentre as adversidades que acometem a população em situação de rua, a falta de moradia é uma das condicionantes que levam muitos a se encontrarem e a permanecerem em situação de rua, utilizando apetrechos encontrados no espaço urbano como estratégia de sobrevivência. No Brasil, a moradia é a última assistência no atendimento a esta população e, com o aumento desse contingente em outros países, a União Europeia buscou constituir respostas mais incisivas por meio do projeto *Housing First* (BRASIL, 2019). Este projeto confere acesso imediato a uma casa e é regido pelos seguintes princípios: moradia é um direito humano; usuários têm controle e escolhas autônomas; separação entre moradia e tratamento; orientação ao tratamento; redução de danos; engajamento ativo sem coerção; planejamento centrado na pessoa; e atenção flexível quando necessária (BRASIL, 2019). O objetivo principal do *Housing First* é inverter o processo no atendimento à população de rua, que é realizado por meio da intervenção em escala, onde os sujeitos são conduzidos por uma série de programas de assistência social para poder ter acesso à moradia - modelo ainda vigente no Brasil.

Serão abordados a seguir estes exemplos e, ao final, o *Housing First* e como este programa pode ser indicativo de respostas eficazes para a crise humanitária encontrada nas ruas.

1 PASTORAL DO POVO DE RUA

A Pastoral do Povo de Rua é uma organização religiosa e tem como missão “ser presença junto à população em situação de rua e dos lixões, reconhecer e celebrar os sinais de Deus presentes na sua história e desenvolver ações que transformem a situação de exclusão em projetos de vida para todos.” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 6). A Pastoral é uma ação urbana da Igreja Católica, institucionalizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que por sua vez congrega bispos que buscam exercer funções pastorais direcionadas aos fiéis, procurando dinamizar sua missão evangelizadora e realizar evangelicamente serviços de amor para edificar uma sociedade justa, fraterna e solidária, em direção ao reino definitivo (IMPrensa CNBB, 2020).

A preocupação para que as ações não se restrinjam ao assistencialismo provisório, mas que busquem propor alternativas de transformação social é a diferença entre a atuação pastoral e as demais atividades sociais desenvolvidas por outros grupos da igreja. O objetivo da entidade esclarece que sua atuação busca construir “alternativas em defesa da vida e que contribuam na elaboração de políticas públicas” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 6).

Essa organização religiosa tem desempenhado atividades¹⁶ ao longo de muitos anos com a população em situação de rua e com catadores de materiais recicláveis, bem como auxiliado muitos grupos que pretendem se envolver na causa no desenvolvimento de ações que vão além de medidas emergenciais. Para a Pastoral do Povo de Rua, as inúmeras experiências adquiridas junto a esta população, lhe proporciona conhecer a realidade, as pessoas e seus desafios, visando criar vínculos e estabelecer parcerias para potencializar suas ações (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015), sobre as quais a Pastoral afirma que:

[...] como bem recorda o papa Francisco em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, “os planos de assistência, que ocorrem a determinadas emergências, deveriam considerar-se apenas como respostas provisórias. Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais” (EG, 207). Não podemos esquecer, diz Francisco, que o pedido de Jesus aos discípulos: “dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6,37) “envolve tanto a cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos” (EG, 188). Dois aspectos importantes e inseparáveis: os gestos cotidianos de solidariedade e a luta pela transformação das estruturas da sociedade. (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 6 e 7)

De fato, os fundamentos religiosos são inerentes à causa, o que poderia indicar ensinamentos e códigos morais da religião católica como veículo de cristianização da população em troca do assistencialismo e meios de superação da situação de vida precária. No que tange ao entendimento que a Pastoral expõe sobre a necessidade da transformação das estruturas da sociedade em favor da igualdade social, preconiza seu envolvimento na luta pela reforma social e em ações assistenciais como resposta à situação emergente.

De acordo com a Pastoral, os princípios que regem a causa estão intrinsecamente relacionados à sua identidade e caracterização, sendo refletidos mediante seu cuidado com a

¹⁶ Na cidade de São Paulo, o Padre Júlio Lancellotti é um importante protagonista na luta junto à população em situação de rua e aos catadores de materiais recicláveis, desde o final da década de oitenta (DE LUCCA, 2007).

população em situação de rua e com os catadores de materiais recicláveis (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015). As diretrizes da Pastoral, sendo fruto de sua experiência, que orientam suas prática-metodológicas, indicam seu compromisso e dinamização na atuação com os sujeitos, ressaltando que princípios e diretrizes são fundamentais para realizar atividades que possam ser eficientes em vista de soluções, como mencionado a seguir:

[...] Por princípios pastorais, entendemos, aqui, aquilo que, em última instância, constitui e caracteriza nossa ação pastoral. Eles dizem respeito à nossa identidade mais profunda e radical, aos fundamentos últimos de nossa ação pastoral, aquilo que nos identifica e nos caracteriza, enfim, aquilo que nunca pode faltar. Por diretrizes pastorais, compreendemos, as orientações prático-metodológicas, fruto da experiência acumulada e refletida. Elas têm a ver, portanto, com o “como” da ação pastoral e, nesse sentido, dependem sempre da situação, dos sujeitos e das reais possibilidades de ação. O que funciona com um grupo e em determinada situação pode não funcionar com outro grupo e em outra situação. [...] princípios sem diretrizes terminam inoperantes e ineficazes e diretrizes sem princípios terminam em ativismo e pragmatismo sem rumo e sem critério. [...]. Os princípios, na medida em que tocam na identidade mais profunda e radical, é [são] algo constante e permanente, por mais dinâmicos que sejam. Já as diretrizes, na medida em que dizem respeito ao como da ação, tem um caráter mais circunstancial e conjuntural, por mais que algumas diretrizes sejam mais conjunturais que outras. (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 7)

Os princípios da Pastoral, em vista de sua distinção das demais organizações, se estruturam mediante a: “centralidade do reinado de Deus; humanização da vida e das relações; protagonismo do povo da rua e dos catadores de material reciclável; mobilização e organização social; ecumenismo e diálogo inter-religioso; construção de uma nova sociedade – civilização do bem viver e do bem conviver” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 9).

A centralidade no reino de Deus indica “a continuação da ação de Jesus” (Ibidem, p. 9), em que a igreja deve dar continuidade à missão de Jesus Cristo, em realizar justiça aos marginalizados, a saber o pobre, doentes, órfãos, viúvas, estrangeiros, bem como todos aqueles que são rejeitados e excluídos pela sociedade formalizada (Ibidem, p. 9). Ser discípula e missionária de Jesus Cristo poderia preconizar uma evangelização segunda a fé cristã. Contudo, é por meio da busca por viver e agir como Jesus, que a Pastoral do Povo de Rua se uni a Jesus e busca colaborar “na realização do reinado de Deus neste mundo, isto é, de sua justiça aos pobres e oprimidos, concretamente, ao povo da rua e aos catadores de material reciclável” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 11).

Segundo a Pastoral, a situação de vida precária pode ser uma realidade tão dura e cruel a ponto de desumanizar as pessoas. A busca por humanizar a vida e as relações desse

contingente, como segundo princípio, caracteriza o modelo de atendimento oferecido por esta organização, que visa, em primeiro lugar, ter atenção, preocupação e a procura do bem-estar da população em situação de rua e dos catadores de materiais recicláveis. Estabelecer relações humanas e fraternas pode ser uma ação fundamental para reafirmar a dignidade desses sujeitos, recuperar sua autoestima e, para a Pastoral, redescobrir e reafirmar o amor e o cuidado de Deus por essas pessoas, possibilitando a abertura de novos horizontes e perspectivas que podem liberar a imaginação, a fantasia, alimentar a esperança, desbloquear a criatividade e mobilizar a ação e reconstrução de vida (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 12 e 13). Os agentes da Pastoral, ao perceber a necessidade de criar relações além dos interesses de organização na luta e mobilização em defesa dos direitos, têm buscado “o autêntico amor” o qual para eles “é sempre contemplativo”, o que os permite servirem “o outro não por necessidade ou vaidade, mas porque ele é belo, independentemente de sua aparência.” (Ibidem, p. 12 e 13).

Ao desenvolver o processo de humanização da vida e das relações do contingente assistido, a Pastoral busca possibilitar o fortalecimento de seu protagonismo, como “principais sujeitos de suas vidas e de sua história”. Segundo a Pastoral, estas pessoas são constantemente condicionadas e limitadas em vários aspectos e a autonomia promovida pode tecer um caminho da não dependência, pois “sem isso, não há verdadeira humanização (tornar-se humano), mas apenas domesticação (animal domesticado).” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 15). Destaca-se que, para a Pastoral, o grande desafio diz respeito a:

[..] percebermos e ajudar as pessoas a perceber suas potencialidades; enfrentar e romper as barreiras dos preconceitos e da marginalização social que eles mesmos acabam interiorizando (bandidos, preguiçosos, acomodados, marginais etc.); ir buscando e construindo alternativas de vida, tanto individual quanto coletivamente; reconhecer e respeitar a situação, as possibilidades e os processos de cada grupo e cada pessoa; promover e fortalecer os mais diversos vínculos de solidariedade entre eles e potencializar comunitária e politicamente esses vínculos em vista da conquista e garantia de direitos. (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 15)

No que tange à participação desta organização religiosa na construção de um modelo de sociedade, por meio da mobilização e organização social, a Pastoral entende que olhar com compaixão, disponibilizar um atendimento humanizado e direcionar os sujeitos para o protagonismo, não seja suficiente. Estes agentes compreendem que a situação da população de rua e dos catadores de materiais recicláveis são frutos do “modelo de sociedade excludente que se organiza não em vista de garantir condições decentes de vida para todos, mas em vista

de garantir o crescimento e a acumulação de bens e riquezas. E nessa lógica, muita gente acaba sobrando e sendo descartada.” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 16). Para a Pastoral, o Estado a serviço do bem comum, tem sido somente um instrumento político e jurídico, que viabiliza e legitima os interesses e privilégios das elites, restando aos demais políticas compensatórias para ações assistencialistas diante da emergência, o que poderia gerar dependência (Ibidem, p. 16).

Sem dúvida, os gestos de solidariedade entre e com o povo da rua e os catadores de material reciclável bem como as políticas de proteção e assistência do Estado são de fundamental importância, dada a situação limite em que eles se encontram. Mas são ações emergenciais que não resolvem o problema e podem acabar gerando dependência. [...] Nenhuma pessoa e mesmo nenhum grupo têm condição de resolver essa situação. E nem as políticas de assistência são suficientes porque não passam de ações emergenciais e provisórias, por mais importante e necessário que sejam! As pessoas vão continuar sempre dependendo das “bolsas” e não construindo sua dignidade e autonomia. (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 16)

Nesse contexto, a Pastoral do Povo de Rua entende ser necessário orientar e mobilizar uma organização social para que se possa conquistar e garantir direitos, bem como interferir nas estruturas injustas e excludentes da sociedade, pois “sem transformação das estruturas da sociedade não haverá mudança significativa dessa situação. E sem mobilização e organização social não haverá transformação das estruturas sociais” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 16).

O princípio relacionado ao ecumenismo e diálogo inter-religioso é estabelecido mediante o encontro da Pastoral com pessoas ou grupos que se identificam com a causa, mas que possuem diferentes tradições religiosas ou que não possuem nenhum vínculo religioso. Partindo da perspectiva de que esta organização religiosa é regida pelo princípio de justiça aos pobres e oprimidos, a Pastoral busca um relacionamento de trocas religiosas e humanitárias entre os que desempenham alguma atividade voltada para a população em situação de rua e os catadores de materiais recicláveis, com o intuito de unir forças na luta por dignidade e direitos (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 18-19). O respeito por outras crenças religiosas, no nosso entender, assinala a sensibilidade da Pastoral não somente com a causa, mas no entendimento da diversidade das tradições religiosas no intuito de “superar e evitar todo tipo de fundamentalismo e intolerância religiosos” (Ibidem, p. 19).

Para a Pastoral, o processo de humanização da vida e das relações do povo de rua e dos catadores de materiais recicláveis, bem como a organização e mobilização social junto ao

fortalecimento das relações entre igrejas e religiões, são fundamentais para que estes sujeitos se tornem cada vez mais protagonistas de suas vidas e colaboradores na construção de um novo corpo social. Sobre as ações sociais, a Pastoral afirma que:

Os problemas e os desafios do povo da rua e dos catadores de material reciclável são, em grande medida, os problemas e os desafios de muitos outros grupos que são excluídos em nossa sociedade. Sozinho, nenhum grupo tem força suficiente para mudar essa situação nem vai conseguir muita coisa. Mas juntos podem muito mais. Daí a importância e necessidade de construir uma grande aliança dos setores populares marginalizados. Mesmo que cada grupo tenha sua especificidade, todos eles têm em comum a necessidade de transformação das estruturas da sociedade e podem somar força em muitas lutas. (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 20)

Sob essa perspectiva, a Pastoral estabelece seu último princípio, a “construção de uma nova sociedade – civilização do bem viver e do bem conviver” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 20). Para a Pastoral este princípio visa a construção de um novo mundo, uma nova civilização, indicando o “sinal do reinado definitivo de Deus neste mundo que, embora diga respeito a todas as dimensões da vida humana e a todas as pessoas, tem como característica e critério primeiro a justiça aos pobres, oprimidos e fracos” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 21). Embora haja ecumenismo expresso por essa organização e a busca pela construção de um novo corpo social, há indicações que podem sugerir meios metodológicos pautados na catequização dos sujeitos, condicionando suas crenças como instrumento de transformação social. As mudanças das estruturas da sociedade poderiam estar sujeitas a institucionalização da adoção do cristianismo.

Os princípios da Pastoral buscam fundamentar e orientar os critérios de sua atuação, desdobrando-se em diretrizes que determinam o desenvolvimento e a prática de metodologias de ação. Para a organização, os procedimentos desempenhados junto à população atendida são fruto do trabalho realizado há décadas e “não são uma receita para ser copiada e seguida mecanicamente. São orientações que podem ajudar a desenvolver e dinamizar o trabalho pastoral” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 23).

Dentre as diretrizes, a Pastoral preconiza a criação de comunidades de fé e vida entre os catadores e a população em situação de rua na tentativa de criar vínculo comunitário, visando estreitar os laços e fortalecer a identidade do grupo. Para que esta diretriz se concretize por meio de ações, a Pastoral dispõe de um local onde todos possam ser estimulados a realizações de cuidado pessoal e espacial e valorizar a contribuição de cada um, seja ela na limpeza, organização, preparo de lanches ou financeiramente. “Despojamento,

empatia, abertura para o diferente, ausência de moralismo, respeito, perseverança, capacidade de compreender sem julgar” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 26), são alguns dos pressupostos fundamentais da Pastoral.

Fortalecer a organização e participação dos catadores e da população em situação de rua em vista à transformação social, diz respeito à segunda diretriz dessa Organização. A ação promovida por meio dessa diretriz se refere à constituição de um grupo social e não apenas um conjunto de indivíduos formado pela população de rua. Para a Pastoral, é necessário estabelecer reflexões e discussões sobre a realidade desses sujeitos e as razões mais amplas que determinam sua existência, pois são cidadãos portadores de direitos e que necessitam conquistá-los. Garantir a capacitação e formação do grupo, analisar o contexto político, econômico e social que os cerca e afirmar princípios éticos, transparência e respeito mútuo, são algumas das orientações da Pastoral que visam atender às demandas dos sujeitos, colocando-os como protagonistas (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015).

Nesse contexto, a Pastoral, em sua terceira diretriz, visa contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas e o exercício da participação social. Esta diretriz se desdobra em ações em parcerias com o poder público, visando sua participação em conferências, conselhos, bem como na constituição de fóruns e comitês, na tentativa de debater assuntos relacionados à população em situação de rua. Estas ações, segundo a Pastoral, não dizem respeito ao simples monitoramento de políticas públicas, mas a “garantir a incidência na elaboração e implementação das políticas estruturantes. Só assim é possível que elas sejam realmente inclusivas e promovam a mudança social que se busca” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 31).

É função da Pastoral promover seminários e cursos que possam capacitar e qualificar sua atuação em conjunto com a população de rua nos debates, com o intuito de produzir conhecimento, reivindicar direitos e contribuir com respostas para necessidades de saúde, educação, moradia, trabalho, segurança pública, dentre outras exigências (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015). Para a organização, o maior desafio concerne em contribuir no processo de implementação de políticas públicas, pois exige maior articulação com os setores institucionais, como afirma a seguir:

As políticas públicas devem ser efetivamente inclusivas, tendo em vista os princípios de universalidade e de equidade, garantia de financiamento e regulamentação em

lei. Não podem, em hipótese alguma, promover a segregação e a guetificação do povo. Nesse sentido, devemos optar sempre por garantir políticas amplas, não focalizadas, que se integrem e dialoguem entre si, evitando a fragmentação, superposição e ineficácia.

Esse processo de participação precisa ser completamente apartidário, com visão crítica e com foco na mudança de realidade da população de rua e catadores, visando a garantia e efetivação de direitos. A cooptação também é uma ameaça constante nos espaços de construção de políticas públicas. E é diante dessa ameaça, sobretudo, que se faz necessário manter uma postura crítica diante dos governos, reconhecer as ações positivas, denunciar o que não é benéfico para o povo. (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 31)

A quarta diretriz se refere à articulação e sensibilização da sociedade e da Igreja para a garantia dos direitos do povo da rua. A Pastoral busca realizar eventos com o uso lúdico, da arte e celebrações litúrgicas, “tais como a semana santa e natal” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 33), visando a participação dos sujeitos em situação de rua no intuito de promover visibilidade positiva sobre essa população e mudanças não somente no quadro legal brasileiro, mas na percepção desse contingente pelo conjunto, corpo social e igreja. Para a Pastoral, discutir o tema da população em situação de rua com toda a sociedade, poderia reverberar de modo mais amplo, questionando o preconceito e a violência sofrida por estes sujeitos (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015).

Os aspectos importantes para a Pastoral mediante essa diretriz, tangem à realização de seminários que promovam o debate sobre população em situação de rua, com participação popular, do poder público e da igreja. Esta organização objetiva, também, orientar e divulgar matérias midiáticas em espaços de discussões, propiciando visibilidade às manifestações de solidariedade na trajetória de rua. Desse modo, propõem “combater campanhas que não atingem as causas, mas só os efeitos, do tipo ‘não dê esmola’” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 34), visando contribuir com a mudança de estereótipos que a sociedade impõe sobre a população em situação de rua.

Nesta direção, a Pastoral, em sua última diretriz, intenta fortalecer sua organicidade, identidade e a comunicação social. A efetivação dessa diretriz corresponde à unidade Pastoral de nível nacional e, simultaneamente, a sua atuação em nível local, respeitando as especificidades de cada lugar sob a criação de uma estrutura organizacional a qual “possibilite formar agentes, fornecer informações, estabelecer metas e indicadores e garantir a comunicação e troca de experiências” (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 35). Sobre os vínculos e trocas de experiências, a Pastoral afirma que:

Manter vínculo com a Igreja local e com a Pastoral Nacional do Povo da Rua proporciona um canal aberto para discussões sobre o povo da rua e dá respaldo para as ações realizadas pelas equipes locais. A Ação Pastoral representa a ação da Igreja junto ao povo da rua e nesse sentido essa sintonia potencializa as ações e unifica a missão. (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015, p. 35)

A finalidade da Pastoral é fundamentar ações que sejam planejadas, avaliadas e sistematizadas por meio de sua metodologia específica, concernindo com seus princípios e diretrizes. Para divulgar e denunciar violações de direitos, ações e a realidade dos desafios enfrentados pela população em situação de rua, a Pastoral faz uso de *blogs* e perfis em redes sociais, participações por meio da televisão, rádio e jornal, bem como pela procura constante de capacitação de seus agentes, para dar visibilidade às ações desenvolvidas (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015).

É indiscutível o compromisso da Pastoral com a causa no desempenho de atividades que vão além de medidas paliativas, procurando desempenhar ações de denúncia, reivindicação e auxílio no desenvolvimento de políticas públicas. No entanto, em seu comprometimento em potencializar a luta junto ao povo de rua e aos catadores de materiais recicláveis, transparece uma ambiguidade, uma vez que a fortificação da causa regida por preceitos religiosos pode ser entendida como meio de evangelizar sujeitos que se encontram fragilizados e necessitados das condições básicas de manutenção da vida. As ações que procuram atender não somente as necessidades urgentes, mas que visam a reestruturação social, podem instituir um ordenamento social pautado em preceitos religiosos. A doutrinação dos sujeitos por meio de crenças, mediante a qual a Pastoral se fundamenta, pode induzir diretamente no poder de suas escolhas, influenciando-os a viverem de acordo com os princípios religiosos originários da organização. Para divulgar e denunciar violações de direitos, ações e a realidade dos desafios enfrentados pela população em situação de rua, a Pastoral faz uso de *blogs* e perfis em redes sociais, participações por meio da televisão, rádio e jornal, bem como pela procura constante de capacitação de seus agentes, para dar visibilidade às ações desenvolvidas.

Compreende-se que o protagonismo difundido pela Pastoral do Povo de Rua ao longo dos anos não se limita à intensão de colocar em prática princípios e diretrizes de caráter religioso. Como exemplaridade, na cidade de São Paulo, o Padre Júlio Lancellotti tem exercido diversas atividades no bairro da Mooca junto ao povo de rua e os catadores de materiais recicláveis, e sofrido constantes ameaças (BETIM, 2020). Distribuição de roupas, cestas

básicas, café da manhã, atendimento de atenção à saúde (BETIM, 2020), quebra de pedras a marretadas sob viaduto (TAMAMOTO, 2021), petições frente ao poder público (ASSUNÇÃO, 2021), são algumas das ações desempenhadas pelo Padre junto aos voluntários em protestos a medidas higienistas, desumanas e hostis e respostas à carência de subsistência de vida. Em uma entrevista publicada pelo jornal El País, o Padre Lancelotti afirma que: “Eu não trabalho com morador de rua. Eu convivo com eles. Porque trabalhar parece que são objetos. É preciso olhar para a vida de forma humana. Isso não é tarefa só para os religiosos. Mas eu não conseguiria viver a dimensão religiosa sem humanizar a vida” (BETIM, 2020).

2 MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA E DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – MNPR

Em Brasília, no ano de 2001, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, ocasião em que foi fundado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e realizada a 1ª Marcha Nacional da População de Rua (DE LUCCA, 2007; MNPR, 2010). No mesmo ano, 2001, foi fundado o Fórum de Estudos sobre População em Situação de Rua, sob a coordenação de Cleisa Maffei Rosa¹⁷, que tinha como intuito incentivar a pesquisa sobre este contingente. Posteriormente, o Fórum passou a incluir além de pesquisadores, profissionais da área e os próprios sujeitos de rua, alterando sua nomenclatura para Fórum de Debates sobre População em Situação de Rua, em 2001 (DE LUCCA, 2007).

O Fórum, inicialmente, localizava-se em São Paulo, no bairro Barra Funda, na Oficina Boracéia¹⁸ e “hoje se configura como um espaço público ‘intermediário’” (MNPR, 2010, p. 12), ou seja, sem localização física fixa, “construindo paulatinamente uma linguagem comum capaz de articular uma gramática de relações entre poder público, organizações religiosas e experiências de rua” (MNPR, 2010, p. 84). No entanto, mesmo com a diversificação de agentes

¹⁷ Cleisa Maffei Rosa, na época supervisora regional da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social – região Sé-Lapa (DE LUCCA, 2007, p. 84), organizou o Fórum para que debates sobre a população em situação de rua, as diferentes experiências de abordagens, atividades e serviços desenvolvidos com este contingente, pudessem se converter em políticas públicas (DE LUCCA, 2007).

¹⁸ A Oficina Boraceia é uma ação concreta da rede de atendimento referente a albergues, estando situada na região oeste, no bairro Barra Funda, São Paulo. O projeto, de autoria do arquiteto Roberto Loeb, se deu em 2002 e foi concluído em 2003, partindo da necessidade de um centro social para suporte à população em situação de rua (LOEBCAPOTE, 2003), no intuito de servir como programa piloto para projetos análogos, no cuidado, acolhimento e meios para superação da situação de rua (SIMÕES, 2012).

participantes no Fórum, a população em situação de rua se sentia inibida diante dos técnicos da área. Nesse cenário, surge a necessidade de autonomia da população de rua, do sujeito dar voz a sua própria luta, como afirma De Lucca (2007):

Ao tornar-se alvo de múltiplas interferências religiosas, demográficas, políticas e urbanas, esta realidade ganha forma, número, direito e um nome próprio que baliza uma luta por reconhecimento e redistribuição. Assim, de objeto, a população de rua passou a se colocar como um sujeito que busca tomar o poder da palavra sobre si – um sujeito que é falado e que agora passa a falar –, e neste processo apropria-se dos esquemas classificatórios e das convenções que se encontravam no meio em que fora historicamente produzido. (DE LUCCA, 2007, p. 124)

Em 2004, ocorreu o Festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte, possuindo como tema os catadores de materiais recicláveis e a população de rua. Este evento e os acontecimentos anteriores foram bases fundamentais para o lançamento do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR (DE LUCCA, 2007; MNPR, 2010). O massacre da praça da Sé¹⁹, no ano de 2004, também proporcionou mais visibilidade à luta pelos direitos da população de rua. A violência e as mortes contra este contingente tiveram repercussão internacional, sendo um acicate para protestos, fomentando o debate sobre direitos e a necessidade de organização de um movimento social voltado aos interesses dessa população (DE LUCCA, 2007; MNPR, 2010; CUNHA; RODRIGUES, 2009; REDAÇÃO RBA, 2018).

Nesse contexto, o Movimento surge em setembro de 2005, a partir de histórias de pessoas em situação de rua, de catadores de materiais recicláveis, encontros e mobilizações, reunindo a participação de representantes de várias cidades, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá (MNPR, 2010). Sobre o histórico das mudanças ocorridas nas circunstâncias de rua e os diversos agentes vinculados à luta, De Lucca²⁰ afirma que este foi resultado do:

[...] impressionante crescimento numérico deste contingente registrado nos últimos quinze anos, a propagação de notícias veiculadas em periódicos sobre o tema e a considerável ampliação do aparato institucional direcionado a esta população. O que deve ser assinalado é que o aumento em *quantidade* de números, discursos, instituições e agentes voltados a esta questão, também alterou significativamente sua *qualidade*. Ainda que todos estes agenciamentos apóiem-se localmente sobre

¹⁹ O ocorrido vitimizou fatalmente sete pessoas em situação de rua, o que as levou à morte no centro de São Paulo, deixando, ainda, seis pessoas gravemente feridas e até hoje os acusados permanecem impunes (REDAÇÃO RBA, 2018).

²⁰ De Lucca é doutor em Ciências Sociais (Unicamp) e mestre em Antropologia Social (USP), com título de pesquisa: “A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua”. O autor é bacharel em Geografia (USP) e em Sociologia e Política (FESP-SP), possuindo experiência nas áreas da antropologia urbana e geografia política. Para mais informações ver: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

procedimentos de interdição e regulação, eles operam através de uma rede de mecanismos entrecruzados que passa a legitimar e suscitar a emergência da população de rua como um *sujeito coletivo de direitos*. (DE LUCCA, 2007, p. 106)

Para o MNPR, “a situação de rua é o resultado de uma sociedade profundamente dividida e desigual” (MNPR, 2010, p. 3) e a organização desses sujeitos que sobrevivem nas ruas ou que possuem trajetória de rua, permite contribuir com sua formação política, na conquista de direitos e luta para sua efetivação (MNPR, 2010).

Fazer a população em situação de rua conhecer seus e direitos e orientá-los, caso estes sejam violados, é um dos objetivos do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, tendo em vista consolidar os direitos adquiridos (DE LUCCA, 2007; MNPR, 2010). De acordo com o MNPR, as principais violações contra este contingente, são:

[...] • chacinas e extermínios • espancamentos • retirada dos pertences • jatos de água • coação • agressão verbal • detenção por vadiagem • impedimento de acessar serviços e espaços públicos • expulsão das regiões centrais da cidade • impedimento de entrar nas cidades • proibição de doações • cadastro e abrigamento obrigatórios • apreensão de documentos • não atendimento pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) • criminalização da situação de rua e da pobreza. (MNPR, 2010, p. 17)

Em resumo, para o MNPR (2010), a desumanização da população em situação de rua é o resultado do preconceito, violência e descumprimento da lei. Conhecer os direitos de ir e vir, direitos sociais, econômicos e culturais, bem como realizar boletins de ocorrência, procurar entidades para encaminharem denúncias ao Ministério Público, organizar manifestações, audiências públicas e utilizar o serviço do Disque 100, são algumas das orientações do MNPR para o contingente de rua, caso seus direitos sejam violados (MNPR, 2010).

Nessa conjuntura, o MNPR “surgiu para enfrentar os riscos na rua [deste contingente]. E mais, para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana” (MNPR, 2010, p. 28). Os princípios que norteiam esta organização e suas práticas políticas são: democracia, valorização do coletivo, solidariedade, ética e trabalho de base (Ibidem), o que poderia indicar a busca do MNPR por uma sociedade em que todos os cidadãos possam ter voz, participando com propostas e concepções de leis. A luta coletiva pela causa, possuindo como base a solidariedade, indica um potencial para colocar em prática regras morais no sentido de educar, organizar e redirecionar a sociedade em direção à justiça e igualdade.

As bandeiras de lutas propostas pelo MNPR preconizam o resgate da cidadania por meio do trabalho digno, salários suficientes para o sustento, moradia digna e atendimento à saúde (MNPR, 2010, p. 30). O resgate da cidadania por meio do trabalho digno parece indicar a busca por um cidadão de direitos e de deveres por meio do desempenho de ofícios, no esforço em alcançar qualidade de trabalho, qualificação para os sujeitos e reconhecimento sociopolítico da pessoa humana que se encontra em situação de rua. A pretensão de salários suficientes para o sustento pode ser um manifesto da insatisfação do MNPR em relação às remunerações que a população de rua tem recebido pelos serviços prestados, bem como a bandeira de moradia digna e atendimento à saúde, sendo uma evidência da carência e necessidade enfrentada pelos sujeitos.

Para De Lucca, O MNPR apresenta relações e alianças políticas bastante complexas, marcadas “por trajetórias pessoais de instabilidade, precariedade e experiências de rua” (DE LUCCA, 2007, p. 108), o que muitas das vezes pode assinalar desentendimentos internos à articulação deste movimento. Apesar das divergências de posicionamento entre os apoiadores e a liderança do MNPR, o Movimento é dependente dos projetos sociais voltados para a população de rua desenvolvidos por estes apoiadores/entidades. Sobre essa dependência, De Lucca (2007) afirma que:

[...] este movimento se encontra em processo de construção, e continua dependente de apoios de instituições e organizações sociais. Segundo Anderson, “o papel do movimento é cobrar seus direitos, cobrar politicamente a Lei de Atenção da População de Rua”, sendo que “a proposta é colocar a população de rua na frente do embate, já que muito daquilo que pensamos, não chega através daqueles que falam por nós, e, continua, “temos de saber distinguir entre filantropia e pilantropia”. Um dos principais desafios do MNPR parece ser conseguir alcançar pelo menos uma certa autonomia em relação às organizações que os apóiam e que são, ao mesmo tempo, tão criticadas por alguns de seus integrantes. O Movimento dos Catadores (MNCR) é atualmente o movimento social que possui maior interlocução com o Movimento da População de Rua (MNPR) e no qual este último se espelha. (DE LUCCA, 2007, p. 114 – 115)

Anderson Lopes, um dos principais representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua no polo de São Paulo, faz parte dos que possuem trajetória de rua. Este personagem foi fundamental na instituição do MNPR e De Lucca (2007) ao narrar alguns eventos e episódios da vida de Anderson, menciona que este passou por várias instituições, foi catador de materiais recicláveis e depois “pegou o trecho” (DE LUCCA, 2007,

p. 108)²¹. Anderson Lopes nasceu em São Paulo em 1975, filho de imigrantes, foi abandonado em um orfanato apenas com 3 meses de vida, o que corroborou com sua experiência institucional desde então (DE LUCCA, 2007).

Sua história de desavenças no que diz respeito aos seus relacionamentos interpessoais, levando-o a sobreviver nas ruas, é o resultado que caracteriza muitos dos que se encontram em situação de rua. Morar em orfanato, disputar por espaço e comida, depender de doações, morar em república, pernoitar nas ruas como fuga dos problemas de convivência, perder o emprego e corporificar a situação de rua, adentrando mais uma vez nas experiências institucionais, são alguns dos desafios enfrentados por Anderson Lopes em sua trajetória de vida²² (DE LUCCA, 2007). As dificuldades são muitas e, nesse percurso, Anderson Lopes transitou por outros empregos, saiu e voltou da situação de rua, passou por sistemas albergais, trabalhou na Cooperativa Coopamare e realizou várias viagens pelo interior dos estados de São Paulo, Bahia e Minas Gerais (DE LUCCA, 2007). Estas experiências corroboraram para que Anderson “elaborasse um saber mais amplo sobre a questão da população de rua em outras partes do país” (Ibidem, p. 113), conectasse com os demais atores na luta pela causa abordada, tornando-se conhecido o que permitiu desenvolver sua liderança sobre o MNPR. A exemplaridade da vida de Anderson Lopes, mesmo que resumidamente, nos permite aproximar um pouco mais da situação de rua e das adversidades enfrentadas.

Os problemas para a existência do MNPR são diversos e, de acordo com De Lucca (2007), além das divergências com as lideranças de entidades envolvidas na causa, apresentam dificuldades em estabilizar o escritório do Movimento em um só local, vagando de um lugar para outro, na dependência de apoiadores. Neste cenário, De Lucca afirma que “a falta ou a dificuldade de lidar com as ‘bases’ locais —, certamente é um elemento que

²¹ O termo trecheiro significa aquele que trafega por várias estradas e conhece bem a região por onde está passando. Para mais informações ver: disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/trecheiro/>>. Acesso em: 23 jul. 2021. Em 1995, o jornal O Trecheiro relatou algumas entrevistas sobre o que significa ser trecheiro e se a população de rua se considerava Trecheiro. Alguns dos relatos se resumem em: “[...] fui para o trecho porque não dava certo eu morar com minha mãe. Não sei se sou trecheiro. Eu sei que vivo na rua [...]” (GONÇALVES, apud O TRECHEIRO, 1995); “[...] não me considero trecheiro. Não sei o que é ser trecheiro [...]” (OLIVEIRA, apud O TRECHEIRO, 1995); “Estou há 10 anos no trecho, mas não me considero trecheiro. Sou um cidadão [...]” (NASCIMENTO, apud O TRECHEIRO, 1995); “[...] me considero trecheiro porque o único lugar que posso ficar é a rua. Não posso pagar aluguel. Trecheiro é a pessoa que não tem condição [...]” (SILVA, apud O TRECHEIRO, 1995).

²² Para mais informações sobre a vida de Anderson Lopes, ver dissertação do De Lucca (2007, p. 106–114). Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140625/pt-br.php>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

diferencia o MNPR, em sua organização interna, dos outros tipos de movimentos sociais” (DE LUCCA, 2007, p. 138).

O MNPR, entre seus apoiadores, possui maior vínculo com Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e, ao lado deste movimento, o MNPR tem articulado sua luta pela efetivação dos marcos legais que atendem a população em situação de rua na busca por reconhecimento e condições de trabalho digno (DE LUCCA, 2007). Nessa conjuntura, De Lucca afirma que:

[...] o Movimento dos Catadores (MNCR) remete à outra temática social, esta agora vinculada ao universo do *trabalho*, mas não a todo este universo, e sim um tipo de trabalho específico desenvolvido na rua e com o lixo. Uma das principais bandeiras de luta deste movimento é o reconhecimento dos catadores como uma categoria profissional, já que são acusados como “coisa fora de lugar” ao ocuparem o espaço público da cidade e lidarem diretamente com um material sujo e poluente. O fato de não serem considerados como categoria profissional pelas instâncias legais dificulta ainda mais sua luta por reconhecimento, pois torna possível a constante apreensão de carroças e a decorrente expulsão destes trabalhadores pela ação dos diferentes agentes disciplinadores dos espaços públicos, tais como policiais, fiscais da prefeitura e limpeza urbana. (DE LUCCA, 2007, p. 177)

A perseguição mencionada, inclusive pelo poder público, mobiliza o MNPR junto ao MNCR em reivindicações e protestos, ratificando o elo entre os dois (DE LUCCA, 2007). Dentre as manifestações realizadas por estes dois movimentos — às quais De Lucca descreve como “rituais públicos” —, o autor relata trechos dos protestos, como: “Os catadores fazem o serviço que a Prefeitura deveria fazer, não são reconhecidos e ainda são impedidos de trabalhar”, “todo ano têm uma verba para a coleta seletiva, só que ninguém sabe o que é feito dela” (ANÔNIMO apud DE LUCCA, 2007, p. 167). De acordo com de Lucca (2007), o que diferencia estes dois movimentos é:

[...] as reivindicações do MNCR orientam-se fundamentalmente em torno da prática da catação, tanto na luta pelo reconhecimento do tipo de atividade que desempenham, quanto ao direito ao uso do espaço público. Por outro lado, este último tema articula-se diretamente com uma das reivindicações do MNPR, que luta para que as pessoas que se encontram pernoitando nas ruas não sejam expulsas pelos agentes disciplinadores do espaço público, os mesmos agentes que também atuam sobre a categoria dos catadores. (DE LUCCA, 2007, p. 177)

No que tange às diversas conquistas, como resultado da organização do MNPR em várias cidades, estas reverberaram na primeira pesquisa nacional realizada entre 2007 e 2008, para contagem e caracterização da população em situação de rua no Brasil (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Citamos, também, o Decreto nº 7.053, de 2009, de âmbito federal, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de

Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CiampRua). O Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, realizado em 2009 e 2010, foi outra conquista do Movimento, que buscou capacitar lideranças por meio de seminários e fóruns, contando com parcerias entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a UNESCO e o Instituto Pólis²³ (MNPR, 2010). O MNPR ocupa cargos e participa de deliberações políticas, como Conferências e Conselhos da Saúde e Assistência Social (Ibidem, p. 30). As ações desenvolvidas pelo MNPR, na cidade de São Paulo, têm procurado pressionar os agentes estatais para que a Lei de Atenção à População de Rua se cumpra efetivamente. O MNPR também possui um polo na cidade de Campinas que, desde 2016, tem conduzido homens e mulheres em situação de rua na luta por seus direitos e dignidade para todos, segundo a redação da Agência Social de Notícias (ASN, 2016). A comunicação deste movimento em Campinas é ainda bastante incipiente, contando apenas com uma página no Facebook (MNPR CAMPINAS, 2021). Nesta foi possível verificar a divulgação de fotografias de reuniões e manifestações, sem maiores detalhes sobre o atual estágio de organização e atividades relacionadas²⁴.

3 ASSOCIAÇÃO REDE RUA

Desde 1991, a Associação Rede Rua, como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, tem buscado colaborar com a produção de uma rede de relações, que viabilize o resgate da cidadania e o direito da vida digna para o contingente em situação de rua (REDE RUA, c2021). A Organização nasceu da ideia proposta por Arlindo Dias (SVD), Lenir Albuquerque e Alderon Costa, em 1989. O objetivo era instituir um serviço de atendimento à população de rua, que se instituiu no Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados – CDCM (Ibidem). Inicialmente o Centro se localizava na torre da igreja do Bom Jesus do Brás e, em 1998, o CDCM passa por uma reorganização e desmembra alguns projetos, fazendo surgir, dessa forma, uma entidade civil com o nome de Associação Rede Rua, que priorizou desenvolver trabalhos de comunicação e assessoria (REDE RUA, c2021). De

²³ O Instituto Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais), é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que realiza pesquisas, trabalhos de assessoria ou de avaliação de políticas públicas em defesa do direito à cidade, visando o desenvolvimento local na construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. Para mais informações ver: <<https://polis.org.br/polis/o-que-e-o-polis/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

²⁴ Buscamos entrar em contato com uma representante do MNPR/Campinas pelas mensagens privadas do *Facebook* e posteriormente pelo número de *whatsapp* por ela disponibilizado, porém não obtivemos retorno.

acordo com a Rede, a ideia era evocar os trabalhos de pequenos grupos, interligados de algum modo, na busca por uma sociedade diferente (Ibidem).

Esta organização tem buscado atuar sobre três eixos: a promoção humana; comunicação, educação e cultura; e a articulação social. O eixo da promoção humana visa oferecer assistência social aos sujeitos excluídos em vista de alternativas que resolvam as adversidades de subsistência, moradia, trabalho e defesa de direitos (REDE RUA, c2021), procurando sensibilizar o corpo social para as adversidades da rua, no intuito de facilitar o intercâmbio com outras entidades que atuam com ações de pertinência pública e social (Ibidem). A comunicação, educação e cultura, como segundo eixo, diz respeito ao objetivo de documentar e construir memórias de vida e de luta dos grupos excluídos, bem como suas organizações (Ibidem), com o propósito de somar forças com outras instituições, ampliar a divulgação e denunciar ações que envolvem a luta da população de rua. Nesse aspecto, tem colaborado na organização de eventos, projetos educacionais e culturais, com a finalidade de atender aos grupos dos excluídos, bem como produzir e estimular veículos de comunicação (REDE RUA, c2021). O terceiro eixo se refere à articulação social, que visa agregar e auxiliar as organizações e os grupos de sujeitos excluídos (Ibidem), o que poderia indicar uma síntese dos dois primeiros eixos. Neste eixo, a Rede Rua realiza e participa de eventos, tendo em vista a análise de políticas públicas que colaborem para o avanço da inclusão social e da cidadania (Ibidem).

Estes eixos podem sinalizar a busca da Rede Rua pela constância em articular os projetos das diversas entidades que se dedicam ao universo da população em situação de rua, facilitando o acesso aos programas e ações para seu público-alvo. Ao objetivar documentar histórias e denunciar violações legais no que tange à vida do povo de rua, expõe informações sobre essa população como principal fonte, embora reconheça que esta não seja a única, registrando dados de caráter biográfico. Essas três bases fundamentais que orientam a atuação da entidade têm se desdobrado em projetos de comunicação popular por meio do jornal O Trecheiro e iniciativas de assistência social referentes ao Núcleo de Convivência com Restaurante Comunitário, Pousada de Esperança e a Chapelaria Social (REDE RUA, s. d.a; s. d.b). De acordo com Barros (2004), os projetos oferecidos pela Rede Rua se organizam da seguinte forma:

[...] O refeitório, o albergue, o núcleo e a moradia coletiva formam um conjunto de atendimento diferenciados, nos quais os moradores de rua, todos homens, são encaixados de acordo com sua situação de vida e seus graus de autonomia. A ideia é

que, através das atividades que se desenvolvem nos projetos, os homens de rua possam retomar progressivamente a sua vida “normal” e construir a saída da rua – num percurso que poderia ser exemplar. (BARROS, 2004, p. 64)

As ações desenvolvidas pela Rede Rua, por meio de atendimentos diversificados, buscam a valorização dos sujeitos para que estes possam alcançar autonomia. Nessa conjuntura, aborda-se os serviços realizados por esta entidade que, desde o início de sua atuação, visa construir relacionamentos com outras organizações (BARROS, 2004; DE LUCCA, 2007; REDE RUA, c2021), o que confirma sua pretensão por uma rede de parcerias, trabalhando em conjunto em prol da população de rua. Em seguida, busca-se apresentar o jornal O Trecheiro, primeiro trabalho desenvolvido pela Rede (REDE RUA, c2021), como exemplaridade sobre a possibilidade de a população em situação de rua participar dos registros, denúncias e reivindicações de seus direitos. Este instrumento pode indicar medidas de inclusão na produção de mídia própria do povo de rua e na publicização de programas de inserção nas diversas áreas de desenvolvimento pessoal.

O projeto Núcleo de Convivência com Restaurante Comunitário, Penaforte Mendes, como é chamado, oferece cotidianamente em torno de 500 refeições, sendo distribuídas entre café da manhã, almoço e jantar (REDE RUA, n. d.b). A gerência da Rede Rua sobre o Penaforte Mendes dispõe do convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social do município de São Paulo e do apoio de parceiros, bem como de doações para sua atuação e manutenção (Ibidem). Recentemente, em 2019, o Penaforte Mendes e os demais núcleos de atendimento, receberam propostas de ações intersetoriais da Prefeitura de São Paulo, que consistia em promover a autonomia do povo de rua mediante os serviços prestados pelas entidades a este público (SÃO PAULO, 2019a). A Rede pretende, neste espaço, o resgate da cidadania, onde os sujeitos em situação de rua passam a ter acesso a mesas, cadeiras e higiene, direcionando esta população a suprir a necessidade de alimentação de forma adequada. Além de proporcionar direito à alimentação, a Rede Rua, por meio do refeitório, dispõe de atividades socioeducativas, como oficinas de artesanato, cinema, teatro, leitura, rádio comunitária, atendimento de assistentes sociais, espaços para guarda de documentos pessoais, bem como ser referência de endereço, como comprovante de residência para a população assistida (REDE RUA, n. d.b).

O programa Pousada de Esperança teve início em 2001 (REDE RUA, n. d.a) e dispõe de um centro de acolhida, abrigando adultos em situação de rua. O local, situado no distrito de

Santo Amaro, zona centro-sul de São Paulo (Ibidem), oferece para 150 pessoas pernoite com jantar e café da manhã (REDE RUA, c2021). Dentre as necessidades imediatas atendidas, a Pousada dispõe de espaço para a guarda de pertences, banho, lavanderia e atividades socioeducativas, como: reuniões dos Alcoólicos Anônimos (AA), reuniões de dormitório, rodas de música, rodas de conversas, cine-pipoca, futebol social, confecções de artesanato utilizando materiais recicláveis, assembleias e terapia ocupacional, bem como grupos de reflexão sobre as matérias publicadas no jornal O Trecheiro (REDE RUA, n. d.a). Este projeto visa uma vida digna e autônoma para os sujeitos assistidos, buscando encaminhá-los para o serviço social e outras ações da rede socioassistencial (REDE RUA, n. d.a).

Mediante as ações desenvolvidas pela rede, evidencia-se o objetivo de tornar a população em situação de rua gradativamente protagonista de sua própria história, o que poderia caracterizar ou estabelecer uma metodologia diferente do habitual atendimento realizado por outras organizações, no qual os sujeitos permanecem passivos. Os projetos mencionados têm potencial para promover atividades que proporcionem o desenvolvimento de habilidades pessoais e relacionamentos interpessoais, o que pode indicar a pretensão da Rede Rua em conduzir os sujeitos a reivindicar e exercer seus direitos. Barros (2004), em entrevista com Alderon Costa²⁵, um dos líderes da Rede Rua e editor do jornal O Trecheiro, narra que é necessário alternativas diferentes dos tradicionais projetos de albergues, onde os sujeitos são acomodados, recebendo tudo de graça, o que torna a população em situação de rua dependente da ajuda governamental e filantrópica. Barros (2004), assevera que:

[...] Deste ponto de partida, os programas de atendimento revelam-se perversos e gestam justamente o contrário do que propaga o discurso oficial do Programa Acolher e da Secretaria de Assistência Social: escodem a miséria, inviabilizando, no sentido forte, quem é *vítima* destes programas. Esta talvez não seja uma prerrogativa dos programas de atenção à população de rua. Trilham o mesmo caminho os programas compensatórios desenraizados do campo dos direitos e propalados pelos governos atuais, à direita e à esquerda, como políticas sociais “inclusivas”. O que quero chamar atenção com esta aproximação é que tanto os programas de atenção à população de rua quanto os programas sociais de inclusão parecem ter o mesmo mote de funcionamento e organizam um campo de significados no qual não há espaço para a construção de sujeitos públicos e nem da política. (BARROS, 2004, p. 65)

No que tange ao projeto Chapelaria Social, a Rede Rua opera por meio de uma casa de convivência, localizada na região do Brás, oferecendo 100 armários para acomodar bens pessoais da população atendida (REDE RUA, c2021). Inicialmente esta ação era desenvolvida

²⁵ Para mais informações sobre Alderon Costa, ver Barros (2004, p. 63-69) e De Lucca (2007, p. 74-88). Disponível em: <<https://bityli.com/ac7qG>> e <<https://bityli.com/z8uLL>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

em um espaço de bagageiro, o que deu origem ao nome Chapelaria Social. As atividades realizadas neste espaço de convívio visam suprir as necessidades básicas de sobrevivência da população em situação de rua, compreendendo atendimentos e encaminhamentos à assistência social, bazar comunitário, com doações de roupas e cobertores, biblioteca, rodas de conversas, oficinas que promovem a geração de renda e a autonomia desse contingente (Ibidem). O espaço possibilita a oferta de 30 banhos semanais, disponibilizando *kits* de higiene pessoal para os sujeitos que não são atendidos por nenhum serviço de assistência social e possibilita a lavagem de 10 roupas semanais para as pessoas cadastradas no programa (Ibidem).

A Rede Rua visa, por meio de todos os espaços disponíveis para realização de seus projetos, ser referência de endereço fixo para que a população de rua possa receber correspondências (REDE RUA, c2021). Estes locais para acolhimento, realização de atividades de assistência social e inserção econômica, não só indicam a busca da Rede em oferecer espaços que apresentam qualidade de vida, mas diversas possibilidades para superação da situação de rua. Dentre as dificuldades enfrentadas no processo de atendimento à população em situação de rua, a Rede Rua aponta o fato dos sujeitos serem em grande parte do sexo masculino, o que dificulta as ações e doações realizadas por mulheres (Ibidem). O convênio com a Prefeitura de São Paulo e as parcerias com as demais organizações pode apontar para a necessidade que a Rede possui, dependendo de ações intersetoriais, doações, voluntariado, dentre outras providências.

Ainda sobre a busca da Rede pela autonomia da população em situação de rua, Barros (2004)²⁶, ao entrevistar Alderon Costa, afirma que a trajetória de superação da situação de rua é um pouco mais difícil do que presume o conjunto de projetos, programas e ações. A autora assinala ainda que:

A necessidade de uma política de geração de emprego e renda voltada para a população de rua, e não somente albergues e casas de acolhimento, ganha força e reabre a questão dos moradores de rua para sua possível dimensão pública, quando Alderon (e não só ele) invoca a presença e o protagonismo do Estado na discussão e implantação de um projeto de desenvolvimento econômico, como a única maneira de reinserir a população de rua no mundo social. (BARROS, 2004, p. 65)

A indicação, por parte da liderança das organizações, da necessidade de programas que possam ir além do assistencialismo, caracteriza um cenário de políticas públicas paliativas,

²⁶ Em entrevista com Alderon Costa (Barros, 2004, p. 64), relata que a Rede Rua possui limites no atendimento à população de rua, pois os programas desenvolvidos não correspondem à busca pela saída massiva das ruas.

incapazes de preconizar a superação de vida precária. A mudança de administração pública, o que provoca a descontinuidade no andamento das políticas municipais, é outro fator que afeta negativamente a população em situação de rua, tema relacionado à cidade de São Paulo, estudado por Barros (2004) e De Lucca (2007). A luta dos sujeitos em situação de rua não é só pela saída das ruas, a luta é, também, contra a “violência e intervenções locais, [realizadas] por agentes legais, mas também ilegais [para que] tenham, no mínimo, o direito à rua” (DE LUCCA, 2007, p. 181). De Lucca (2007) reconhece que os diversos atores envolvidos no desenvolvimento de planos, projetos e ações com o povo de rua, são os que narram as mudanças significativas nas “maneiras de dizer e fazer” (DE LUCCA, 2007, p. 119). Para o autor, a mudança é capaz de alcançar resultados que vão além da transformação das práticas e intervenções, tanto institucionais, como pedagógicas, realizadas com a população em situação de rua.

Nesse contexto, abordaremos a seguir o jornal O Trecheiro, como exemplaridade da população em situação de rua ao ser protagonista de sua própria luta, realizando registros, denúncias e reivindicações de seus direitos. Dentre as possibilidades que o jornal proporciona a estes sujeitos, a produção de mídia própria pode indicar e registrar as diversas capacidades de sobrevivência no universo das ruas, divulgar programas de desenvolvimento pessoal e de superação da situação, bem como ampliar a voz dessa luta no meio urbano.

3.1 O Trecheiro – Notícias do Povo de Rua

O jornal O Trecheiro – Notícias do Povo de Rua, sendo o precursor das atividades da Rede Rua de comunicação popular, tem buscado documentar as inúmeras situações que envolvem a população em situação de rua. De acordo com o jornal, a trajetória deste veículo de comunicação buscou realizar o papel de denúncia dos incontáveis episódios de exclusão e violência experienciadas pela população em situação de rua (REDE RUA, c2021).

Este instrumento, em prol do povo de rua e por ela reconhecido, foi planejado por Arlindo Dias e Alderon Costa, intitulado inicialmente pelo nome Jornal da Rua, em 1990 (DE LUCCA, 2007). Entretanto, o primeiro número do jornal só foi lançado em agosto de 1991 (Figura 02), chamado de O Trecheiro até os dias de hoje. De Lucca (2007), em entrevista com Alderon Costa, sobre o Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados – CDCM, relata o que Alderon tinha em mente ao dar início a este projeto, a saber:

O que eu tinha na cabeça era assim, primeiro era produzir algum material para discutir com a população, e outra questão era documentar a história da população de rua. Mas a gente percebeu que precisaria de muitos mais estrutura para fazer uma documentação mais precisa. Mas aí começamos a desenvolver trabalhos na rua, fazer reuniões na rua, na casa de convivência, a gente tinha um som comunitário. Eram duas caixas de som que, por exemplo: se o pessoal ia ter uma festa, a gente emprestava, a gente levava, se ia ter algum comício, a gente colocava na *Kombi*, a gente tinha uma *Kombi*. Então era um pouco esse apoio aos trabalhos e aos movimentos [...]. (ALDERON COSTA apud DE LUCCA, 2007, p. 86)

Nessas circunstâncias, foi instituído o jornal O Trecheiro. O primeiro número, Figura 02, possuindo apenas duas páginas, apresentou a necessidade deste meio de comunicação frente as violações dos direitos humanos. Os objetivos e metas publicadas no jornal preconizavam a presença dos responsáveis²⁷ pelo jornal em situações de conflitos para que estas pudessem virar notícias e “propiciar um maior dinamismo e interação entre os movimentos que trabalham com os marginalizados” (O TRECHEIRO, 1991, p. 1). A documentação visual, auditiva e escrita das diversas narrativas das ruas, no intuito de registrar a memória e resgatar a história do povo de rua, visava colaborar com a organização dos sujeitos (Ibidem, 1991), propósitos que prevalecem até os dias de hoje pelo jornal, como veremos a seguir.

²⁷ Na época, a equipe era composta por 3 pessoas, Arlindo Pereira Dias, Nelson Augusto Tyski e Alderon Pereira Costa (O TRECHEIRO, 1991).



Figura 02: Jornal O Trecheiro, primeira edição, agosto de 1991, retirado do acervo digital da Rede Rua. Fonte: O TRECHEIRO, 1991.

A equipe editorial de O Trecheiro disponibiliza todas as edições em acervo digital, sendo o jornal físico distribuído nos centros de atendimento à população em situação de rua, em órgãos governamentais e nas ruas; com a pandemia de Covid-19, passou a ser desenvolvido em modelo de mural, sendo exposto nos centros de circulação do contingente do povo de rua (REDE RUA, c2021). O jornal possui parcerias com a Editora Paulus, com tiragem de 7.000 mil exemplares, e é escrito por colaboradores, pessoas que se identificam com a causa e pela própria população em situação de rua (Ibidem). Diagramadores, revisores, tabeladores e fotógrafos também possuem participação na produção do jornal e, nos 30 anos de publicação, destacam-se situações difíceis de violência, fome, acolhimento e de exclusão digital, acometidas ao povo de rua (Ibidem).

Em breve comparação do primeiro exemplar de agosto de 1991, Figura 03, com o exemplar mais recente publicado, de junho de 2021, Figura 03, pode-se observar que o jornal apresenta significativo aprimoramento na forma de diagramar e ilustrar seu noticiário, dispondo de uma elaboração técnica mais congruente. De acordo com o jornal, seu aperfeiçoamento é resultado de anos de publicações, o que tornou possível a mudança do

formato de apresentação, impressão e qualidade das matérias, bem como a inclusão da população em situação de rua nos meios de produção e divulgação (REDE RUA, c2021).



Figura 03: Exemplar do jornal O Trecheiro de junho de 2021, retirado do acervo digital da Rede Rua. Fonte: O TRECHEIRO, c2021.

Observa-se que as machetes apresentadas no exemplar publicado em junho de 2021, Figura 03, expõem necessidades de vacinas no Brasil; comida no prato; denúncia de ações estatais na violação de direitos; organização dos catadores na luta contra multas, por direito ao trabalho e coleta seletiva solidária; e a adversidade das baixas temperaturas sofridas por pessoas que utilizam os logadouros públicos para pernoite em Montevidéu, no Uruguai (O TRECHEIRO, c2021). Estas matérias parecem repercutir temas que quase sempre estão vinculados à população de rua. Diante da violação de direitos, a luta para que o arcabouço legal seja cumprido sinaliza não somente controvérsias políticas carregadas de hostilidades, mas uma persistência pela sobrevivência por meio dos mínimos sociais.

Os exemplares do jornal, em uma linha do tempo, possuem de 02 a 08 páginas e, desde 2020, em parceria com a Rádio Rua, passou a divulgar suas notícias por meio de *podcasts*, sendo transmitido por meio do *You Tube* e do *Spotify* (REDE RUA, c2021). Esta nova forma de divulgação propicia maior alcance de público, podendo engajar e conscientizar pessoas na desmitificação e fortalecimento da garantia de direitos do povo de rua. Dos 30 anos de publicação, O Trecheiro pode ser uma amostragem significativa tanto de comunicação e divulgação, como da inserção sociopolítica dos sujeitos em situação de rua. Na Tabela 01, abaixo, apresenta-se o resumo da quantidade de publicações realizadas pelo jornal em cronologia anual, assinalando os principais temas noticiados (Figura 04).

Ano	Quant. de Edições	Quant. de Pág.	Ano	Quant. de Edições	Quant. de Pág.
1991	4	2 p.	2006	11	4 a 8 p.
1992	4	2 p.	2007	11	4 p.
1993	4	2 a 4 p.	2008	11	4 p.
1994	2	2 a 4 p.	2009	12	4 p.
1995	13	3 a 5 p.	2010	9	4 p.
1996	11	3 a 4 p.	2011	10	4 a 12 p.
1997	11	3 p.	2012	9	4 a 8 p.
1998	10	3 a 4 p.	2013	10	4 p.
1999	11	3 a 8 p.	2014	6	4 p.
2000	10	3 a 6 p.	2015	4	4 p.
2001	11	4 p.	2016	6	8 p.
2002	9	3 a 5 p.	2017	3	8 p.
2003	12	4 p.	2018	5	8 p.
2004	12	4 p.	2019	3	8 p.
2005	11	4 p.	2020	14	4 a 8 p.
			2021	4	4 a 7 p.

Tabela 01: Resumo quantitativo das publicações do jornal O Trecheiro entre agosto de 1991 a junho de 2021.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Rede Rua, c2021.

Observa-se (Figura 04) que nos quatro primeiros anos, o jornal teve poucas publicações e seu maior engajamento esteve entre os anos de 1995 a 2013, com 9 a 13 edições por ano. A partir de 2014, as edições jornalísticas do O Trecheiro diminuíram, com periódicos entre 6 a 3 edições por ano, possuindo destaque o ano de 2020, com 14 edições. No ano de 2021, entre janeiro a junho, o jornal lançou 4 edições. Na Figura 04, verifica-se que os assuntos sobre moradia, despejo, violência, acolhimento, dentre outros, possuem destaque nas publicações realizadas pelo jornal O Trecheiro, o que indica uma constante frequência de reivindicação, denúncia e divulgação, no que diz respeito a população de rua.



Figura 04: Nuvem de palavras dos principais assuntos noticiados pelo jornal O Trecheiro entre agosto de 1991 a junho de 2021. **Fonte:** A autora, com base em Rede Rua, 2021 utilizando a plataforma Wordcloud. Disponível em: <<https://www.wordclouds.com/>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

As manchetes destacadas (Figura 04), se referem às publicações realizadas pelo jornal O Trecheiro nos anos de 2020 e 2021. A descrição dos assuntos abordados nestas edições expõe alguns dos recentes interesses sobre a luta da população em situação de rua. Em contexto da pandemia de Covid-19, o jornal procurou documentar as dificuldades enfrentadas nas ruas, noticiando alternativas de sobrevivência, como a exemplo o *camping* e reivindicações por vacinas (O TRECHEIRO, 2020). A estratégia de *camping* visa abrigar a população de rua por meio de barracas, o que possibilita o isolamento social, protegendo a saúde das pessoas, bem como “pode servir de modelo para novas formas de acolhida” (Ibidem, p. 7). Por outro lado, a denúncia de medidas arquitetônicas de caráter higienista²⁸, e a busca por moradia, evidenciam ações estatais que negam o direito à moradia e impedem a concentração dos sujeitos debaixo de viadutos (O TRECHEIRO, 2021a).

²⁸ No dia 2 de fevereiro de 2021, a Prefeitura de São Paulo deu início a medidas higienistas, instalando pedras nos baixos dos viadutos Dom Luciano Mendes de Almeida e Antônio de Paiva Monteiro, na região da Mooca. Ao repercutir de forma negativa a notícia, o então prefeito Bruno Covas decidiu retirar as pedras (O TRECHEIRO, 2021b).



Figura 05: Manchetes retiradas do jornal O Trecheiro, das edições entre 2020 e 2021. Fonte: A autora, com base nas edições O Trecheiro entre 2020 a 2021.

Das divulgações sobre denúncias de práticas higienistas, despejo zero e ações solidárias, o jornal também publicita estudos ou empreendimentos voltados para possível inserção econômica da população que se encontra vulnerável, bem como do povo de rua possibilitando, aos sujeitos, o acesso à informação a respeito de novos métodos de superação da situação de vida precária. Em fevereiro de 2021, o jornal divulgou um estudo realizado pela GAIA²⁹ sobre sistemas de resíduo zero. A pesquisa relata que, se São Paulo reutilizasse 80% dos resíduos recicláveis e orgânicos relativos ao fluxo de resíduos da cidade, poderia gerar mais de 36.700 novos empregos para seus moradores (O TRECHEIRO, 2021b, p. 4). Similarmente, esta ação indica possibilidades de melhoria na qualidade de vida na cidade e ações para promover o aumento de rendimento da população que trabalha com a coleta de resíduos sólidos (Ibidem). Este expediente de trabalho tem capacidade de promover atividades de inclusão socioambiental e urbana, podendo considerar incluir a população em situação de rua como agente na gestão de resíduos sólidos.

O jornal O Trecheiro, como instrumento vinculado à Rede Rua, pode ser um exemplo significativo a ser seguido nas demais cidades que apresentam o fenômeno da população em

²⁹ Refere-se à uma aliança global, com participação de organizações não governamentais e indivíduos em mais de 90 países e um pouco mais de 800 grupos bases, objetivando promover a justiça ambiental e fortalecer os movimentos sociais que buscam soluções para o lixo e a poluição. Para mais informações sobre a GAIA, ver: <<https://www.no-burn.org/about-gaia/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

situação de rua. Indicam um processo de inserção sociopolítica destes sujeitos no meio urbano. Evidencia-se que a Rede Rua é uma organização que também apresenta vínculos com a Igreja Católica. A Rede (c2021), ao se divulgar mediante página na *web*, não menciona de maneira específica sua conexão com a religião, mas sua liderança compreende duas pessoas com trajetórias associadas à igreja católica, a saber: Padre Arlindo Dias e Alderon Costa. Apesar de Alderon Costa estudar teologia, este largou o seminário e desistiu de ser padre (DE LUCCA, 2007). Nesse contexto, De Lucca (2007), ao estudar as instituições voltadas para o cuidado com a população em situação de rua subordinadas a religião, afirma que:

[...] Não querendo embotar a especificidade e singularidade dos diversos destinos pessoais, é importante comentar que todos permanecem ligados, alguns mais que outros, ao universo *cristão* e do *terceiro setor*. Três destes personagens, Irmã Fortuna, Irmã Regina e Padre Júlio, possuem um estatuto próprio no interior do universo católico e cotinuum trabalhando em ONGs. Alderon, apesar de ter abandonado o seminário, permanece ainda próximo ao universo católico através da Rede Rua, da qual, junto com Padre Arlindo, ainda é um dos principais responsáveis [...] Em verdade, as entidades que trabalham com a população de rua são em sua grande parte católicas, Carlinhos e Anderson, apesar de tornarem-se lideranças, tiveram suas trajetórias diretamente conectadas com organizações ligadas à igreja como OAF e a Pastoral do Povo de Rua [...] No entanto, é possível afirmar que todos os relatos apresentados, alguns mais outros menos, formularam verdadeiras *narrativas de conversão* [...] Vale dizer, entretanto, estas narrativas de conversão não corresponderam propriamente a uma transformação religiosa, corresponderam, sim, à conversão a uma causa social. Ao entrarem em contato e serem embebidos por teias de significados que articulam o universo da rua, estes atores foram mobilizados e provocados pelas próprias forças que atuam neste campo, incitando-os para a ação em torno de uma mesma questão que, aos poucos, foi configurando-se naquilo que hoje chamamos de população de rua. (DE LUCCA, 2007, p. 117-118)

A atuação da Rede Rua tem promovido a troca de conhecimentos ao vincular os projetos de diversas entidades no cuidado com a população de rua criando, assim, uma grande rede de ações. O jornal O Trecheiro apresenta grande importância ao documentar e produzir notícias, vídeos, bem como registrar fotograficamente as experiências de vidas em um dos graus extremos de vulnerabilidade social, o que possibilita a organização de pessoas a temas de interesse nacional e internacional.

4 O CASO DA CÁRITAS

A Cáritas Internacional, sediada em Roma, é uma confederação com mais de 160 organizações-membro, com pequenos grupos de voluntários, constituindo uma das maiores instituições de caridade global, presente em cinco continentes. A busca por coordenar operações de emergências tem direcionado esta confederação a propor políticas visando

corrigir desigualdades no que define como um mundo melhor para todos (CARITAS, s. d.). A primeira Cáritas foi fundada há 124 anos, em 1897, na Alemanha, por Lorenz Werthmann; 54 anos depois, em 1951, se institucionalizou como Cáritas Internacional por Giovanni Battista Montini³⁰, mediante valores evangelísticos e doutrinas da Igreja Católica (Ibidem).

Esta confederação internacional, é inspirada pela fé Católica. Seu nome é de origem latina, que significa amor e compaixão; segundo este viés, seu estatuto se apresenta como uma entidade que tem procurado construir um mundo baseado na justiça e no amor fraterno, auxiliando pobres, vulneráveis e excluídos, com o propósito de transformar vidas em meio à crise, independentemente da raça ou religião (CARITAS, s. d.). Como resultados, defender o direito à alimentação, certificar que os famintos sejam alimentados, desenvolver processos de formação política, dar voz as comunidades, oferecer assistência médica, combater à pandemia de HIV e AIDS, acolher, proteger, promover e integrar migrantes e refugiados, são alguns dos trabalhos desenvolvidos pela Cáritas Internacional (Ibidem).

Um dos principais objetivos da Cáritas é ter presença antes e depois das emergências nas quais atua, estando presente em conflitos no Sudão do Sul, em crises humanitária na Síria, na Venezuela e com refugiados e migrantes na Europa (CARITAS, s. d.). Dentre as participações significativas da Cáritas em âmbito internacional referentes a propostas de políticas públicas, cita-se sua presença no processo colaborativo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que preconiza 17 objetivos e 169 metas como pacto internacional, tendo como perspectiva eliminar a pobreza e proteger o meio ambiente (CARITAS, s. d.; NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015). A Cáritas enuncia em seus propósitos que a dignidade da pessoa humana seja colocada no centro da visão dos ODS, como um acordo social que vise oferecer esperança de um mundo melhor para todas as pessoas (CARITAS, s. d.).

A organização da Cáritas é organizada em escalas nos níveis local, diocesano, nacional, regional e internacional, sendo financiada por meio de contribuições de seus membros e doações privadas (CARITAS, s. d.). Considerando a inserção religiosa, a organização assevera que, para o Papa Francisco, a Cáritas seria a institucionalização do amor da igreja, contemplando a dimensão da ação e a dimensão divina, cuja amplitude direcionaria uma civilização de amor como missão, no serviço aos pobres, na promoção da caridade e da justiça

³⁰ Montini viria seria o futuro Papa Paulo VI (CARITAS, s. d.).

de modo planetário. Seu posicionamento diante dos problemas enfrentados se resumiria em: fé em ação; resposta de emergência; transformando vidas; e clamando por um mundo melhor (Ibidem).

Esta pesquisa não pretende realizar a defesa das organizações estudadas bem como apontar contradições entre seus preceitos e atuação concreta. Entende-se que as organizações assistenciais ou de solidariedade têm um papel importante que, contudo, não substitui a ação do Estado. No âmbito ao qual nos propusemos, apresenta-se neste capítulo uma visão panorâmica, cujos desdobramentos necessariamente teriam que contar com estudos empíricos e de campo. Da mesma forma, a ação do Estado por meios de secretarias e órgãos municipais não foi contemplada, fugindo à alçada deste trabalho. Considera-se que este capítulo contemple alguns argumentos preliminares que possam subsidiar futuros estudos com foco nestes temas.

Como braço da igreja católica, a missão de fé é constitutiva da Cáritas e, por decorrência, se fundamenta em princípios missionários e evangelizadores. A legitimidade de sua busca em engajar comunidades católicas e pessoas solidárias com opção pelos pobres e vulneráveis não é aqui contestada nem afirmada de modo incontinenti. Expõe-se seus fundamentos e conforme estruturados nos protocolos de intenções e diretrizes básicas. Parece inegável que possa colaborar em respostas práticas a crises humanitárias, desastres naturais, efeitos extremos de mudanças climáticas e conflitos territoriais bem como seu potencial em salvar vidas, aliviar sofrimentos e constituir meios de subsistência, contudo condicionadas ao papel precípua pastoral. O papel fundamental da teologia da libertação e das comunidades eclesiais de base, em sua aliança aos movimentos sociais, é histórico no Brasil.

No Brasil, a Cáritas foi fundada após de 5 anos da Cáritas Internacional, em 1956, como organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). As primeiras mobilizações para instituir a Cáritas Brasileira surgiram por meio de Dom Helder Câmara, e se organiza em 12 regionais e 5 articulações³¹, Figura 06 (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

³¹ As regionais da Cáritas Brasileira são: Norte 2, Nordeste 2, Nordeste 3, Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul. As articulações são: Norte 1, Norte 3, Noroeste, Centro-Oeste e Rio de Janeiro.

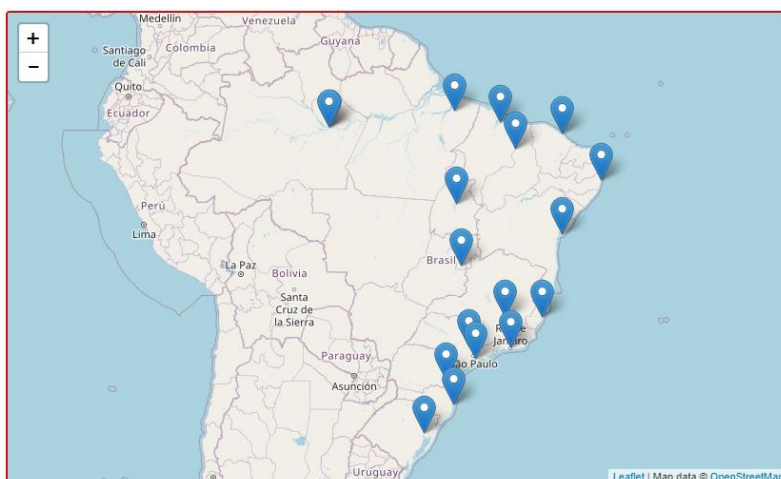


Figura 06: As 12 regiões e 5 articulações dos polos de atuação da Cáritas Brasileira. **Fonte:** CÁRITAS BRASILEIRA, 2021.

A missão da Cáritas Brasileira não diverge do que preconiza a Cáritas Internacional. Da mesma maneira, buscando associar fé e ação social humanitária, no Brasil, pretende anunciar e testemunhar o evangelho divino, defender e promover toda forma de vida e participar solidariamente na construção da sociedade do bem viver, junto aos sujeitos em situação de vulnerabilidade e exclusão social (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021). De acordo com a Cáritas (2021), define sua fundação como pautada em ouvir o sofrimento dos empobrecidos e propiciar meios e ferramentas para a transformação de vidas. Dignidade, justiça, solidariedade e bem viver seriam, assim, os princípios a reger suas as ações.

A organização da Cáritas é realizada mediante processo de formação dos participantes, na qual se fortalece os princípios expostos. Contempla a atuação de voluntariado, se dirige ao engajamento da sociedade civil, mobilizando e combinando esforços pessoais comuns buscando efetivar os referenciais institucionais da Rede Cáritas e da Pastoral Social da Igreja, com vinculações aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

Os diversos projetos desenvolvidos no país pela Cáritas Brasileira³² são pautados por distintos níveis e áreas de atuação, como: convivência com biomas; economia popular solidária; formação; gestão de resíduos sólidos com ênfase em catadores; institucional; meio ambiente gestão de riscos e emergências; migração, refúgio e apátridas; mulheres e equidade de gênero; mundo urbano; povos e comunidades tradicionais; programa infância,

³² Os empreendimentos da Cáritas no território brasileiro compreendem a seguintes quantidades: 39 na região Norte, 28 na Região Nordeste, 39 na Região Centro-Oeste, 35 na Região Sudeste e 25 na Região Sul (LIMA, 2020).

adolescência e juventude (PIAJ); segurança alimentar e nutricional; e voluntariado (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

As ações referentes a convivência com biomas se introduzem em contexto global de valorização e preservação da vida, bem como em defesa dos povos e das comunidades tradicionais. A Cáritas se posiciona em defesa e fortalecimento na convivência entre distintos biomas e suas especificidades, bem como pelas lutas em defesa dos povos incluídos em distintos ecossistemas, para garantias de direitos, da proteção social e da promoção do acesso ao conjunto de políticas públicas. No âmbito socioambiental, tem promovido a convivência com o Semiárido, o Cerrado e a Amazônia, por meio da articulação e mobilização dos povos locais, na busca por fortalecer o debate público mediante a compreensão de direitos e ampliação das habilidades coletivas para o exercício de protagonismo, autonomia e autogestão de projetos de desenvolvimento e sustentabilidade (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021). A exemplo citamos o “Projeto Kalunga: Água é Vida”³³ que, por intermédio de cisternas *telhadão* multiuso e cisternas de placas — ambas com capacidade de armazenamento de 16 mil litros e com área de captação de 80m² —, garantem o acesso à água para as populações Quilombolas Kalunga, no estado do Goiás (CÁRITAS BRASILEIRA, 2019). Nesse contexto, a Cáritas tem diminuído as distâncias e as dificuldades do acesso à água de qualidade para as famílias, principalmente para as mulheres, resultando no enfrentamento de vulnerabilidades e violações de direitos em meio a convivência entre distintos biomas e suas especificidades (CÁRITAS BRASILEIRA, 2019).

No que diz respeito a Economia Popular Solidária (EPS), a Cáritas busca construir alternativas por meio de processos coletivos e autogestionários, integrando campo, floresta e cidade. Esta é uma estratégia que visa a inclusão social e produtiva de sujeitos vulneráveis com dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, fundamentada na organização coletiva de trabalhadores para o desenvolvimento territorial, sustentável e solidário (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021). A Cáritas tem em vista construir modelo alternativo de desenvolvimento que possa combater as desigualdades do atual sistema econômico e, para isso, busca fomentar associações, cooperativas, redes e grupos informais como instrumentos de inserção

³³ O projeto para populações Quilombola Kalunga é realizado nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, na Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás, o mais amplo território quilombola do Brasil (CÁRITAS BRASILEIRA, 2019).

econômica, conhecimento sobre direitos humanos, sociais, econômicos sediados nas realidades locais. A Cáritas Brasileira apoia várias iniciativas de EPS em todo o Brasil há mais de 35 anos. São, aproximadamente, 600 agentes Cáritas advindos de 176 entidades-membro. São formados por jovens, mulheres, grupos de cultura, catadores, populações rurais e urbanas, comunidades em situação de risco, bem como pela população em situação de rua. Cita-se projetos desenvolvidos nessa área pela Cáritas: Rede de Cooperação Solidária, Fortalecimento da Economia Popular Solidária no Brasil e o projeto Nossa Feira Popular Solidária (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

O projeto Rede de Cooperação Solidária³⁴, realizado desde 2018, é uma iniciativa da Cáritas Brasileira com apoio da diretoria de Inclusão Produtiva Urbana, do Departamento de Economia Solidária do Ministério da Cidadania. O objetivo do projeto é adensar e verticalizar a produção e aumentar a comercialização e o consumo sustentável e solidário. A realização do projeto Fortalecimento da Economia Popular Solidária³⁵, no Brasil, é financiado pela União Europeia, assistindo os segmentos de agricultura familiar, pesca artesanal, reciclagem de resíduos sólidos e finanças solidárias em 120 empreendimentos. A economia solidária constitui-se como alternativa de geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade, como agricultores, populações ribeirinhas, catadores de materiais recicláveis, pescadores artesanais e quilombolas. O projeto Nossa Feira Popular e Solidária³⁶, realizado entre 2018 e 2019 e financiado pelo Banco do Brasil, foi concebido para formação de feirantes e sua capacitação sobre empreendedorismo, educação financeira e gestão de resíduos sólidos. A revitalização e estruturação de feiras possibilitou aos feirantes novas barracas e capacitação por meio da metodologia Oasis, que busca favorecer e promover o protagonismo do desenvolvimento comunitário, bem como fundamentar bases para políticas públicas participativas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

Por meio da gestão de resíduos sólidos, a Cáritas visa valorizar os catadores de materiais recicláveis, assessorando grupos informais na organização dos processos de

³⁴ O projeto Rede de Cooperação Solidária compreende 12 redes organizadas em três bases: Base Sul, Base Centro-Oeste e Norte, e Base Nordeste. Estas bases agrupam 136 empreendimentos, que alcançam diretamente 2.040 pessoas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

³⁵ O projeto Fortalecimento da Economia Popular Solidária é realizado em todo território nacional, com prioridade para as regiões Norte e Centro-Oeste (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

³⁶ O projeto Nossa Feira Popular Solidária assistiu 21 municípios em quatro estados, a saber: Piauí, Maranhão, Paraíba e Bahia (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

trabalho e na formação de associações e cooperativas. Explicita seu compromisso em inserir os sujeitos socioeconomicamente, mediante o auxílio na aquisição de galpões para estocagem de materiais coletados, maquinários, equipamentos de proteção individual, processos de formação e participação de políticas locais direcionadas para a gestão de resíduos sólidos, em vista de superar a pobreza e a exclusão (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

As ações da Cáritas no âmbito do Meio Ambiente Gestão de Riscos e Emergências (MAGRE) diz respeito a sua identidade, uma vez que esta entidade busca não somente ser resposta em meio aos desastres socioambientais nacionais e internacionais, mas preveni-los. O atendimento emergencial oferecido pela Cáritas intenta a construção de comunidades mais seguras e resilientes, desdobrados em experiências concretas de prevenção, ações coletivas e tecnologias sociais, espaços de diálogos, comunicação e articulação com outras organizações e poder público. Tem como objetivo defender e garantir direitos aos afetados junto à Política de Proteção e Defesa Civil, bem como a assistência social, saúde, habitação, meio ambiente, segurança, educação, entre outras (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

Em contexto nacional, a Cáritas desenvolve o Projeto Orinoco: Águas que Atravessam as Fronteiras³⁷, o qual desde 2019 promove o acesso à água, saneamento e higiene para migrantes e refugiados venezuelanos em situação de rua. Por meio dessa ação foi possível a construção de fraldários, chuveiros, sanitários, lavanderias, instalação de bebedouros industriais, distribuição de kits de higiene pessoal e realização de melhorias nas condições de saneamento e água em ocupações espontâneas. Em 2020, em cenário pandêmico advindo da COVID-19, além do que foi previsto no ano de 2019, o projeto possibilitou a construção de uma nova instalação e atendeu, em torno de 14 ocupações espontâneas, 6.554 migrantes na capital e na fronteira de Boa Vista/RR (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

Esta instituição ao desempenhar atividades na área de migração, refúgio e apátridas busca prover meios de acolhida e proteção para migrantes e refugiados que se encontram em graves situações de vulnerabilidade, e estabelecer políticas públicas em vista da garantia de direitos. Dos projetos³⁸ realizados em diversas cidades do Brasil se destacam o Programa Pana

³⁷ O projeto é realizado no estado de Roraima, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

³⁸ O Programa Pana para Atuação com Migrantes e Refugiados (a palavra pana significa amigo na Venezuela), é desenvolvido nas pequenas cidades de Pacaraima/RR, em cidades médias da Boa Vista/RR e nas grandes cidades do Brasil que concentram migrantes e refugiados (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021). O Projeto Capacitação para Migrantes e Refugiados do Distrito Federal e Entorno conta com o apoio da Fundação Banco do Brasil e da

para Atuação com Migrantes e Refugiados, com espaço de convivência, assistência psicossocial, assessoria e formação jurídica e o Projeto Capacitação para Migrantes e Refugiados do Distrito Federal e Entorno, que promove cursos de língua portuguesa, cultura brasileira, leis trabalhistas, economia solidária, empreendedorismo, informática básica, bem como apoio psicossocial (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

Na esfera a respeito de mulheres e equidade de gênero, a Cáritas Brasileira se compromete em denunciar toda forma de violência e injustiça cometidas às mulheres e meninas. Nesse aspecto, a instituição busca fortalecer reflexões sobre o papel e do lugar feminino nas áreas de gestão e instâncias de decisões, tanto nos ambientes populares, como em espaços eclesiais. A Cáritas salienta que reconhece que as mulheres ocupam poucos cargos em espaços corporativos privados, como em espaços públicos institucionais, apesar de representarem a maior parte do eleitorado no Brasil. As mulheres também são as que sofrem constantemente violações de direitos, violências domésticas, assédios, abusos sexuais e feminicídios. Nesse cenário, a Cáritas Brasileira junto com a Rede Cáritas Internacional, há quase duas décadas, tem buscado incluir a transversalidade de gênero em sua organização institucional e no desenvolvimento de suas atividades, que predominantemente são liderados por mulheres (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

O direito à cidade é uma das áreas de atuação da Cáritas junto a outros movimentos sociais. Para a Cáritas, o Estatuto da Cidade reforça a importância dos planos diretores, como instrumento elementar para a efetivação do direito à cidade por meio de institutos jurídicos e políticos, que visam combater sistemas geradores de desigualdades urbanas. As atividades desenvolvidas pela Cáritas na área urbana têm o intuito de propor reflexões e intervenções sobre o direito à moradia, no uso e na participação dos sujeitos no desenvolvimento de cidades mais justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

Na área de povos e comunidades tradicionais, a Cáritas busca contribuir e fortalecer a luta desses sujeitos, em sua organização e pela efetivação de políticas públicas, respeitando as formas de ser e existir dos povos e comunidades tradicionais. Desenvolve atividades relacionadas à segurança alimentar e nutricional, junto a pessoas em situações de vulnerabilidade, por meio do apoio à agricultura familiar em acampamentos e assentamentos

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Entre novembro de 2018 a agosto de 2019, a Casa de Direitos em Brasília atendeu 1.200 migrantes e refugiados de 58 nacionalidades diferentes (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

da reforma agrária. Seu objetivo é assessorar grupos e comunidades de camponeses no cultivo de hortas medicinais, plantios agroecológicos, criação de pequenos animais, acesso ao crédito, gestão de fundos rotativos solidários e formação de hábitos alimentares saudáveis (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

O desenvolvimento do Programa Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ) tem em vista a proteção social e a defesa de direito destes sujeitos. O programa ocorre desde o ano 2000, voltado à formação continuada de crianças, adolescentes e jovens mediante atividades nas áreas artísticas, culturais, esportivas e na luta por direitos. Com a finalidade de mobilizar a participação de seu público-alvo, que em contexto de vulnerabilidade é muitas vezes invisibilizado, a Cáritas tem buscado acompanhar projetos, programas, ações e outras iniciativas que oportunizam a participação desses sujeitos, bem como suas famílias, em espaço de mobilização, luta e decisões políticas. Na área de atuação do PIAJ, a Cáritas realiza o Projeto Conexão Negra desde 2019, que visa reduzir as desigualdades raciais nos setores econômico, social, político e cultural, mediante a promoção de cursos de capacitação nas áreas de publicidade, direito, empresarial e estético/cultural, bem como mobiliza empresas para a contratação desses jovens capacitados (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

A Cáritas contempla um polo na cidade de Campinas, fundado 5 anos após a Cáritas Brasileira, em 1961, sendo instituído juridicamente em 1969. Inicialmente desempenhava ações de distribuição de alimentos para asilos, creches e hospitais, mediante o convênio com os Estados Unidos (Aliança para o Progresso)³⁹ que, ao ser finalizado, desencadeou mudanças nos objetivos, técnicas de intervenções e metas orientadas pela Cáritas Brasileira. A nova orientação, baseada na promoção humana, resultou em dificuldades de aceitação por várias instituições, que acabaram se afastando da Cáritas pois não recebiam mais benefícios materiais (CÁRITAS CAMPINAS, s. d.).

³⁹ A Aliança para o Progresso se refere ao projeto político proposto pelos Estados Unidos, no período governamental do presidente John F. Kennedy, visando integrar os países da América, em princípios políticos, sociais, econômicos e culturais, diante da suposta ameaça soviética, com o sistema comunista no continente (MATOS, 2008). Este convênio que data do início da institucionalização da Cáritas indica a divergência dos propósitos do programa piloto com os projetos desempenhados atualmente, o que levou ao afastamento de instituições da causa. Não será desenvolvida nesta pesquisa a discussão sobre contradições geopolíticas relacionadas ao Aliança para o Progresso perante a condição do Brasil como país periférico e a pressão do imperialismo americano, pois transcende os objetivos de nosso estudo.

Em Campinas, a Cáritas possui 4 abrigos⁴⁰ que acolhem pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social e, nos últimos 10 anos, atendeu⁴¹ aproximadamente mais de 900 pessoas, inclusive em situação de rua, sendo referência na cidade no cuidado com estes sujeitos (CÁRITAS CAMPINAS, s. d.; CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE CAMPINAS, 2021a). A Cáritas Arquidiocesana de Campinas ficou desativada por 16 anos, entre 1975 e 1991, sendo reativada em 1992, com ações voltadas para a coleta, separação e venda de material reciclável. O objetivo da ação era arrecadar fundos para a instituição, com o projeto Luxo do Lixo, que funcionou em Hortolândia/SP por 3 anos. Em 1995, a Cáritas teve necessidade de realizar trabalhos com os catadores de materiais recicláveis a partir da realidade desses sujeitos, o que levou a entidade a perceber que havia mais pessoas morando nas ruas do que catadores. Nesse cenário, fundou a Casa dos Amigos de São Francisco de Assis, com capacidade de acolhimento para 100 pessoas e, em 1997, foi inaugurada a Casa de Apoio Santa Clara, como complemento a este trabalho, providenciando oficinas terapêuticas, bijuterias, marcenaria e cartonaria para a geração de trabalho e renda (CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE CAMPINAS, 2021a).

A necessidade por moradia e emprego percebida na convivência com a população em situação de rua conduziu a Cáritas a expandir suas ações buscando melhorar a qualidade de vida desta população. No ano 2000, a instituição deu início aos cursos de cooperativismo e economia solidária e, em 2002, institucionalizou o Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo, assessorando, no início, oito cooperativas. Hoje organiza e associa as cooperativas à REICLAMP⁴² – Central Solidária de Vendas. No entanto, com a resolução nº 109 de 01/11/2009, que regulamenta a tipificação dos serviços socioassistenciais no Brasil, o projeto foi encerrado em 2011 (CÁRITAS CAMPINAS, s. d.).

⁴⁰ Os abrigos são: Casa dos Amigos de São Francisco de Assis, Casa de Apoio Santa Clara, Casa Antônio Fernando dos Santos e Casa Santa Dulce dos Pobres. Para mais informações ver: <<http://caritascampinas.org.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

⁴¹ O trabalho desenvolvido pela Cáritas Campinas foi premiado diversas vezes em seminários de saúde mental, psicologia e educação, dentro e fora do país, como: no Congresso Latino Americano de Saúde Mental no Peru – 3 menções honrosas/ no Encontro de Práticas Inovadoras da Psicologia e Congresso da ABRAPSO, na Associação Brasileira de Psicologia Social (CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE CAMPINAS, 2021a).

⁴² Para mais informações sobre a REICLAMP ver: <https://issuu.com/sejadigital/docs/relat_rio_de_parceria_-_recilamp_-?e=29397634/72112498> e <<http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/20.207.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

A Cáritas contempla significativa participação nos programas de economia solidária e com as cooperativas, tanto em âmbito nacional, como na cidade de Campinas. Mesmo não divulgando sua cooperação e organização de projetos nestes setores, em Campinas⁴³, tem apoiado várias iniciativas como o Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo – CRCA (OIBESCOOP, 2009; MARCONSIN, 2012), a Associação das Cooperativas e dos Grupos Associados de Coleta e Manuseio de Materiais Recicláveis – ACOOP⁴⁴ (UNISOL BRASIL, 2010; ECOSOLCAMPINAS, 2010), Cooperativa São Bernardo (LIMA, 2020), dentre outras.

As diversas parcerias indicam sua busca por alternativas de superação de condições precárias de vida. Dentre estas citamos: cursos sobre cuidados com a saúde, formação social, saúde mental, controle de acesso encontros que promovem a economia social, políticas de redução de danos no uso de drogas , e grupos de caminhadas De acordo com a Cáritas Arquidiocesana de Campinas, a média de recuperação dos assistidos é de 75%, sendo conduzidos a deixarem as ruas, em situação de vulnerabilidade e miséria (CÁRITAS CAMPINAS, s. d.; 2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e; 2020g).

O polo em Campinas segue preceitos de Paulo Freire, no sentido da prática transformadora dos acolhidos, bem como dos acolhedores. Visa a construção solidária, sustentável e territorial mediante um projeto popular, na perspectiva de uma sociedade democrática e de direitos, alicerçada sobre os pilares do protagonismo, autonomia e transparência (CÁRITAS CAMPINAS, 2020f; CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE CAMPINAS, 2021a). Nessa conjuntura, a Cáritas provê acolhimento para a população de rua e pessoas em vulnerabilidade social e promove condições no sentido de conduzir estes sujeitos em direção à autonomia e superação de vida precária. Segundo Forte e Gonçalves (2013), no cenário de ações sociais transformadoras fundamentadas em princípios católicos, percebe-se indícios de uma dualidade do agente Cáritas solidário e a caridade libertadora.

Ao promover a organização de pessoas em estado de vulnerabilidade social por meio de cooperativas, na tentativa de proporcionar o acesso a renda, mesmo que mediante o

⁴³Entramos em contato com uma das representantes da Cáritas Campinas por meio de mensagens privadas no Facebook e nos informamos que o Professor Mestre em Economia no curso de Administração, Dimas Gonçalves, tem desenvolvido projetos de incubação de grupos vulneráveis socioeconomicamente para a formação de cooperativas populares na coleta seletiva de materiais recicláveis, na região de Campinas, desde o ano 2000.

⁴⁴ A ACOOP é um canal de comunicação entre as cooperativas que compreendem o Programa de Economia Solidária, sendo uma representação política das cooperativas (MARCONSIN, 2012).

trabalho informal, pode oportunizar melhores condições de trabalho, maiores rendas, qualidade de vida, bem como resultados de caráter socioambiental. Dentre as possibilidades que a organização pode viabilizar, destaca-se a visibilidade perante o Poder Público e a oportunidade de convênios ou editais que viabilizem novos equipamentos.

A teologia institucionalizada junto aos projetos de economia solidária, bem como os demais programas da Cáritas — que visam o vínculo entre economia e religião e superação da precariedade socioeconômica no meio urbano —, pode indicar sua contraposição ao sistema econômico capitalista, caracterizado pela concentração de riquezas por meio da exploração do trabalho, que resulta em desigualdades socioeconômicas. Ressalta-se que a utópica busca em estabelecer o Reino de Deus na terra expõe não somente convicções religiosas, mas intervenções que podem suceder na cristianização dos assistidos.

5 HOUSING FIRST

A adversidade da falta de moradia é uma das condicionantes que leva muitos a se encontrarem e a permanecerem em situação de rua e, no Brasil, a moradia é a última assistência no atendimento à população de rua. Desde 2008, a crise econômica mundial expôs altos índices de população de rua, o que resultou em respostas mais incisivas sobre suas causas por parte de autoridades da União Europeia (BRASIL, 2019). O projeto *Housing First* (Primeiro Moradia), busca prover moradias para pessoas em vulnerabilidade, visando impedir que estas se encontrem em situação de rua. O projeto *Housing First* tem se orientado como resposta como ponto de partida e eficaz perante a causa, a saber:

A moradia é base estruturante das famílias, o que não deve ser diferente para a população em situação de rua, mas ela necessita de suporte de diferentes áreas para superação das fragilidades. A sobrevivência na rua é constituída de relações, formas e dinâmicas que não correspondem ao cotidiano de quem tem uma moradia, nesse sentido, a fragmentação das políticas públicas para a população em situação de rua tem prejudicado a eficácia dos programas. [...] É fundamental, portanto, a inserção da população em situação de rua nos programas habitacionais, em particular nos centros urbanos, e propiciar o uso dos serviços que a cidade oferece, tendo em vista o processo de emancipação e fortalecimento da cidadania. A moradia em áreas sem infraestrutura, sem serviços e sem trabalho inviabiliza a estruturação da vida. (BRASIL, 2019, p. 19)

Os princípios que regem o projeto do *Housing First* visam estruturar e orientar a intervenção, buscando promover a eficácia do programa, quais sejam: moradia é um direito humano; usuários devem ter controle e escolhas autônomas; separação entre moradia e tratamento; orientação ao tratamento; redução de danos; engajamento ativo sem coerção;

planejamento centrado na pessoa; e atenção flexível quando necessária (BRASIL, 2019, p. 22). Este projeto que promove acesso imediato a uma casa foi desenvolvido na década de 90, em Nova Iorque, e indica vários benefícios como aponta o estudo realizado sobre as experiências de moradia para a população em situação de rua na Europa e no Brasil:

[...] Vários estudos apontam também para ganhos em termos de recuperação, da saúde física e mental, bem como para a redução dos consumos de álcool e outras drogas. Os resultados destes estudos permitem, também, observar uma redução significativa da utilização das urgências hospitalares, do número de internações em serviços de saúde mental e da intervenção dos serviços dos sistemas de segurança e da justiça [...]. (BRASIL, 2019, p. 24)

A proposta do *Housing First* é inverter o processo no cuidado com a população de rua, baseado na intervenção em escala, em que o indivíduo é conduzido por uma série de assistências nas diversas áreas de desenvolvimento pessoal para poder ter acesso à moradia, modelo ainda vigente no Brasil, como mostra a Figura 07, a seguir:

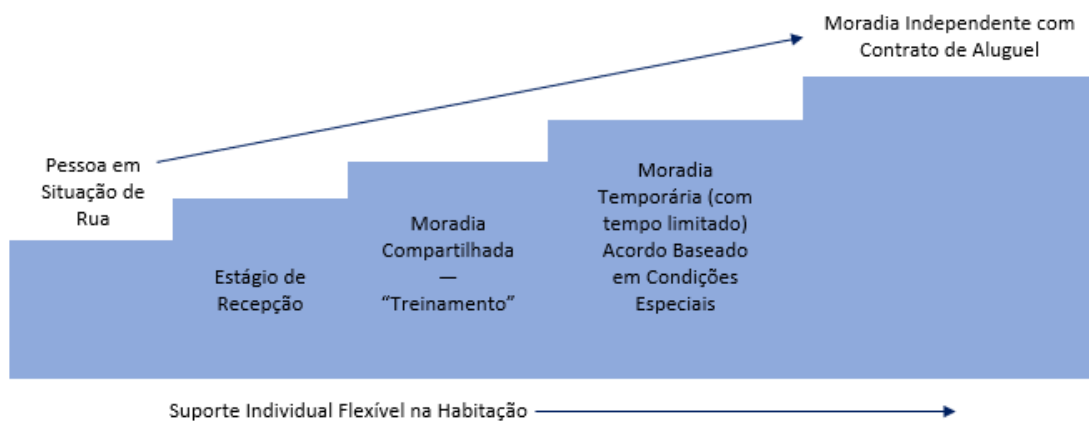


Figura 07: Esquema que apresenta as diferenças entre o *Housing First* e a intervenção em escada no que diz respeito ao processo de atendimento à população em situação de rua. **Fonte:** Elaboração própria a partir de *HOUSING FIRST GUIDE* apud BRASIL, 2019, p. 21.

Na França, em 2011, ações estatais providenciaram um estudo experimental⁴⁵, intitulado *Un Chez Soi d'Abord*, sobre o *Housing First*, nas quatro grandes cidades do país — L'Ille, Marselha, Toulou e e Paris. O estudo⁴⁶ foi realizado com 705 pessoas em situação de

⁴⁵ Para mais informações ver: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/DHUM0117_21x26cm_WEB4Pg.Separadas.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

⁴⁶ O programa, sob a coordenação da *Dihal – Délégation Interministérielle à l'Hébergement et l'Accès au Logement* e a Universidade de Marselha foi responsável pelo trabalho de pesquisa. O programa contemplou, como público-alvo, pessoas com vivência de longa duração em situação de rua, com média de oito anos e meio nas ruas. Todos os participantes possuíam doença mental, a saber: esquizofrenia ou doença bipolar, dos quais, 70% apresentavam problemas com substâncias psicoativas. Os apartamentos individualizados foram escolhidos espalhados na comunidade e cerca de 80% dos apartamentos, estavam locados no mercado privado (BRASIL, 2019, p. 63-66).

rua; destas, 353 foram atendidas com o programa *Housing First* e 352 foram destinadas aos serviços convencionais. Ao fim da avaliação, em 24 meses, o resultado apontou a viabilidade e eficácia do acesso ao *Housing First*, sendo que 85% dos 353 participantes mantiveram suas casas em comparação às 352, cujo total de menos de 30% tiveram acesso à habitação individual e a maioria permaneceu em centros de acolhida ou em residenciais coletivos. Em relação aos custos gerados com o *Housing First* realizado em vários países concluiu-se que:

[...] *Housing First* têm custos menores do que as respostas de emergência e as respostas de alojamento institucionais (Gaetz, 2012; Patterson, Somers, McIntosh, Sheill, & Frankish, 2008; Pleace & Bretherton, 2013). Um estudo europeu (Pleace & Bretherton, 2013) constatou que os serviços de *Housing First* geraram anualmente, por pessoa, uma economia de 1.400 € em comparação com os centros de alojamento e de 11.250 € em comparação com os programas residenciais de grupo e com apoio intensivo. Por outro lado, os custos associados às pessoas em situação de rua abrangem também os custos indiretos relativos à utilização de serviços de urgência na área da saúde, às internações hospitalares ou à intervenção do sistema de justiça e de segurança policial. (BRASIL, 2019, p. 25)

A exemplo de projetos que propõem moradia no Brasil para a população de rua, a Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPSR (BRASIL, 2009) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) são os principais instrumentos legais que, no entanto, não apresentam resultados significativos ou eficazes como no modelo *Housing First*. A Organização de Auxílio Fraternal (OAF) foi uma das precursoras na assistência a população de rua, conduzindo os sujeitos a conquistarem direitos de moradia e trabalho digno por meio da Associação Minha Casa, Minha Rua, um dos projetos mais antigos no cuidado com a população de rua desenvolvidos na cidade de São Paulo com central situada sob um viaduto, na região central da cidade, na Baixada do Glicério (DE LUCCA, 2007; BRASIL, 2019).

Iniciativas de apropriações de imóveis abandonados, inclusive ocupados por pessoas em situação de rua, comodatos de imóveis e locação de moradias, surgiram também mediante a primeira cooperativa de catadores, a qual foi formada por parte da população em situação de rua — a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis COOPAMARE (BARROS, 2004; BRASIL, 2019). As moradias eram individualizadas e autônomas, e gestão dos imóveis e as despesas comuns se dividiam entre os usuários (BRASIL, 2019).

São vários os projetos⁴⁷ que visam suprir a falta de moradia para a população em situação de rua e, no Brasil, esta necessidade não foi solucionada mesmo com os diversos

⁴⁷ Para mais informações ver: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/DHUM0117_21x26cm_WEB4Pg.Separadas.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

programas e organizações, com a Política Nacional para a População em Situação de Rua e, grande parte dessa carência, esteve à mercê da troca de gestão pública (BARROS, 2004; CUNHA; RODRIGUES, 2009; DE LUCCA, 2007). No entanto, as tentativas realizadas em busca de implementar programas habitacionais para a população de rua é marcada pela remoção de moradores sob viadutos (BRASIL, 2019). Citando a cidade de São Paulo, como exemplo de projetos de moradias, observa-se que a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), em 2001, promoveu o Programa de Requalificação de Baixos de Viadutos e o Programa Locação Social, os quais disponibilizaram algumas vagas em hotéis e moradias locadas pela Prefeitura para a população em situação de rua. Isto resultou em certas mudanças nos paradigmas de atendimento à população de rua no município, proporcionando a expansão de medidas legais, como em 2004, perante o Programa Bolsa Aluguel, Resolução nº04/2004, e o Programa Parceria Social, Resolução nº33/2008⁴⁸, que promovem auxílio aluguel para o acesso à moradia (Ibidem).

No que diz respeito a experiências de *Housing First* no Brasil, em 2018, no município de Curitiba/PR, o Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua, em parceria com a Mitra da Arquidiocese de Curitiba, deram início ao projeto⁴⁹ Moradia Primeiro, dispondo de 5 moradias e assistência conferida por outras instituições e, em novembro de 2019, contava com 3 habitações em uso por 4 residentes (BRASIL, 2019). O subsídio de R\$ 800,00 foi concedido por um período de 12 meses por unidade, objetivando custear o aluguel, condomínio, água, luz e gás. Os resultados do projeto correspondem a melhoria na qualidade de vida e moradia permanente (Ibidem).

No mesmo ano, 2018, em Porto Alegre, o *Housing First*⁵⁰ foi implantado mediante o lançamento do Plano Municipal de Superação da Situação de Rua (PMSSR), orientado pela ação governamental, visando atender à necessidade de moradia, saúde mental e tratamento ao uso de entorpecente. Inicialmente, o projeto apresentou 153 bolsas auxílio moradia, no valor de R\$ 500,00, por 6 meses, mas foi solicitado o aumento para R\$ 800,00, devido à

⁴⁸ Segundo a Prefeitura do Município de São Paulo, entre 2009 e 2013, 803 famílias em situação de rua tiveram acesso ao Programa Parceria Social por 30 meses, contando com o valor de R\$ 300,00 e, em 2016, 59 famílias em situação de rua receberam o valor de R\$ 400,00. Infelizmente não há dados sobre os assistidos após o encerramento do período de auxílio (BRASIL, 2019).

⁴⁹ O projeto não apresenta normativas que orientem o *Housing First* no município e não conta com subsídios do poder público (BRASIL, 2019).

⁵⁰ O projeto *Housing First*, em Porto Alegre, se articula a duas normativas que regulamentam, a saber: Decreto Nº 19.885, de 30 de novembro de 2017 e Decreto Nº 20.011, de 14 de junho de 2018 (BRASIL, 2019).

dificuldade de encontrar imóveis nesse valor, conferindo 129 bolsas no total. O município, em outubro de 2019, contava com 70 pessoas domiciliadas e, destas, 19% pararam de fazer uso de substâncias psicoativas, 29% estavam em tratamento, 26% estavam fazendo uso não problemático, 23% faziam o uso problemático e 3% estavam sem tratamento (BRASIL, 2019).

Para desenvolver um projeto com resultados emancipatórios destinados às pessoas em situação de rua é necessário compreender as condicionantes dessa circunstância, sem preconceitos e estigmas (BRASIL, 2019). Não é um exercício fácil, uma vez que essa população é alvo constante de políticas e programas da assistência social, assim como apresenta uma relação adversa com o Estado, marcada por repressão ou práticas higienistas, realizadas por agentes de limpeza urbana ou de órgãos de segurança pública. A intersectorialidade promovida pelas políticas sociais, que visam a qualidade de vida da população em situação de rua nas diversas áreas de sua existência, ratifica-a como sujeitos de direitos e de deveres, predicando a superação da situação de rua.

Em relação ao acesso à moradia estabelecido pelo estatuto legal, este segmento vinculado à aquisição por meio da propriedade privada particular dificulta e, muitas vezes, impossibilita o acesso à habitação, pois o processo de aprovação depende da capacidade financeira do beneficiário. Entre os vários países que realizam o projeto de *Housing First*, as experiências indicam que o acesso à habitação para as famílias de baixa renda e para a população de rua, seja por meio de auxílio aluguel subsidiado em programas públicos, por habitações de propriedade pública ou unidades habitacionais disponíveis no mercado privado, apresentam resultados com potencial elevado para solucionar não somente o problema da falta de moradia, mas ganhos significativos na qualidade de vida, aumento das ofertas de oportunidades, revitalização do espaço urbano, dentre outros.

As considerações sobre os movimentos sociais narradas nos permitem entender, em alguns casos, o processo de institucionalização das organizações, as ideologias que fundamentam os projetos, programas e ações desenvolvidos e a busca não só por conquistas políticas, mas por sua efetivação. O atendimento à população em situação de rua promovido por estas entidades é fundamental para a quebra de paradigmas, mudanças metodológicas e visibilidade à causa. Ao impulsionar o protagonismo desse contingente, as organizações oportunizam o resgate da autoestima, o exercício da cidadania e a autonomia dessa população.

A leitura crítica, embora preliminar, das exemplaridades no cuidado com a população em situação de rua nos permitiu entender que as conquistas experienciadas pelos movimentos sociais indicam ações que vão além do assistencialismo. Dentre os diversos movimentos sociais dirigidos à questão da população de rua que poderiam ser referências análogas no contexto de Campinas, além dos apresentados, há aqueles como: OAF, Centro Gaspar Garcia, SP Invisível, Entrega por SP, Projeto Ruas e muitos outros. Apesar do fenômeno, em grande parte, continuar a mercê de condições precárias e desumanas, os movimentos possibilitam conquistas políticas, novas formas de abordagem, assistência, acolhimento, cuidado e proteção.

A Pastoral do Povo de Rua, como ação urbana da Igreja Católica, tem buscado desempenhar ações que não se limitam à ajuda assistencial, visando alternativas de transformação social e produção de políticas públicas. Embora a transformação social baseada em fundamentos religiosos possa sinalizar uma reforma social pautada na cristianização do contingente assistido, os trabalhos desenvolvidos junto à população em situação de rua e aos catadores de materiais recicláveis são expedientes realizados para estabelecer a humanização da vida e das relações dessa população, bem como seu bem-estar, reafirmar a dignidade desses sujeitos e recuperar sua autoestima. Para a Pastoral, as ações assistencialistas limitam a autonomia da população assistida, o que conduz a entidade a tecer um caminho da não dependência (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2015).

Nesse contexto, a Pastoral objetiva interferir nas estruturas injustas e excludentes da sociedade, pois oferecer um atendimento humanizado e direcionar os sujeitos para o protagonismo, não é suficiente. A metodologia da Pastoral visa garantir a capacitação e formação de grupos, afirmar princípios éticos em meio ao contexto político, econômico e social e assegurar transparência e respeito mútuo, em vista de implementar políticas públicas por meio do exercício da participação social, simultaneamente a produzir conhecimento a respeito do fenômeno, reivindicar direitos e contribuir com respostas para necessidades de saúde, educação, moradia, trabalho, segurança pública, dentre outras exigências.

O Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), ao se instituir como organização popular de escala nacional e possuir origem junto ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), é um modelo passível de ser referência expressiva para qualquer cidade que apresente o fenômeno da população em situação de rua. A cidade

de Campinas, apesar de evidenciar a organização de sujeitos por meio do MNPR, ao nosso ver, não apresenta divulgação suficiente bem como denúncias de violações de direitos eloquente, mediante sua participação, uma vez que os registros documentais, jornalísticos e meios de divulgação própria são incipientes.

O movimento, conduzido por pessoas com trajetória de rua e articulado ao MNCR, tem potencial para dar voz a suas reivindicações, participar de protestos, manifestações, fóruns, debates com gestores públicos e possibilitar meios de subsistência econômica ao desempenhar ofícios de reciclagem. Esta atividade associada a cooperativas pode formar agentes ambientais no meio urbano na gestão de resíduos sólidos. O processo de institucionalização do MNPR reflete sua busca por organizar sujeitos por meio de uma linguagem comum, entre poder público, organizações religiosas e experiências de rua, que os represente de forma satisfatória, o que permite desenvolver sua própria formação política, na conquista de direitos e luta para sua efetivação. O MNPR, mediante suas bandeiras de luta, resgate da cidadania por meio do trabalho digno, salários suficientes para o sustento, moradia digna e atendimento à saúde, vincula-se aos demais movimentos sociais, na procura por sua própria autonomia e superação da situação de rua.

A Associação Rede Rua surgiu mediante a busca em estabelecer uma rede de articulações entre as demais instituições voltadas para o cuidado com a população em situação de rua. Unir forças para ampliar as possibilidades de inserção social, divulgar e denunciar ações que são inerentes à causa, é uma forma de facilitar o acesso de seu público-alvo aos programas e ações que visam a superação da vida precária urbana. Dentre os diversos projetos, esta associação tem documentado, por meio do jornal O Trecheiro, registros, denúncias, reivindicações de direitos e ampliado a voz e o protagonismo da população em situação de rua.

Verifica-se que a relevância do jornal O Trecheiro é devido à publicação de matérias que denunciam os incontáveis episódios de exclusão e violência experienciadas pela população em situação de rua. São assuntos de interesse nacional e internacional, que permitem a documentação escrita, visual e auditiva de dados de caráter biográfico, a partir de narrativas da população de rua, registro de lutas e organização dos sujeitos. O jornal tem capacidade para conscientizar e engajar cidadãos na desmitificação e fortalecimento da garantia de direitos do povo de rua, sinalizar controvérsias políticas conduzidas por

hostilidades, registrar a persistência pela sobrevivência por meio dos mínimos sociais e ser um paradigma significativo tanto de comunicação, como divulgação de experiências de vida em um dos graus extremos de vulnerabilidade social e exclusão sociopolítica de sujeitos no espaço urbano.

A Cáritas, como organização atuante em Campinas, é referência na cidade no cuidado com os sujeitos em situação de rua. Apesar de sua obscura institucionalização, no que tange ao convênio recebido no início de suas atividades — o que corroborou com a divergência de propósitos do programa piloto com os projetos desempenhados atualmente —, a Cáritas revela expressiva atuação nos programas de economia solidária e junto a cooperativas. Ao divulgar a média de recuperação dos assistidos, relata que suas ações, fundamentadas pelos pilares do protagonismo, autonomia e transparência, possibilitam a superação da situação de vulnerabilidade e miséria na média de 75% dos casos⁵¹ (CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE CAMPINAS, 2021b). Sua atuação, premiada diversas vezes, provém de princípios católicos com ações sociais que visam ser transformadoras, o que indica uma dualidade entre Cáritas solidária e caridade libertadora, institucionalizada junto à teologia de evangelização. Dentre os projetos, a promoção organizacional de pessoas por meio de cooperativas, no ofício de agentes de materiais recicláveis, tem proporcionado o acesso a renda, melhores condições de trabalho, qualidade de vida, reconhecimento de ação socioambiental no meio urbano e visibilidade perante o Poder Público.

Percebe-se que as instituições apresentadas revelam a busca constante, não só em atender situações emergenciais, por meio de ações paliativas e assistenciais, mas também a procura pela autonomia dos sujeitos e superação de sua situação de urgência. Mesmo que a maioria das instituições sejam regidas por doutrinas religiosas ou lideranças pautadas por crenças cristianizadoras, são essas entidades que têm buscado ser resposta à situação de rua. Este cenário reflete, mais uma vez, um arcabouço legal pouco eficiente e marcado historicamente por ações hostis e higienistas. As indicações que essas ações e programas, por parte das organizações da sociedade civil, possam ser resposta à crise humanitária encontrada nas ruas, nos permite indicar o projeto *Housing First* como mais uma proposta eficiente, uma

⁵¹ Em consulta por meio de conversas privadas no Facebook, uma das agentes relatou que a taxa de superação dessa situação de vulnerabilidade era de 75%. Para mais informações ver: <75%<https://www.facebook.com/caritasarquidiocesecampinas/photos/a.553013948122480/4412102052213631/>>. Acesso em: 29 out. 2021.

vez que, no Brasil, o acesso à habitação é a última assistência atribuída a população em situação de rua. Ao conceder o acesso imediato a uma casa, não somente conduz os sujeitos na conquista da vida digna, mas ratifica o direito à moradia.

Capítulo 3

O contexto de Campinas e seu centro

Campinas, cidade do interior do Estado de São Paulo, com população de 1.223.237 habitantes estimada para 2021 (IBGE, c2022; SEADE, 2021), se apresentava em 10º lugar na classificação do país e 2º no Estado com respeito ao índice de receitas realizadas nas finanças públicas, que constituíam o total de R\$ 6.119.036,57, tendo como referência o ano de 2019. O PIB per capita, no ano de 2019, se apresentava como de R\$ 54.710,07 milhões⁵² (IBGE, c2021). Em dados de 2019, o salário médio mensal consistia em 3,7 salários mínimos havendo 46.943 empresas ou outras organizações atuantes. Este conjunto de dados indica a grande relevância de Campinas no cenário econômico brasileiro (IBGE, c2022; c2021).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da cidade de Campinas, relativo a 2010, é de 0,805 - classificado na faixa muito alto⁵³ (IBGE, 2010b) –, com segmentos de IDHM Renda de 0,829, IDHM Educação de 0,731 e IDHM Longevidade de 0,860 (ATLASBR, 2010). No que tange ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)⁵⁴ relativo a 2010, Campinas apresenta o valor de 0,277, correspondendo à faixa de vulnerabilidade baixa – cujo desdobramento contempla o IVS Infraestrutura Urbana⁵⁵ de 0,404 – faixa alta –, IVS Capital Humano⁵⁶ de 0,238 – faixa baixa – e IVS Renda e Trabalho⁵⁷ de 0,188 – faixa muito baixa – equivalendo, em seu conjunto, ao grau de prosperidade social muito alto (IPEA, 2010).

Em relação ao Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, segundo a Fundação SEADE (SEADE, c2020; SÃO PAULO, c2020), Campinas apresenta bons indicadores sociais. Em

⁵² O PIB do 3º trimestre de 2021, em relação aos últimos quatro trimestres, apresentou um crescimento de 2,9% no acúmulo de 12 meses (SEADE, c2020).

⁵³ A classificação do IDH-M é organizada como: 1,00 muito alto a 0,00 muito baixa. Quanto mais próximo de 1,00 maior o desenvolvimento humano da localidade (ATLASBR, 2010). Disponível em: <<https://atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350950>>. Acesso em: 07 out. 2020.

⁵⁴ O IVS tem como finalidade identificar o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ativos em áreas do território brasileiro que deveriam, por meio do Estado, estar à disposição de todo cidadão. São três subíndices que compõem o IVS, a saber: i) Infraestrutura Urbana; ii) Capital Humano; e iii) Renda e Trabalho, cuja posse ou privação representa as condições da qualidade ou vulnerabilidade de vida das populações (IPEA, c2020). Para mais informações ver: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

⁵⁵ O IVS Infraestrutura Urbana se refere ao lugar do domicílio que está diretamente interligado com as condições de acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana (IPEA, c2020).

⁵⁶ O IVS Capital Humano envolve as condições de saúde e seu acesso à educação e as possibilidades de sua ampliação pelas gerações mais jovens (IPEA, c2020).

⁵⁷ O IVS Renda e Trabalho estão relacionados aos indicadores de insuficiência de renda das famílias e a desocupação de adultos, além de considerar a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, bem como a presença de trabalho infantil (IPEA, c2020).

escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior, na Dimensão de Riqueza Municipal aponta 48, Longevidade 76 e Escolaridade 56 – correspondentes ao grupo mais alto e dinâmico em nível elevado de riqueza, abrangendo a participação dos empregos formais da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura em 2,96%, da indústria em 28,22%, da construção em 3,23%, do comércio em R\$ 2.471,00 e dos serviços em 44,70%, relativos a 2018 (SEADE, 2018).

Os dados apresentados apontam para uma cidade em pleno crescimento econômico e desenvolvimento urbanístico e qualidade de vida apontada por meio dos altos índices. Veremos neste capítulo como a territorialidade campineira, ao ser anunciada como atrativa e ao dispor de mecanismos estruturais viários que possibilitam seu acesso, possibilita movimentos pendulares entre os municípios no âmbito de residência/trabalho, residência/educação, residência/consumo, dentre outros, indicando sua importância na dinâmica socioeconômica regional.

Campinas apresenta fragilidades em seu meio urbano, sendo possível identificá-las por meio do Índice de Gini relativo a 2010, que é equivalente a 0,578, caracterizando a desigualdade da distribuição de renda sobre seu território (AGEMCAMP, 2010). Na Tabela 02, observa-se os dados referente ao acesso à renda por região da cidade, demarcando contrastes significativos. A discrepância na desigualdade do acesso à renda é significativa nas regiões Sudoeste e Sul, nos seguimentos de até 1 salário mínimo. Em contrapartida, a região Leste possui maior ocorrência dos salários mais altos, em destaque as categorias entre 5 a 20 salários mínimos (CAMPINAS, s. d.).

REGIÃO	até 1 sm	de 1 a 3 sm	de 3 a 5 sm	de 5 a 10 sm	de 10 a 15 sm	de 15 a 20 sm	mais de 20 sm	Sem renda	Total hab/região
LESTE	5771	22414	13658	18555	5958	5926	5347	8219	85848
NOROESTE	5586	18287	3833	1540	148	86	56	6612	36148
NORTE	6700	24538	9295	8819	2289	2077	1528	7527	62773
SUL	11403	39531	14154	11593	2176	1578	989	11793	93217
SUDOESTE	9804	34048	9480	4264	417	197	82	12275	70567
	39264	138818	50420	44771	10988	9864	8002	46426	348553

Tabela 02: Faixa de Renda no Município de Campinas. **Fonte:** Elaboração própria a partir de CAMPINAS, s.d., mediante dados da SEPLAMA e do IBGE, 2010.



Figura 08: Campinas por Regiões. **Fonte:** Elaboração própria a partir de Campinas, s.d.

A Política de Assistência Social de Campinas, da qual trataremos com mais especificidade em capítulo subsequente, obedece a divisão do território por Regiões Administrativas de Assistência Social (Figura 08), cujas concentrações populacionais do município compreendem: a região Norte com 18% dos habitantes, a Sul com 27%, a região Leste relativa a 21%, a Noroeste com 11% e a Sudoeste colocando-se em segundo lugar com 22% (CAMPINAS, s. d.).

É possível desde já observar que, por exemplo, a região Sul, cuja porcentagem de habitantes é mais elevada proporcionalmente, apresenta as menores faixas salariais. Os desdobramentos desses dados por meio de gráficos nos permitem observar o padrão de distribuição de renda sujeito a espacialidade, possibilitando uma análise mais ampla quanto à desigualdade do território de Campinas. Observa-se, no Gráfico 01, que o município de Campinas se apresenta como um território marcado pela concentração de riqueza, dispondo de 54,30% de habitantes recebendo acima de 1 a 5 salários mínimos e de 5 a mais de 20 salários mínimos representado por 21,10% da população.

Rendimentos no Município

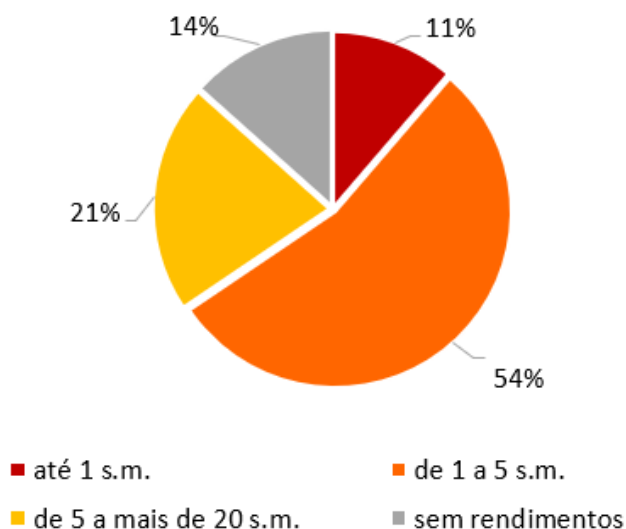
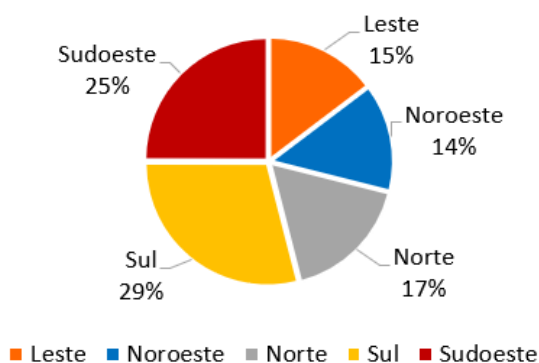


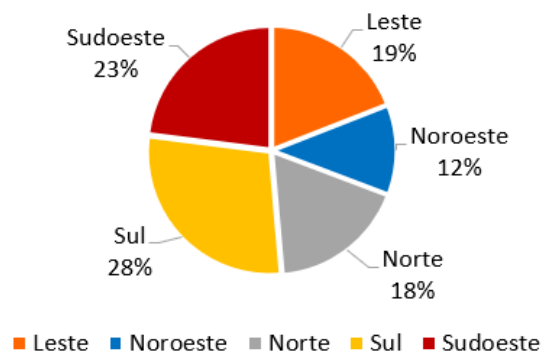
Gráfico 01: Faixa de Rendimentos por Habitantes no município de Campinas. **Fonte:** Elaboração própria a partir de CAMPINAS, s.d., mediante dados da SEPLAMA e do IBGE, 2010.

A seguir, podemos observar no Gráfico 02 as faixas de distribuição dos rendimentos nas regiões no município. Na faixa de 5 a mais de 20 salários mínimos, como já mencionado, percebe-se a concentração de renda nas regiões Leste e Norte, dispendo de maiores salários. Evidencia-se que a área central de Campinas se encontra inserida na região Leste, área de interesse desta pesquisa. Verifica-se ainda que, a região Noroeste possui certa equivalência nas faixas salariais, mas apresenta baixíssima porcentagem na faixa de 5 a mais de 20 salários mínimos, correspondendo a 2%. As regiões Sudoeste e Sul possuem maiores porcentagens nas faixas de até 1 salário mínimo, de 1 a 5 salários mínimos e sem rendimentos, apontando para uma desigualdade, segregação socioespacial e desequilíbrio econômico no território de Campinas (Gráfico 02). O estudo mais aprofundado desses dados perante todo o município nos permitiria identificar a relação prática e direta com a estrutura urbana e sua totalidade social, assim como as questões políticas, econômicas, ideológicas, de empregos, de serviços e o tempo de deslocamento, no entanto, fugiríamos do nosso escopo de estudo.

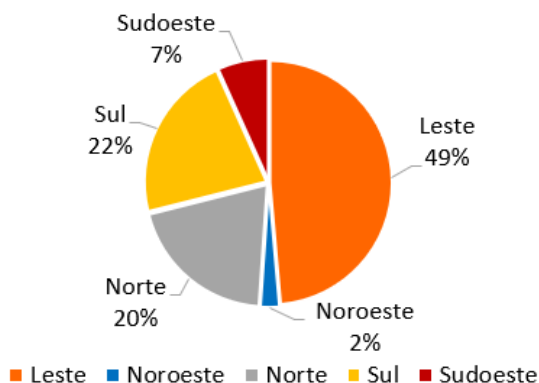
Até 1 Salário Mínimo



1 a 5 Salários Mínimos



5 a +20 Salários Mínimos



Sem Rendimentos

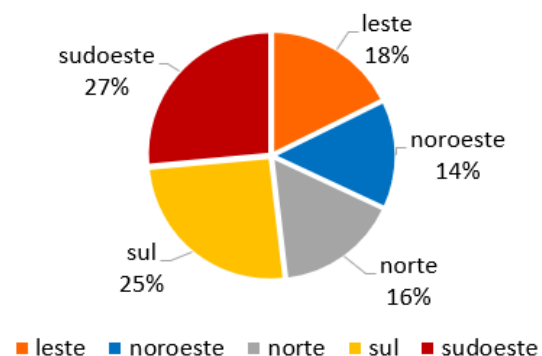


Gráfico 02: Faixa de Rendimentos por Habitantes por Regiões em Campinas. **Fonte:** Elaboração própria a partir de CAMPINAS, s.d., mediante dados da SEPLAMA e do IBGE, 2010.

O município de Campinas apresenta outro dado que aponta para a ineficácia de medidas públicas em minimizar as disparidades dos padrões de vida. Em 2019 houve o crescimento de 13,8% no déficit habitacional em comparação ao ano de 2017 (REI, 2019). Este percentual ultrapassou o crescimento populacional, que no mesmo período cresceu 1,8%, passando de 1.182.429 habitantes em 2017 para 1.204.073 no ano de 2019 (IBGE, 2017; IBGE, 2019 apud REI, 2019).

No que tange a população em situação de rua, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, abordada no Capítulo 1, contabilizou cerca de 1027 pessoas nesta condição no município de Campinas (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Esse número, em relação a 2016, sofreu uma queda para 623 pessoas na condição de rua. Já em 2019, ocorreu um acréscimo de 31,9% dessa população em relação a 2016, saltando para 822 pessoas em situação de rua (CAMPINAS, 2020). Provavelmente o processo de institucionalização dos

marcos legais voltados para este contingente possa indicar a mitigação ocorrida entre os anos de 2008 a 2016, no entanto, em relação a 2019, esse número passou a ter crescimento médio de 10% ao ano. Os limites de alcance das políticas públicas, em vista da situação real, podem assinalar a incapacidade de programas, projetos e ações e/ou a falta dos mesmos para o aumento do fenômeno população em situação de rua no município. No Gráfico 03 observa-se o registro quantitativo da população em situação de rua ao longo dos anos de 2008 a 2019.

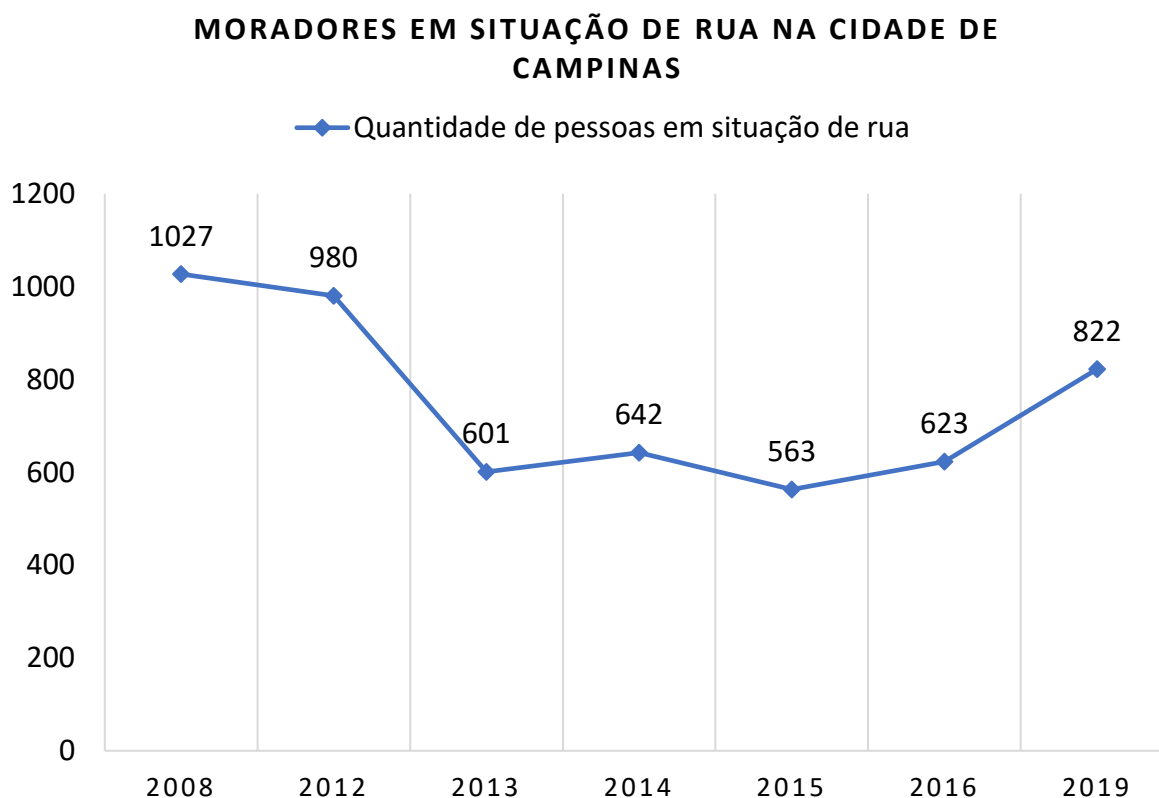


Gráfico 03: Panorama quantitativo da população em situação de rua em Campinas – 2008 a 2019.
Fonte: Elaboração própria a partir de PACÍFICO, 2020 apud CAMPINAS, 2020.

Em 2020, Campinas passou a integrar o grupo das 15 metrópoles, sendo a única cidade do país que não é capital estadual a compor o grupo das metrópoles. O título de metrópole se deu devido ao alto dinamismo empresarial, tanto em seu núcleo como em sua área de influência, bem como seu porte demográfico, cuja rede excede os 4 milhões de habitantes. A densidade demográfica da região se dá na menor extensão territorial dentre as metrópoles (14 mil km²), possuindo menor número de cidades na sua rede metropolitana, com apenas 34 municípios (NERY, 2020).

A seguir veremos como o desenvolvimento acelerado de Campinas, a melhoria do espaço urbano preconizada institucionalmente para o espaço urbano e a atratividade

promovida pela prosperidade econômica da cidade apresentam poucos instrumentos perante a segregação socioespacial. Este modelo de urbanização e a própria urbanização em si, para Ferreira (2000, p. 13) passa a ser concentradora de pobreza. A atratividade gerada nesse meio urbano seduz a grande massa trabalhadora o que poderia provocar convergências com a demanda presente no território e produzir disparidades socioeconômicas.

Sobre as metrópoles às quais denomina subdesenvolvidas, como resultado da urbanização acelerada, Ferreira (2000, p. 11) afirma que estas passam a ser instrumentos da expansão da economia-mundo capitalista, o que passou a se chamar de globalização e adotar o termo de cidades globais, considerando, como parâmetros de classificação, as “sedes de grandes corporações transnacionais e de instituições financeiras, redes de informação, teleportos e sistemas de telefonia celular e de comunicação por cabo, bens de consumo sofisticados e atividades de serviços” (Ibidem, p. 12). O autor declara ainda, que:

A cidade subdesenvolvida expressa a marginalidade social em países que combinam o atraso com o moderno. Seu problema é portanto o mesmo da sociedade subdesenvolvida: a subordinação absoluta à lógica dos negócios, por meio da histórica superexploração do trabalho e superdeprecação do meio ambiente, que parecem ter chegado, na sociedade e nas cidades, a níveis intoleráveis. Entretanto, as ações de imposição do capitalismo hegemônico, pelo novo paradigma da globalização, e as novas matrizes de planejamento urbano que as acompanham, parecem apenas reforçar essa situação. (FERREIRA, 2000, p. 15)

De forma geral, os dados podem refletir a relevância populacional do município de Campinas e sua riqueza, mas é possível identificar a desigualdade socioterritorial, o que implica diretamente no risco e na qualidade de vida. Dentre as desigualdades e vulnerabilidades em Campinas, nos deteremos sobre o estudo da população em situação de rua, população que além de refletir uma face extrema da desigualdade social, não se encontra inserida nos índices de estudos urbanos realizados pelo IBGE, justamente pela ausência de domicílio fixo (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Para entendermos como esta tem se distribuído no território mediante as diversas formas de estratificação social, procuraremos, a seguir, investigar como o território de Campinas está organizado e o que é preconizado institucionalmente para o seu desenvolvimento.

Buscaremos, neste capítulo, tecer considerações gerais sobre o município e sua região, a partir da consideração sobre o que é predicado pelo mais recente Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Campinas (PDUI, 2018a) que possui visão regional e se institui, conforme o Estatuto da Metrópole (BRASIL, 2015, art. 12), como

instrumento legal para o planejamento e orientação do desenvolvimento urbano e rural da região metropolitana ou da aglomeração urbana. Este mecanismo é previsto como “principal referência para a destinação de recursos”, possuindo diretrizes para a organização, execução e gestão “das funções públicas de interesse comum” (PDUI, 2018a). Em paralelo serão considerados aspectos do Plano Diretor do Município de Campinas (CAMPINAS, 2018a) que se constitui como “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município” definindo “diretrizes para as políticas setoriais” e prevendo “instrumentos urbanísticos para a sua implementação e para gestão do território”, integrando o “processo de planejamento municipal” (CAMPINAS, 2018a, art. 1) e, em especial, nos termos na região central, visando identificar como esta é definida mediante este pacto legal fundamental do ponto de vista urbanístico, para configurar o recorte territorial de interesse desta pesquisa, que diz respeito à ocupação de espaços públicos por moradores em situação de rua.

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas (PDUI) se define como “um instrumento legal que estabelece diretrizes, projetos e ações para orientar o desenvolvimento urbano regional, buscando reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população metropolitana” (PDUI, 2018a)⁵⁸, compreendendo a consideração das propostas setoriais e planos diretores municipais, para se constituir como base para políticas públicas e alocação de recursos para o território da RMC, cuja elaboração está atualmente em curso, mediante metodologia participativa, com propostas elaboradas pelo poder público, representantes do Estado e dos municípios que a integram e pela sociedade civil.

As diretrizes que orientam as propostas para este plano compreendem o direcionamento da ocupação urbana, a melhoria na distribuição das atividades no território, a intensificação do uso em áreas urbanizadas ociosas, a promoção de corredores ecológicos, visando manter a biodiversidade e preservação dos mananciais, a garantia de abastecimento de água para gerações que estão por vir e um marco legal construído coletivamente (PDUI, 2018a). É prescrita também, a estruturação de uma rede de polos metropolitanos, que visa implementar centros urbanos com a finalidade de proporcionar qualidade de vida para os habitantes que moram distantes dos centros consolidados. Tais determinações são previstas

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.pdui.sp.gov.br/rmc/>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

para realização por meio de programas, projetos e ações para promoção ou fortalecimento destes centros por meio da diversidade de comércios, serviços públicos e privados, geração de emprego, habitação e equipamentos coletivos, bem como espaços para cultura e lazer (Ibidem).

O caderno preliminar de propostas, finalizado desde o final de 2018, é o instrumento que deveria auxiliar o desenvolvimento do Projeto de Lei do PDUI-RMC para ser apresentado à Assembleia Legislativa e legitimado pelos deputados ratificando-o como documento legal. A metodologia utilizada para a definição do plano seguiu o cronograma admitido pela Agência Metropolitana de Campinas (AgemCamp) e teve a contribuição de planos de trabalhos elaborados pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (EMPLASA) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Conforme descrito no PDUI, questões estratégicas para a RMC foram abordadas de forma ampla, garantindo o espaço físico-territorial do desenvolvimento, como a mobilidade e conectividade do território, a sustentabilidade ambiental e o ordenamento do desenvolvimento socioeconômico e urbano regional, levando em conta o cenário atual e a predisposição do crescimento regional. Como atesta o documento, a elaboração do PDUI-RMC passou por reuniões na câmara, oficinas, seminários, diagnósticos territoriais, audiências públicas, dentre outros (PDUI, 2018a, p. 5-7). Um estudo aprofundado deste processo poderia apontar sua efetividade ou limites, tema que foge ao escopo desta Pesquisa.

A estrutura urbana almejada para o futuro da região, tendo como base o próprio território, visaria, portanto, explorar seu potencial, a diversidade e a pluralidade de suas características para que as políticas propostas pudessem ser efetivas. O PDUI visaria, desse modo, atender as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) no que tange “[a]o planejamento e uso do solo, mobilidade (transporte e logística), meio ambiente, saneamento e defesa civil, habitação e desenvolvimento econômico” (PDUI, 2018a, p. 9). Para tanto, a elaboração deste Plano deveria ser instituída como instrumento legal e realizada de forma conjunta e cooperada para que as políticas e as ações públicas dos municípios tenham possibilidade de ser viáveis para a região. Os princípios além de pretender o interesse comum teriam por observância:

[...] o compartilhamento das responsabilidades entre os entes federados; efetividade no uso dos recursos públicos; a construção de uma metrópole saudável,

competitiva, resiliente e inclusiva; a diminuição das desigualdades regionais visando a ampliação de oportunidades e melhoria da qualidade de vida para todos os cidadãos; a garantia do exercício da gestão democrática e participativa. (PDUI, 2018a, p.25)

Os princípios que regem os objetivos do PDUI, propõem atrair investimentos para a região e aumentar a competitividade econômica. A eficiência territorial pretendida tem como objetivos estratégicos, proteger o meio ambiente, promover o desenvolvimento sustentável, no sentido da melhoria da qualidade de vida e minimizar a precariedade do território. Os objetivos específicos, por sua vez, são voltados para a construção de uma Região Metropolitana territorialmente coesa, sustentável, inovadora, competitiva, resiliente e inclusiva (PDUI, 2018a, p. 29). No entanto, até o presente, não há desdobramentos pretendidos pelo PDUI, mesmo nos concernentes à sua efetivação do ponto de vista legal. Observamos, inclusive, que a EMPLASA⁵⁹, como responsável pelo planejamento regional metropolitano do Estado de São Paulo, foi extinta recentemente, pelo governo do Estado de São Paulo.

O PDUI ressalta que, nas últimas décadas, a RMC deteve um padrão de urbanização por meio do sistema de transporte rodoviário, o que possibilitou o crescimento urbano acelerado e fragmentado, concentrando em Campinas uma centralidade de caráter metropolitano, principalmente a partir das rodovias Anhanguera e Bandeirantes (PDUI, 2018a, p. 91). Veremos a seguir, neste mesmo capítulo, desdobramentos dessas características regionais ao comentar aspectos do Plano Diretor de Campinas (Ibidem). Nesse modelo de urbanização foram indicados alguns impasses a serem remediados, como: o avanço da mancha urbana sobre as áreas tanto de preservação como de uso rural, a urbanização dispersa, vazios urbanos, valores expressivos do solo, principalmente nas centralidades, submetendo a população a residir em áreas periféricas que possuem carência de

⁵⁹ A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (EMPLASA) foi extinta, de acordo com a Lei nº. 17.056 de 2019. A EMPLASA foi uma instituição de caráter público vinculada à Secretaria Estadual de Governo, sendo responsável pelo planejamento regional e metropolitano do Estado de São Paulo. Sua fundação realizou-se em 1974, visando planejar a Grande São Paulo e, até sua extinção, dava apoio técnico às Regiões Metropolitanas de São Paulo. A EMPLASA elaborou e subsidiou “o Governo do Estado de São Paulo na implantação de políticas públicas e projetos integrados de desenvolvimento regional. Dentre suas atividades realizava estudos diversos e disponibilizava para gestores públicos e privados e para os cidadãos produtos cartográficos, sistemas de informações geoespaciais e conhecimento técnico sobre planejamento metropolitano. Esse conhecimento especializado sobre o território credenciou a EMPLASA” (EMPLASA, 2019) à coordenação e elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das RMs de São Paulo. A EMPLASA retinha o acervo e a produção cartográfica estadual (SCE-SP), implantou e coordenou o Programa de Infraestrutura de Dados Espaciais para o Estado de São Paulo (IDE-SP). (EMPLASA, 2019). Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/Institucional/Detalhe/A-empresa>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

infraestrutura (Ibidem, p. 92). A partir dessas questões destacamos algumas das propostas do PDUI para o Desenvolvimento Urbano, Econômico e Sociodemográfico, como:

1. Levantamento de áreas sem uso/vazios urbanos para aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades.
2. Definir nova diretriz para o uso e ocupação do solo e para o ordenamento territorial dos planos diretores municipais.
3. Necessidade de planejamento estratégico para o uso rural.
4. Ampliação da malha ferroviária para transporte de carga, passageiros e turismo.
5. Conectar as centralidades existentes e incentivar novas centralidades nos locais onde há predominância do uso residencial.
6. Prever a inclusão do conceito de Zonas Especiais de Preservação Cultural (Zepecs) no nível regional, com vistas a preservar os patrimônios material e imaterial das cidades da RMC.
7. Permitir a verticalização e o adensamento construtivo nas áreas do perímetro urbano dotadas de equipamentos de infraestrutura e transporte público.
8. Restringir os usos urbanos em áreas de interesse ambiental. [...]
10. Promover ações de incentivo econômico e fortalecimento do produtor rural. [...]
13. Identificar áreas com potencialidade para implementação de novos centros sub-regionais, dotando-os de equipamentos urbanos, sociais e oferta de emprego. [...]
15. Promover fatores de atração para a atividade industrial e minimizar os que contribuem para a expulsão das indústrias. [...]
17. Desenvolver o transporte de passageiros de alta capacidade como indutor para o desenvolvimento econômico.
18. Qualificar a mão de obra em idade ativa de hoje para não sobrecarregar a população futura.
19. Criação de Distritos Criativos em âmbitos municipal e regional, no intuito de incentivar as atividades econômicas que compõem a economia criativa, construindo redes e gerando renda. [...]
21. Dimensionar a demanda e prover a oferta de equipamentos urbanos e sociais para a população da 3ª idade [...]. (PDUI, 2018a, p. 93 - 97)

As propostas destacadas, propõem uma metrópole compacta e policêntrica, o que levaria à ocorrência de adensamento, diversificação dos usos e o vínculo com as novas centralidades e as existentes com a promoção de emprego e renda. A ocupação dos espaços vazios internos às áreas urbanas, visaria medidas de ordenamento territorial, requalificação e adaptação dos usos de áreas ociosas, pretendendo conter a expansão do perímetro urbano nas zonas rurais e industriais. Para o desenvolvimento econômico são apontadas propostas no setor do turismo, mineração e atividade rural. O turismo, de acordo com o PDUI, estaria voltado para o meio rural com a implantação de rotas turísticas e à valorização do patrimônio histórico cultural, natural, paisagístico e imaterial. A mineração e atividade rural seriam fomentadas pela preservação de seu exercício com o incentivo e apoio regional para que ocorressem melhorias e recuperação de áreas degradadas, pelo incremento da infraestrutura de acesso e escoamento de mercadorias, estimulando a abertura de pequenas e médias empresas agroindustriais sustentáveis. Na esfera sociodemográfica as determinações estabelecidas estão voltadas para a geração de empregos, o suporte qualificado por infraestruturas e equipamentos dos tecidos urbanos, o atendimento da terceira idade com a oferta equipamentos urbanos e sociais, visando corresponder às necessidades derivadas do

envelhecimento da população. No entanto, nos parece que seriam necessários instrumentos de controle para que, simultaneamente à qualificação dos tecidos urbanos e áreas rurais, pudesse ser realmente efetivado o adensamento metropolitano pretendido, perante o incentivo a novas centralidades e potencialização de eixos de transporte. Veremos que o Plano Diretor de Campinas (CAMPINAS, 2018a) concentra esforços de organização territorial em grande parte pautados por estes eixos e ampliou as áreas urbanizáveis perante o território rural, não efetuando rebatimentos consistentes para o desenvolvimento rural e proteção ambiental constitutivas do PDUI.

Para o combate à pobreza e à vulnerabilidade social foram apontadas medidas para providência de habitação de interesse social. O Caderno de Propostas evidencia o crescimento de assentamentos precários na RMC, atestando que grande parte das moradias não estão ligados às redes de provimento de água e esgotos, indicando a necessidade de incrementar a política habitacional articulada ao planejamento regional e metropolitano. O objetivo seria o de promover o redirecionamento da ocupação do território, tornando-o mais inclusivo por meio de habitações de interesse social em áreas dotadas de infraestrutura (PDUI, 2018a).

O PDUI, ao apontar as condições dos domicílios como determinante da vulnerabilidade social e urbana, apresenta propostas para se contrapor à habitação de mercado que implicaria especialmente “em políticas públicas intersetoriais de meio-ambiente e mobilidade” (PDUI, 2018a, p. 101). Das políticas públicas habitacionais pretendidas salientamos algumas abaixo:

1. Maior estímulo à ocupação de zonas centrais já dotadas de infraestrutura para moradias populares e ao uso misto do solo nas áreas centrais.
2. Política habitacional de incentivo a empreendimentos habitacionais para a população de baixa renda em áreas com maior oferta de emprego, ou melhora substancial na mobilidade e adensamento no entorno de eixos estruturais de mobilidade.
3. Requalificação das áreas ocupadas por assentamentos precários, dotando-as de infraestrutura urbana e serviços de saúde e educação, para a melhoria das condições de vida da população.
4. Incentivo à criação de políticas públicas intermunicipais e intersetoriais para os assentamentos precários em áreas de risco e ocupação em áreas de mananciais que ultrapassam os limites territoriais municipais. [...]
9. Planejamento para a implantação de um programa de regularização fundiária com estabelecimento de prioridades. [...]
14. Definir melhor os conceitos de habitação social e de mercado, para que, em função de legislação proposta, o mercado imobiliário não seja beneficiado, em detrimento da habitação social.
15. Melhorar a eficiência do corredor metropolitano na ligação entre os municípios.
16. Maior estímulo à ocupação de zonas centrais por moradias populares, com o objetivo de diminuir os movimentos pendulares e melhorar a qualidade de vida da população.
17. Melhorar a infraestrutura, entre outras condições, de forma a aumentar a atratividade de investimentos e tornar sua distribuição espacial mais equânime e equilibrada entre os municípios da RMC. [...]
20. Incluir CRAS e Serviços de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos em equipamentos públicos, a serem previstos na infraestrutura de empreendimentos habitacionais. [...]. (PDUI, 2018a, p. 100 - 113)

Para a precariedade habitacional e urbana é proposta a identificação e qualificação de assentamentos precários e a atualização do diagnóstico para que ocorra a requalificação das áreas centrais e encortiçadas, bem como a regularização fundiária. Tal medida está intencionada na diminuição da segregação urbana, na desigualdade social e na precariedade habitacional (PDUI, 2018a). De acordo com o PDUI, a produção de novas habitações deveria “se dar com inserção na malha urbana, sem desconsiderar a qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos, sob pena de se ampliar a fragmentação do território e provocar impactos negativos” (Ibidem, p. 102).

Em relação ao meio ambiente, aos recursos hídricos e ao saneamento, o PDUI buscou identificar o patrimônio ambiental natural⁶⁰ que a RMC apresenta em seu território, levando em conta quais as condições de preservação, recuperação e a contribuição dos sistemas de infraestrutura e dos serviços urbanos, buscando entender os sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos para formular propostas em combate as deficiências encontradas (PDUI, 2018a).

O diagnóstico utilizou dados extraídos dos planos diretores para incorporar as Unidades de Conservação (UCs), as áreas verdes, os parques municipais, as vegetações remanescentes e as áreas para recomposição florestal tidas como prioritárias. Tendo em vista que 14 UCs incidem sobre a RMC e 8 dessas são de uso sustentável, foram criadas áreas de proteção ambiental com o objetivo de preservar os mananciais hídricos, destacando-se as Áreas de Preservação Ambiental (APAs) Campinas⁶¹ e Piracicaba/Juqueri-Mirim Área II, sendo esta última a maior da região. A APA, como categoria, de acordo com o PDUI, “é uma unidade de conservação de uso sustentável que admite certo grau de ocupação humana, e visa proteger atributos ambientais importantes para a garantia da qualidade de vida da população” (PDUI, 2018a, p. 119). Observamos que o PDUI, ao permitir a intervenção humana sobre as UCs, poderia comprometer a conservação de seu uso, uma vez que, no que tange a

⁶⁰ O PDUI reforça, por meio do diagnóstico ambiental a relevância estratégica das Unidades de Conservação (UCs) estabelecidas “pela Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e das áreas sujeitas à Lei Estadual nº 9.866/1 997, que dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo” (PDUI, 2018a, p. 119).

⁶¹ A APA Campinas foi criada pela Lei nº 10.850 em 2001 e compreende os distritos de Sousas e de Joaquim Egidio.

nossa área de estudo, o Plano Diretor de Campinas não só permite a ocupação das áreas de preservação, como também prescreve estudos sobre estas áreas para que ocorram diversas tipologias de ocupação que, no entanto, não apresentam medidas reguladoras que garantam a proteção dos atributos ambientais, como veremos neste capítulo.

Os problemas que comprometem a preservação das UCs relativos à gestão compartilhada de áreas de interesse ambiental são apontados pelo PDUI, como:

[...] 1. Faltam Conselhos de Unidades de Conservação (UCs). 2. Falta integração entre as Unidades de Conservação. 3. Faltam gestão adequada, informação pública, articulação regional e planejamento. 4. Falta uma agenda comum entre as UCs. 5. Problemas com a governabilidade dos Conselhos (Consultivos e Deliberativos). 6. Ausência de um Conselho Regional de UCs da RMC. 7. Falta articulação entre conselhos existentes. 8. Desativação dos Núcleos Regionais. 9. Problemas com sobreposição de gestão. (PDUI, 2018a, p. 121)

Ao reconhecer a debilidade da administração pública sobre as UCs, o PDUI estabelece diretrizes que visam a implementação de instrumentos de planejamento integrado e gestão compartilhada em vista da preservação, conservação, recuperação ambiental e do desenvolvimento sustentável para que as formas de produção e consumo possam garantir que o ecossistema mantenha sua autorreparação. Destacamos os problemas, segundo o PDUI, relativos ao ordenamento territorial, uso do solo e macrozoneamento:

1. Tendência de impermeabilização crescente do solo, associada ao espraiamento urbano. 2. Descaracterização da área rural. 3. Problemas com drenagem urbana na zona rural. 4. Falta de regramento para ocupação da zona rural. 5. Falta considerar o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e uma abordagem regional para a questão. (PDUI, 2018a, p. 124)

O avanço da mancha urbana sobre as áreas de preservação e da zona rural é apontado pelo PDUI como meio de submeter a população a residir em locais precários de baixa ou nenhuma infraestrutura. As propostas para conter os problemas encontrados referentes aos recursos hídricos e saneamento estão voltadas para temáticas do patrimônio ambiental e unidade de conservação, fauna regional, mudanças climáticas, recursos hídricos, saneamento básico, resíduos sólidos, áreas contaminadas, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e macrodrenagem (PDUI, 2018a). As áreas de risco no setor da defesa civil do PDUI abordam propostas nas questões de planejamento, gestão e de governança metropolitana, visando implantar centros que atendam emergências com medidas para a contingência, bem como seu mapeamento de áreas suscetíveis a inundações, deslizamentos, barragens, tornados, microexplosões, operações de verão e estiagem e monitoramento de queimadas

(Ibidem). Estas medidas, ao serem efetivadas sobre o território, poderiam fornecer qualidade de vida a todos, mas as questões de interesse comum abordadas ainda não possuem caráter legal. Estas são algumas das ações que, de acordo o PDUI, propiciariam sustentabilidade, resiliência, inclusão, inovação e competitividade para a RMC, levando-a a ser territorialmente coesa no seu pleno desenvolvimento (Ibidem).

Sobre a temática da Mobilidade, Transporte e Logística, o PDUI apontou problemas, diretrizes e propostas agrupadas em cinco segmentos, sendo estes: sistema de transporte coletivo, mobilidade ativa, sistema viário, transporte de cargas e governança (PDUI, 2018a). As propostas visariam apontar possíveis soluções para amenizar os problemas que prejudicam e impossibilitam o desenvolvimento da RMC, buscando adequação da rede viária metropolitana com o sistema rodoviário (Ibidem).

O PDUI ressalta que a RMC é entendida por eixos rodoviários radiais⁶², o que oportuniza a conexão do território com as aglomerações urbanas de Jundiaí, de Piracicaba, as regiões metropolitanas de São Paulo (RMSP), Sorocaba (RMS) e o Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), além de estar interligado com outros municípios do Estado. Os eixos de circulação estão articulados diretamente à base de desenvolvimento econômico da região, o que a RMC estratégica no território macrometropolitano, favorecida pelos deslocamentos regionais. Esse diagnóstico revelado por meio dos movimentos pendulares entre a RMC e os municípios externos à mesma, indica sua importância na dinâmica econômica regional e contribui para o desdobramento de manchas urbanas ao longo da malha viária, o que favorece a implantação de indústrias, empresas de logísticas e transporte em suas mediações (PDUI, 2018b).

Quanto aos problemas do sistema de transporte coletivo há como diretriz o aumento de sua eficiência no meio regional, racionalizando a rede de linhas com a integração física e tarifária, o que poderia promover a redução de custos sobre os deslocamentos da população. Para este segmento, o PDUI registra os seguintes impasses:

[...] - Serviço de transporte público insatisfatório ou defasado. - Sobreposição de itinerários e concorrência desnecessária entre linhas com sobrecarga do sistema

⁶² Das 26 rodovias estaduais, 15 destas estão sob o amparo da iniciativa privada por meio do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, que opera na manutenção das vias e, com os compromissos das concessionárias, realizam obras civis de melhorias e ampliação das rodovias para que possam se ajustar frente à sua capacidade de demanda (PDUI, 2018b). Para mais informações ver: Relatório III do Diagnóstico Final dos Problemas Metropolitanos. Disponível em: <http://multimedia.pdui.sp.gov.br/rmc/docs-pdui/rmc_docspdui_0012.pdf>. Acesso em: 28 dez de 2020.

viário e redução da eficiência do serviço de transporte público. - Funcionamento ineficiente do Corredor de Ônibus Noroeste, apresentando problemas de projeto de engenharia, de traçado e de integração com o sistema de transporte dos municípios atendidos. - Redução da mobilidade nos municípios da RMC, pelo aumento do número de carros particulares, principal modo de transporte dos moradores da região. (PDUI, 2018a)

A preconização da qualidade no sistema de transportes coletivos com medidas para diminuir os problemas apresentados, envolve a diversificação dos modos de transporte público e de cargas com o reaproveitamento da malha ferroviária que corta parte da região e a implantação de novas linhas de ônibus em âmbito municipal e intermunicipal, evitando sobrepor os itinerários que podem sobrecarregar o sistema viário, reduzir a eficiência do serviço e a concorrência desnecessária entre linhas. Das medidas apresentadas pelo PDUI, é abordada a implantação de estruturas cicloviárias e peatonais adequadas, o que propiciaria o estímulo para a mobilidade, chamada de “ativa” pelo mesmo, e deslocamentos de curta e média distâncias. Tais propostas poderiam reduzir o aumento do uso de automóveis particulares como meio de transporte principal (PDUI, 2018a).

São apontados, também, problemas no sistema viário que são apresentados sob algumas diretrizes; dentre elas destacamos a revisão e expansão do Sistema Viário de Interesse Metropolitano (Sivim)⁶³, para que suas funções de apoio metropolitano possam conferir transição entre o sistema rodoviário e o sistema viário urbano local, buscando a melhoria da conectividade do sistema viário estrutural metropolitano e macrometropolitano com as vias municipais (PDUI, 2018a). As questões que envolvem o sistema viário são:

[...] - Rede viária estrutural metropolitana incompleta, principalmente na interligação de aglomerações urbanas que se desenvolveram entre as rodovias Anhangüera e Bandeirantes, como Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia, Monte Mor e Santa Bárbara d'Oeste. - Vias da rede estrutural intrametropolitana com capacidade inferior ao volume de veículos, com saturação em horários de pico, especialmente aquelas localizadas no município de Campinas. - Eficiência reduzida da rede estrutural intrametropolitana para escoamento do fluxo de veículos, pela inexistência de travessias em desnível nas principais rodovias e nas linhas férreas. - Circulação nas rodovias comprometida, devido à junção dos fluxos de trânsito local e rodoviário. - Falta melhor aproveitamento do uso do solo no entorno dos corredores metropolitanos. (PDUI, 2018a, p. 192-193)

O PDUI evidencia que o trânsito da rede estrutural intrametropolitana, no horário de pico, possui algumas vias com capacidade inferior ao volume de veículos, sendo estas

⁶³ O Sivim – Sistema Viário de Interesse Metropolitano, se instituiu pelo Decreto Estadual nº 50.684 em 2006, compreendido pelo conjunto de vias principais e respectivas áreas de influência, utilizados pelos serviços metropolitanos de transporte coletivo urbano de passageiros, sobre pneus. Para mais informações ver: <<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/141764/decreto-50684-06>>. Acesso em: 28 dez de 2020.

localizadas principalmente em Campinas. O escoamento do fluxo de transportes também é apontado como com eficiência reduzida, possuindo carência de meios que possibilitem a travessia em desnível das principais rodovias e linhas férreas, o que leva o PDUI a concluir que “a junção dos fluxos de trânsito local com o rodoviário compromete a circulação nas rodovias, que perdem a sua característica de deslocamento rápido de atendimento metropolitano” (PDUI, 2018b, p. 71).

As análises elaboradas pelo PDUI sobre os fluxos de viagens são mencionadas no relatório de diagnóstico da RMC por sua predominância e influência. Conforme relatado, esta questão tem provocado maior oferta de trabalho nos municípios que se distinguem ao apresentar maior concentração de fluxos, além de dispor de equipamentos de educação e saúde com oferta de atendimento mais especializado, “universidades, centros de pesquisas e hospitais regionais, com presença de comércio e serviços diversificados e sofisticados” (PDUI, 2018b, p. 76). De acordo com o PDUI, é a concentração da população que revela por meio de sua localização a precariedade habitacional. Segundo o PDUI, os indivíduos de baixa renda se concentram nas periferias, locais que dispõem de terrenos e aluguéis mais baratos e os habitantes que possuem média e alta renda, estão concentrados em urbanizações consolidadas ou de forma dispersa em condomínios fechados ou loteamentos de chácaras. Esta forma de urbanização tem se espalhado pelo território metropolitano, levando à ocorrência da urbanização das áreas rurais e o uso do transporte individual (PDUI, 2018b).

A distância do deslocamento sobre o território fragmentado e segregado de Campinas, em que os mais pobres se encontram nas periferias, tende a elevar o custo de vida dos mais pobres em relação aos deslocamentos residência/trabalho, residência/educação, residência/consumo e lazer. Como abordam Queiroga e Benfatti:

[...] A fluidez da Região Metropolitana de Campinas é, no entanto, bastante seletiva; os custos e as distâncias de deslocamento são bastante proibitivos aos mais pobres; o território fragmentado, segregado e não muito denso da Metrópole de Campinas se coloca como mais um obstáculo à cidadania de significativa parcela de seus habitantes. (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p. 48)

A forte economia de Campinas, atrelada ao fluxo viário, desperta a constante migração de pessoas, convergindo com a demanda presente, o que poderia construir dialeticamente uma região onde a riqueza e a pobreza reproduzida mediante os processos desiguais do desenvolvimento econômico, promove disparidades socioeconômicas (QUEIROGA; BENFATTI, 2007).

Milton Santos (1990, p. 184), ao abordar a “Involução Metropolitana”, descreve que a metrópole passa a ser polo de atratividade para os mais pobres; porém, a cidade não atende à demanda dos empregos formais, deixando-os à mercê do trabalho mal pago e de condições de vida precária. Esta discrepância pode ser ocasionada tanto pelos recém-chegados à cidade quanto por uma considerável parcela da população existente, sendo um dos fatores que induzem o desenvolvimento econômico brasileiro associado à desigualdade tanto social como espacial (SANTOS, 1990).

No que tange ao transporte de cargas, são preconizadas diretrizes para a elaboração do plano metropolitano de logística, visando “a distribuição de produtos, insumos e serviços, de fomento às atividades econômicas e para o abastecimento urbano” (PDUI, 2018a, p. 196) o que visaria contemplar a integração dos diferentes sistemas de transporte e a redução dos impactos ambientais por meio da circulação de cargas (Ibidem). Evidencia-se os problemas no transporte de cargas, conforme o PDUI, a saber:

[...] - Eficiência socioeconômica e ambiental da logística de cargas, reduzidas devido à falta de incentivo ao transporte ferroviário. - Inexistência de vias de contorno que desviem dos aglomerados urbanos a circulação dos veículos de carga. - Inexistência de uma rede regional de plataformas logísticas. - Conflitos de compatibilidade entre a estrutura ferroviária e o uso do solo. - Falta de diversificação dos modos de transporte de carga. - Ausência de medidas para a redução dos impactos do tráfego de cargas perigosas na RMC. (PDUI, 2018a, p. 195)

Dentre os impasses do escoamento de cargas, o PDUI destaca os danos causados pela utilização inadequada das vias locais e a segurança dos pedestres, pois quando a estrutura viária macrometropolitana é incorporada ao tecido urbano, ocasiona o processo de fragmentação do território, seccionando bairros frequentemente interferindo nas relações sociais dos habitantes afetados. Para a população que é obrigada a atravessar rotineiramente as rodovias, o PDUI define a instalação de equipamentos para travessia das pistas, por meio de passarelas para pedestres e dispositivos de acesso para veículos, além da implantação de programas, cursos e incentivos de educação para a população e agentes de trânsito (PDUI, 2018b).

Ressalta-se que o Aeroporto de Viracopos é considerado como equipamento de grande importância nacional, sendo o segundo maior em transporte de carga e a principal entrada de mercadorias importadas no país, sendo a relevância deste equipamento pode ser indutora de mais conexões com a RMC, ampliando a oferta multimodal ao território e

oportunizando negócios por meio de sua presença, além de propiciar, mediante o interesse comum, a requalificação do meio urbano e a otimização de suas funções (PDUI, 2018a).

Os problemas de governança e gestão previstos no PDUI estão voltados para a implementação da gestão integrada e interfederativa, buscando a definição das atribuições no planejamento, implantação, operação e manutenção dos sistemas viários em âmbito do interesse metropolitano, do transporte coletivo e de carga. A fim de minimizar as dificuldades de governança, o PDUI reconhece as seguintes questões:

[...] - Inexistência de gestão do sistema viário estrutural da RMC, ficando as ações do setor restritas ao território de cada município. - Carência de instrumentos que facilitem a integração do planejamento e da implementação de melhorias nos sistemas de transporte coletivo, viário e de logística, com as diretrizes estabelecidas para a organização do espaço metropolitano. - Custo elevado das tarifas e localização inadequada das praças de pedágio. - Falta de articulação entre as diferentes esferas de governo para o transporte metropolitano. - Falta de regras comuns entre os municípios para a circulação de cargas no território metropolitano. (PDUI, 2018a, p. 197)

A debilidade ou inexistência, seja de gestão, de instrumentos, de articulações entre as diferentes esferas governamentais e de regras para a circulação de cargas são problemas não somente da estrutura viária, pois entorpecem as funções públicas de interesse comum da RMC, por não dispor de um instrumento legal regional. Reconhecemos que o instrumento legal não é suficiente para a eficácia do pleno desenvolvimento sustentável da região em estudo, mas sua ausência impossibilita a orientação e o atendimento das necessidades.

O PDUI-RMC supriria a falta de um instrumento legal de planejamento para orientar o desenvolvimento urbano regional integrado frente aos desafios. O Estatuto da Metrópole tem como base, para a estruturação do território, a definição de instrumentos e diretrizes para as funções públicas de interesse comum no que tange ao planejamento, gestão e execução compartilhada tratadas de forma conjunta e de enfoque regional⁶⁴.

O PDUI, sendo objeto de projeto de lei, ao ser instituído, deveria ser a principal referência do conselho de desenvolvimento metropolitano, para orientar políticas públicas visando a melhoria das condições de vida e de convivência na metrópole. A Região Metropolitana de Campinas, um dos mais importantes polos econômicos do país, faz parte da

⁶⁴ É estabelecido pelo Estatuto da Metrópole a produção obrigatória do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), buscando integrar as políticas setoriais de desenvolvimentos urbano e qualificar os investimentos em todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Brasil (BRASIL, 2015).

Macrometrópole Paulista⁶⁵ e é uma das regiões mais beneficiadas pelo processo de desconcentração da atividade econômica e populacional da Cidade de São Paulo, possuindo R\$ 2,5 bilhões de investimentos destinados para o 3º trimestre de 2020, dos R\$ 54,6 bilhões acumulados⁶⁶ no território do Estado de São Paulo (SEADE, c2021). A região possui extensão de 3.791,79 km² com vinte municípios⁶⁷ e 3.123.180 habitantes (PDUI, 2018b). A finalidade de definir, por meio do PDUI, diretrizes, projetos e ações objetiva que estes sejam inseridos “na programação de investimentos da União, do Estado de São Paulo e dos 20 municípios da RMC”, bem como “nos instrumentos de planejamento que são próprios da ação pública (Planos Plurianuais e Leis de Diretrizes Orçamentárias) como forma de garantir sua futura implementação” (Ibidem, p. 1).

Apresentaremos, a seguir, aspectos do Plano Diretor de Campinas, que se organiza por meio da definição de quatro Macrozonas (Macrometropolitana; de Estruturação Urbana; de Desenvolvimento; de Relevância Ambiental e de Desenvolvimento Ordenado). Ao orientar suas estratégias de desenvolvimento, propõe uma organização urbanística de caráter macro metropolitano que busca o equilíbrio entre “qualidade urbanística e ambiental vinculada ao desenvolvimento econômico” (CAMPINAS, 2018a, p.3). Entretanto, veremos como este instrumento legal pode conduzir à segmentação do território perante a prevalência de oportunidades conforme o sistema de setorização estabelecido pelas macrozonas, macroáreas e seus desdobramentos.

Veremos a seguir, alguns preceitos do Plano Diretor (PD) de Campinas que, como centralidade regional, estabelece morfologias de caráter metropolitano articuláveis aos

⁶⁵ A Macrometrópole Paulista é definida pela EMPLASA como um dos maiores aglomerados urbanos do Hemifério Sul. Abriga a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) - entre as seis maiores do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) -, e a Regiões Metropolitanas da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba e do Vale do Paraíba e Litoral Norte, bem como as Aglomerações Urbanas de Jundiaí e de Piracicaba e a Unidade Regional Bragantina, ainda não institucionalizada. Concentram em seu território indústrias de alta tecnologia, serviços mais complexos, agroindústria de intensa produção e comércio diversificado. Para mais informações ver: <<https://bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/>>. Acesso em: 28 dez de 2020.

⁶⁶ Os R\$ 54,6 bilhões correspondem aos quatro trimestres acumulados desde o terceiro trimestre de 2019. A distribuição dos setores de destinação corresponde a: 73,3% em serviços (exceto em administração pública), 8,8% em serviços de administração pública, 17,7% em indústrias e 0,22% em agropecuária, sendo observados mais de 60% de investimentos destinados ao setor de serviços (SEADE, c2021).

⁶⁷ Os municípios que compõem a RMC são: Jaguariúna, Paulínia, Hortolândia, Monte Mor, Indaiatuba, Valinhos, Vinhedo, Itatiba, Morungaba, Pedreira, Paulínia, Holambra, Sumaré, Nova Odessa, Americana, Cosmópolis, Santa Bárbara D'Oeste, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse (PDUI, 2018b).

determinantes gerais do PDUI. Destacamos alguns dos princípios da política urbana definida no Plano Diretor de Campinas, a saber:

I - função social da cidade, que compreende o atendimento às necessidades essenciais dos cidadãos, visando à garantia da qualidade de vida e ao bem-estar da população, por meio da oferta justa e equilibrada de infraestrutura e serviços, moradia digna, espaços públicos, trabalho e lazer; II – função social da propriedade, que compreende o uso da propriedade urbana e rural, visando ao bem-estar coletivo, à redução da terra ociosa e à distribuição equilibrada de usos no território, cumprindo as exigências fundamentais de planejamento, ordenamento e gestão da política do território; III – direito à cidade, que compreende o direito de todos os habitantes de acesso às oportunidades da vida urbana, às vantagens econômicas, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à diversidade sociocultural e à participação ativa na gestão urbana; [...]. (CAMPINAS, 2018a, art. 2)

Entre os princípios que norteiam o Plano Diretor, são evidenciadas articulações entre a função social e o direito à cidade, o desenvolvimento sustentável, bem como o regional, de acessibilidade e gestão democrática, visando respostas a questões de interesse comum (CAMPINAS, 2018a, art. 2).

Salientamos, para efeito dos interesses da presente pesquisa, os objetivos gerais desta política de desenvolvimento urbano, a saber:

I – tornar a cidade mais saudável, acessível, inovadora e inclusiva; [...] IV - promover a inclusão social, reduzindo os fatores que contribuem para as desigualdades e a segregação socioespacial da população; [...] VI – promover o acesso à moradia a toda população, com urbanização de qualidade, infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos; [...] IX – incrementar a atratividade econômica de Campinas, considerando especialmente suas vocações, buscando assegurar emprego e renda à população. (CAMPINAS, 2018a, art. 3)

Com respeito aos objetivos e diretrizes, aflora um duplo entendimento sobre o desenvolvimento sustentável do município, uma vez que é perceptível o discurso de cidade inclusiva, acessível e inovadora, ao mesmo tempo em que é definido como base estratégica o desenvolvimento orientado pelo transporte, como apresentado a seguir:

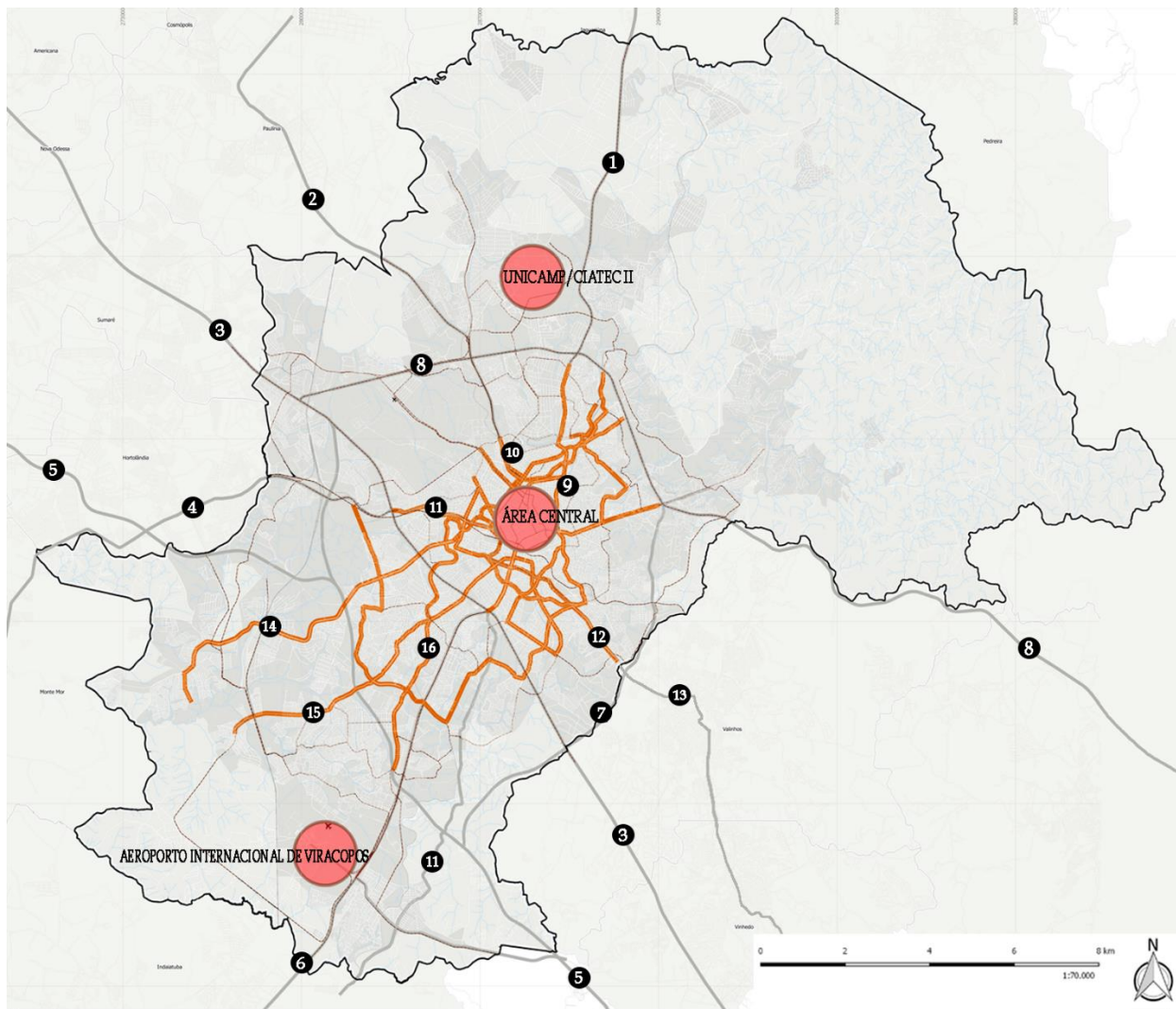
[...] VII - promoção do Desenvolvimento Orientado pelo Transporte - DOT, com indução da ocupação de áreas vagas, do adensamento e da mescla de usos ao longo da Rede Estrutural de Mobilidade e priorização dos investimentos públicos em infraestrutura; VIII - definição de diretrizes de ocupação para áreas com potencial para grandes empreendimentos com impacto na estrutura urbana; IX - incentivo a novas centralidades e fortalecimento das já existentes vinculadas à Rede Estrutural de Mobilidade; XX - ampliação dos programas de inclusão social e de geração de postos de trabalho, emprego e renda; XXI - reserva de áreas adequadas para atividades econômicas, especialmente ao longo das rodovias e nos Polos Estratégicos de Desenvolvimento; XXII - fomento de atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e científico e à logística, visando à consolidação de Campinas como metrópole inovadora e tecnológica; [...]. (CAMPINAS, 2018a, art. 4)

A hipótese do Plano Diretor de articulação territorial do desenvolvimento por meio da Rede Estrutural de Mobilidade, indica a promoção de adensamento, diversidade de usos, ocupação de áreas com potencial para grandes empreendimentos, novas centralidades e atividades econômicas correspondentes, consoantes com os eixos de fluxos em suas diversas escalas de abrangência e preconiza os polos e redes sistêmicas de atratividade para o município⁶⁸. A inclusão social proclamada através da geração de trabalho, emprego e renda sob a ótica da consolidação da cidade como metrópole inovadora e tecnológica reafirma a estrutura de prosperidade econômica da cidade, tendo como base o desenvolvimento tecnológico, científico e logístico (CAMPINAS, 2018a, art. 4). Apontamos que, no mesmo Artigo, são apresentados fundamentos para o desenvolvimento da cidade por meio da orientação de infraestrutura de circulação, como a seguir:

[...] § 1º Os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos neste Plano Diretor devem fundamentar as propostas para as políticas territoriais e para as políticas sociais e econômicas na sua interface com o desenvolvimento urbano. § 2º O Desenvolvimento Orientado pelo Transporte - DOT, vinculado à rede de mobilidade atendida por transporte coletivo da cidade, deverá orientar o uso e ocupação do território do município. (CAMPINAS, 2018a, art. 4)

Esta estruturação territorial criaria instrumentos para tornar o município propício para investimentos concentrados a partir dos fluxos, provavelmente direcionando a aplicação de recursos públicos nestas infraestruturas, uma vez que, além de regular o território, o Plano Diretor é responsável por induzir o cenário de crescimento para as décadas seguintes. A Figura 09 nos permite ilustrar como o DOT possui presença marcante perante o território e como está atrelado aos Polos Estratégicos de Desenvolvimento do município.

⁶⁸ O Ordenamento Territorial do Plano Diretor de Campinas é proposto através de seis elementos estruturadores, a saber: I - perímetro urbano; II - parcelamento, uso e ocupação do solo; III - Centralidades; IV - Polos Estratégicos de Desenvolvimento; V - Rede Estrutural de Mobilidade; VI - Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação – SAV-UC (CAMPINAS, 2018a, art. 17).



Legenda

- Polo Estratégico de Desenvolvimento
- Rede Estrutural de Mobilidade - Eixos do DOT
- Eixos Rodoviários
- Limite do Município
- Zona Urbana
- Limite dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas

Rodovias e Avenidas

- | | | | |
|---|--|-------------------------------|----------------------------|
| 1 - Rod. Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros | 5 - Rod. dos Bandeirantes | 9 - Av. José de Souza Campos | 13 - Av. Dom Nery |
| 2 - Rod. Professor Zeferino Vaz | 6 - Rod. Santos Dumont | 10 - Av. Brasil | 14 - Av. John Boyd Dunlop |
| 3 - Via Anhanguera | 7 - Rod. José Roberto Magalhães Teixeira | 11 - Av. Lix da Cunha | 15 - Av. Ruy Rodrigues |
| 4 - Rod. Jom. Francisco Aguirre Proença | 8 - Rod. Dom Pedro I | 12 - Rod. Francisco Von Zuben | 16 - Avenida das Amoreiras |

Figura 09: Mapa de Rede Estrutural de Mobilidade e Polos de Estratégia de Desenvolvimento. **Fonte:** Base cartográfica do Plano Diretor de Campinas, 2018a (CAMPINAS, 2018a, anexos VI e IX). Sobreposição dos anexos VI e IX elaborada pela autora.

O Plano Diretor não só deixa claro que a rede estrutural de mobilidade é o elemento indutor do desenvolvimento em escala municipal e regional como acentua como serão regradados a densidade, o parcelamento, o uso e a ocupação do solo ao longo dos Eixos do DOT, como destacamos a seguir:

O regramento de uso, ocupação e parcelamento do solo será referenciado, principalmente, pela Rede Estrutural de Mobilidade - Eixos do DOT e pelas Centralidades, observando suas áreas de abrangência [...] § 1º As áreas de

abrangência da Rede Estrutural de Mobilidade - Eixos do DOT e das Centralidades serão delimitadas por lei específica, observando o seguinte regramento: I - a delimitação da área de abrangência da Rede Estrutural de Mobilidade - Eixos do DOT compreende as quadras contidas nas faixas de cento e cinquenta metros de cada lado do eixo e quadras tocadas por essa faixa e contidas em outra, de trezentos metros de cada lado; II - a delimitação da área de abrangência nas Centralidades compreende as quadras contidas num raio de trezentos metros medida a partir do seu ponto central, e aquelas tocadas por esse raio e contidas em outro de quinhentos metros. § 2º Os Eixos Complementares [...], visam a garantir o incremento da Rede Estrutural de Mobilidade, não estando prevista a aplicação do DOT nesses eixos. (CAMPINAS, 2018a, art. 19)

A preconização do DOT como elemento estruturador do Ordenamento Territorial de Campinas representa o fundamento de expansão econômica e induz por onde ocorrerá e se consolidará a urbanização da cidade. Os Eixos DOT e as Centralidades⁶⁹ como referência de ocupação e parcelamento do solo prenunciam não somente sua relevância, influência e interesse de desenvolvimento para a cidade, mas delimitam suas áreas de abrangência, como atratores e locais para potencialização da instalação de equipamentos de serviço e comércio como apontado a seguir pelas diretrizes de revisão sobre a legislação de uso, ocupação e parcelamento do solo:

[...] I - estabelecimento de zoneamento que promova a mescla de usos e a consolidação das Centralidades; [...]; IV - estabelecimento de maiores densidades construtivas e habitacionais nas áreas de abrangência da Rede Estrutural de Mobilidade - Eixos do DOT e nas áreas mais bem atendidas por equipamentos, serviços e comércio; [...] VI - definição de áreas destinadas exclusivamente a atividades econômicas na área de influência direta da estrutura macrometropolitana, ao longo das rodovias, no entorno dos aeroportos e no Polo de Desenvolvimento - Unicamp/Polo II CIATEC, [...]. (Campinas, 2018a, art. 20)

A mescla de usos, a consolidação das centralidades e o adensamento previsto com unidades tanto construtivas como habitacionais prescreve estratégias de otimização de ocupação urbana e estabelecimento de zonas exclusivas de prosperidade do ponto de vista do capital.

As Centralidades, por sua vez, desempenham um papel de desdobramento do desenvolvimento pretendido pelo Plano Diretor por meio dos Eixos DOT. Para estas são

⁶⁹ As centralidades abordadas não dizem respeito à Área Central de Campinas – objeto de nosso estudo. Estas fazem parte das diretrizes gerais da política urbana do município, sendo previstas novas centralidades e “fortalecimento das já existentes vinculadas à Rede Estrutural de Mobilidade” (CAMPINAS, 2018a, art. 4). Adiantamos em dizer que as centralidades previstas para a Macrozona de Estruturação Urbana orientam a possibilidade do uso e ocupação do solo de forma mais intensa (CAMPINAS, 2018a, art. 8), tendo em vista que esses eixos são elementos estruturadores do ordenamento territorial. Para mais informações, ver: <https://planodiretor.campinas.sp.gov.br/timeline/timeline/59_mapas_finais_pd2018/anexoX_centralidades.pdf>. Acesso em: 29 de out de 2020.

estabelecidas diretrizes que, de acordo com o PD, visam respeitar as restrições e especificidades locais. Das diretrizes destacamos:

I - incentivo a tipologias de uso misto, com fruição pública e fachada ativa, estimulando a integração entre espaço público e privado, por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos; II - estabelecimento de altas e médias densidades construtivas e habitacionais e usos mais intensos; III - valorização das áreas públicas para o convívio de pessoas, priorizando pedestres, ciclistas e usuários do transporte público em detrimento do automóvel; IV - priorização da ampliação e recuperação de calçadas, com adaptação para circulação de pessoas com deficiência e padronização do mobiliário urbano; V - priorização da ocupação de imóveis privados não edificados, não utilizados ou subutilizados; VI - priorização da localização de equipamentos públicos de maior abrangência; VII - desenvolvimento de programa de arborização urbana adequado às praças, calçadas e passeios públicos, prioritariamente com árvores nativas regionais; VIII - incentivo à implantação de empreendimentos e ações de impacto positivo na requalificação ambiental. (Campinas, 2018a, art. 22)

Estas Centralidades referidas, em que as vias interligam pontos estratégicos, pretendem tornar estes setores da cidade atrativos economicamente, especialmente para os prestadores de serviços pelas alterações de gabaritos, uso e ocupação do solo permitidos; por decorrência, predica-se a qualificação urbana que pode favorecer habitantes dessas regiões e localidades, porém condicionados a pressões de gentrificação pela valorização imobiliária. Estes processos de qualificação incluem a melhoria dos espaços públicos que atingem diretamente os pedestres, os usuários de bicicletas e do transporte público. O princípio de intervenção proposto pressupõe a facilitação do cotidiano, pela aprazível fluidez ao caminhar e se deslocar pela cidade bem como pelas hipóteses de permanência e convívio nos espaços públicos, mas a realidade dos espaços comuns a todos, em que se nota a presença de pessoas em situação de rua, nos impulsiona a questionar essa transformação urbana, como promotora de desenvolvimento e, em simultaneidade, de igualdade de oportunidades.

Os Projetos Urbanos atribuídos pelo PD, foram previstos para requalificação e potencialização das áreas ociosas das ferrovias. A integração das ferrovias desativadas por meio de planos e projetos de reaproveitamento do espaço urbano visam implementar sete projetos urbanos⁷⁰, que poderão ser implantados pelo poder público ou em parceria com a

⁷⁰ Os Projetos Urbanos são: o Boulevard da Diversidade, que atribui a implantação de “equipamentos de lazer, esporte, cultura e comércio de produtos e parque linear no limite da Fazenda Rios das Pedras” (CAMPINASa, 2018, Anexo VIII, p. 21). O segundo refere-se ao Bonde Sousas–Joaquim Egídio, que visa utilizar o antigo ramal Férreo Campineiro, ligando Sousas a Joaquim Egídio por meio de bondes. O terceiro, denominado Estação Taquaral, objetiva o “prolongamento da Maria Fumaça, desde a Estação Anhumas até a Praça Arautos da Paz”, criando a Estação Taquaral”. O quarto projeto, denominado Parque Guanabara-Anhumas, destina-se ao estabelecimento do Parque Linear Guanabara trechos 1 e 2, respectivamente relacionados ao prolongamento

iniciativa privada (CAMPINAS, 2018a, art. 31), no sentido de otimização e embelezamento dos locais de intervenção.

Presumimos que os Projetos Urbanos impulsionariam melhorias que, na maioria das vezes, poderiam afetar negativamente a população local de baixa renda que correria riscos de ser removida e até mesmo expulsa, mediante o direito de usufruir da qualidade de vida do espaço urbano almejado. Poderíamos dizer que as modificações propostas na dinâmica urbana do município pelos predicativos do PD qualificariam Campinas como cidade inclusiva e acessível, em que o pedestre seria capaz de caminhar em calçadas largas e arborizadas, usufruiria dos espaços de incentivo e manifestações culturais, o ciclista desfrutaria da possibilidade de circular em segurança e o transporte coletivo seria eficiente.

O desenvolvimento pretendido mediante os DOT e os Projetos Urbanos frente ao problema da pobreza e da desigualdade revela poucos instrumentos perante a segregação socioespacial e a exclusão.

Consideramos, portanto, preliminarmente, que o discurso do Plano Diretor até agora examinado perante os objetivos e das diretrizes, orienta uma cidade organizada, regulamentada e, porém, segmentada perante a prevalência de oportunidades conforme o sistema de setorização estabelecido pelas macrozonas, macroáreas e seus desdobramentos.

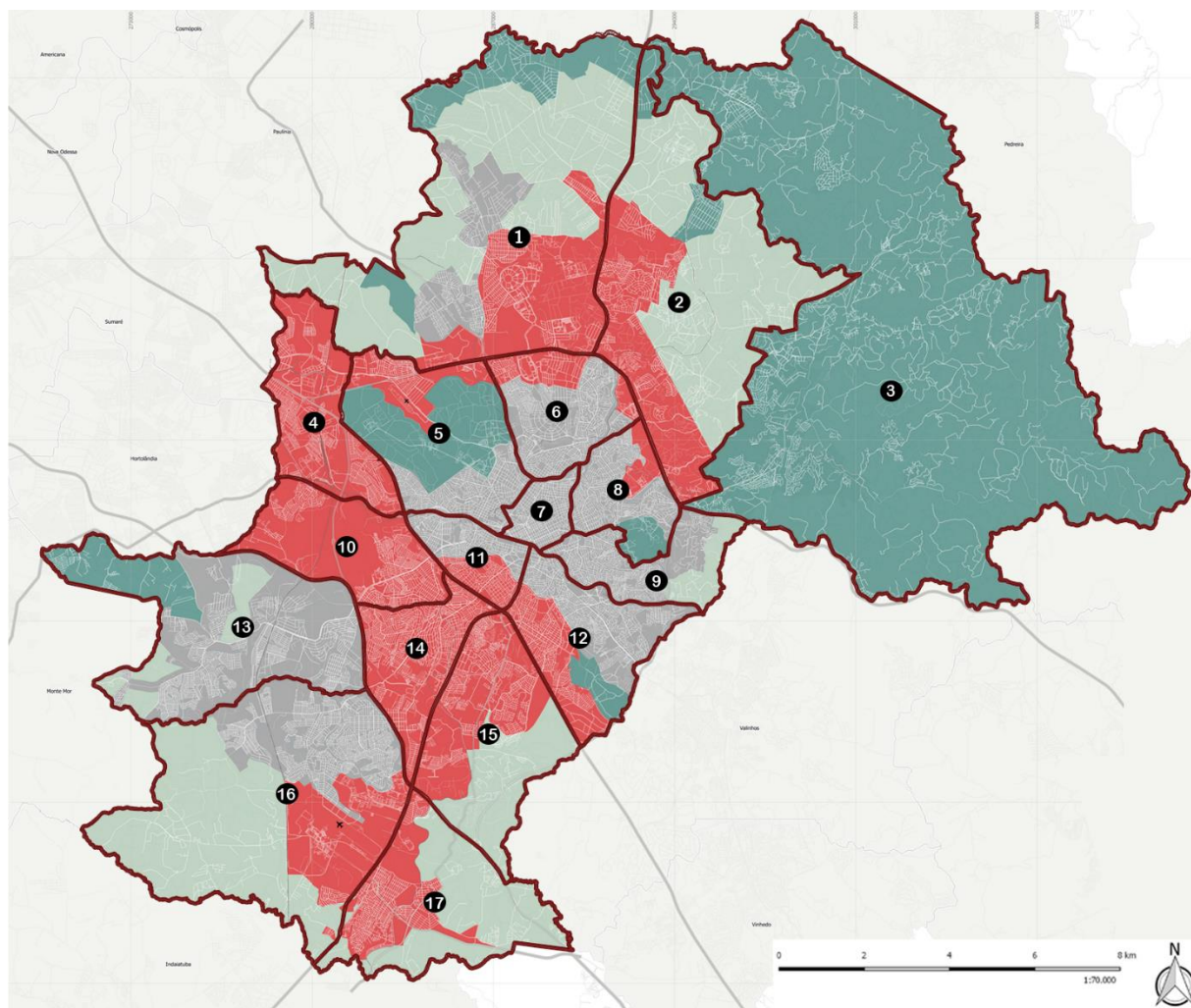
Além da definição dos DOTs e das Centralidades, o Plano Diretor estabelece 3 Polos Estratégicos de Desenvolvimento Socioeconômico, como já apresentados na Figura 09, são direcionados a garantir o potencial econômico aliado à urbanização de qualidade. O primeiro se refere à Unicamp/CIATEC II, o segundo ao Aeroporto Internacional de Viracopos e o terceiro é definido pela Área Central de Campinas – que compreende nosso estudo de caso (CAMPINAS, 2018a, art. 23). A definição destes polos, apesar de não necessariamente inibir a ocorrência de novas áreas ou mesmo de validar uma leitura alternativa do que possa ser

da Maria Fumaça, da Estação Anhumas até a Praça Arautos da Paz e a implantação do Parque Linear sobre o antigo leito férreo da Cia Mogiana, com estabelecimento “de ciclovias, calçadas, mobiliário urbano e paisagismo” (CAMPINAS, 2018a, Anexo VIII, p. 21). O Boulevard Cultural, o quinto projeto, propõe “equipamentos de cultura e lazer no espaço da Estação Guanabara, o Espaço CIS Guanabara” e o IAC – Instituto Agrônomo de Campinas. O sexto tem o propósito de implantar Parques Culturais na Estação Cultura e seu entorno e requalificar o eixo Bonfim-Terminal Central, integrando os “diferentes serviços de transporte coletivo” (Ibidem). Esta medida visa requerer intervenções com a inserção de uma “passagem subterrânea interligando o Centro Histórico à Vila Industrial, sob a ferrovia”, bem como de “ciclovias, calçadas, mobiliário urbano e paisagismo” (Ibidem) e o sétimo refere-se ao Parque Sorocabana “sobre o antigo leito da Cia. Sorocabana” (Ibidem).

considerado estratégico, induz diretamente o município no que tange ao direcionamento de grandes investimentos imobiliários e a atratividade em torno desses polos. Veremos a seguir como as definições do Plano Diretor de Campinas a respeito da Área Central se desdobram para nosso entendimento dos impactos decorrentes e, em especial, sob aspectos relacionados à população em situação de rua.

O Plano Diretor de Campinas, ao orientar suas estratégias de desenvolvimento, organiza-se mediante a definição de quatro Macrozonas - Macrometropolitana, de Estruturação Urbana, de Relevância Ambiental e de Desenvolvimento Ordenado - que pretendem organizar a urbanização de caráter macro metropolitano, buscando equilibrar “a qualidade urbanística e ambiental vinculada ao desenvolvimento econômico” (CAMPINAS, 2018a, art. 5. e 6). Apresentamos abaixo, à Figura 10, esta subdivisão territorial compreendendo também as dezessete Áreas de Planejamento e Gestão (APG), cujo recorte de menor abrangência têm como objetivo a gestão integrada das políticas territoriais, visando possibilitar o acompanhamento e monitoramento das mudanças setoriais das atividades socioeconômicas (Ibidem, arts. 14 e 15). A perimetração das APGs é realizada a partir das características homogêneas de urbanização, unidades paisagem e da matriz eixos de transporte como limitadores fundamentais⁷¹.

⁷¹ AS APGs, por sua vez, são subdivididas, no território urbano, em setenta e quatro Unidades Territoriais Básicas (UTB) (CAMPINAS, 2018a, art. 16).



Legenda

■ Macrozona Macrometropolitana	■ Macrozona de Desenvolvimento Ordenado
■ Macrozona de Estruturação Urbana	□ Áreas de Planejamento e Gestão
■ Macrozona de Relevância Ambiental	□ Eixos Rodoviários

Áreas de Planejamento e Gestão

1 - Barão Geraldo	4 - Nova Aparecida	7 - Centro	10 - Garcia	13 - Campo Grande	16 - Ouro Verde
2 - Imperador	5 - Amarais	8 - Brandina	11 - São Bernardo	14 - Santa Lúcia	17 - São Domingos
3 - APA Campinas	6 - Taquaral	9 - Proença	12 - Nova Europa	15 - São José	

Figura 10: Macrozoneamento e Áreas de Planejamento e Gestão de Campinas — APG. **Fonte:** Base cartográfica do Plano Diretor de Campinas, 2018a (CAMPINAS, 2018a, anexos I e III). Sobreposição dos anexos I e III elaborada pela autora.

A Macrozona Macrometropolitana, compreendendo a noção de centro regional, abrange as principais estruturas viárias que estão integralmente no perímetro urbano, dispendo de atividades econômicas nacionais e internacionais. Esta zona sofre influências diretas e indiretas em seu contorno pelas atividades socioeconômicas, culturais e ambientais (CAMPINAS, 2018a, art. 5). Dos Objetivos, destacamos a seguir:

- I - promover a urbanização de caráter macrometropolitano, visando à qualidade urbanística e ambiental vinculada ao desenvolvimento econômico
- II - integrar o Aeroporto de Viracopos e a Unicamp/Ciatec ao desenvolvimento urbano do município;
- III - incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas relevantes, especialmente ao longo das estruturas rodoviárias;
- IV - incentivar transformações estruturais nos padrões de uso e ocupação do solo por meio do aumento das

densidades habitacionais e da mescla de atividades urbanas e qualificar as áreas residenciais consolidadas; V - implantar sistema viário, rodoviário e de transportes a fim de atender aos projetos de caráter metropolitano e regional de forma compatível com os interesses municipais; [...]; VII - promover e estimular a produção de empreendimentos habitacionais de interesse social. (CAMPINAS, 2018a, art. 6)

A urbanização de qualidade em escala macrometropolitana, objetivada tanto urbanisticamente como ambientalmente, estando vinculadas ao desenvolvimento econômico, determina o processo de organização e estruturação do município. Ao que nos parece, este seria um dos fatores a induzir disputas pelo território, uma vez que a economia de caráter macrometropolitano incentivada ao longo das rodovias impulsionaria a ocorrência e concorrência de grandes empreendimentos para investir nesses locais estratégicos.

O prenúncio ao incentivo de transformação do uso e ocupação do solo, mediante o aumento da densidade habitacional, a mescla das atividades urbanas, bem como a qualificação de áreas residenciais consolidadas, indica a pretensão de verticalizar essa macrozona com habitações com mescla de usos. A alteração da dinâmica nesse território provavelmente induziria a valorização da terra juntamente com a especulação imobiliária, levando a processos de elitização e gentrificação como mencionado anteriormente. O sistema de mobilidade articulado à macrozona metropolitana evidencia mais uma vez a indução de desenvolvimento orientada pelo transporte. É possível depreender que a função social da cidade conduzida primordialmente pelo desenvolvimento econômico e pelos eixos de transporte, sob a ótica dos interesses privados, é capaz de reproduzir desigualdades no território. Assim, a disputa por cidadania tenderia a se acirrar entre indivíduos incluídos e excluídos da dinâmica urbana. Por outro lado, o objetivo de promoção, estímulo e produção de empreendimentos voltados para habitações de interesse social, como medida de inclusão, parece um indicador de integração nesse monopólio de desenvolvimento pretendido. Expressaremos a seguir as diretrizes desta macrozona:

I - reserva de áreas para implantação de atividades econômicas de escala macrometropolitana nas áreas de influência direta das rodovias e nas regiões da Unicamp/ CIATEC e do Aeroporto de Viracopos; II - ampliação de usos mistos compatíveis com o uso residencial no interior de bairros residenciais consolidados localizados nas áreas de influência indireta das rodovias; III - integração do território por meio da implantação de transposições às barreiras físicas, principalmente de rodovias e ferrovias, viabilizando a ampliação e melhoria do sistema de transporte público metropolitano e urbano e a utilização de modos não motorizados; IV - implantação de vias marginais municipais e adequada articulação de acesso às rodovias; V - previsão de sistema viário adequado à circulação de veículos de grande porte para acesso às áreas de atividades econômicas; VI - adequação do sistema viário de acesso ao Distrito Industrial de Campinas; [...] IX - reserva de áreas para

produção de habitação de interesse social com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas nas áreas de influência indireta. (CAMPINAS, 2018a, art. 7)

É recorrente a lógica de desenvolvimento prevista na Macrozona Macrometropolitana, por meio da malha viária. Este fator permitiria, a nosso ver, a consolidação da cidade de Campinas como sede metropolitana dessa região. No mesmo sentido, é atribuída para o centro regional metropolitano a integração dos municípios da região mediante os meios de transporte, compreendendo também os modos não motorizados e meios alternativos para o deslocamento em massa. As áreas de influência direta das rodovias, reservadas para a implantação de atividades econômicas, enunciam a potencialização da logística de serviços, indústrias, mediadas pelo incremento tecnológico, de conhecimento e informação.

Perante os aspectos apresentados, podemos inferir que a consolidação da Macrozona Macrometropolitana, que contorna o território urbano de Campinas, contempla a priorização dos fluxos e dos polos estratégicos conjugados, abrangendo o Aeroporto de Viracopos e a Unicamp/CIATEC, interligando produção, serviços, fluxos de mercadorias, informação e conhecimento científico.

A Macrozona de Desenvolvimento Ordenado concentra-se em alguns setores extremos do município (Figura 10, p. 118) e tem como objetivos específicos “a melhoria do sistema de acesso e do escoamento da produção agrícola e pecuária”, bem como “[...] a proteção ambiental, do patrimônio histórico e cultural” e “fomentar o desenvolvimento social e econômico, assegurando a preservação do meio ambiente” e “identificar áreas que serão objeto de estudos para regularização fundiária de interesse social e específico” (CAMPINAS, 2018a, art. 10).

Das diretrizes estipuladas para esta Macrozona destacamos:

I - realização de estudos de viabilidade para a expansão urbana, por força do Estatuto da Cidade e do princípio da construção de uma cidade sustentável; II - controle da expansão e ocupação urbana desordenada; III - mitigação do ônus financeiro do Poder Público municipal no processo de regularização das áreas existentes com crescimento desordenado; IV - previsão de zoneamento rural, macroestrutura viária para escoamento da produção, áreas institucionais e verdes e mesclas de uso, a fim de garantir um ambiente ecologicamente equilibrado; [...] VI - criação de polos geradores de emprego; [...] VIII - incentivo e capacitação aos produtores rurais em tecnologias de produção agrícola e pecuária sustentáveis, com destaque para a agricultura orgânica e o cultivo protegido, o turismo rural e a gestão de negócios. (CAMPINAS, 2018a, art. 11)

O prenúncio de objetivos e diretrizes que indicam preocupação com a regularização e busca por uma cidade sustentável em áreas periféricas que caracterizam esta Macrozona, pode indicar que tais premissas poderiam levar a medidas de inclusão da população envolvida. Como é possível depreender, a preocupação com respeito à regularização fundiária de interesse social está expressa nos objetivos e diretrizes desta macrozona; no entanto a diretriz de mitigação de ônus financeiro expressa no inciso III, deixa em aberto a correspondente melhoria das condições ambientais e de vida das populações envolvidas, que implicariam em investimentos em infraestrutura e serviços. Em contrapartida, a intenção em fomentar o desenvolvimento econômico em equilíbrio ambiental, o incentivo à geração de empregos, incluindo formas de produção rural de caráter sustentável, pode indicar alternativas para as populações de baixa renda e, no caso do escopo desta Pesquisa, compreendendo pessoas em vulnerabilidade extrema, como é o caso da população em situação de rua.

Nesse sentido, a Macrozona de Relevância Ambiental além de “incentivar a preservação do ambiente, a biodiversidade e os mananciais, a vegetação nativa, as faixas de preservação permanente, as matas ciliares, as várzeas e as planícies de inundação” (CAMPINAS, 2018a, art. 12) prescreve a realização de estudos sobre áreas rurais como possibilidade de formas de ocupação diversas que simultaneamente garantam “a manutenção sustentável de suas características, de forma compatível com o desenvolvimento econômico e social” (idem, ibidem) permitindo usos e atividades diversificadas cuja dinamização possa ser orientadora do desenvolvimento econômico, como destacamos a seguir, em suas diretrizes:

[...] I - regulamentação de usos e atividades urbanas e rurais compatíveis com a conservação ambiental; II - incentivo à manutenção das atividades rurais com orientação para o manejo adequado; III - fortalecimento de atividades culturais e econômicas que preservem o patrimônio cultural; IV - preservação das paisagens urbanas e dos imóveis de interesse histórico e cultural, valorizando as referências históricas e estimulando o turismo e a economia criativa; V - coibir o parcelamento irregular na zona rural para fins urbanos; [...] VII - proteger e recuperar o ambiente, a biodiversidade e os mananciais, por meio do controle da expansão urbana e da regulamentação de usos compatíveis com a conservação ambiental; VIII - preservar o patrimônio cultural urbano e o patrimônio ligado ao ambiente rural e natural; IX - melhorar a qualidade de vida das famílias residentes em área rural; X - estímulo aos usos rurais, caracterizados por atividades agrossilvopastoris, por meio de certificação das propriedades que desenvolvam a agricultura sustentável e conservem os recursos naturais; XI - desenvolvimento de programas específicos para as áreas rurais; [...]. (CAMPINAS, 2018a, art. 13)

Com respeito ao território de interesse imediato desta Pesquisa, sói apresentar as especificidades da Macrozona de Estruturação Urbana. Esta localiza-se integralmente no perímetro urbano, possuindo áreas consolidadas e em fase de consolidação (CAMPINAS, 2018a, art. 5). Para que possamos considerar o que é estabelecido para esta macrozona destacamos alguns de seus objetivos abaixo:

I - valorizar e ampliar as áreas públicas, promover a ocupação das áreas vagas e a qualificação das áreas vulneráveis sob os aspectos socioeconômico, urbanístico ou ambiental; II - incentivar o uso misto; III - fomentar centralidades atreladas às estruturas de transporte coletivo, com possibilidade de uso e ocupação mais intensos do solo; IV - promover o adensamento nas regiões mais bem estruturadas e ao longo da rede estrutural de transporte público; [...]; VI - promover e estimular a produção de empreendimentos habitacionais de interesse social; VII - requalificar urbanística, social e ambientalmente a área central. (CAMPINAS, 2018a, art. 8)

Mediante os objetivos da Macrozona de Estruturação Urbana, podemos considerar que suas hipóteses são de constituição de um centro expandido, dinâmico e qualificado, território em que é predicada a valorização e ampliação dos espaços públicos, a ocupação de áreas vagas, bem como a qualificação dos lugares que se encontram vulneráveis, o uso misto, o fomento das centralidades, o adensamento pela extensão da rede estrutural de mobilidade pública e a produção de habitações de interesse social. Não se observa, no entanto, medidas reguladoras perante a indução de especulação imobiliária pela atratividade de capitais de investimento no território, bem como medidas de proteção perante a segregação ou exclusão de populações menos favorecidas. Das diretrizes definidas para esta macrozona evidencia-se a seguir:

I - incentivo à ampliação da oferta de moradia, reabilitação dos espaços públicos e dos bens históricos e culturais; II - promoção de intervenções na estrutura viária e de transporte para correção dos problemas de descontinuidade entre bairros; III - estabelecimento de usos mistos compatíveis com o uso residencial no interior dos bairros residenciais; IV - urbanização dos núcleos urbanos informais de interesse social passíveis de consolidação e a titulação dos ocupantes; V - adoção de medidas visando compelir os responsáveis a regularizar as áreas de interesse específico, quando tecnicamente possível; VI - reserva de áreas para produção de habitação de interesse social com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas. (CAMPINAS, 2018a, art. 9)

A oferta de moradias vinculada à reabilitação dos espaços públicos, dos bens históricos e culturais, poderia promover uma nova reabilitação dos usos; no entanto, não define qual população seria beneficiada. Esta alternativa poderia indicar a possibilidade de inclusão para as populações que se encontram em condições de vida precárias. Os itens II e III são constituídos mediante o escopo do desenvolvimento do espaço urbano de Campinas, em que

é necessário a qualificação da fruição pública por meio da estrutura viária e do estabelecimento do uso misto que poderia favorecer os habitantes locais. No que diz respeito aos incisos IV e V, aflora certa excentricidade ao promover a urbanização dos núcleos urbanos, pois, ao se referir a espaços informais de interesse social, indica que a urbanização, consolidação e titulação estaria sujeita somente a alguns, do que podemos derivar questionamentos como: o que aconteceria com os habitantes não passíveis de consolidação ou as áreas impossibilitadas de regularização? O inciso VI promove a reserva de áreas para produção de habitação de interesse social que, ao oferecer oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, poderia ser uma medida de integração da população menos favorecida nesta macrozona, que se apresenta como a mais consolidada do espaço urbano de Campinas.

Vamos nos deter, em seguida, na Área Central⁷², localizada dentro da Macrozona de Estruturação Urbana (Figura 09, p. 113 e Figura 10, p. 118) que é descrita como um espaço a ser requalificado urbanisticamente, socialmente e ambientalmente (CAMPINAS, 2018a, art. 8). Esta diretriz indica que nesta região se encontram áreas desestruturadas, precárias ou degradadas como um todo ou em parte. Ao ser instituída como um dos Polos de Desenvolvimento Estratégicos, preconiza-se para ela diretrizes no sentido da garantia do potencial econômico aliada à urbanização de qualidade e infraestrutura de mobilidade, instituídas como se segue:

[...] I - desenvolvimento do Plano de Requalificação da Área Central, visando ao incremento das atividades econômicas, à valorização do espaço público, ao estímulo ao uso habitacional e às atividades culturais e de entretenimento e à qualificação ambiental; II - desenvolvimento de proposta de novos modais para atendimento à área central, reduzindo o trânsito de passagem, valorizando a relação com o pedestre e melhorando as condições ambientais; III - estímulo à multiplicidade funcional, às atividades econômicas e culturais, inclusive no período noturno; IV - **incentivo à produção de empreendimentos habitacionais de interesse social**; V - desenvolvimento de programa de preservação do patrimônio edificado, valorizando as referências históricas e estimulando a visitação, o turismo e a economia criativa; VI - desenvolvimento de projetos para valorização do espaço público com arborização urbana adequada e previsão de enterramento da fiação da rede de eletricidade; VII - melhoria da acessibilidade, especialmente para pedestres, pessoas com deficiência e usuários do transporte coletivo, criando alternativas de circulação;

⁷² A Área Central, objeto de nosso estudo, se relaciona ao que no PD corresponde a um dos Polos Estratégicos de Desenvolvimento ilustrados na Figura 09, divergindo das centralidades abordadas em suas diretrizes gerais, que preveem novas centralidades e fortalecimento das já existentes, conectadas à Rede Estrutural de Mobilidade. Para mais informações, ver: <https://planodiretor.campinas.sp.gov.br/timeline/timeline/59_mapas_finais_pd2018/anexoX_centralidades.pdf>. Acesso em: 29 de out de 2020.

VIII - ampliação e recuperação de calçadas, com adaptação para circulação de pessoas com deficiência e padronização do mobiliário urbano; IX - desenvolvimento de programa de recuperação e valorização de fachadas, com normatização da publicidade e identificação visual dos comércios; X - melhoria e ampliação das condições sanitárias e ambientais, tais como limpeza pública, instalações sanitárias, armazenamento de resíduos sólidos. (CAMPINAS, 2018a, art. 27)

As diretrizes destacadas correspondem à intenção de qualificação predicada para o centro de Campinas. O impulsionamento das atividades econômicas, o espaço público tido como de grande importância mediante sua valorização, bem como as atividades culturais, de entretenimento e o uso habitacional revelam o objetivo da requalificação da Área Central, que visaria qualidade de vida e atratividade. As propostas de mobilidade e recuperação de espaços públicos, indica a possibilidade de ampliação de sistemas de ciclovias e novos modos de transporte coletivo. É necessário observar que qualidade de vida não implica necessariamente sua equidade a todas as faixas de renda, a menos do incentivo à regularização fundiária e à habitação de interesse social indicadas. A promoção do turismo por intermédio do patrimônio edificado preservado e valorizado, conforme indica o inciso V, visa o desenvolvimento da economia criativa, o que poderia conceder abertura para o exercício comercial formal juntamente com a integração do comércio informal, fomentando a economia de pequenos empreendedores. No inciso X é apontado as melhorias das condições sanitárias e ambientais mediante instalações sanitárias, armazenamento de resíduos sólidos e limpeza pública, conforme inciso X, poderia corresponder a possibilidades de provimento inclusivo a população em situação de rua. Como apresentam censos em diversos municípios de escala representativa, a população de rua tende a se concentrar especialmente em áreas centrais e em determinados eixos de desenvolvimento (CUNHA, RODRIGUES, 2009). Resta, portanto, em aberto que a promoção de qualificação preconizada não seja acompanhada de gentrificação, como ocorre em programas que não contemplam medidas de controle do uso do solo articulado ao valor imobiliário submetido ao capital especulativo. Não há indicação alguma sobre o universo da assistência social e, em especial, ao problema da população em situação de rua que, sendo a faixa mais vulnerável, estaria condenada à pior face da gentrificação, expulsa, não atendida e invisibilizada.

O centro de Campinas: proposta de recorte territorial para o estudo de caso

Em vários estudos sobre população em situação de rua, os centros urbanos, região que historicamente possui características marcantes de atividades comerciais, financeiras e fluxo intenso de pedestres e transportes, são considerados como áreas de concentração desses sujeitos (BURSZTYN, 2000; KRÜGER; ANTONI; BALDISSERA, 2021; SILVA, 2012; SILVA; SILVA, 2017; ALBUQUERQUE, 2017; FILGUEIRAS, 2019). Segundo Lucena (2013), os centros urbanos apresentam características, como:

Por ser uma área que tradicionalmente concentra a atividade comercial, o centro da cidade apresenta características que favorecem a rotina dos moradores de rua. Durante o dia, o comércio atrai uma massa de consumidores que se deslocam pelas ruas do centro, possibilitando o contato dos moradores de rua com indivíduos de diferentes segmentos sociais. À noite, as ruas dessa área da cidade apresentam baixo fluxo de pedestres e automóveis, garantindo certa segurança aos que aí pernoitam. (LUCENA, 2013, p. 11)

A diversidade de atividades dos centros urbanos propicia o contato da população em situação de rua com espaços multifuncionais, como: áreas comerciais e de serviços, estruturas arquitetônicas ou mobiliários urbanos como meios de proteção e possível acolhimento, e o constante fluxo de bens e pessoas, que contribui tanto na busca pela sobrevivência durante o dia, como para o pernoite, uma vez que os centros das cidades tendem a ficar mais inativos durante o período noturno (SILVA; SAULE JUNIOR, 2020), a considerar processos de revitalização que induzem à moradia nestas áreas. Neste cenário, o conflito de classes visível no espaço urbano, como produto produzido pela relação entre o capital e o trabalho humano (VILLAÇA, 2011), evidencia como uma das faces mais extremas, uma população de menor poder aquisitivo que faz das ruas sua subsistência frente a desafios políticos e urbanos (FILGUEIRAS, 2019).

Em relação aos motivos da apropriação dos centros urbanos por sujeitos em situação de rua, os autores Silva e Saule Junior (2020) acrescentam que:

[...] as populações em situação de rua se concentram majoritariamente nos grandes centros urbanos do país, haja vista que nestes locais a circulação do capital ocorre com maior intensidade. Essa condição gera alternativas de trabalho para

subsistência diária, ainda que precárias, às pessoas que fazem da rua espaço de moradia e subsistência.

Essa lógica da subsistência, gerada pela exclusão do capitalismo, promove uma mobilidade de autogeração de trabalho em que pobres produzem para pobres, gerando uma economia da pobreza [...].

[...] torna-se visível porque nos grandes centros urbanos há maior disponibilidade de materiais recicláveis que diariamente são descartados como lixo e que são reaproveitados por catadores de materiais recicláveis.

Isso ocorre porque os grandes centros concentram várias atividades econômicas comerciais, bancárias e de serviços que atraem muita gente [...]. (SILVA; SAULE JUNIOR, 2020, p. 14-15)

Falar sobre apropriação dos espaços públicos leva a pensar sobre o direito à cidade. Para a população de rua, o direito de usufruir das áreas públicas comuns a todos e dos mobiliários urbanos como equipamentos, é um direito negado em várias circunstâncias (FILGUEIRAS, 2019). Na perspectiva da função social da cidade, que visa um conjunto de providências em vista da qualidade de vida urbana (BRASIL, 1988, art. 182; BRASIL, 2001), os sujeitos em situação de rua encontram-se em grau extremo de vulnerabilidade nas formas de ocupação na cidade (CUNHA; RODRIGUES, 2009), o que pode ocasionar a perda da função original dos espaços públicos (SILVA; SAULE JUNIOR, 2020). Estes espaços, sejam eles calçadas, praças, parques, jardins, avenidas ou estabelecimentos, são elementos que modelam a imagem da cidade e, sob a ótica da adversidade da situação de rua, são recorrentemente meios de sobrevivência e abrigo dos pobres urbanos (Ibidem).

Entende-se que o fenômeno da população em situação de rua possui diversas origens e sua apropriação no meio urbano revela algumas particularidades comuns em todas as grandes cidades pois, como observado por Silva e Silva (2017, p. 3), “andar por sua área central é comum encontrar pessoas fazendo das calçadas, parques e praças seus espaços de habitação e trabalho”. Os autores comentam ainda que:

A presença de pessoas vivendo nas ruas é uma situação recorrente nas cidades do Brasil e do mundo. Apesar de nem sempre serem percebidos pelos demais agentes do espaço urbano, esses indivíduos estão sempre ocupando determinados espaços e desenvolvendo estratégias na busca por condições mínimas de sobrevivência na cidade. (SILVA; SILVA, 2017, p. 3)

A permanência nas logradouros públicos, a ineficiência de uma política pública capaz de reduzir a desigualdade social e a pobreza, a insuficiência ou inexistência de dados quantitativos e qualitativos e até mesmo informações científicas sobre o contingente, as ações higienistas constantes, dentre outras medidas que hostilizam o cuidado com a população em situação de rua, podem naturalizar o fenômeno “como um processo natural de degradação

humana, [e/ou] como consequência de uma escolha individual” (SILVA; SAULE JUNIOR, 2020, p. 16). Das diversas origens, o fenômeno manifesta também especificidades vinculadas ao território, como abordado por Silva e Saule Junior (2020):

Trata-se de um fenômeno que tem características gerais, mas possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. Essas particularidades são decorrentes de hábitos, valores e características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território.

Tais especificidades se refletem no perfil socioeconômico, no tempo de permanência nas ruas, e nas estratégias de subsistência utilizadas pelas pessoas em situação de rua. (SILVA; SAULE JUNIOR, 2020, p. 16)

A busca pela manutenção da vida em condições extremas de precariedade é um dos resultados da desigualdade disseminada pela “urbanização da pobreza” (FERREIRA, 2000, p. 13). Esta pobreza, sob a ótica das habitações, pode ser encontrada e classificada de diversas formas nas cidades pelo mundo, mas “o que não variam são o grau de precariedade e a falta de qualidade, sendo características da globalização da pobreza” (Ibidem, p. 13).

Observa-se que a população de rua não é considerada como contingente nos indicadores de bem-estar social, a saber, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁷³ responsável por indicar o desenvolvimento humano nas dimensões de longevidade, educação e renda; o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)⁷⁴ parâmetro que expõe detalhadamente IVS de Infraestrutura Urbana, IVS de Capital Humano e IVS de Renda e Trabalho; e o índice de GINI⁷⁵, utilizado para medir o grau de concentração de renda. Esta ausência dificulta o desenvolvimento de políticas públicas e a intersectorialidade das ações estatais para a redução da situação precária nas quais vivem esses sujeitos⁷⁶.

O fenômeno da situação de rua apresenta aspectos específicos e distintos em cada território, como aborda Silva (2006), a seguir:

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno

⁷³ Para mais informações ver: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁷⁴ Para mais informações ver: <<http://www.contagem.mg.gov.br/observatorio/ivs/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁷⁵ Para mais informações ver: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁷⁶ No Capítulo 3 desta Pesquisa, foram examinados estes índices para o município de Campinas.

que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas [...]. (SILVA, 2006, p. 95)

O indício de urbanização da pobreza sob o discurso institucional da cidade de Campinas como cidade inovadora, inclusiva e sustentável, nos leva a questionar as especificidades do fenômeno da população em situação de rua no território em estudo. Quais os graus de permanência nos locais? Quais suas estratégias de sobrevivência no que tange aos abrigos, apetrechos, higiene e alimentação? Quais os rudimentos de organização? Realizam ações indicativas de vivência afetiva, expedientes de lazer e cultura? Para responder estas perguntas será necessário realizar um estudo sobre o território do centro de Campinas (Figura 11), onde se buscará indicar como os usos predominantes do solo urbano e a localização podem concentrar este contingente que vive em estado de urgência no meio urbano, apesar de sua instalação tornar evidente a segregação, desigualdade, exclusão ou casos de expulsão e seus mecanismos e hábitos cotidianos. Filgueiras (2019), em face da desigualdade, afirma que, no caso de ocupações precárias:

O uso e a forma de apropriação do espaço estão estreitamente associados a desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira, a concentração de renda e patrimônio, a segregação dos pobres e a assimetria no acesso a serviços públicos e oportunidades. No Brasil, a questão urbana e social é expressa nos mecanismos de exclusão econômica e social, que levam uma grande parcela da população às periferias ou a se instalar em áreas desvalorizadas nas regiões centrais, favelas, vilas e em bairros com acesso precário ou nenhum acesso aos recursos da cidade. Inclusive as políticas urbanas podem funcionar como instrumentos de exclusão, ao promover investimentos e projetos de infraestrutura que provocam remoção dos setores pobres de determinadas áreas, expulsando-os pela gentrificação porque sua capacidade econômica não lhes permite pagar os custos de continuar morando onde os preços se elevaram muito. (FILGUEIRAS, 2019, p. 979)

Nesse contexto, que inclui no problema da falta de suprimento de habitação como direito, pretende-se a análise do contingente que provavelmente está na situação mais extrema, para o que, neste capítulo realizar a definição de um perímetro de investigação mediante a análise territorial, para o estudo de caso. A exploração de bases cartográficas e aerofotográficas mediante a disponibilidade de imagens de satélite, será a metodologia aplicada para a investigação de características de morfologia urbana, uso predominante do solo, concentrações comerciais e de serviços, sistema viário e de transporte, sistemas de espaços livres como ruas arborizadas, calçadas, praças e espaços sob viadutos, para definir condicionantes propícios à apropriação e concentração pela população em situação de rua, visando estabelecer critérios para compreender sua distribuição espacial e investigar

especificidades do território indicando pontos predominantes de instalação, para futura análise dos expedientes de sobrevivência desta população. O estudo de campo de locais pré-determinados por esta análise preliminar do centro de Campinas nos permitirá verificar, em certa medida, como a população em situação de rua tem se distribuído e sobrevivido, mesmo subjugada pelas diversas formas de espoliação e estratificação social.

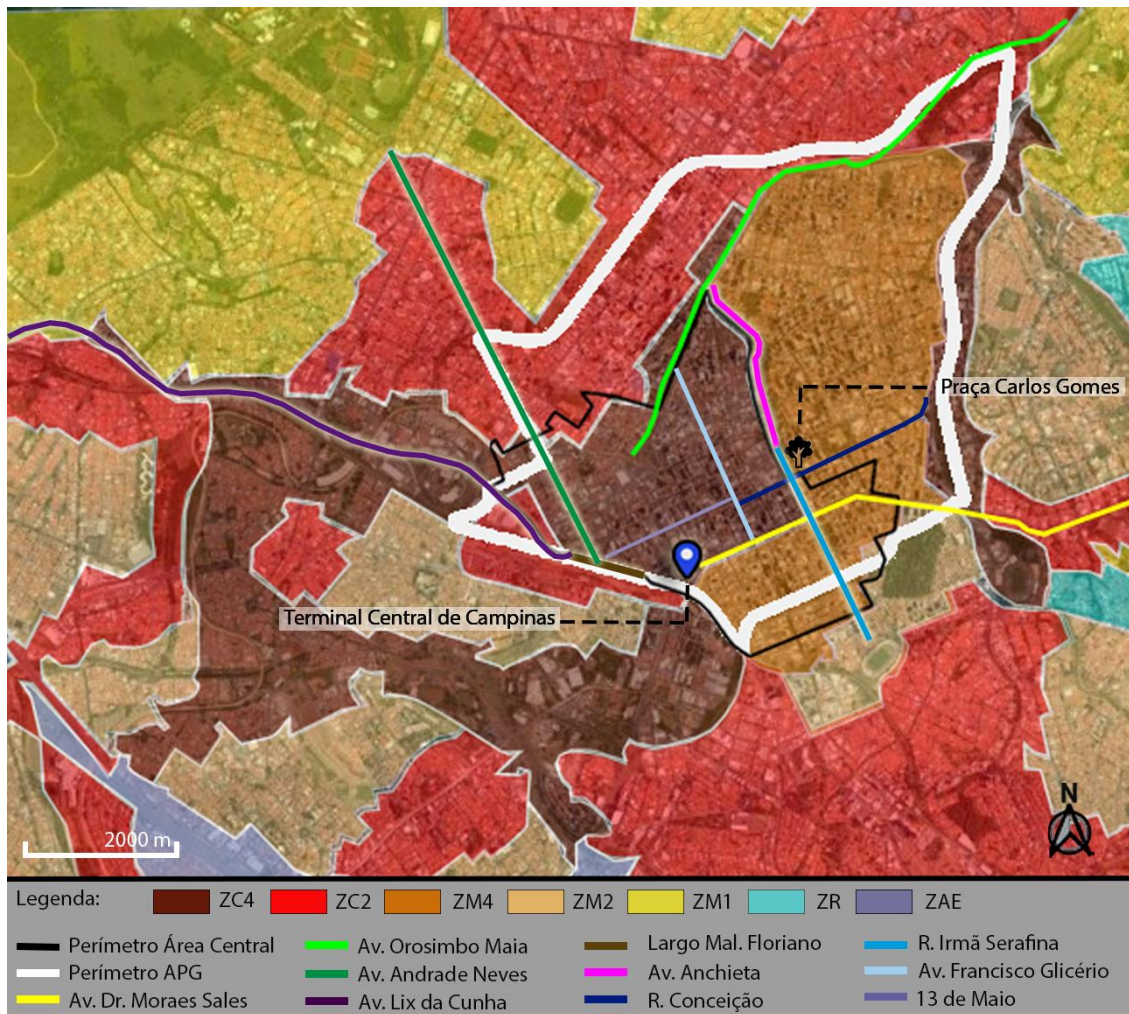


Figura 11: Foto aérea do centro de Campinas delimitando (em preto) a Área Central definida pelo Plano Diretor do Município de Campinas de 2018 e as principais vias em cores. **Fonte:** Elaboração própria a partir de Campinas, 2018, c2021.

A Figura 11 acima apresenta delimitações diferentes do que pode ser considerado como centro da cidade de Campinas. A Área Central do município, perante o definido pelo Plano Diretor (CAMPINAS, 2018a), foi objeto de discussão no Capítulo 3. Na Figura 11, portanto, observa-se seu perímetro em linha contínua na cor preta. Esta delimitação se dá compreendendo a Avenida Anchieta a nordeste (em magenta) que depois segue como Rua Irmã Serafina (em azul claro), realiza uma inflexão para leste pela R. Ferreira Penteado, segue para sul até a Av. Aquidabã e converge para o arco da Av. José Nicolau Ludgero Maseli,

seguindo pelo Largo Marechal Floriano e Av. Lix da Cunha a partir da qual realiza uma inflexão delimitada por diversas vias até a Av. Orozimbo Maia (em verde) atingindo a Av. Anchieta fechando o perímetro⁷⁷.

Na mesma Figura 11, está delimitada a Área de Planejamento e Gestão (APG) Centro⁷⁸ (linha branca) também definida pelo Plano Diretor, observando que contempla uma maior amplitude do que a Área Central. Dada esta escala, para o escopo deste trabalho considerou-se mais oportuno se ater sobre a Área Central acima descrita.

A base para confecção da Figura 11 se relaciona à Lei Complementar nº 208, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo no município de Campinas (CAMPINAS, 2018b), onde são visualizáveis diversas manchas correspondentes às zonas ZC4, ZC2, ZM4, ZM2, ZM1, ZR e ZAE⁷⁹. A delimitação da Área Central (CAMPINAS, 2018a) coincide com porções da ZC4⁸⁰ na sua maior parte, e da ZM em menor porção a sudeste abrangendo também pequena parcela da ZC2. Entendemos que as zonas ZC2 e ZC4 se espraiam pelo tecido urbano de acordo com a finalidade de abranger determinados parâmetros urbanísticos relativos ao uso e ocupação do solo, não consistindo em delimitação de interesse para o escopo da investigação sobre apropriação de contingentes da população de rua. Na Figura 11 destacamos algumas avenidas que são orientadoras desta proposta de centralidade para o estudo de caso, a partir da qual serão definidas tipologias de espaços públicos, como trataremos mais adiante.

Na cidade de São Paulo, tomada como analogia, a partir da Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2019b), Valeriano (2019) especializou a distribuição da população em

⁷⁷ Observa-se, conforme comentado no Capítulo 3 desta Dissertação, que a delimitação da Área Central coincide com a da Z-17 da Lei 6.031, de 1988, que dispunha sobre o uso e ocupação do solo.

⁷⁸ A Área de Planejamento e Gestão (APG) Centro, conforme definida pelo Plano Diretor de 2018, foi abordada no Capítulo 3, anterior, desta Dissertação.

⁷⁹ Estas zonas urbanas correspondem às seguintes tipologias de uso do solo: ZC4: Zona de Centralidade 4; ZC2: Zona de Centralidade 2; ZM4: Zona Mista 4; ZM2: Zona Mista 2; ZM1: Zona Mista 2; ZR: Zona Residencial; ZAE: Zona de Atividade Econômica (CAMPINAS, 2018b). Para mais informações ver <<https://zoneamento.campinas.sp.gov.br/#>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

⁸⁰ A Zona de Centralidade 4 (ZC-4), estabelecida pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo como “zona definida pelos principais cruzamentos de DOTs (Desenvolvimento Orientado pelo Transporte), centralidades de alta densidade habitacional, com mescla de usos residencial, misto e não residencial de baixa, média e alta incomodidade.” (CAMPINAS, 2018b, p. 23)

situação de rua (Figura 12). É possível observar que, além de se concentrar no centro da cidade, esta se espalha predominantemente conforme a estrutura do sistema viário principal e possíveis subcentralidades formadas a partir destes eixos. Em 2019, no mês de outubro, o Censo (SÃO PAULO, 2019b) quantificou 24.344 pessoas em situação de rua; destas, 11.693 foram contabilizadas nos centros de acolhida e 12.651 nos logradouros públicos.

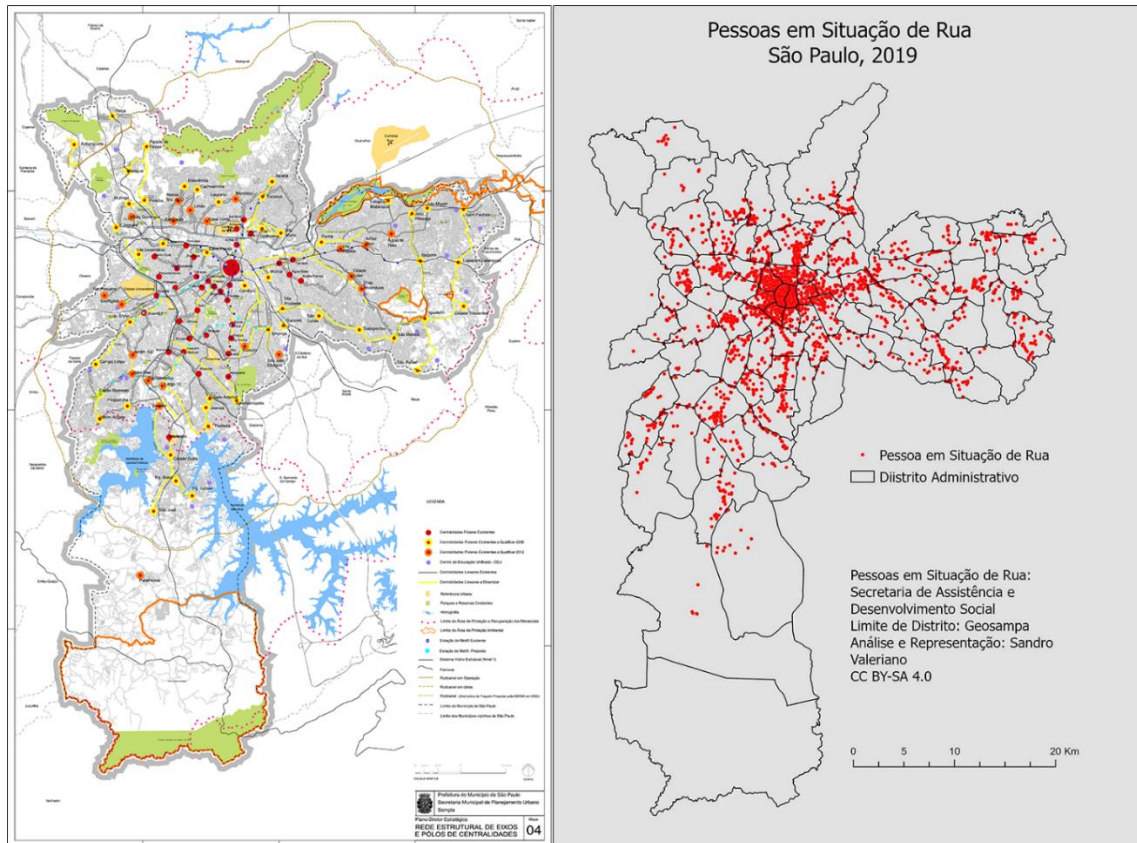


Figura 12: À esquerda, mapa ilustrando o sistema de transporte e polos de centralidades na cidade de São Paulo. À direita, mapa de distribuição da população em situação de rua na cidade de São Paulo, referente a 2019. **Fontes:** São Paulo, 2009 (esquerda) e Valeriano, 2020 (direita). Disponíveis em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/arquivos/secretarias/desenvolvimentourbano/mapa/04_Rede_centralidades.jpg> e <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3396780013710645&set=pb.100001360408422.-2207520000.&type=3>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

De acordo com Silva e Saule Junior (2020), a Cracolândia, localizável pela Alameda Dino Bueno, compreende uma porção da região central e conturbada da cidade de São Paulo, cuja disputa pelo território está em curso, abrangendo a Prefeitura, setores do capital imobiliário e um exército de pessoas extremamente fragilizadas e vítimas da adição a entorpecentes. A região, marcada por estigmas imputados de criminalidade e de usuários de *crack*, é sinônimo de exclusão para todos os sujeitos lá vivem (Ibidem). A Cracolândia é um exemplo de espaço público que não só reflete a condição de vida humana precária, mas expõe rotineiramente

violação de direitos por ações higienistas, expulsões agressivas, uso de balas de borracha, bombas de efeito moral, ações que impedem a entrega de marmitas, dentre tantas outras (SOUZA, 2021).

Recentemente, a deputada Janaina Paschoal publicou na plataforma *Twitter* que a distribuição de alimentos, por parte do Padre Júlio Lancellotti e ONGs, para pessoas que ali habitam, tem contribuído para o crime e que a população residente e trabalhadora no local não aguentaria mais (SOUZA, 2021). O Padre Júlio Lancellotti refutou esta afirmação ao dizer que ninguém vive naquela região para receber marmitex e que a adversidade da situação é resultado das questões socioeconômicas e de falta de ações de proteção. Seu posicionamento, diante das críticas realizadas pela parlamentar, contemplou convite a todos que pensam como a deputada a irem passar uma semana na rua, recebendo o que é oferecido à população em situação de rua, como café, almoço, jantar, roupas e cobertores. Para o Padre, o que mantém os sujeitos na Cracolândia é a permissão da chegada e do comércio de drogas, resultado da corrupção dos poderes (Ibidem). Relatos semelhantes a este são constantemente noticiados e publicados nos meios de comunicação, como observado por Albuquerque (2017):

Na cidade de São Paulo, quase diariamente a mídia veicula notícias relacionando áreas de alta densidade de pessoas vivendo nas ruas à criminalidade, materializada no tráfico e consumo de drogas, assaltos, falta de segurança, além da degradação do entorno e descaso do poder público. Há também uma inquietação relacionada ao surgimento das chamadas “mini-cracolândias”, fenômeno decorrente de uma suposta dispersão da população em situação de rua usuária de drogas da região central para centralidades secundárias após intervenção policial na região do Projeto Nova Luz, em janeiro de 2012. (ALBUQUERQUE, 2017)

Na conjuntura da apropriação dos espaços públicos - sejam eles centralidades ou subcentralidades, - por parte da população em situação de rua em Campinas, de acordo com o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH), este contingente, nos últimos anos, também tem descentralizado suas áreas de concentração. Em 2016, esta população se concentrava (60%) na região Leste, que compreende a área central do município e possui maiores rendimentos do município. No mesmo ano, a região Norte, segunda concentradora de rendimentos, correspondia a 17%. No Gráfico 04, observa-se a descentralização ocorrida no ano de 2019, a qual apresenta a região Leste com 49%, com perda de 11% na concentração da população de rua e região Norte com 24%, apresentando um acréscimo de 7% em comparação com o ano de 2016.

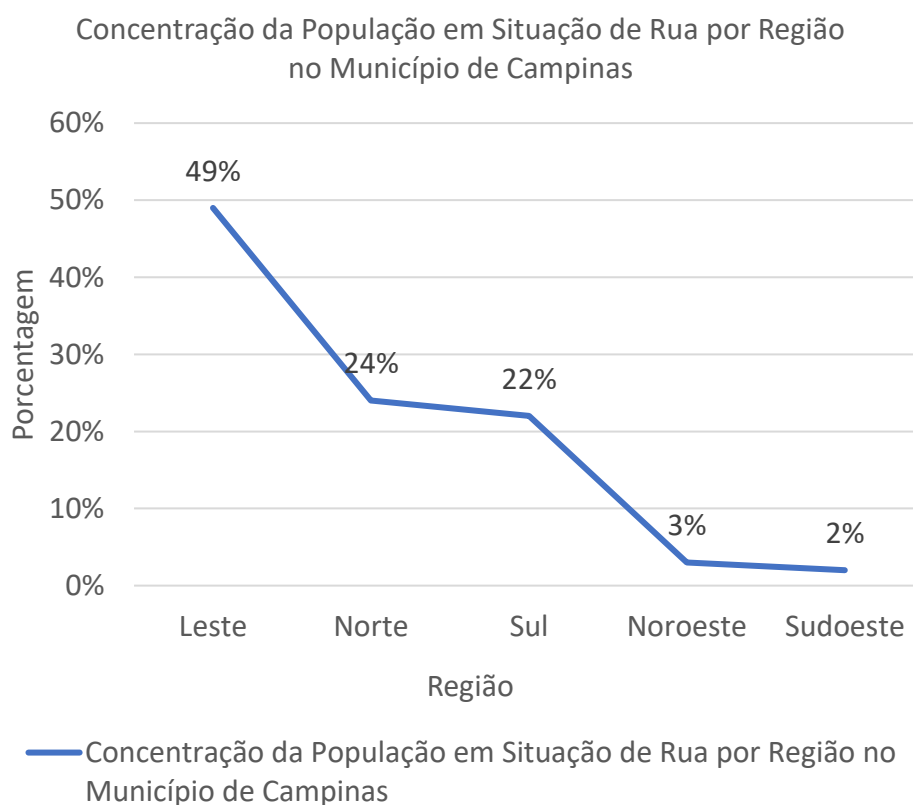


Gráfico 04: Concentração da população em situação de rua por região no município de Campinas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Campinas, 2020.

Verifica-se que a região Sul, caracterizada no capítulo anterior como local de baixos rendimentos, possui uma concentração considerável dessa população, colocando-se não muito atrás da região Norte. Destacamos que o aeroporto do município se encontra nessa região, localidade expressa pelo Plano Diretor como um dos Polos Estratégicos de Desenvolvimento e ponto estratégico para escoamento de mercadorias. Em contrapartida, as regiões noroeste e sudoeste, sendo caracterizadas também como localidades de baixos rendimentos, possuem as menores porcentagens deste contingente. Mesmo ocorrendo a descentralização dessa população, pode-se afirmar seu agrupamento na área central da cidade, o que não difere, em termos gerais, dos demais municípios brasileiros e do mundo. Segundo a secretária municipal de Assistência Social, Eliane Jocelaine Pereira (CAMPINAS, 2020):

A situação de rua é um fenômeno secular de expressão das desigualdades sociais. As pessoas que se encontram nesta situação devem ser olhadas como sujeitos de direitos, e a solução para esse fenômeno complexo deve envolver o conjunto da sociedade. Por isso, em um país que figura entre os dez mais desiguais do mundo, a responsabilidade é de toda a sociedade. (CAMPINAS, 2020)

A seguir será realizada a análise territorial da centralidade de Campinas para estabelecer o que podemos denominar como centro para efeitos do estudo de caso desta pesquisa. A Figura 13, apresenta a delimitação da região central do município conforme proposta por Chagas (2020) que define dois centros, a saber: o principal (salientado na cor rosa no mapa da Figura 13) e o expandido (salientado na cor amarela no mapa da Figura 13). Esta delimitação considerou o perímetro do centro histórico, a demarcação determinada pelo Inventário da Região Central de Campinas⁸¹ e o perímetro das principais intervenções preconizadas por propostas e diretrizes por meio dos planos, programas de projetos para o centro do município (CHAGAS, 2020).

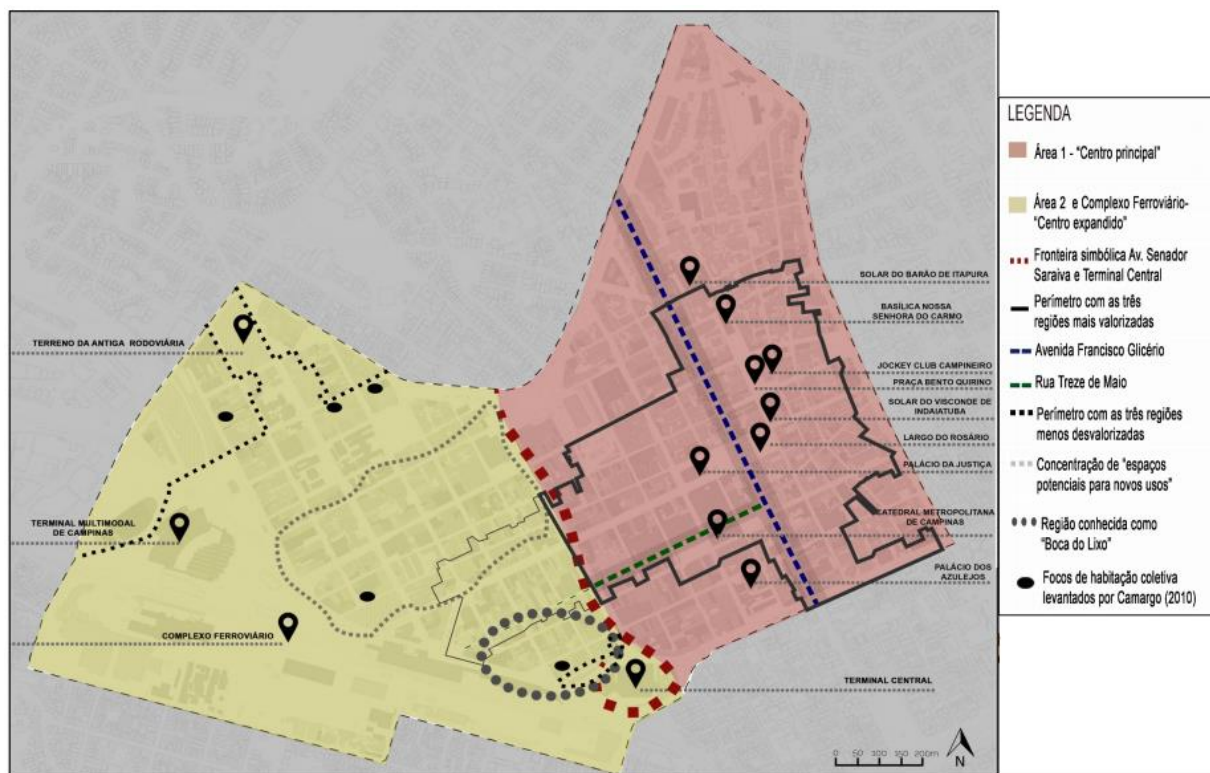


Figura 13: Os dois centros de Campinas propostos por Chagas. **Fonte:** CHAGAS, 2020.

Observa-se que a autora destaca perímetros para a área mais valorizada do centro principal em termos de valor do solo (representada em linha contínua na cor preta), a área menos desvalorizada no centro expandido⁸² (representada em linha tracejada na cor preta), área com potencial para novos usos (representada com linha tracejada na cor cinza claro) e

⁸¹ O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) estabelece o Inventário como ferramenta de preservação dos bens tombados, o qual preconiza liberação dos imóveis para reformas, alterações e demolições. Para mais informações ver: <<https://portalcbncampinas.com.br/2015/11/condepacc-transforma-imoveis-da-regiao-central-em-patrimonio-de-campinas/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

⁸² A autora denomina área menos desvalorizada como "área que concentra os menores índices de valorização do solo" (CHAGAS, 2020, p. 380).

área conhecida como Boca do Lixo (representada em linha tracejada na cor cinza escuro). Esta região nomeada por Boca do Lixo, é reconhecida por concentrar pessoas em situação de rua, prostitutas, traficantes e usuários de drogas e esteve sujeita ao Programa Tolerância Zero, em 2009, que visava a retirada dessa população, de vendedores ambulantes e estabelecimentos irregulares em busca de limpeza higienista e revitalização (CHAGAS, 2020).

Para Chagas (2020, p. 40), “os centros urbanos constituíram-se como um espaço público por excelência, passando a ser local de encontro de toda a coletividade e, portanto, gerando valores, identidades e memórias coletivas de toda a sociedade”. Nessa perspectiva, de acordo com Chagas (2020), contraditoriamente, a centralidade de Campinas tem passado, por quase 30 anos, pelo reflexo da falta de planejamento urbano. Valores, identidades e memórias coletivas do centro campineiro estiveram à mercê de intervenções paliativas, sem diálogo ou integração entre os setores da administração pública (Ibidem).

No estudo desenvolvido por Chagas (2020) é possível identificar os usos predominantes do centro de Campinas⁸³, como quantificados à Tabela 03. Destaca-se, a partir da autora, que na região central o uso comercial prevalece aos demais e, ao somar a quantidade de imóveis desocupados e de estacionamentos, o número salta para 569, superando a quantidade de uso habitacional.

Centro de Campinas		
Usos e Atividades Predominantes	Quantidade	%
2 Comércio	911	34,42
2 Habitacional	530	20,00
3 Prestação de Serviços	438	16,55
4 Imóveis Desocupados	342	13,00
5 Estacionamentos	227	8,57

Tabela 03: Tabela quantitativa dos usos predominantes no centro de Campinas. **Fonte:** Elaboração própria a partir de CHAGAS, 2020, p. 335.

Observa-se ainda segundo Chagas (2020) a distribuição espacial proposta das atividades predominantes no centro de Campinas na Figura 14, abaixo. Para o escopo de interesse deste trabalho, verifica-se a concentração do uso habitacional na porção norte

⁸³ Para investigar a predominância dos usos no centro de Campinas, Chagas (2020) analisou 2.647 lotes. A Tabela 03 resultante foi elaborada por Chagas (2020, p. 335), com base no levantamento de campo correspondente ao ano de 2018. A atividade comercial foi dividida em cinco categorias, a saber: comércio local alimentação, vestuário, variado, comércio especializado em motores, casa, variado e loja de departamento (Ibidem).

extrema do perímetro analisado, bem como uma certa dispersão no quadrante entre a Avenida Senador Saraiva e Avenida Campos Sales. Os demais usos comerciais e de serviços apresentam uma certa constância de pulverização pelo tecido urbano, onde destacam-se elementos de função regional como a Estação Rodoviária, o Terminal Central e toda a área da estação ferroviária original da FEPASA.

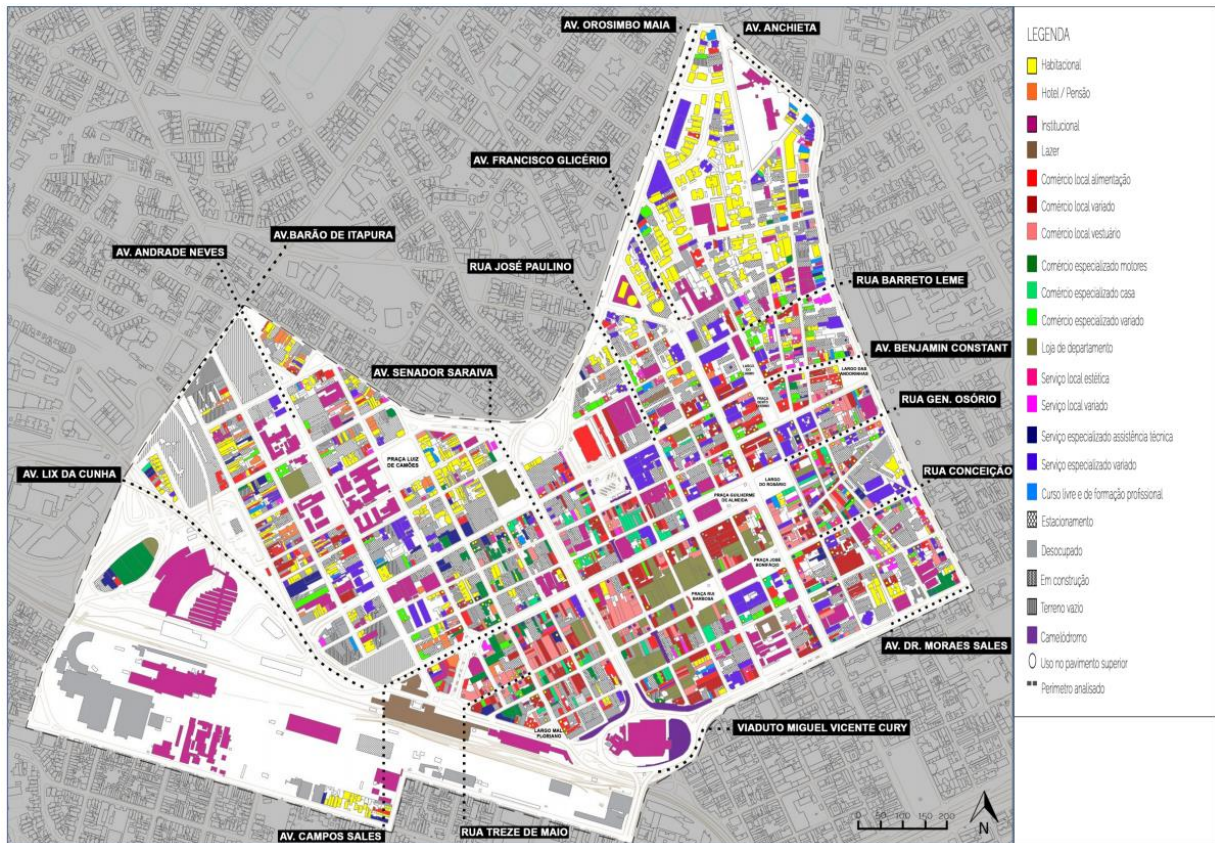


Figura 14: Usos e atividades predominantes no centro de Campinas. **Fonte:** CHAGAS, 2020, p. 333, elaborada com base em levantamento de 2018 da própria Chagas⁸⁴.

A variedade de tipologia comercial, bem como as atividades de prestação de serviços presentes no centro de Campinas indicam a diversidade de possibilidades de subsistência que a população de rua poderia obter, observando que evidentemente estamos contrastando opulência e escassez. Como abordado no início deste Capítulo, estes usos podem atrair o fluxo de pessoas e mercadorias no período diurno e, em contrapartida, tenderia a acarretar baixo fluxo de pedestres no período noturno, pela rarefação de habitação. Na Figura 14 acima atenta-se para uma expressiva quantidade de terrenos vazios, espaços desocupados e destinados para estacionamento (em tons de cinza), o que pode, perante os instrumentos e

⁸⁴ A Figura 14 é integralmente de responsabilidade de Chagas (2020, p. 333).

parâmetros urbanísticos predados no Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, sinalizar para novos usos e exercício de atividades que possam promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, conforme analisamos no Capítulo 2.

O centro de Campinas (Figura 15), como um dos polos estratégicos de desenvolvimento (CAMPINAS, 2018a), dispõe de fluxo intenso no sistema de circulação e deslocamento por meio das diversas avenidas (representadas em cor laranja claro) que perpassam também as demais vias (representadas em cor amarelo claro). A Rodoviária de Campinas e o Terminal Central são polos de deslocamento rápido.

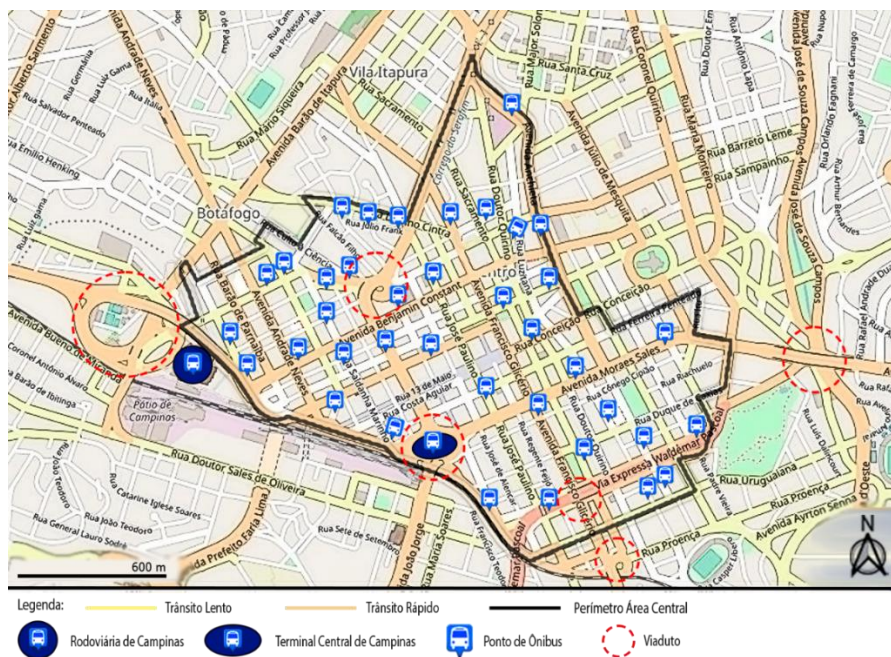


Figura 15: Sistema viário e de transporte no centro de Campinas. **Fonte:** Elaboração própria a partir de Guia Mais Mapas, 2021 e Google Maps, 2021.

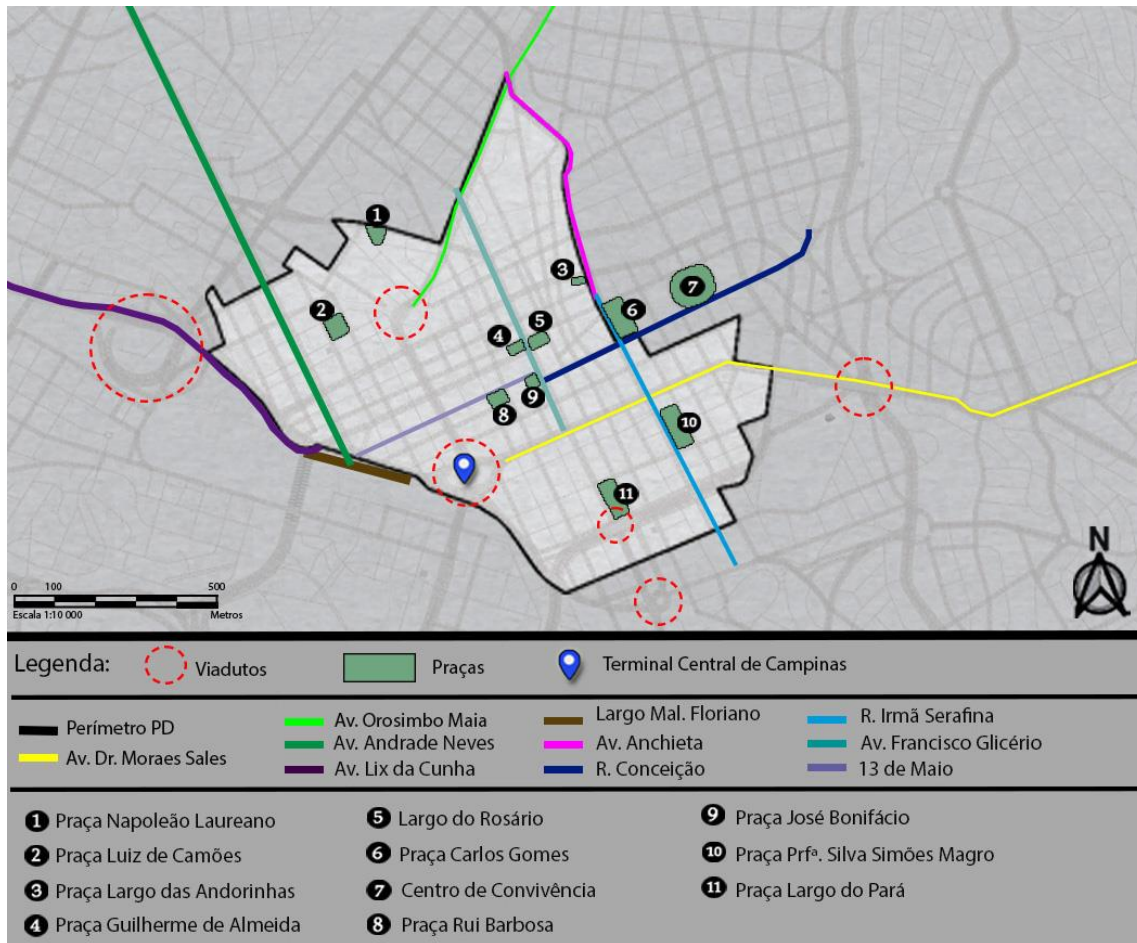


Figura 16: Sistema de espaços livres próximos e no centro de Campinas. **Fonte:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Sobre as áreas com potenciais para novos usos no centro de Campinas, Chagas (2020) considerou 592 locais (Tabela 04) por se encontrarem ociosos ou subutilizados, em somatória dos imóveis desocupados, estacionamentos e terrenos vazios. Segundo a autora, são 253.541,69m² que podem representar áreas com potencial para novos usos, o que poderia permitir a reconversão desses lugares para usos que propiciem o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região.

Centro de Campinas		
Área potencial para novos usos	Quantidade	m ²
Imóveis desocupados	342	70.997,70
Estacionamentos	227	142.987,21
Terrenos Vazios	23	39.557,08
Total	592	253.541,69

Tabela 04: Quantitativo das áreas com potenciais para novos usos no centro de Campinas. **Fonte:** Elaboração a partir de CHAGAS, 2020, p. 346.

Esta área potencial para novos usos corresponde a 14% do perímetro analisado pela autora e, ao ser aplicado o coeficiente de aproveitamento mediano igual a 3 para a construção de unidades habitacionais de 60m², poderia abrigar em média 4.225 novas famílias ou residentes do território observado (CHAGAS, 2020). Na Figura 17, abaixo, é possível observar a distribuição espacial destas áreas conforme estruturado por Chagas (2020, p. 348).



Figura 17: Espacialização das áreas com potenciais para novos usos no centro de Campinas. **Fonte:** CHAGAS, 2020, p. 348.

A autora afirma que, as deliberações da política urbana para o centro de Campinas são marcadas pela influência do setor da construção civil, imobiliário e comercial, o que leva muitos destes atores a deterem de influência política e econômica no município. Segundo Chagas (2020), a participação seletiva nas decisões públicas, bem como na construção do Plano Diretor de Campinas não têm promovido justiça social e tem deixado o centro de Campinas à espera de programas e ações eficazes, como a implementação de programas habitacionais. Estas considerações nos direcionam a observar o centro de Campinas sob a perspectiva do discurso do Plano Diretor, analisado no capítulo anterior, de cidade inclusiva e inovadora (CAMPINAS, 2018a) e o contraponto das ações estatais concretas que têm privilegiado os interesses privados, que não incluem a população de menor renda. Nesta

conjuntura, questiona-se como a população em situação de rua, extremamente vulnerável, tem sobrevivido no centro de Campinas.

A concentração de equipamentos que o centro de Campinas apresenta, voltada para o comércio, serviços e o constante fluxos de pessoas, mercadorias, e o sistema viário e de transporte, podem propiciar interfaces de sobrevivência, bem como a verticalização arquitetônica que pode também possibilitar um certo afastamento dos sujeitos em situação de rua do atrito com moradores locais. Os nichos ou marquises que determinados edifícios apresentam podem ser apropriados como instrumentos de abrigo; a amplitude dos espaços públicos pode possibilitar a fuga e dificultar a vigilância repressora; e o deslocamento intenso de transeuntes e a diversidade de usos pode oportunizar a atividade de coleta de resíduos e que se adquira materiais para confecção de abrigos e alguma ajuda assistencialista.

Para a definição dos pontos de apropriação e concentração da população em situação de rua pretendeu-se abranger tipologias de espaços públicos, como: ruas arborizadas, calçadas, calçadões sem fluxo de automóveis, praças, largos, eixos de transporte, espaços sob viadutos e eixos comerciais especialmente compreendendo estabelecimentos de alimentação, espaços próximos a terminais de transporte público supondo que estes espaços possam fornecer suporte para subsistência e abrigo para o contingente em estudo. Dentre os locais destacados no Figura 16 escolheu-se para análise observacional à distância sobre os rudimentos de sobrevivência da população em situação de rua as seguintes áreas (Figura 18): Centro de Convivência, o Viaduto Cury localizado no entorno do Terminal Central; o entorno da Catedral que compreende a Praça José Bonifácio e a Praça Rui Barbosa; e o entorno do Terminal Rodoviário de Campinas que abrange em sua redondeza a antiga FEPASA.

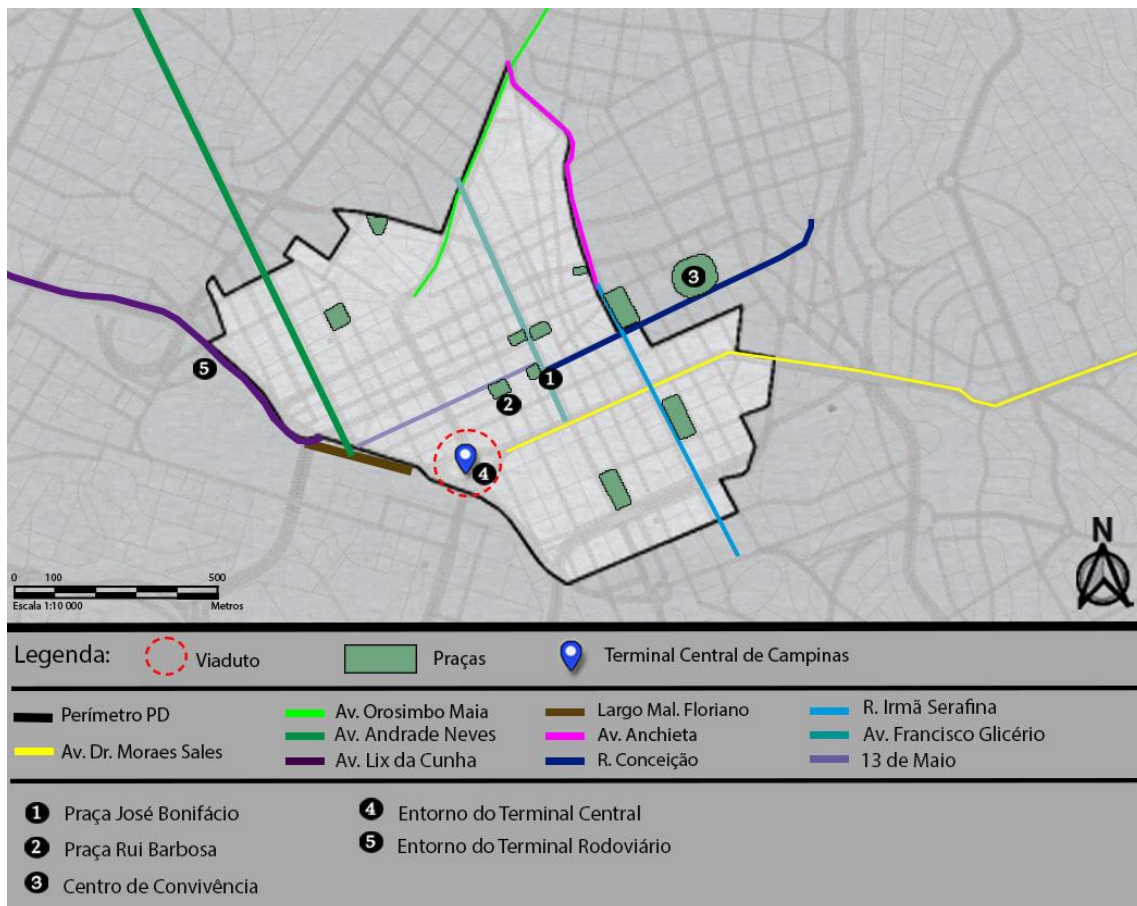


Figura 18: Locais escolhidos para investigação. **Fonte:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

No perímetro do estudo de campo busca-se eleger uma praça, um viaduto, um eixo comercial/serviço e outro de transporte como tipologias.

Considera-se que os viadutos têm potencial para concentrar os sujeitos em situação de rua pois tendem a estruturar áreas consideráveis de indeterminação de vizinhança cotidiana e um certo grau de desqualificação da paisagem do entorno. Entendeu-se, portanto que viadutos inseridos no perímetro central seriam possíveis locais não só de concentração, mas que possam eventualmente apresentar exemplos de abrigos de certa complexidade e/ou que transcendam estratégias básicas/emergenciais de sobrevivência ou de curta permanência.

No que tange aos sistemas de espaços livres (Figura 18), considerou-se ruas arborizadas, calçadas largas, calçadões, praças e largos, compreendendo as equipadas como a praça do Centro de Vivência Cultural de Campinas. Estes espaços que são relativamente recorrentes no centro de Campinas podem ser indicativos de apropriação por parte da população em situação de rua dada sua dimensão e morfologia que tende ao uso coletivo

indiferenciado. Os calçadões, por sua vez, primordialmente fazendo frente a lotes comerciais no pavimento térreo, induzem a um fluxo considerável durante o período diurno, facilitando, em tese, o acesso a alimentação e mesmo sanitários para os sujeitos em situação de rua e, em contrapartida, se tornam lugares inativos durante a noite, para o que se elencou como tipologia a considerar como propícia a concentrar determinado contingente.

Regiões próximas a terminais de transporte, dado o fluxo intenso e pessoas, atração relativa de comércio ambulante e indeterminação de proximidades cotidianas ou de vizinhança doméstica característica podem, em nossa premissa, se tornar favoráveis ao abrigo de pessoas em situação de rua.

Mediante a argumentação destas tipologias urbanas como locais potenciais de investigação em campo, analisou-se as bases cartográficas, para estabelecer exemplaridades convenientes. Foram identificados locais que podem ser estratégicos, como:

- a Avenida Francisco Glicério que dispõe de três pistas e calçadas arborizadas em alguns setores bem como contiguidade a quatro praças, a saber: Praça José Bonifácio, Praça Guilherme de Almeida, Praça Largo do Rosário e Praça Largo do Pará;
- a Avenida Anchieta juntamente com a Rua Conceição que são articuladas à Praça Carlos Gomes;
- o Centro de Convivência Cultural de Campinas
- a Rua Treze Maio, como eixo comercial, caracterizada por calçadão exclusivo para pedestres em conjugação às praças frontal e posterior da Catedral Metropolitana de Campinas;
- o entorno do Terminal Rodoviário de Campinas que abrange o Complexo Ferroviário Central da antiga FEPASA.

No que diz respeito à tipologia praça, elegeu-se o Centro de Convivência Cultural de Campinas (Figura 18). O Centro de Convivência, em estado degradado e em grande medida abandonado pela municipalidade desde 2011, tem exposto a ocorrência da apropriação da população em situação de rua (BRAGA, 2020; REDAÇÃO, 2021). Esta ampla estrutura pública, sem a presença de medidas higienistas e repressoras, tende a possibilitar a livre acomodação desses sujeitos e indicar rudimentos mais avançados de abrigo e sobrevivência, pelo tempo de permanência. Apesar da obra de reforma do Centro de Convivência ter iniciado em outubro

de 2020, a análise consiste em verificar a apropriação do contingente em rua, seja nesta praça ou em suas mediações.

O viaduto Miguel Vicente Cury, localizado no entorno do Terminal Central, foi considerado outro eixo estratégico. A localidade apresenta alguns elementos suspensos dispostos pela estrutura principal e por passarelas destinadas aos pedestres, de menos desnível e que são utilizadas como refúgio da população de rua perante as intempéries ou como abrigo para pernoite ou permanência. Em se tratando de estruturas sem interface direta com habitações ou equipamentos facilitam a apropriação por certo contingente sem interfaces com moradores, comerciantes ou transeuntes.

Com respeito a eixo comercial e de serviços, elegeu-se o entorno da Catedral Metropolitana de Campinas que é conjugado a duas praças — a Praça José Bonifácio, conhecida como Largo da Catedral e a Praça Rui Barbosa. Estas praças são sujeitas a constante fluxo de pessoas, atraídas pela concentrada prestação de serviços e comércios, incluindo a proximidade à Rua Treze de Maio, que se configura como uma rua de pedestres ladeada por estabelecimentos comerciais ao longo do térreo, bem como o relacionado à frequência à Catedral. É observável uma certa concentração de pessoas em situação de rua nesta área, pela facilidade de desempenho de trabalhos informais e acesso a ações assistenciais e auxílio pela interface com os pedestres, restaurantes, entre outros.

O entorno da Rodoviária de Campinas foi eleito como exemplo de polo de transporte. O entorno compreende extensa área remanescente do complexo ferroviário central da antiga FEPASA, em sua maior parte sem uso, à exceção da edificação onde funciona atualmente a Estação Cultura. Longa calçada sem interface com endereços ativos é disposta no percurso da Avenida Lix da Cunha; o Largo Marechal Floriano pode também induzir a apropriação por pessoas em situação de rua. O fluxo intenso de usuários do Terminal possibilita contato com público de permanência efêmera, o que eventualmente pode ser um facilitador para a sobrevivência deste contingente.

O Capítulo 5, a seguir, apresentará aspectos sobre o estudo de campo observacional à distância mediante metodologia estabelecida e seus resultados.

Estudo de caso da População em Situação de Rua no centro de Campinas

Buscou-se investigar cada situação de apropriação urbana eleita, conforme descrita no capítulo anterior, por um período em que fosse possível observar as características do local onde se instalam os sujeitos em situação de rua, bem como do abrigo e dos próprios sujeitos, mediante observação à distância⁸⁵.

Desse modo, o escopo investigado compreendeu:

- Condições gerais dos abrigos e sua relação com locais de sua instalação;
- Características gerais e comportamentos cotidiano dos sujeitos.

O objetivo do estudo de campo foi registrar as circunstâncias de apropriação dos espaços urbanos e a evolução temporal individual de determinados sujeitos em situação de rua nos contextos pré-estabelecidos. Uma das finalidades desta pesquisa de campo foi registrar estes aspectos mediante uma pequena amostragem da população em situação de rua no espaço público.

O processo de investigação observacional se deu, metodologicamente, pelo acompanhamento durante o período de aproximadamente 40 dias, desses sujeitos e documentados por registros fotográficos e anotações preliminares descritivas. Entendeu-se como prováveis, duas situações, a saber: a de maior nomadismo, na qual os indivíduos não permaneceriam em locais fixos e a de relativo sedentarismo, que pudesse refletir indícios de permanência fixa nos locais de abrigo, o que resultaria na possibilidade de acompanhamento no tempo. Pretendeu-se compreender aspectos cotidianos destes sujeitos durante a semana e aos finais de semana, conforme ilustra a Tabela 05⁸⁶, abaixo.

⁸⁵ Entende-se que historiar o cotidiano a partir da perspectiva de cada sujeito em situação de rua elencado poderia contribuir significativamente para a pesquisa, mas as circunstâncias imprevistas ocorridas pela pandemia de Covid-19, que afetaram o ritmo das atividades acadêmicas, profissionais, bem como pessoais, impossibilitou o contato direto com esta população. Desse modo, o estudo de campo se pautou pela observação à distância de determinados sujeitos e sua relação com a cidade, dentro do período de aproximadamente 40 dias, de modo a contemplar os cuidados relativos aos protocolos de saúde pública. Como discutido no Capítulo 1, o fenômeno população em situação de rua possui diversas origens e, neste contexto de adversidade, procurou-se incluir no escopo da investigação algumas referências que expõem narrativas dos próprios sujeitos envolvidos, a saber: jornal O Trecheiro, Barros (2004) e De Lucca (2007).

⁸⁶ Para efeito de organização, os dias estabelecidos não foram condicionados a serem seguidos rigorosamente.

Considerou-se necessário fazê-lo para contemplar a diversidade de períodos em que houvesse atividades intensas de comércio e serviço e fluxo nas áreas de influência visitadas, bem como em dias em que houvesse uma tendência à sua redução. Eventuais ocorrências, como intempéries ou dias ensolarados, foram também observados conforme o desenrolar do processo observacional. Não foi possível, devido a circunstâncias pessoais, a observação sistematizada em período noturno, a menos de algumas excepcionalidades.

Tipologia	Local	Domingo	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
Praça	Centro de Convivência Cultural de Campinas	x	x					
Viaduto	Viaduto Miguel Vicente Cury e Entorno do Terminal Central de Ônibus Urbanos de Campinas	x		x				
Largo Comercial	Entorno da Catedral Metropolitana de Campinas/ Praça José Bonifácio e Praça Rui Barbosa	x			x			
Terminal de Transporte	Entorno do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, Terminal Multimodal Ramos de Azevedo e área central da FEPASA	x				x		

Tabela 05: Tipologias, locais e dias da semana destinados para a realização da pesquisa de campo. **Fonte:** Elaboração própria, 2021.

Conforme pré-definidas as tipologias urbanas de provável apropriação pelos sujeitos em situação de rua, foi necessária, como etapa preliminar, a confirmação da presença deste contingente nos lugares preestabelecidos, como indícios da suposta tendência à ocupação de áreas centrais, no caso de Campinas. Esta etapa confirmou a presença de sujeitos em situação de rua em todos os locais pré-determinados.

5.1 Condições gerais dos abrigos e sua relação com locais de sua instalação

Consideramos que a apropriação de locais específicos para instalação de abrigos de proteção para sujeitos em situação de rua, bem como os expedientes e rudimentos de sua confecção se revelam como estratégias de sobrevivência em caráter de urgência. Conforme mencionado, os graus de permanência desse contingente foram classificados como de relativos nomadismo ou sedentarismo, correspondendo a uma análoga complexidade menor ou maior nos artefatos, bem como no acúmulo de outros pertences de uso complementares.

Foi possível, a partir de Zerati e Luz (2021), mediante o grau de complexidade da confecção dos abrigos, classificá-los em três categorias: mínimo, intermediário e complexo⁸⁷. Considerou-se como mínimos os expedientes de escassa ou nula estruturação de abrigos, tais como: o uso de poucos anteparos ou a ausência dos mesmos, o simples resguardo em situações urbanas existentes que permitam a permanência por curto período de tempo, como marquises, nichos ou coberturas. Como exemplo, ter-se-ia um papelão ou plástico forrando o chão, um colchão, lençol ou cobertor, nenhum elemento e pessoas contando somente a roupa do corpo.

Considerou-se como intermediário, o abrigo que contemplasse a organização de elementos materiais e/ou objetos que delimitassem o espaço, sendo ou uma cobertura ou vedos laterais. Para o caso de abrigos complexos, estes mesmos elementos de cobertura e vedo se apresentariam como anteparos simultaneamente, mais consolidados em direção a uma estrutura estática.

Buscou-se, também, a sistematização dos materiais mais recorrentes utilizados ou apropriados na confecção dos abrigos, bem como a relação estratégica de sua inserção no contexto específico, ou seja, utilização de apoio em muros, tapumes, paredes pré-existentes urbanas, proteção sob viadutos, marquises ou coberturas ou seu total isolamento e autonomia no espaço público.

Como consideração importante, sistematizou-se a quantidade e variedade de pertences de cada sujeito investigado.

5.2 Características gerais e comportamentos cotidiano dos sujeitos

No que tange às características dos sujeitos, foram registradas indicações de sexo, gênero, faixa etária, cor e estado aparente de saúde. Quanto às atividades cotidianas, procurou-se observar indicativos de expedientes de trabalho e renda, alimentação, higiene, cultura e lazer, bem como indicativos de interação interpessoal e/ou afetiva e organização, mesmo que incipiente. Alguns destes indicativos sugerem maior ou menor condição de vulnerabilidade ou de relativo bem-estar de cada sujeito.

⁸⁷ Zerati e Luz (2021) utilizaram os termos inferior, intermediário e superior. Preferimos adaptá-los aos termos acima indicados para evitar qualquer alusão a uma classificação hierárquica.

Para registrar os dados em campo, elaborou-se a Tabela 06:

DADOS SOBRE O SUJEITO	SUJEITO 00 – NOME FICTÍCIO
sexo/gênero	descrição
faixa etária aproximada	descrição
cor	descrição
indicativos de trabalho ou renda	descrição
forma de alimentação	descrição
estado de saúde aparente	descrição
processos de higiene pessoal	descrição
interação interpessoal	descrição
relação afetiva com pessoas ou animais	descrição
indicativos de atividades culturais ou lazer	descrição
Informações complementares	descrição
DADOS SOBRE O ABRIGO	
apropriação de pré-existências	Ex.: marquise, muro, calçada, baixos de viadutos, pisos
materiais utilizados para confecção do abrigo	descrição
estágio do abrigo	Mínimo, intermediário ou complexo
Pertences e objetos	descrição
grau de permanência nos locais adotados	Tendência a nomadismo ou sedentarismo
informações complementares	descrição

Tabela 06: Registro de campo de dados de sujeitos observados e abrigos correspondentes. **Fonte:** Elaborado própria, 2021.

Entendeu-se — reconhecendo os limites e dificuldades —, esta metodologia como uma forma incipiente de construção de um olhar sensível, capaz de capturar circunstâncias vivenciadas por sujeitos considerados invisíveis, a despeito dos esforços institucionais e de gestão. A categorização das informações buscou evitar armadilhas que tendessem à estigmatização ou redução de complexidades. Impasses surgiram ao nomear as categorias de apropriação urbana, abrigo e sujeito. Buscou-se ter em vista que estas correspondem a formas extremamente precárias e desassistidas de sobrevivência, que são em efeito rudimentares, mas que, do ponto de vista dos sujeitos em situação de rua, são os únicos meios de enfrentamento perante a necessidade de sobrevivência e que, paradoxalmente, acabam por revelar surpreendentemente, capacidades extraordinárias.

Se a condição de rua apresenta especificidades em cada território (SILVA; SAULE JUNIOR, 2020), esta metodologia preliminar de análise qualitativa buscou uma maneira de apreender e aprender com o próprio fenômeno, em busca de aproximação aos expedientes observados. Sobre os ensinamentos da vida social praticada pela população em situação de rua e os estigmas enfrentados por esse contingente, Ferreira (2013) afirma que:

[...] as pessoas aprendem e ensinam umas com as outras, buscando enfrentar e resistir às adversidades da vida na rua. Para tanto, alguns aprendizados como: o enfrentamento do preconceito; o convívio com a diversidade; o respeito às

igualdades de diferenças, são categorias analíticas já levantadas que apontam para uma forma de vida que não deve ser reduzida em seus aspectos negativos e degradantes, mas deve ser cuidadosamente analisada, levando-se em consideração as diversas trajetórias de vida e experiências que a constituem. (FERREIRA, 2013, p. 20618)

A pesquisa não pode se debruçar, mediante a relação direta, sobre a realidade enfrentada, por contato e entendimento do fenômeno sob a perspectiva dos próprios sujeitos. A investigação por meio da observação pode resultar em alguns dados que contribuam para a quebra de preconceitos negativos projetados sobre a população em situação de rua. O reconhecimento que cada um é sujeito e contempla trajetórias e experiências de vida, bem como detém o compromisso de articular, no espaço público, materiais para abrigo imediato e alguns pertences pessoais, não só se direcionam a humanizar este cenário, como reiteram a importância de cidadãos que desenvolvem suas próprias maneiras de subsistência na adversidade extrema. É sob este olhar que se pretendeu desenvolver esta pesquisa de campo.

Apresenta-se, a seguir, o estudo de campo referente às tipologias urbanas determinadas, a saber:

- Tipologia praça: Centro de Convivência Cultural de Campinas;
- tipologia viaduto: Miguel Vicente Cury e entorno do Terminal Central de Ônibus Urbanos de Campinas;
- Tipologia terminal de transporte: entorno do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, Terminal Multimodal Ramos de Azevedo e Ferrovia Paulista S/A – FEPASA.

5.3 Tipologia praça: Centro de Convivência Cultural de Campinas – Sujeitos 01, 02 e 03

O Centro de Convivência Cultural de Campinas (Figura 19), marcado pela presença de sujeitos em situação de rua (BRAGA, 2020; REDAÇÃO, 2021), se localiza na Praça Imprensa Fluminense. Atualmente o edifício está sendo reformado (Figura 20). Visitar o local causou inquietação, pois a estrutura arquitetônica central à praça, estava cercada por tapumes, impedindo a circulação de habitantes no interior do edifício. A princípio, não foi possível observar nenhuma evidência de apropriação espacial por parte de sujeitos em situação de rua. A presença de tapumes e de trabalhadores no local faz com que as circunstâncias de apropriação da praça fiquem alteradas em relação ao que poderia ocorrer em situações sem

obras. Foi observado um contingente de aproximadamente dez pessoas diferentes em situação de rua durante todo o período de investigação no local. Simultaneamente foi possível observar a presença de no máximo quatro pessoas. De modo mais constante, somente três sujeitos tenderam a permanecer abrigados no local durante o período investigado.



Figura 19: Foto aérea do Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Elaboração própria a partir de Google Earth, 2021.

A ampla praça é bastante arborizada, com poucos bancos e dispõe de exposição de obras fotográficas fixadas nos tapumes (Figura 20 e Figura 21). Esta amplitude e vasta arborização pode proporcionar certo disfarce para os que procuram por um espaço longe de olhares e ações repressivas. A rarefação do fenômeno, eventualmente ocasionada ou não pela reforma no local, se caracterizou por baixo grau de permanência e dispersão.



Figura 20: Centro de Convivência Cultural de Campinas em reforma. **Data:** 30/08/21. **Horário:** 15:00h. **Fonte da foto:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

O entorno se caracteriza pelo gabarito elevado das edificações

predominantemente de habitação (Figura 20 e Figura 21), pelo constante fluxo de veículos e alguns estabelecimentos comerciais e de serviço. Em dias chuvosos, os imóveis desocupados, fora do horário de funcionamento ou que não se caracterizam por fachada ativa, são apropriados por sujeitos em situação de rua, que utilizam de marquises ou nichos que estas edificações dispõem. O constante fluxo de veículos em torno da praça e a presença de semáforos em três esquinas possibilita a venda de balas ou pedido de auxílio no lugar. As atividades comerciais e de serviços, por causarem fluxo considerável, podem oportunizar a interface com os transeuntes que fazem compras nas proximidades, bem como com respeito aos automóveis que fazem paradas nos semáforos descritos. Embora haja restaurantes, lanchonetes, padarias e um supermercado no entorno, não foi observada interação dos sujeitos em situação de rua com estes estabelecimentos.

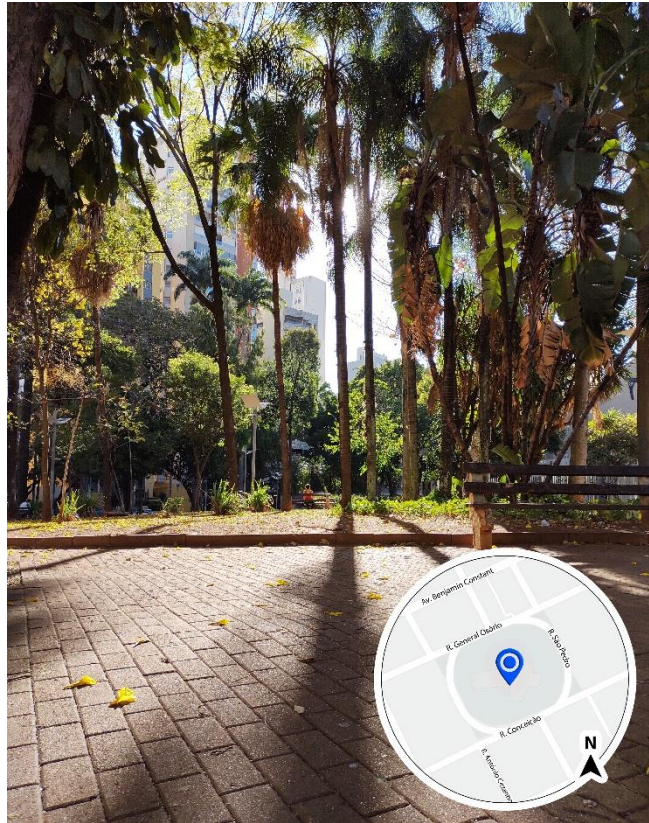


Figura 21: Setor arborizado do Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Data:** 30/08/21. **Horário:** 15:58h. **Fonte da foto:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Foram eleitos três sujeitos em situação de rua para acompanhamento observacional, dada sua propensão a permanecer no local. Evitamos tratá-los como números, portanto o Sujeito 01 foi por nós alcunhado pelo nome fictício de “João”, o Sujeito 02, de “Pedro” e o Sujeito 03 de “Miguel”.

5.3.1 Sujeito 01: João

João confeccionou um abrigo que consideramos em estágio intermediário (Figura 22). Seu abrigo é caracterizado pelo uso dos tapumes de chapas metálicas nervuradas da obra como estrutura, nos quais são aplicados lençóis formando uma tenda. Caixas de papelão foram utilizadas para guarda de seus pertences, estabelecendo uma barreira no espaço público, que constitui uma área, por assim dizer privada, para João.

O abrigo apresentava organização e área livre de resíduos sólidos espalhados em seu entorno. Este arranjo evidencia sinais que vão em direção oposta aos estigmas de desordem e sujeira projetados pelo senso comum sobre a população em situação de rua.

João posicionou seu abrigo de modo que as árvores e as superfícies verticais dos tapumes, proporcionam privacidade e sombra ao abrigo em determinados horários do dia. No entanto, a reflexão e condutibilidade térmica do alumínio dos tapumes submetidos ao sol condiciona o abrigo de João a limites de conforto térmico. Observamos que João, durante o dia, ficava fora do habitáculo que confeccionou. No primeiro dia de observação, no meio da tarde, João chega ao local e começa a dobrar os lençóis que formavam



Figura 22: Abrigo de sujeito 1 – João - em situação de rua. **Data:** 31/08/21. **Horário:** 15:08h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

à tenda (Figura 23). Em outras ocasiões, os lençóis se encontravam dobrados sobre as caixas de papelão. Aos domingos, há barracas de feiras que se instalam na praça para venda de roupas, artesanatos, comida e objetos. Nestas ocasiões, durante dois domingos, o abrigo de João foi totalmente desmontado sem deixar vestígios de sua presença. Durante a semana o abrigo voltou a se apresentar no mesmo lugar e com configuração semelhante. Após aproximadamente 1 mês, em uma 2ª. feira, observamos João chegar ao seu abrigo e não o encontrar. Se dirigiu a uma funcionária responsável pela limpeza da praça e perguntou sobre seus pertences, de modo inflamado ao que esta retrucou que não fazia ideia do que pudesse ter ocorrido. João foi embora e não mais o vimos nas imediações. Pudemos ver João, na

mesma semana, por volta das 16: 15 horas, nas imediações da Praça José Bonifácio, junto à Catedral, atravessando a Avenida Francisco Glicério e, dois dias depois, pedindo comida defronte ao McDonald's na avenida Glicério, logo à frente.

O local do abrigo, que aparentava ser de uso pessoal, parecia ser refúgio para os amigos, conhecidos ou não de João. Em uma tarde, João não estava presente no espaço externo do abrigo, mas havia dois homens que faziam uso deste espaço e fumavam no local (Figura 24). Ao terminarem seus afazeres, os dois levantaram e foram embora. João, ao chegar depois, limpou e organizou a área, (Figura 24), batendo seu lençol no chão, para remover as cinzas para longe e depois foi embora. Se esta situação fosse indicação de uso compartilhado do espaço, poderia assinalar princípios de organização social. No entanto, como não mais foi observável a presença destas pessoas ou outras se apropriando do abrigo ou do espaço contíguo a ele por ninguém, não podemos afirmar positivamente indicativos, mesmo que incipientes, de participação organizativa comunitária por João.



Figura 23: João em situação de rua organizando anteparos de abrigo. **Data:** 31/08/21. **Horário:** 15:33h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.



Figura 24: À esquerda, dois homens utilizando o local de apropriação de João. **Data:** 13/09/21. **Horário:** 15:01h. À direita, abrigo organizado por João. **Data:** 13/09/21. **Horário:** 15:36h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

João aparentemente apresentava características de sexo masculino, com idade aproximada entre 30 e 35 anos e cor branca. Apresentava-se asseado e com boas vestimentas: camisa e short preto, um par de tênis com meias um boné e uma mochila. Para uma pessoa em situação de rua, não nos pareceu coincidir com o estereótipo de precariedade, provavelmente podendo evidenciar pequenas conquistas que se materializaram em forma de pertences. No registro de abrigo (Figura 22), observou-se que João possuía um prato, o que pode indicar a posse de outros utensílios.



Figura 25: Interação interpessoal entre João e catadora de material reciclável. **Data:** 31/08/21. **Horário:** 15:35h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

No dia em que João dobrava os lençóis, chegou uma mulher com quem João manteve uma conversa amigável durante uns 15 minutos (Figura 25). Ela se direcionou até João como quem buscava alguma informação, mas a interação, que aparentava ser entre duas pessoas desconhecidas, terminou com João acompanhando a mulher até determinado espaço da praça e, nesse percurso, continuaram a conversar. A mulher, com idade aproximadamente ente 30 e 35 anos, desempenhava a atividade de catadora de materiais recicláveis — evidenciado pelo porte de um carrinho com sacolas plásticas repletas (Figura 25) — e, pelo comportamento de ambos, provavelmente conhecia João de outras ocasiões. Sua vestimenta — shorts, camiseta e chinelos nos

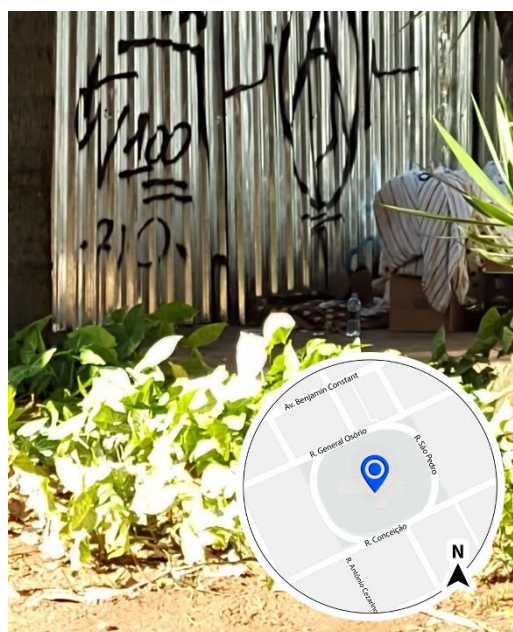


Figura 26: João deitado em seu abrigo. **Data:** 31/08/21. **Horário:** 16:18h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

pés — expuseram a falta de proteção para desempenhar sua atividade.

Após conversar com esta mulher, João retornou ao abrigo, terminou de arrumar seus pertences e ali se deitou (Figura 26). Este descanso durou aproximadamente uns 50 minutos. Ao se levantar, começou a depilar sua perna com algo não identificado, mas, pelo movimento que realizava, provavelmente seria um canivete com o auxílio de água (Figura 27).

Logo depois, João se preparou para vender balas próximo ao semáforo (Figura 27). Ele pegou uma cesta com a mercadoria a ser vendida e se direcionou ao semáforo mais próximo, entre a Praça Jamil Abrahão e Praça Imprensa Fluminense com a Rua Conceição. João, que estava ocioso em seu abrigo, passa a desempenhar uma atividade informal. A higiene corporal realizada por João, antes de se destinar à venda, provavelmente indica sua preocupação com olhares que poderiam ser de censura, afastando possíveis clientes.



Figura 27: À esquerda, momento de higiene corporal de João. **Data:** 31/08/21. **Horário:** 16:20h. À direita, expediente de trabalho de João. **Data:** 31/08/21. **Horário:** 16:32h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Como mencionado anteriormente, no decorrer das semanas, João perdeu seu abrigo e não foi possível mais observá-lo na praça. Algumas semanas depois, quando João foi por nós avistado em frente à Catedral, João levava uma sacola transparente, onde carregava uma marmita (Figura 28). Não detinha mais a mochila observada anteriormente, o que pode indicar

sua perda, assim como o tênis que calçava. Desse modo, a aparência de João não era a mesma observada em seu período de permanência na praça do Centro de Convivência, onde confeccionara um abrigo. As roupas eram outras, porém semelhantes, vestia uma camisa regata, short, o mesmo boné e par de chinelos.

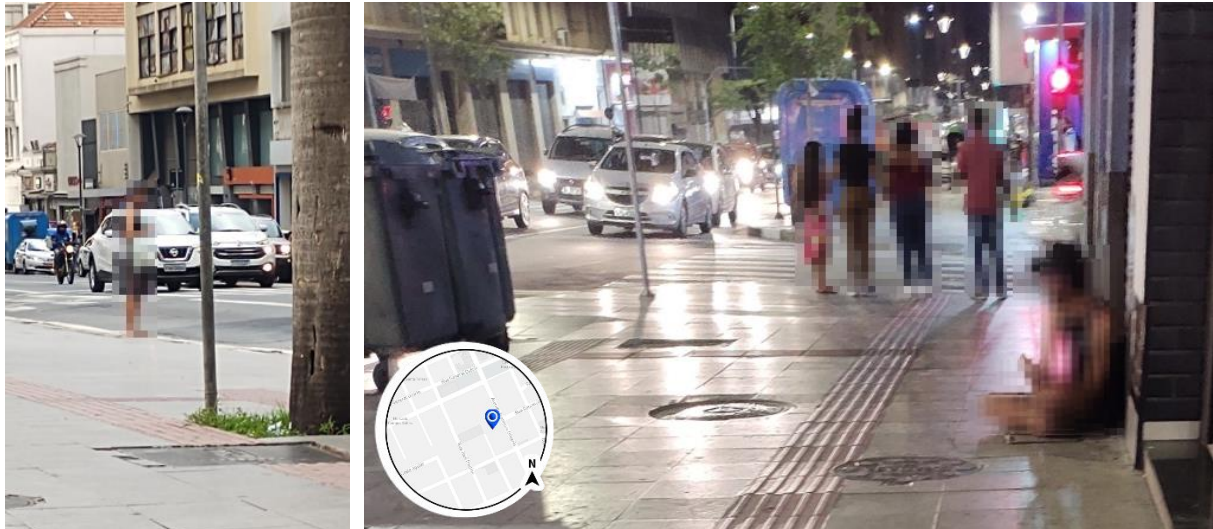


Figura 28: À esquerda, João carregando uma marmita. **Data:** 29/09/21. **Horário:** 16:14h. **Local:** Praça José Bonifácio. À direita, João comendo um lanche em frente ao Mcdonalds. **Data:** 30/09/21. **Horário:** 19:46h. **Local:** em frente à Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Na mesma semana, quando pudemos ver João sentado no chão, em frente ao McDonald's, na Avenida Francisco Glicério comendo um lanche por volta das 20:00 horas (Figura 28), suas roupas eram as mesmas de dois dias atrás. Após terminar de comer, começou a pedir por comida a quem passava sem muito êxito. Em torno de 10 minutos, uma moça que caminhava por perto, atendeu ao pedido de João. Ele, possivelmente por estar grato à ajuda recebida, começou a contar a ela um pouco de sua história — foi possível ouvi-lo, mesmo à distância. Mencionou que era gay e por desavenças familiares preconceituosas acabou indo parar nas ruas. Sua fala parecia justificar o ato de pedir ajuda, dizendo não ser usuário de drogas e que possuía algum dinheiro. João, neste momento, puxou uma bolsa transversal que agora carregava para tirar um maço de cigarros vazio, usado para esconder os R\$10,00 que possuía. Falou que os escondia ali para não ser roubado. Ao receber o lanche, agradeceu e partiu em direção à Praça Largo do Rosário, na Avenida Francisco Glicério. Depois deste dia, João não mais foi visto por nós nas imediações dos locais escolhidos para observação.

5.3.2 Sujeitos 02 e 03: Pedro e Miguel

Pedro e Miguel se apropriaram do mesmo lugar que antes abrigava João (Figura 29). Dispunham apenas de cobertores, papelão e dois colchonetes para se cobrirem e forrar o chão. Pela escassez de recursos, o abrigo foi considerado de nível mínimo, conforme nossa metodologia de parametrização. Os dois sujeitos tinham também duas bolsas de viagem que dispuseram no local de abrigo. A Figura 29 ilustra Miguel dormindo, com o abrigo já confeccionado mediante os anteparos, em uma 2ª. feira, aproximadamente às 7:30 horas da manhã.

Em um dia de chuva, quando os feirantes instalavam suas barraquinhas — o que ocorre aos domingos —, Pedro e Miguel removeram seu abrigo e o colocaram nas imediações da praça. Próximo a hora do almoço, horário em que a feira era desmontada, Miguel estava deitado em seu abrigo em frente a uma

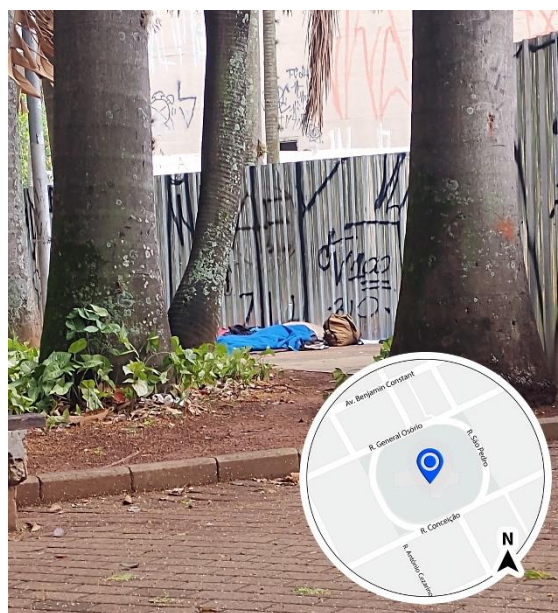


Figura 29: Abrigo de Pedro e Miguel. **Data:** 04/10/21. **Horário:** 07:26h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.



Figura 30: À esquerda, abrigo de Pedro e Miguel nas imediações da praça do Centro de Convivência. **Data:** 24/10/21. **Horário:** 12:15h. Ao centro, Pedro fazendo uma breve visita a Miguel. **Data:** 24/10/21. **Horário:** 12:16h. À direita, Pedro indo em direção à praça após visitar Miguel. **Data:** 24/10/21. **Horário:** 12:17h. **Local:** Avenida Júlio de Mesquita. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

livraria que possuía um beiral, na Avenida Júlio de Mesquita e Pedro foi por nós avistado fazendo uma breve visita a Miguel, que possivelmente estava dormindo (Figura 30).

Apesar da eleição de três sujeitos, observou-se, em determinada manhã, outra pessoa que descansava no abrigo de Pedro e Miguel; iremos chamá-lo de Guilherme. Nesta manhã, por volta das 11:00 horas, a guarda municipal chegou ao local e abordou Guilherme que antes estava deitado no abrigo de Pedro e Miguel (Figura 31). A abordagem durou uns 10 minutos e, após os policiais irem embora, Guilherme, que só usava uma calça, vestiu uma camisa, colocou sua máscara no queixo, carregou seus pertences em uma sacola e foi embora comendo uma maçã (Figura 31). Guilherme não foi visto na praça após a abordagem policial.



Figura 31: À esquerda, Guilherme em situação de rua sendo abordado pela guarda municipal. **Data:** 20/09/21. **Horário:** 10:58h. À direita, Guilherme indo embora da praça após a abordagem. **Data:** 20/09/21. **Horário:** 11:11h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Apesar de Pedro e Miguel não estarem presentes no momento da abordagem de Guilherme, Pedro havia passado pelo lugar minutos antes. Poderia ser conjecturado que Guilherme fosse amigo ou algum conhecido de Pedro e Miguel e precisava de um lugar para descansar. Se fosse este o caso, o exemplo de Guilherme poderia ser um exemplo de apropriação de forma compartilhada entre sujeitos que se encontram em situação de rua nos espaços públicos. Pode-se afirmar, com mais precisão, o compartilhamento do abrigo por Pedro e Miguel. Acrescenta-se que o próprio João — nosso Sujeito 01 — no dia que chegou na praça perguntando por seus pertences, não demonstrou desafeto por Pedro e Miguel que já estavam no local que ele costumava habitar, com seu abrigo confeccionado.

Pedro e Miguel, com idades aproximadamente entre 30 a 40 anos, aparentemente apresentavam características de sexo masculino e de cor preta e branca, respectivamente. Os dois pareciam estar em um relacionamento afetivo, podendo ser considerados como casal ou amigos muito próximos (Figura 32). Pedro apresentava-se asseado, usando calça, camisa, máscara, boné, um par de chinelos e mochila. Miguel, de modo semelhante, usando bermuda, camisa, um par de chinelos e uma mochila (Figura 32).

Em relação os indicativos de trabalho ou renda, observamos que Pedro costuma pedir ajuda no semáforo e usava o dinheiro que recebia para comprar comida, repartindo-a com Miguel (Figura 33). Pedro passava pouco tempo no abrigo, mas fazia visitas constantes a Miguel, que quase sempre estava por lá. Ao caracterizar o relacionamento destes dois sujeitos como amoroso, poderíamos dizer que haveria uma interdependência afetiva entre Pedro e Miguel, onde Pedro, de modo semelhante a relações tradicionais, exercia um papel mais ativo. A Figura 33 registrou o momento em que Pedro levava um lanche para Miguel. Mesmo Miguel não estando no abrigo, Pedro lá deixou o lanche e partiu.

Pedro, mesmo com poucos pertences, trocava de roupa esporadicamente.

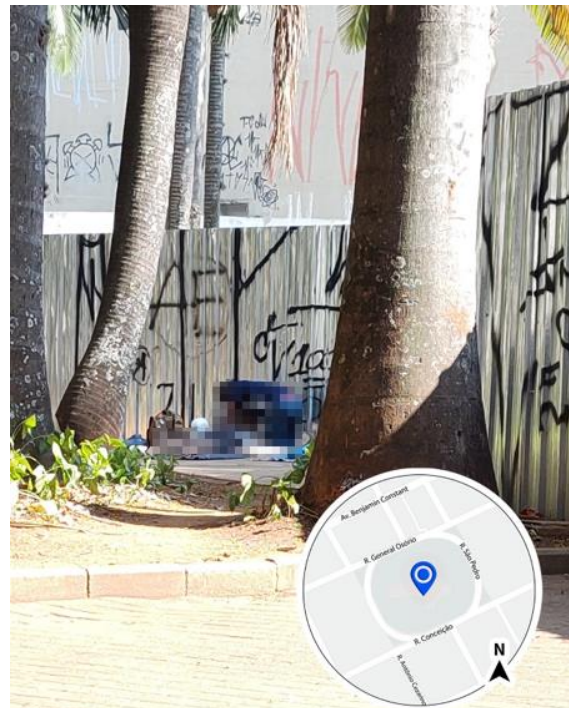


Figura 32: Pedro fazendo massagem em Miguel. **Data:** 27/09/21. **Horário:** 09:11h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

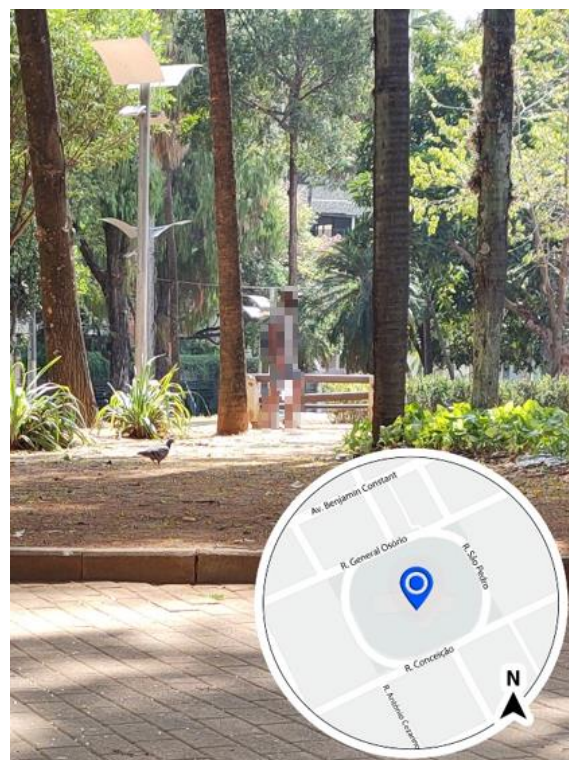


Figura 33: Pedro levando um lanche para Miguel. **Data:** 04/10/21. **Horário:** 07:29h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

No período em que pedia ajuda, próximo ao semáforo, Pedro, às vezes, mantinha por perto uma garrafa com água (Figura 34). Esta garrafa, ele costumava abastecer com a água que da mangueira que irriga parte da área verde da praça (Figura 34).



Figura 34: À esquerda, Pedro pedindo ajuda no sinal. **Data:** 04/10/21. **Horário:** 07:29h. À direita, Pedro enchendo sua garrafa com água. **Data:** 27/09/21. **Horário:** 14:31h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Certa tarde, por volta das 13:00 horas, Pedro chegou no abrigo, deitou perto de Miguel e começou a ler uma revista (Figura 35). Este fato nos levou a considerar que Pedro possa ter algum grau de escolaridade. Em relação a sua saúde, Pedro não aparentava ter enfermidades físicas e transtornos psicossociais e não foram observadas outras formas de interação interpessoal e afetiva.

Miguel, aparentemente, apresentava-se como uma pessoa temperamental. Ao passar bastante tempo na praça, ele exibia uma postura como que de “guardador” do lugar. A Figura 36, ilustra um momento em que Miguel



Figura 35: Pedro deitado lendo uma revista. **Data:** 04/10/21. **Horário:** 07:29h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

perdeu a paciência com um transeunte, que provavelmente estava em situação de rua também. O moço fez o uso da mangueira que irriga parte da vegetação na praça, para beber água, mas Miguel não gostou da atitude do sujeito e levantou-se para reclamar. A mangueira, que antes estava apoiada na vegetação, ficou jogada no chão e, após Miguel reclamar, ele mesmo ajeitou a mangueira como achou que deveria ficar. No mesmo dia, no período da tarde, Miguel estava ajudando um agente municipal a regar a vegetação perto de seu abrigo.



Figura 36: Miguel discutindo com uma pessoa e que havia derrubado a mangueira que irrigava a vegetação da praça. **Data:** 20/09/21. **Horário:** 11:35h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Este agente municipal conversava com Miguel enquanto Miguel fazia o seu trabalho.

Assim como Pedro, Miguel não aparentava ter enfermidades físicas ou transtornos psicossociais. Pedro, mesmo com poucos pertences, trocava de roupa esporadicamente. Miguel não trocava de roupa com a mesma frequência que Pedro e não observamos Miguel realizando nenhuma atividade com retorno financeiro. Foi possível observa-lo interagindo com alguns colegas. Em uma tarde, por volta das 14:30 horas, Miguel se aproximou de um rapaz que estava sentado em um banco perto de seu abrigo. Outro rapaz, que estava vendendo chocolate próximo ao semáforo, se aproximou dos dois que conversavam e bebiam amigavelmente. Os dois rapazes não foram mais vistos na praça, mas possivelmente estavam em situação de rua e demonstraram conhecer Miguel de outras ocasiões.

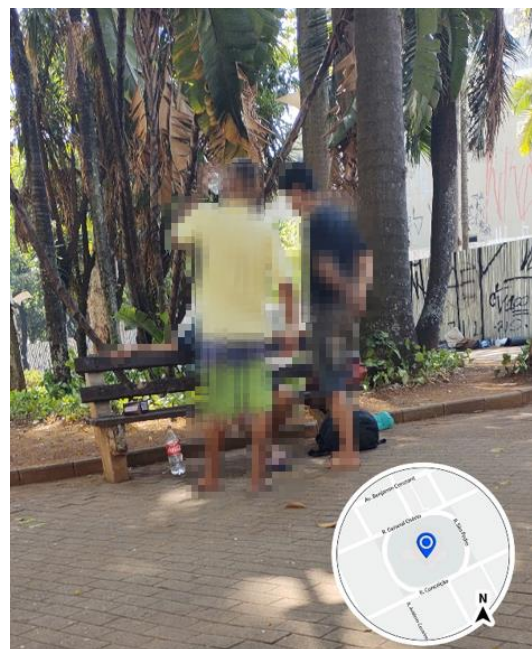


Figura 37: Miguel conversando e bebendo com alguns colegas. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Data:** 20/09/21. **Horário:** 14:33h. **Local:** Centro de Convivência Cultural de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Durante todo o período de aproximadamente 40 dias de estudo de campo observacional à distância, Pedro e Miguel permaneceram na praça do Centro de Convivência. Isto tende a indicar um certo grau de sedentarismo deste par de pessoas em situação de rua.

5.4 Tipologia Viaduto: Miguel Vicente Cury e entorno do Terminal Central de Ônibus Urbanos de Campinas

Os baixos do Viaduto Miguel Vicente Cury (Rua Terminal Cury), estão localizados no entorno do Terminal Central de Ônibus Urbanos de Campinas. O Terminal é contornado pelas Avenidas: Senador Saraiva, Dr. Moraes Sales e Prefeito José Nicolau Maseli (Figura 38). Diferente do Centro de Convivência Cultural, há uma presença marcante de pessoas em situação de rua nos baixos do Viaduto Cury. Foi possível observar, aproximadamente, a presença de entre 10 a 30 pessoas diferentes simultaneamente, durante as visitas no período de investigação em campo.



Figura 38: Foto aérea do Viaduto Miguel Vicente Cury, Praça Felipe Selhi Cunha, Praça Jornalista João Lanaro e entorno do Terminal Central de ônibus de Campinas. **Fonte:** Elaboração própria a partir de Google Earth, 2021.

Ao andar em torno do viaduto, observamos outros lugares que concentravam pessoas em situação de rua, como: a Praça Felipe Selhi Cunha e Praça Jornalista João Lanaro (Figura 38). Os baixos do Viaduto Cury, com acesso ao Terminal Central, camelódromo e passarelas para pedestres, caracterizam uma apropriação em espaços de circulação por parte da população em situação de rua (Figura 39). Houve certa dificuldade em encontrar lugares estratégicos para observação à distância sem ser percebida como intromissão. Não foram

identificados sujeitos com tendência à permanência sedentária nos baixos do Viaduto e no entorno do Terminal Central em nossa investigação *in loco*, portanto as anotações e registros fotográficos não os apresentam desta forma. Foi possível identificar sujeitos em situação de rua com tendência ao nomadismo nos baixos do viaduto e entorno, nas diversas visitas, sempre pessoas diferentes a cada vez, fato pelo qual não a nomeamos.

Praças nas proximidades, áreas de circulação e acesso livre, constante fluxo de pessoas e comércio de variedades, estas são algumas das características mais expressivas deste lugar. O pé direito de 4 metros de altura dos baixos do Viaduto Miguel Vicente Cury e passarelas para pedestres, que proporcionam áreas cobertas e não cobertas não protege com eficácia contra chuvas e raios solares a quem se apropriava desses locais (Figura 39 e Figura 40). A falta de asseio por grande parte das pessoas em situação de rua que estavam ali, durante o período investigado, refletiam precárias condições de higiene pessoal.



Figura 39: Rua de acesso à Av. Doutor Moraes Salles, população em situação de rua e transeuntes. **Data:** 11/10/21. **Horário:** 11:51h. **Local:** Baixos do Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

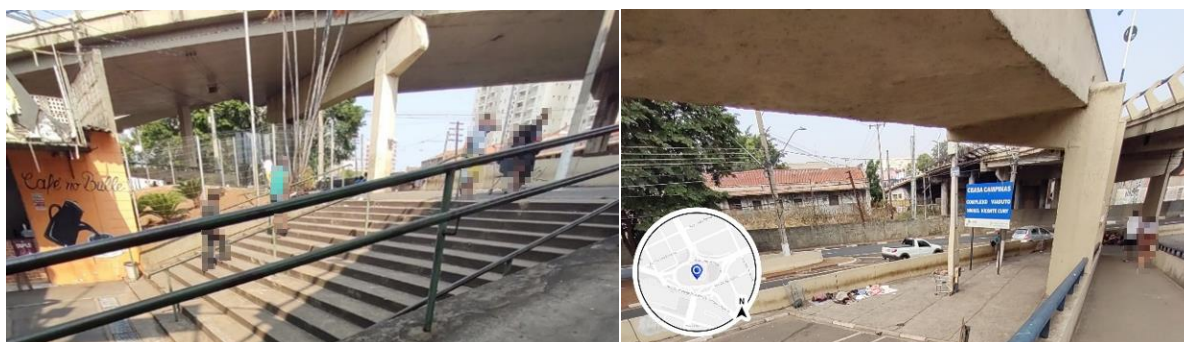


Figura 40: À esquerda, escada, rampa e Viaduto Cury. **Data:** 05/10/21. **Horário:** 14:57h. À direita, passarela para pedestres e Viaduto Cury ao fundo. **Data:** 21/09/21. **Horário:** 08:24h. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Notou-se que a possibilidade de abrigo se caracterizava pela própria estrutura do viaduto, das passarelas para pedestres que, em alguns lugares, formam nichos (Figura 40 e Figura 41), das barreiras de segurança em concreto armado, observando-se também poucos pertences como, cobertores, papelões e colchões. Estas circunstâncias poderiam caracterizar qualquer outro lugar de apropriação urbana por parte da população situação de rua, mas ali exalava-se uma atmosfera muito diferente do observado na praça do Centro de Convivência. As impressões foram de extrema precariedade. As pessoas que se apropriaram dos baixos do viaduto não contavam muitos anteparos para confecção de abrigos, o que nos levou a considerar o lugar com condições mínimas de sobrevivência.



Figura 41: À esquerda, cobertores de pessoas em situação de rua no meio urbano. **Data:** 05/09/21. **Horário:** 17:59h. À direita, homens em situação de rua nos baixos da passarela para pedestres de acesso ao Viaduto Cury. **Data:** 05/10/21. **Horário:** 09:15h. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Na Figura 42, um homem, que usava camisa, *short*, boné e chinelos, estava em seu abrigo, mexendo em seus pertences ao lado da barreira de concreto e pilares. Ele utilizou um papelão para forrar o chão e colocar seus pertences, como colchão, cobertores e dispôs sua mochila por cima. Neste horário, por voltas das 08:30 horas, a posição do sol não favorecia a posição de seu abrigo. Este sujeito foi observado em uma terça-feira e nunca mais foi visto.

Em uma manhã, por volta das 09:20 horas, um grupo de pessoas em situação de rua conversava amigavelmente, em um abrigo compartilhado, nos baixos do Viaduto Cury e parecia que tinham acabado de acordar; algumas pessoas ainda dormiam (Figura 43). Estes sujeitos tinham por perto duas caixas de papelão. Provavelmente faziam uso destas caixas para guardar pertences, forrar o chão ou mesmo poderia pertencer a alguém que catava materiais recicláveis. Além dos papelões, alguns sujeitos dispunham somente de cobertores como anteparos. Suas roupas estavam bastante surradas e a falta de asseio era perceptível.

Eram muitos os que, neste local, não possuíam anteparos para se abrigar. Seus pertences não passavam de cobertores, vestimentas, uma mochila e chinelos — às vezes sem abrigo, cobertor, mochila e chinelos,

somente com a roupa do corpo puída e sem asseio pessoal. A Figura 44 ilustra um cenário onde não havia nenhum anteparo que pudesse ao menos fazer uma sombra sobre duas pessoas em situação de rua que dormiam a céu aberto. O sujeito à esquerda, na Figura 44, estava embrulhado em um cobertor e deitado por cima de várias vestimentas e outros cobertores espalhados a sua volta e, à direita, outro sujeito, sem anteparo algum, vestia somente um *short*. Neste espaço havia dois carrinhos de supermercado, aparentemente sem



Figura 42: Homem em situação de rua nos baixos do Viaduto Cury, mexendo em seus pertences. **Data:** 28/09/21. **Horário:** 08:33h. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.



Figura 43: Grupo de pessoas em situação de rua nos baixos do Viaduto Cury. **Data:** 05/10/21. **Horário:** 09:17h. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

donos, mas que poderiam pertencer a pessoas que coletam resíduos sólidos ou a qualquer um dos dois sujeitos que lá dormiam. Supusemos que estas pessoas poderiam estar sob o efeito de algum entorpecente, dada sua forma corporal no horário observado. Esta circunstância, muitas vezes, favorece a projeção de alguns estigmas sobre estas pessoas, mas não são capazes de descrever a situação por completo e não justificam qualquer preconceito, pois há várias origens da situação de rua e motivos que levam alguém a fazer uso de substâncias químicas.



Figura 44: Duas pessoas em situação de rua dormindo a céu aberto. **Data:** 21/09/21. **Horário:** 08:24h. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Sobre a falta de anteparos de abrigo e pertences, a Figura 45 mostra uma situação semelhante. Um sujeito em situação de rua apenas com a roupa do corpo e um cobertor. Não possuía nenhum calçado e seus pés mostravam a falta de asseio pessoal (Figura 45).

No Capítulo 1, discutimos a invisibilidade dessa população e a observação em campo nos permitiu perceber que é quase impossível passar e não ver alguém deitado no chão (Figura

46). Independentemente da quantidade de pertences, esta população não só é avistada por olhares de compaixão ou aversão, algo que quase sempre acontecia, mas é assegurada por direitos conquistados.

Mesmo dispersos nos baixos do Viaduto, era comum ver, nos locais de concentração de população em situação de rua, sujeitos que não somente compartilhavam do mesmo abrigo, mas que se reuniam para conversar. Às vezes, nesses momentos que chamamos de convívio comunal, as pessoas compartilhavam lanches ou

alguma substância química. Seja um refrigerante ou uma bebida que algum se dispôs a comprar, provavelmente, o dinheiro era a soma dos recursos arrecadados entre eles (Figura 46 e Figura 47). Nesta situação descrita, observamos a presença de duas mulheres em um momento de interação interpessoal entre quatro sujeitos do sexo masculino (Figura 46). As mulheres aparentavam ter entre 35 a 45 anos, uma vestia uma calça comprida e uma blusa,

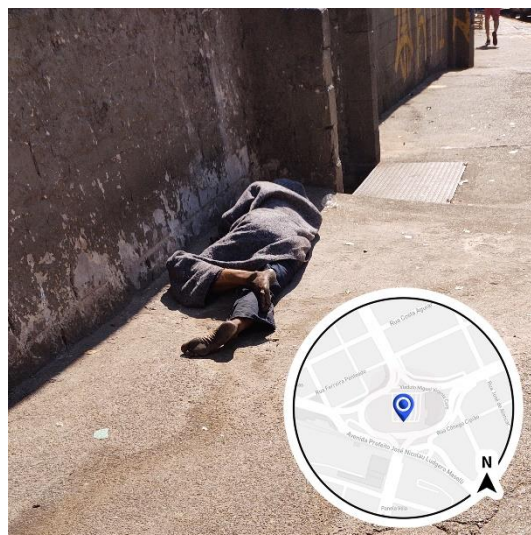


Figura 45: Homem em situação de rua. **Data:** 28/09/21. **Horário:** 08:583h. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.



Figura 46: Transeunte passando próximo a um grupo de pessoas em situação de rua nos baixos do Viaduto Cury. **Data:** 21/09/21. **Horário:** 08:25h. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

calçava sandálias abertas e apoiava suas costas em uma mochila; a outra também vestia uma calça comprida e calçava sandálias abertas e, no busto, usava um *top*. Podia-se considerar que os quatro homens tivessem uma faixa etária entre 20 a 40 anos e suas vestimentas variavam entre camisas com mangas e sem mangas, *shorts* e alguns calçavam tênis, outros chinelos.

Em uma manhã de segunda-feira, perto de meio dia, o nicho abaixo da passarela para pedestres, abrigava três pessoas que estavam totalmente cobertas, não sendo possível identificá-las (Figura 47). Supomos, pelo volume formado pelas cobertas, que poderiam ser uma família formada por um casal de adultos e uma criança. Bem próximo a esta família havia um garrafão de vidro verde com alguma bebida, podendo justificar uma possível resseca da noite anterior. Observou-se também, ao lado das pessoas cobertas, um pequeno grupo de homens que conversavam e, à sua frente, havia uma bola de futebol (Figura 47).



Figura 47: Grupo de pessoas em situação de rua nos baixos e ao lado da passarela de acesso para pedestres. **Data:** 11/10/21. **Horário:** 11:52h. **Fonte:** Autora, 2021. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

No mesmo dia e horário, em outra perspectiva dos baixos do viaduto, foi possível observar outras pessoas em situação de rua (Figura 48) no abrigo observado anteriormente registrado na Figura 46. O local de apropriação era constituído por papelões que forravam o chão, cobertores apoiados nas barreiras de concreto de proteção e colchonetes. Este local estava desorganizado, tinha restos de comida e resíduos sólidos espalhados pelo chão. No que diz respeito às pessoas, havia a presença de três mulheres, um homem e uma pessoa embrulhada por um cobertor. As mulheres, que pareciam asseadas, aparentemente tinham idades entre 40 a 60 anos e o homem tinha, aproximadamente, entre 40 a 45 anos (Figura 48).



Figura 48: Transeunte passando próximo a um grupo de pessoas em situação de rua nos baixos do Viaduto Cury. **Data:** 11/10/21. **Horário:** 11:53h. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Há grades entre os baixos do Viaduto Cury e o Terminal Central que deveriam impedir a apropriação, por parte da população em situação de rua, na situação mais próxima à edificação do Terminal. Mesmo com estes obstáculos, em uma tarde, por volta das 15:00 horas, percebemos vestígios de apropriação em uma das áreas cercadas. Observamos alguns cobertores e resíduos sólidos, como: um prato de marmita vazio, uma garrafa e uma latinha de cerveja também vazias. Nas grades havia roupas estendidas que pareciam pertencer a uma pessoa do sexo masculino.

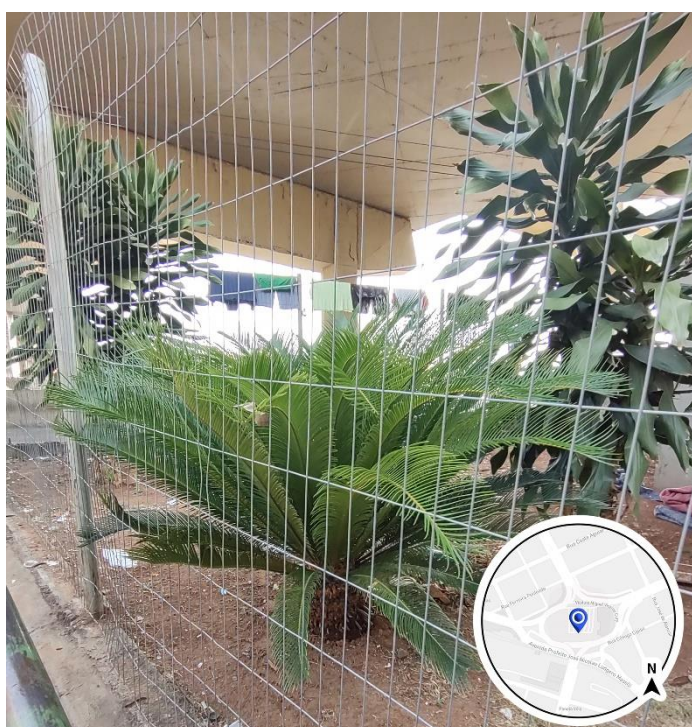


Figura 49: Ao fundo, roupas estendidas sobre as grades de proteção do Terminal Central. **Data:** 05/10/21. **Horário:** 14:57h. **Local:** Viaduto Miguel Vicente Cury. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

No que diz respeito às praças nas proximidades, que concentravam sujeitos em situação de rua, consideramos alguns aspectos da Praça Felipe Selhi Cunha (Figuras 50 e 51), pois a Praça Jornalista João Lanaro, em frente aos baixos do Viaduto Cury, não concentrava de forma expressiva o contingente em estudo; lá, uma vez ou outra, havia entre três a cinco sujeitos em situação de rua. Esta praça se configura como uma rotatória, circundada por um fluxo rápido de veículos, dispendo de várias árvores, mas não é pavimentada e não contém bancos.



Figura 50: Praça Felipe Selhi Cunha, ao lado esquerdo, e Viaduto Cury, ao lado direito. **Data:** 11/10/21. **Horário:** 11:59h. **Local:** Praça Felipe Selhi Cunha. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

A Praça Felipe Selhi Cunha, em frente à entrada de um camelódromo, somente com duas árvores e fluxo rápido de veículos na rua de acesso à Av. Dr. Moraes Sales, dispõe de uma concentração maior do fenômeno de pessoas de rua (Figura 50 e Figura 51). Possivelmente, a preferência por esta praça seja por ela dispor de pavimentação. Sobre os graus de permanência na praça, assim como nos baixos do Viaduto Cury, não identificamos sujeitos com tendência a permanência sedentária. Durante o período de investigação, na praça havia entre 5 a 15 pessoas em situação de rua simultaneamente, com predominância do sexo masculino.

Em uma tarde, por volta das 14:10 horas, havia em torno de 14 homens em situação de rua na praça (Figura 51). Estes conversavam amigavelmente entre si; enquanto alguns estavam sentados e deitados, outros dormiam. A faixa etária deste grupo aparentava em torno de 30 a 40 anos; pareciam estar asseados e não aparentavam ter enfermidades físicas ou transtornos psicossociais. Tinham por perto seus pertences, como colchonetes, cobertores e mochilas. Não foram observadas atividades de trabalho ou renda e formas de alimentação, a não ser por uma garrafa que estava ao lado de um dos sujeitos, que parecia ser de suco de uva.



Figura 51: Grupo masculino em situação de rua. **Data:** 28/09/21. **Horário:** 14:12h. **Local:** Praça Felipe Selhi Cunha. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Em outro dia, na parte da tarde, perto das 15:00 horas, um grupo de pessoas em situação de rua estava na praça no mesmo local do grupo anterior (Figura 52). Consideramos este abrigo em estágio mínimo, dispo de piso pavimentado, sombra da árvore em dias de sol, colchonetes, cobertores e pertences guardados em mochilas, sacolas, caixas e carrinho de supermercado. Em uma observação superficial, a área do abrigo parecia um pouco desorganizada, com alguns pertences espalhados, mas estes eram de outras pessoas que estiveram por ali momentos antes, pois foram recolhidos por seus donos. Dos sujeitos, havia três homens, com faixa etária entre 30 a 40 anos, e uma mulher, com aproximadamente 45 anos de idade e nenhum destes aparentavam ter enfermidades físicas ou transtornos psicossociais. Na Figura 52, à esquerda do grupo de pessoas, um homem, deitado em um colchonete, apoiava a cabeça em uma mochila, vestia *short*, camisa, usava boné e calçava um par de tênis. O moço sentado ao seu lado, se vestia de forma não muito diferente e tinha, a mais, um fone de ouvido em volta do pescoço. Ambos pareciam ter acabado de fazer seu asseio pessoal. A mulher vestia blusa de manga três-quartos, calça, tinha chinelos e estava fumando um cigarro. O outro homem, à direita da do grupo na Figura 52, vestia somente um *short*, calçava um par de chinelos e tinha uma mochila às costas.

Nesta mesma tarde, foi possível observar vários sujeitos em situação de rua que passavam por ali ou que se achegavam ao grupo que estava na praça para bater um papo. O

registro da Figura 53 mostra um homem aparentemente transgênero, que simplesmente parou no meio fio e começou a cortar as unhas dos pés. Esta pessoa parecia estar asseada, com *box braids* em seus cabelos, calçava um par de chinelos, vestia blusa e calça e tinha uma mochila ao seu lado. Ao



Figura 52: Pessoas em situação de rua na Praça Felipe Selhi Cunha. Ao fundo, acesso ao camelódromo, Viaduto Cury e pessoas que coletam materiais recicláveis. **Data:** 01/09/21. **Horário:** 14:52h. **Local:** Praça Felipe Selhi Cunha. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a

passar alguns minutos, se aproximaram uma mulher e homem que não pareciam estar em situação de rua, conversaram entre si e depois todos os três foram embora e nunca mais vistos.



Figura 53: À esquerda, homem transgênero cortando suas unhas no meio fio. **Data:** 01/09/21. **Horário:** 15:33h. À direita, homem transgênero conversando com duas pessoas. **Data:** 01/09/21. **Horário:** 15:35h. **Local:** Praça Felipe Selhi Cunha. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Neste local, era comum ver grupos de pessoas diferentes em situação de rua. A Figura 54, com duas imagens registradas em dias diferentes, ilustra um pouco sobre essas diferenças. À Figura à esquerda ilustra que, por volta das 09:20 horas, havia seis homens em situação de rua; um dormia, outro parecia ter acabado de acordar, enquanto os outros conversam amigavelmente. Estes sujeitos, com idade aproximada entre 30 a 40 anos, pareciam estar

asseados e seus pertences eram caixas de papelão, cobertores, caixote, mochila, tambor de plástico e carrinho de supermercado, que provavelmente era utilizado para coleta de materiais recicláveis. Deste grupo, não foram observadas formas de alimentação. A Figura 54, à direita, mostra que, às 09:00 horas, havia um grupo de quatro pessoas em situação de rua e um transeunte que tinha parado para cumprimenta-los. Estes sujeitos, duas mulheres e dois homens, tinham entre 40 a 50 anos e aparentavam estar asseados. O casal que não estava deitado, parecia estar de passagem. Destacamos o sujeito perto da lixeira, que tinha acabado de lanchar e jogava um copo descartável no lixo. Nos lugares de observação de estudo de campo, era comum ver pessoas em situação de rua limpando sua área de apropriação. Os exemplos de João, Pedro e Miguel também revelaram isto. Essas demonstrações poderiam quebrar alguns estigmas da possível sujeira diz-se que estes sujeitos fazem no meio urbano. Se a rua é o único vestígio de casa para estes sujeitos, talvez seja impossível exigir asseio e organização de seus pertences em meio à escassez. Os pertences destes sujeitos não eram muito diferentes do grupo anterior, dispendo de alguns caixotes a mais e sacolas. Além da interação interpessoal observada, percebemos a presença de um cachorro no meio deste grupo, indicando uma possível relação afetiva com este animal. Nenhum dos dois grupos aparentava ter enfermidades físicas ou transtornos psicossociais.



Figura 54: À esquerda, grupo de seis homens em situação de rua. **Data:** 05/10/21. **Horário:** 09:22h. À direita, grupo de quatro pessoas em situação de rua. **Data:** 28/09/21. **Horário:** 09:00h. **Local:** Praça Felipe Selhi Cunha. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Próximo à praça, na rua de acesso à Av. Dr. Moraes Sales, havia um local para a organizar os resíduos sólidos recolhidos por catadores. Era comum ver pessoas desempenhando esta atividade nas proximidades. Os resíduos sólidos do camelódromo e comércio, ao redor da praça, favoreciam o desempenho desta atividade. A Figura 55 ilustra, à esquerda, o local de organização de resíduos e, à direita, um catador levando os resíduos sólidos em um carrinho de carga.



Figura 55: À esquerda, local para organização de resíduos sólidos. **Data:** 01/09/21. **Horário:** 16:46h. À direita, catador de matérias recicláveis. **Data:** 01/09/21. **Horário:** 16:38h. **Local:** Praça Felipe Selhi Cunha. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Mesmo não sendo possível identificar pessoas com tendência de apropriação sedentária nos baixos do Viaduto Cury e entorno do Terminal Central, podemos a partir desta pequena amostragem, descrever este lugar pela precariedade e escassez de anteparos que abrigavam a população em situação de rua. Ao comparar as apropriações até o momento, no caso do Centro de Convivência, os abrigos não ficavam no caminho dos transeuntes, apesar de eventualmente alguém passar por perto. Nos baixos do Viaduto Cury, além da própria estrutura do viaduto, não havia nenhuma barreira física que pudesse impedir alguém de passar ao lado ou entre os locais de apropriação. Da mesma forma acontecia na Praça Felipe Selhi Cunha. Observamos também, uma presença maior de pessoas do sexo feminino, tanto nos baixos do Viaduto como na Praça Felipe Selhi Cunha.

Tanto no Viaduto Cury como na Praça Felipe, não foram observados indicativos de relações amorosas entre sujeitos, mas eram marcantes as interações interpessoais. Em grande medida, estas interações se desenvolviam amigavelmente, com demonstrações de cuidado entre as pessoas. Sobre os indicativos de cultura e lazer, o mais próximo que conseguimos identificar foi um sujeito que cantava e discursava crenças cristãs na Praça Felipe Selhi Cunha. Nesta ocasião, algumas das pessoas em situação de rua cantavam, de onde estavam, partes das músicas. No que diz respeito às abordagens policiais, também não foram observadas, somente rondas esporádicas nos entornos investigados.

5.5 Tipologia Largo Comercial: entorno da Catedral Metropolitana de Campinas/ Praça José Bonifácio e Praça Rui Barbosa — Sujeitos: 04 e 05

A Catedral Metropolitana de Campinas está localizada em frente à Praça José Bonifácio e, ao fundo há a Praça Rui Barbosa, sendo circundada pela Rua Regente Feijó, Rua Dr. Costa Aguiar, Rua José Paulino e Rua 13 Maio (Figura 56). Assim como nos baixos do Viaduto Cury e na Praça Felipe Selhi Cunha, havia um considerável contingente de pessoas em situação de rua em volta da Catedral, que se dividiam em pequenos e grandes grupos. Durante o período de investigação em campo, às vezes, de forma simultânea, foi possível observar a presença de 80 a 100 pessoas diferentes nas duas praças.



Figura 56: Foto aérea da Catedral metropolitana de Campinas, Praça José Bonifácio e Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Elaboração própria a partir de Google Earth, 2021.

Destas pessoas em situação de rua, escolhemos dois sujeitos com tendência de apropriação sedentária e os nomeamos de Maria e Antônio. Maria frequentava um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), nas proximidades da Catedral e Antônio desempenhava atividades de catador de resíduos sólidos. Antes de nos debruçarmos sobre eles, iremos apresentar algumas considerações gerais dos abrigos, sua relação com o local de instalação e características e comportamentos de alguns grupos em

situação de rua no entorno da Catedral, compreendendo a Praça José Bonifácio e Praça Rui Barbosa.

Na quadra da Catedral havia apropriação de sujeitos em situação de rua em suas laterais (Figura 58) e nas escadarias em frente à igreja (Figura 57). Nas escadarias da entrada principal era comum ver tanto pessoas em situação de rua, como transeuntes que paravam para descansar nos degraus de acesso à igreja. Este espaço compartilhado entre diferentes pessoas exalava um senso de comunidade. Os sujeitos conversavam amigavelmente entre si e, às vezes, compartilhavam suas refeições.



Figura 57: Apropriação de população em situação de rua na entrada principal da Catedral. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 17:03h. **Local:** Catedral Metropolitana de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.



Figura 58: À esquerda, apropriação de população em situação de rua na entrada da lateral direita em relação à entrada principal da Catedral. **Data:** 13/10/21. **Horário:** 10:54h. À direita, apropriação de população em situação de rua na lateral esquerda em relação à entrada principal da Catedral. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 10:37h. **Local:** Catedral Metropolitana de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Na lateral esquerda em relação à entrada principal da Catedral, em uma das portas, havia pontas de ferro fincadas nos degraus de acesso à porta. Este aparato não impedia

somente pessoas em situação de rua fazerem o uso dos degraus, mas qualquer outra pessoa. A prática de instalar acessórios que impedem o uso do espaço público por pessoas é difundida, pelo Padre Júlio Lancellotti, como aporofobia⁸⁸, uma prática de repúdio e aversão aos pobres (G1 CAMPINAS E REGIÃO, 2021). Outros estudos nomeiam esta conduta como arquitetura da exclusão, arquitetura hostil, *design* desagradável ou arquitetura defensiva (QUINN, 2014; ANDREOU, 2018; SAYURI, 2021). Mesmo com a presença de pontas de ferro nos degraus de acesso à porta lateral da Catedral, observamos que havia um cobertor em cima da escada e, ao lado, alguns pertences de pessoas em situação de rua (Figura 59). As várias denúncias do Padre Júlio, em suas redes sociais sobre aporofobia, inclusive da porta da Catedral Metropolitana de Campinas, contribuiu para a retirada destes anteparos de ferro (G1 CAMPINAS E REGIÃO, 2021).



Figura 59: Pontas de ferro fincados nos degraus de acesso a uma das portas laterais da Catedral Metropolitana de Campinas. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 16:25h. **Local:** Catedral Metropolitana de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Em uma manhã, por voltas das 08:45 horas, os agentes de limpeza urbana lavavam o piso ao redor da Catedral (Figura 60). Não foi observado o momento em que os sujeitos em situação de rua deixaram os locais de apropriação, que compreendiam as laterais da Igreja e escadarias. Durante os 40 dias de observação, percebemos que havia respeito entre os agentes de limpeza urbana e pessoas em situação de rua. Não observamos atitudes hostis e/ou de expulsão deste contingente por parte dos agentes. Em alguns casos, algumas pessoas em situação de rua colaboravam com a limpeza do espaço público, seja pela manutenção de

⁸⁸ Aporofobia é um neologismo disseminado pela filósofa Adela Cortina por meio de livros e artigos jornalísticos, que abordam a aversão à pobreza disfarçada de xenofobia e racismo cometidos à imigrantes ou refugiados (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, c2021). Para mais informações ver: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/aporofobia>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

higiene das áreas de abrigo ou pela retirada de pertences para não dificultar a higienização do local. Talvez, estas atitudes possam indicar interações sociais e/ou o apreço de estar em um local limpo.



Figura 60: Agentes de limpeza urbana lavando o piso de entorno da Catedral Metropolitana de Campinas. **Data:** 20/08/21. **Horário:** 08:42h. **Local:** Catedral Metropolitana de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Dos lugares escolhidos para observação, a Catedral nos pareceu ser o mais propício para que pessoas em situação de rua pudessem obter alguma ajuda assistencial. Além do contato direto com um grande fluxo de pessoas atraído pelo comércio e serviço da região, havia ações não governamentais no entorno da Catedral. Destas ações, a Figura 61 mostra uma organização não identificada que entregava lanches ao lado da Catedral, na esquina da Rua Dr. Costa Aguiar com a Rua Regente Feijó. Era uma manhã de domingo, por volta das

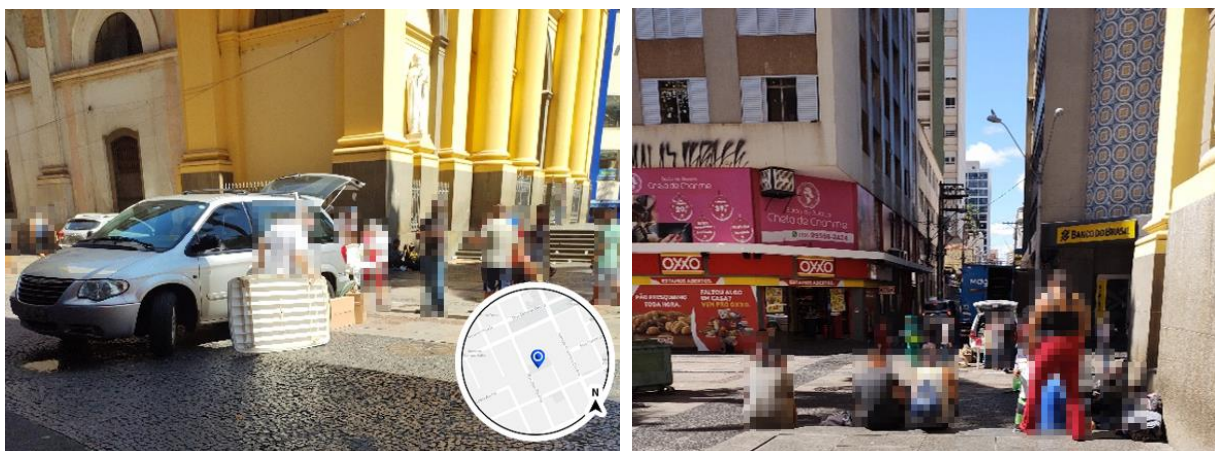


Figura 61: À esquerda, organização não governamental entregando lanches para pessoas em situação de rua. **Data:** 12/10/21. **Horário:** 10:07h. À direita, sujeitos em situação de rua comendo o lanche que receberam. **Data:** 12/10/21. **Horário:** 10:03h. **Local:** Rua Regente Feijó, ao lado da Catedral Metropolitana de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

10:00 horas, e pessoas em situação de rua e até mesmo um agente de limpeza urbana faziam fila para receber o alimento.

5.5.1 Praça José Bonifácio

Na Praça José Bonifácio, em frente à entrada principal da Catedral, as marquises dos edifícios servem de proteção para a pessoas em situação de rua (Figura 62). Os degraus de acesso ao monumento da estátua de Dom João Nery, de frente para a Avenida Francisco Glicério, também é lugar de apropriação (Figura 63).

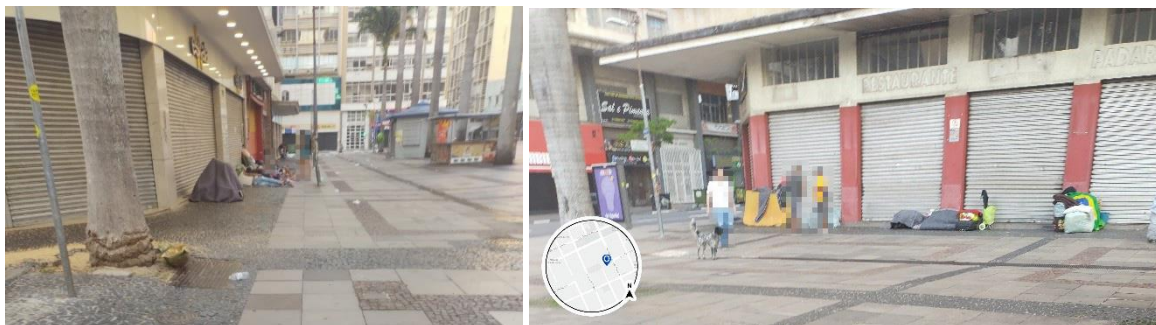


Figura 62: Apropriação de pessoas em situação de rua nos baixos das marquises de edifícios. **Data:** 05/09/21. **Horário:** 17:34h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Nesta Praça não havia bancos e a sombra projetada pelos prédios e palmeiras nem sempre favorecia quem estava por lá. Em dias de chuva, as marquises mal protegiam os que ali estavam e o piso da área de abrigo ficava todo molhado (Figura 64). Estas condições nos levaram a considerar os abrigos observados debaixo das marquises em estágio mínimo, dispendo de poucos pertences que variavam entre cobertores, colchonetes, bolsas, carrinho de carga e alguns itens de higiene como, sabão, garrafa de água e vassouras.



Figura 63: Pessoas em situação de rua sentadas nos degraus de acesso ao monumento estatuário. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 10:35h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

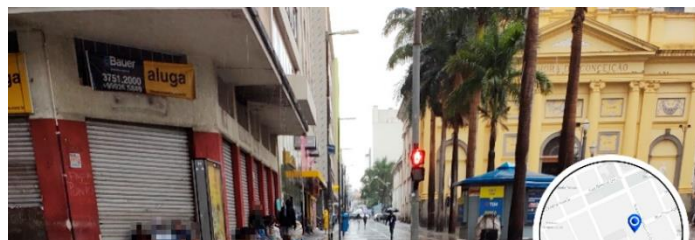


Figura 64: Pessoas em situação de rua sentadas sob as marquises de lojas em dia de chuva. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 10:35h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Nesta Praça, era mais comum ver pessoas em situação de rua reunidas em grupos com grau de permanência sedentária (Figura 62 e Figura 64). Uma população adulta com idade aproximadamente entre 30 a 60 anos e, em grande parte, de sexo masculino. Muitos se encontravam para conversar ou ficavam ociosos, não apresentando indicativos de trabalho ou renda e, eventualmente, víamos alguém pedir alguma ajuda a quem passava.

Diferente dos baixos do Viaduto Cury, tanto os locais de apropriação, bem como as pessoas em situação de rua, aparentavam em grande parte estarem asseadas e suas roupas não eram surradas. Talvez, o motivo deste asseio estivesse relacionado com a proximidade destas pessoas com meios de limpeza pessoal, como uma torneira encontrada próxima a esquina da Rua Regente Feijó com a Rua 13 de Maio (Figura 65) e os banheiros públicos existentes na Praça Rui Barbosa (Figura 70).



Figura 65: À esquerda, torneira próxima à esquina da Rua Regente Feijó e Rua 13 de Maio. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 10:31h. Ao centro, pessoa em situação de rua lavando as mãos. **Data:** 05/09/21. **Horário:** 17:28h. À direita, mesma torneira adaptada com proteção de ferro com cadeado impedindo seu uso. **Data:** 26/10/21. **Horário:** 11:04h. **Local:** Rua Regente Feijó. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Em uma manhã, por volta das 11:00 horas, avistamos esta torneira protegida por uma caixa em ferro, estando trancada por um cadeado (Figura 65). Esta medida de restrição nos fez refletir sobre possíveis intervenções que pudessem servir de suporte para a higiene de pessoas em situação de rua. A instalação de torneiras, banheiros, lavanderias e



Figura 66: Homem transgênero varrendo local de apropriação. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 16:27h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

refeitórios públicos, são providências de instalação no meio urbano que foi bastante abordada em meio a pandemia da COVID-19 (NUNES, 2020; SENA, 2021). Poderiam ser disponibilizadas perto de toda concentração de pessoas em situação de rua. Sobre essas medidas de higiene não só pessoal, mas de espaços de apropriação e de utensílios pessoais, a Figura 66 ilustra um momento de limpeza do local de abrigo por um homem, aparentemente transgênero, que utiliza uma vassoura para realizar a atividade. Na Figura 67, um homem lava alguns utensílios



Figura 67: Homem lavando alguns utensílios. **Data:** 22/09/21. **Horário:** 13:29h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

As pessoas em situação de Rua observadas na Praça José Bonifácio não aparentavam ter transtornos psicossociais ou enfermidades físicas. Frequentemente havia algum cantor ou sanfoneiro perto do fluxo de pessoas que passavam em frente as lojas, mas não percebemos nenhuma interação por parte de pessoas em situação de rua que pudesse evidenciar alguma atividade de cultura ou de lazer.

Das desventuras ocorridas na Praça José Bonifácio, houve a morte de um homem em situação de rua que aparentava ter entre 40 a 50 anos (Figura 68) . Era uma manhã de domingo e, por volta das 10:00 horas, havia certo tumulto na esquina da Avenida Francisco Glicério com a Rua Dr. Costa Aguiar. Ao nos aproximarmos, vimos que um homem havia falecido e, as pessoas próximas ao local, especulavam os motivos de sua morte, dizendo que poderia ter sido uma parada cardíaca ou a friagem da noite anterior. Uma mulher em situação de rua, com idade aproximada entre 50 a 60 anos, ao ouvir as especulações, começou a falar como

quem o defendia. Ao se pronunciar, mencionou o apelido do falecido, dizendo que ele era bastante conhecido entre os que moravam na Praça e não usava drogas, só bebia pinga.



Figura 68: Morte de homem em situação de rua. **Local:** Praça José Bonifácio. **Data:** 12/10/21. **Horário:** 10:00h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

5.5.2 Praça Rui Barbosa

A Praça Rui Barbosa é contornada pelas ruas 13 de Maio, José Paulino, Dr. Costa Aguiar e Ernesto Khulman. Durante o período de observação, havia aproximadamente entre 30 a 40 pessoas em situação de rua diferentes simultaneamente, com idade aproximadamente entre 30 a 70 anos. Estas se



Figura 69: Apropriação de pessoas em situação de rua nos baixos de marquises. **Data:** 22/09/21. **Horário:** 08:20h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

apropriavam dos baixos de marquises dos edifícios ao redor da Praça (Figura 69), em volta dos banheiros públicos e muitas vezes em áreas a céu aberto (Figura 70).

Os locais de apropriação identificados foram marquises, piso pavimentado da praça, bancos, sombra das árvores e eventualmente uma barraca (Figura 70). Ao lado dos banheiros públicos dispunham das sombras das árvores e do piso pavimentado da Praça. Na maior parte dos casos, consideramos estes abrigos em estágio mínimo, pois dispunham de pouco ou nenhum anteparo. Os pertences dessas pessoas variavam entre colchonetes, cobertores, bolsas, carrinhos de supermercado ou de carregamento e vassouras.

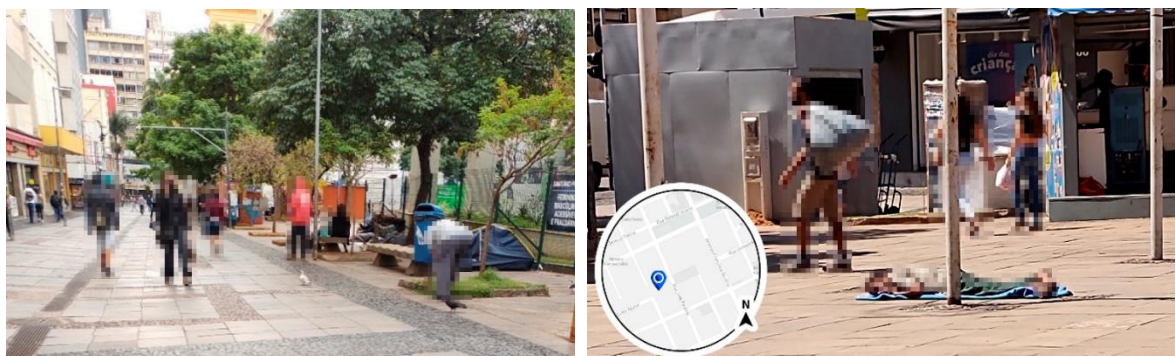


Figura 70: À esquerda, apropriação de pessoas em situação de rua em volta de banheiros públicos. **Data:** 22/09/21. **Horário:** 08:20h. À direita, pessoa em situação de rua dormindo a céu aberto. **Data:** 08/10/21. **Horário:** 10:29h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Nesta Praça, os graus de permanência variavam entre sedentarismo e nomadismo. Maior parte dessas pessoas se encontravam reunidas em grupos ao redor dos banheiros públicos e, muitas vezes, compartilhavam dos mesmos bancos que os transeuntes (Figura 72). Nessas ocasiões, não observamos nenhuma atitude que demonstrasse incômodo ou hostilidade por parte de nenhum dos dois grupos.

Nos momentos de apropriação coletiva, as pessoas em situação de rua costumavam dividir algum lanche ou bebida (Figura 71). Nestes momentos de partilha de alimentos, era comum ver resíduos sólidos espalhados pela área de abrigo, mas, durante o período de

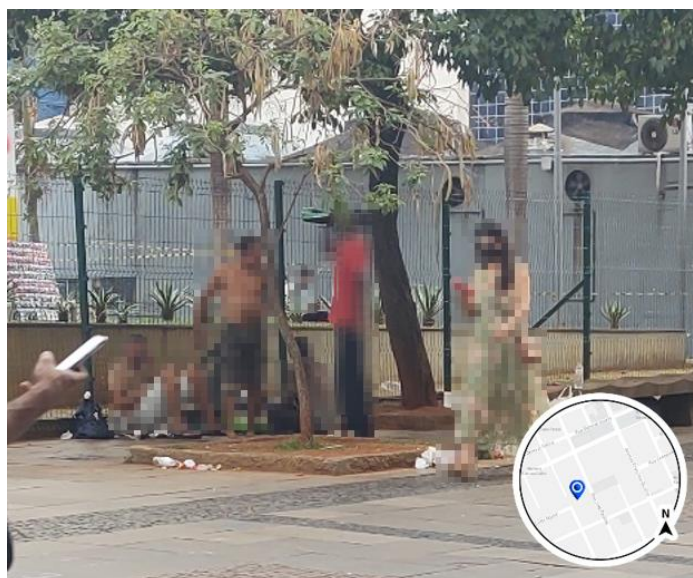


Figura 71: Partilha de bebida entre homens em situação de rua. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 17:14h. **Fonte:** Autora, 2021. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

investigação, observamos que estas pessoas higienizavam rotineiramente seu espaço de

apropriação. Por vezes havia um senso de voluntariado recíproco em oferecer auxílio, como na Figura 72, que ilustra um homem ajudando um senhor, de idade aproximada entre 50 a 60 anos, a se deitar em seu abrigo.



Figura 72: À esquerda, apropriação em volta de banheiros públicos por um grupo de pessoas em situação de rua. **Data:** 15/09/21. **Horário:** 09:35h. À direita, homem em situação de rua ajudando um senhor a se deitar. **Data:** 22/09/21. **Horário:** 10:21h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Como mencionado anteriormente, o espaço de apropriação coletiva ao lado dos banheiros públicos dispunha de organização. As pessoas em situação de rua, ao apropriarem desta área, realizavam sua limpeza regular. A Figura 73 expõe um momento de higienização deste espaço e organização de pertences. As condições de asseio pessoal também podem ser explicadas por esta proximidade com os banheiros públicos.



Figura 73: À esquerda, homem em situação de rua varrendo o local de apropriação coletiva ao lado dos banheiros públicos. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 16:09h. À direita, organização de pertences ao lado dos banheiros públicos. **Data:** 16/09/21. **Horário:** 07:20h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Na Praça Rui Barbosa também ocorria apropriações individuais a céu aberto com o mínimo de anteparos (Figura 70 e 74). As pessoas em situação de rua faziam uso de algum espaço com sombra projetada pelas árvores ou de beirais de algum quiosque. Seus poucos pertences serviam de apoio ou ficavam bem próximos de onde dormiam.



Figura 74: À esquerda, homem em situação de rua deitado em degrau de acesso a banca de jornal. **Data:** 15/09/21. **Horário:** 09:33h. Ao centro, homem em situação de rua deitado sob beiral de quiosque de lanches. **Data:** 06/10/21. **Horário:** 16:12h. À direita, homem em situação de rua deitado a céu aberto. **Data:** 15/09/21. **Horário:** 09:34h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Em dias de chuva, as pessoas em situação de rua recorriam aos baixos das marquises dos edifícios ao redor da Praça. Os anteparos nos demais abrigos, sejam de apropriação coletiva ou individual no interior da praça, não dispunham de coberturas capazes de proteger eficientemente estas pessoas. A Figura 75 mostra um homem em situação de rua que aparentemente não se importava com a chuva que caía, permanecendo no espaço de apropriação coletiva ao lado dos banheiros públicos.

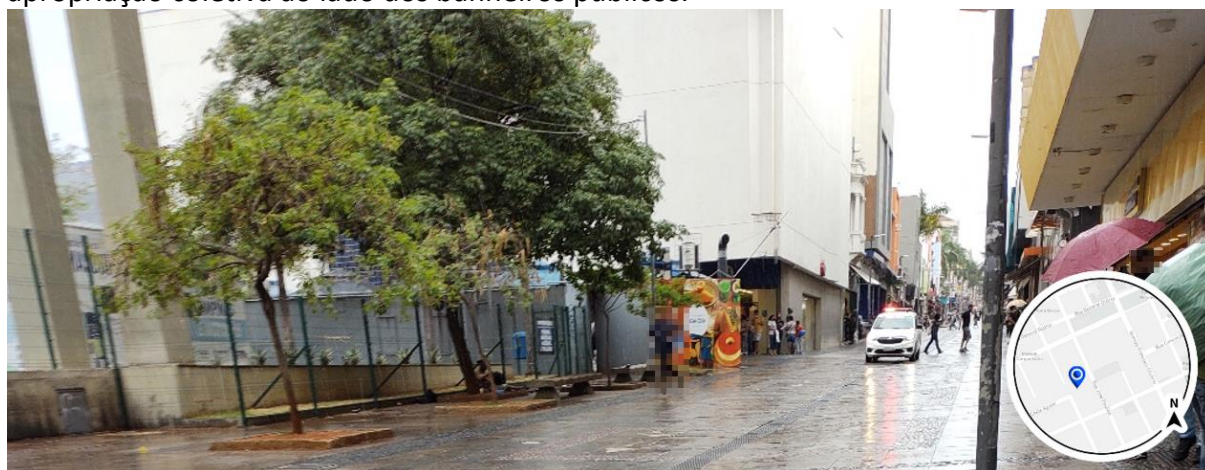


Figura 75: Pessoa em situação de rua no espaço de apropriação coletiva ao lado dos banheiros públicos em momento de chuva. **Data:** 09/10/21. **Horário:** 13:31h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Dos indicativos de trabalho ou renda, não vimos outras atividades além do exercício de recolhimento de resíduos sólidos urbanos. Sobre as rondas realizadas pela polícia, estas eram corriqueiras e, nas abordagens de pessoas em situação de rua, não presenciamos nenhuma atitude hostil ou repressora. A Figura 76 ilustra uma abordagem policial no espaço

de apropriação ao lado dos banheiros públicos em um momento que só havia homens no local.

Nesta Praça, dificilmente observamos pessoas em situação de rua pedirem ajuda aos transeuntes. Estas pessoas subsistiam pela compra de algum lanche ou pela ajuda de ações de organizações não governamentais. A Figura 77 ilustra uma ação denominada Café com Jesus⁸⁹, que oferecia toda semana, comumente às quintas-feiras, pão



Figura 76: Abordagem policial no espaço de apropriação ao lado dos banheiros públicos. **Data:** 27/09/21. **Horário:** 15:22h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

com café para as pessoas em situação de rua. Esta ação, tem desenvolvido projetos de apoio a população de rua e famílias carentes desde 2016, mediante doação de roupas, cobertores e alimento (CAFÉ COM JESUS, 2021).



Figura 77: Entrega de café da manhã pela ação Café com Jesus. **Data:** 21/09/21. **Horário:** 08:40h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Além das ajudas recebidas por parte de organizações e atitudes a partir do senso de coletividade das pessoas em situação de rua, percebemos o cuidado destes sujeitos pelos animais, seja brincando com algum cachorro ou até mesmo alimentando os pombos na Praça Rui Barbosa. As pessoas em situação de rua também apresentavam aparentemente boas condições de saúde física e psíquica e, por mais que houvesse cantores ou instrumentistas

⁸⁹ Vinte e cinco pessoas conseguiram superar a situação de rua por meio da ação Café com Jesus (CAFÉ COM JESUS, 2021).

na praça em busca de alguma ajuda financeira, não presenciamos sua interação ou outros indicativos de cultura ou lazer.

5.1.1 Sujeito 04: Maria

O abrigo de Maria, localizado na Rua 13 de Maio, do lado direito em relação à entrada principal da Catedral, em frente a uma loja de variedades. Era uma barraca com capacidade para uma pessoa, de aparência frágil, protegida pela marquise da loja e sobre o piso pavimentado da rua (Figura 78). Estas características nos levaram a



Figura 78: Barraca que abrigava Maria. **Data:** 24/09/21. **Horário:** 06:44h. **Fonte:** Autora, 2021. **Local:** Lado direito em relação à entrada principal da Catedral Metropolitana de Campinas. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

considerar o abrigo de Maria em estágio complexo. A barraca era usada por Maria para pernoite e, após desmontá-la pela manhã, entre 06:30 e 07:30 horas, antes que os lojistas chegassem à loja, ela guardava os seus pertences em um carrinho pequeno de carga e deixava o local.

Ao lado de onde permanecia Maria durante as noites, sob a mesma marquise e calçadão, havia duas pessoas em situação de rua que dormiam separadamente. Maria não aparentava conhecer estas pessoas e, diferentemente, estes sujeitos se abrigavam em condições mínimas, com apenas cobertores (Figura 79).



Figura 79: Abrigo de Maria desmontado e dois sujeitos em situação de rua dormindo. **Data:** 03/09/21. **Horário:** 07:09h. **Fonte:** Autora, 2021. **Local:** Lado direito em relação à entrada principal da Catedral Metropolitana de Campinas. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

De certo, não sabemos os motivos que ocasionaram a situação de rua de Maria, mas possivelmente, ela se sentia constrangida por sua condição. Durante o período de pesquisa em campo, ao observarmos os horários de partida de seu abrigo (entre 06:30 e 07:30 horas) e horário de aberturas das lojas (entre 08:00 e 09:00), talvez Maria evitasse o contato com os transeuntes que trabalhavam na região, se esquivando de olhares hostis ou de comoção.

Maria aparentava ter entre 50 a 60 anos; vestia blusa, calça, casaco tipo moletom, calçava um par de *Crocs*, fazia o uso de óculos e máscara. Apesar de não trocar de roupa com frequência, parecia estar sempre asseada. O uso de máscara, assim como Pedro (Sujeito 02, Figura 78), indicava sua preocupação com a COVID-19.

Ao deixar o local de seu abrigo, Maria se direcionava aos banheiros públicos localizados na Praça Rui Barbosa (Figura 80). Certa manhã, por volta das 07:45 horas, após fazer seu asseio matutino, parou em um estabelecimento que vendia lanches para tomar seu café da manhã (Figura 81). Provavelmente, Maria tinha algum dinheiro para comprar lanches, mas não observamos nenhum indicativo de trabalho ou renda.

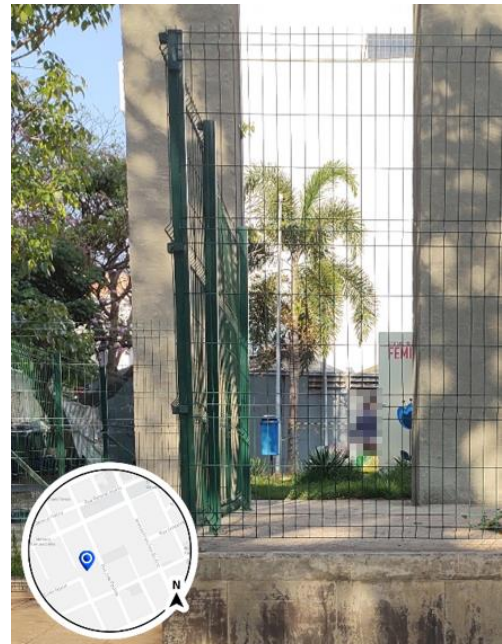


Figura 80: Maria fazendo o uso de banheiros públicos. **Data:** 24/09/21. **Horário:** 07:42h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.



Figura 81: Maria comendo seu café da manhã. **Data:** 24/09/21. **Horário:** 07:56h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Pelo horário que Maria desmontava seu abrigo e registro dela comprando seu próprio alimento, supomos que ela pudesse realizar alguma atividade de trabalho ou renda, mas não observamos nenhum indicativo. Maria foi vista por nós várias vezes nas redondezas das quadras próximas à Catedral.



Figura 82: Maria no Largo do Rosário. **Data:** 24/09/21. **Horário:** 08:04h. **Local:** Largo do Rosário. **Fonte:** Autora, 2021.

Um dos lugares que costumava estar, era o Largo do Rosário (Figura 82).

Maria, às vezes, frequentava o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Se direcionava ao Centro POP após fazer seu asseio pessoal pela manhã, no banheiro público da Praça Rui Barbosa. Ao chegar, entrava em uma fila para ser atendida e depois passava por uma recepção coberta por tendas de lona (Figura 83). Como havia bastante pessoas para serem atendidas, um funcionário falava em voz alta a ordem para pessoas que conheciam ou não o programa.

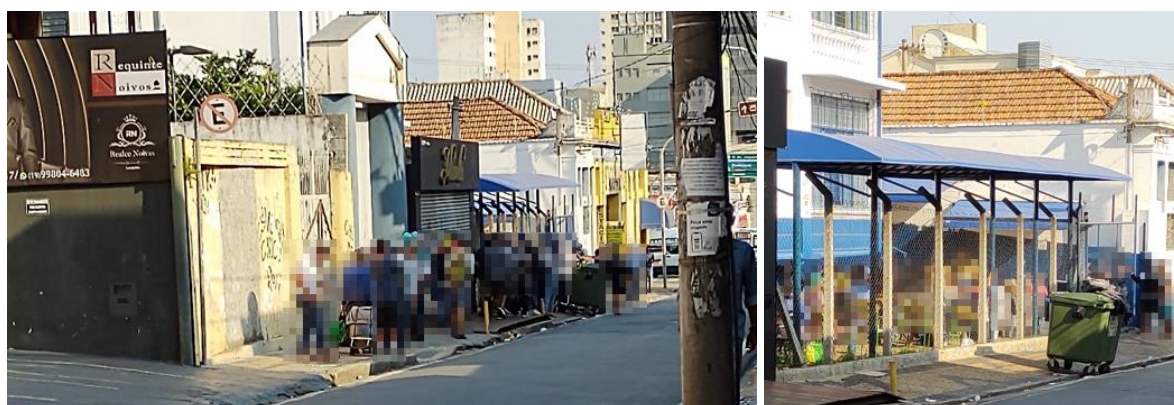


Figura 83: Maria no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). **Local:** Centro POP, na Rua José Paulino. **Data:** 06/10/21. **Horário:** entre 07:51h e 08:12h. **Local:** Centro POP, na Rua José Paulino. **Fonte:** Autora, 2021.

O Centro POP funciona durante a semana e era aberto para o público das 8:00 às 16:30 horas, com 50 vagas pela manhã e 50 vagas à tarde. Dispõe de recepção para atendimento inicial, salas administrativas, ambientes de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos, espaços para atividades coletivas, banheiros, copa/cozinha, refeitório,

lavanderia e espaço para secagem de roupas e armazenamento individualizado de pertences (CENTRO POP, n. d.). O objetivo do Centro POP é oferecer um serviço especializado para atender a população em situação de rua, em vista de informar e encaminhar estes sujeitos para postos de trabalho, cursos de capacitação profissional e educação de jovens e adultos e endereços de serviços de acolhimento (BRASIL, 2021c).

Provavelmente, Maria devia ter seu registro no Cadastro Único, que assegura o acesso ao Programa Bolsa Família⁹⁰, e demais benefícios que abordamos no Capítulo 1. Mesmo recebendo algum auxílio financeiro governamental, Maria vivia com poucos anteparos.

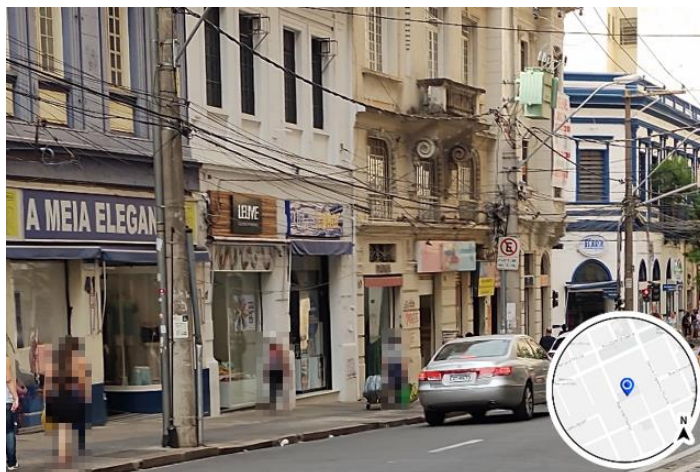


Figura 84: Maria descendo a Rua Conceição de acesso em frente à Catedral Metropolitana de Campinas. **Data:** 29/09/21. **Horário:** 14:49h. **Local:** Rua Conceição. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Percebemos, ao longo dos 40 dias de observação, que Maria não interagiu com outras pessoas

ao seu redor e, por vezes, parecia solitária. Certa tarde, por volta das 15:00 horas, Maria descia a Rua Conceição (Figura 84) e parou em uma quadra, próxima à esquina entre a Rua Barão de Jaguará e a Rua Dr. Quirino. Ela ficou em torno de uns 30 minutos, em baixo da sombra de uma árvore, e saiu em direção à Rua Barão de Jaguará, onde parou em um comércio e depois caminhou até o Largo do Rosário (Figura 85).

⁹⁰ De acordo com a Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, o Programa Bolsa Família foi revogado, sendo substituído pelo o Programa Auxílio Brasil. O benefício básico do Bolsa Família (Auxílio Brasil), passou de R\$ 89,00 para R\$ 100,00 (BRASIL, 2021a; BRASIL, 2021c; GOVERNO DO BRASIL, 2021b).



Figura 85: Maria sentada em um banco de praça comendo um lanche. **Local:** Largo do Rosário. **Data:** 29/09/21. **Horário:** 15:51h. **Local:** Largo do Rosário. **Fonte:** Autora, 2021.

Ao chegar ao Largo do Rosário, por volta das 16:00 horas, Maria se sentou em um dos bancos disponíveis, acomodou seus pertences e começou a comer algo que pareceu ser biscoito de polvilho (Figura 85). Depois que terminou de comer, se levantou para jogar o saco plástico de embalagem do lanche na lixeira mais próxima. Maria tornou a se sentar no banco e ficou boa parte do tempo por lá. Em outro dia, na boca da noite, momento em que as lojas fechavam, Maria estava sentada nas escadarias de acesso principal à Catedral. Ela comia uma refeição da marmita que ganhara de alguma ação não governamental (Figura 86).

A última vez que vimos Maria foi em uma manhã de domingo, por volta das 10:00 horas, no dia que o sujeito em situação de rua, não identificado, havia morrido (Figura 87). Nesta ocasião, Maria se direcionava ao pessoal que distribuía lanches na lateral da Catedral, na Rua Dr. Costa Aguiar (Figura 87). Estava com as mesmas roupas de quando a vimos pela primeira vez. Todas as ocasiões em que vimos Maria, estava sempre sozinha. Não observamos nenhum indicativo de interação interpessoal e/ou afetiva bem como manifestações culturais ou de lazer. Maria, aparentemente, não tinha enfermidades física ou transtornos psicossociais e provavelmente mantinha uma rotina.



Figura 86: Maria sentada nas escadarias de acesso principal à Catedral Metropolitana de Campinas, comendo uma marmita. **Data:** 07/10/21. **Horário:** 18:34h. **Local:** Catedral Metropolitana de Campinas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.



Figura 87: Maria na Praça José Bonifácio em direção à distribuição de lanches. **Local:** Praça José Bonifácio. **Data:** 12/10/21. **Horário:** 10:07h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

5.1.1 Sujeito 05: Antônio

Antônio dormia na Praça José Bonifácio, em baixo de uma marquise (Figura 88). O edifício, de uso habitacional, tinha o andar térreo desocupado onde, pelas marcas na parede do letreiro arrancado, funcionava uma padaria. O acesso aos apartamentos deste edifício é pela Avenida Francisco Glicério, o que evitava o contato direto entre moradores do prédio e pessoas em situação de rua. Estas condições favoreciam a apropriação deste local por Antônio e demais pessoas em situação semelhante.



Figura 88: Antônio dormindo em seu abrigo. **Data:** 29/10/21. **Horário:** 06:15h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Consideramos o abrigo de Antonio, que dispunha de marquise e piso pavimentado da Praça José Bonifácio, em estágio mínimo. A marquise, com aproximadamente 1 metro de largura, não era larga o suficiente para proteger as pessoas, que ali dormiam, de fortes chuvas e, dependendo do horário do dia, também não fazia sombra.

Antônio tinha alguns pertences que ficavam organizados no local que dormia; dispunha de cobertores, bolsas, sacos grandes de fibra plástica, garrafas de água, balde, vassoura, carrinho de carga e uma bandeira do Brasil (Figura 89 e Figura 90). Antônio, de sexo masculino, com aproximadamente entre 40 a 50 anos e de cor preta, vestia camisa sem mangas, *short*, usava boné e calçava um par de chinelos. Não trocava de roupa com frequência e tinha baixo nível de asseio.



Figura 89: Abrigo de Antônio e uma pessoa em situação de rua dormindo ao lado. **Data:** 29/09/21. **Horário:** 08:28h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.



Figura 90: Antônio mexendo em seus pertences. **Data:** 22/09/21. **Horário:** 14:50h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

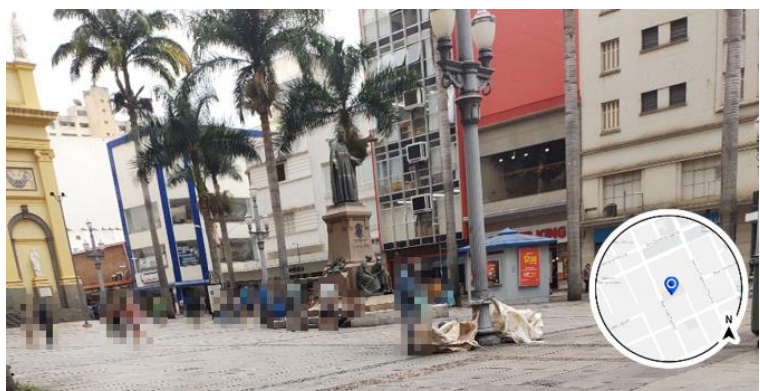


Figura 91: Antônio separando materiais recicláveis. **Data:** 15/09/21. **Horário:** 09:44h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Não observamos Antônio, ao trabalhar com materiais recicláveis, com equipamentos de proteção pessoal, somente um par de luvas sem dedos em suas mãos. Certa manhã, por volta das 10:45 horas, Antônio estava coletando resíduos sólidos e, diferentemente dos outros dias, usava uma camisa com mangas, *short*, um par de tênis e boné (Figura 91). Possivelmente, preferia usar chinelos à vez de tênis.

Sobre este indicativo de trabalho, a Figura 92, à esquerda, mostra a única vez que vimos Antônio fazer uma pausa de sua atividade de catador de resíduos sólidos para repousar. Era uma tarde, perto das 16:00 horas, e Antônio estava deitado embaixo de um beiral de quiosque tipo banca de jornal sobre um cobertor, apoiando sua cabeça em um galão de água. Talvez esta ocasião indicasse algum mal-estar físico que Antônio pudesse estar sentido ou simplesmente um momento de descanso. A mesma Figura 92, à direita, representa uma manhã, perto das 11:00 horas, quando Antônio desempenhava a atividade de catador de materiais recicláveis mesmo em meio à chuva. Neste dia, Antônio usava um chapéu de palha, incapaz de protegê-lo de forma eficiente.



Figura 92: À esquerda, Antônio descansando embaixo de um beiral de quiosque. **Data:** 29/09/21. **Horário:** 15:59h. À direita, Antônio desempenhando atividade de catador em meio à chuva. **Data:** 18/10/21. **Horário:** 11:08h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Ao encher os grandes sacos de fibra com os materiais recicláveis, Antônio recebia ajuda de alguns companheiros para terminar de organizar e transpô-los até o caminhão coletor (Figura 93). Esta transposição era realizada por meio de um carrinho de carga.



Figura 93: À esquerda, Antônio e catadores de recicláveis organizando resíduos sólidos. **Data:** 07/10/21. **Horário:** 18:21h. **Local:** Praça José Bonifácio. À direita, caminhão de carga de materiais recicláveis. **Data:** 13/10/21. **Horário:** 18:30h. **Local:** Rua Dr. Costa Aguiar. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração

Às vezes, Antônio foi visto fazendo breves pausas para comer algum lanche. A Figura 94 registra um desses momentos. Nesta Figura, à esquerda, Antônio come algumas rosquinhas e, na mesma Figura, à direita, ele toma um resto de refrigerante encontrado na lixeira que costuma vasculhar em busca de algum material reciclável. Ao desenvolver alguma atividade para receber algum dinheiro, talvez, Antônio não estivesse passando fome, mas sua atitude poderia ser justificada pelo estado de conservação do copo encontrado em meio ao lixo somado ao desejo de tomar um refrigerante. Este cenário revela uma das realidades comuns àqueles que estão em situação de rua. Muitos passam fome e possuem pouco ou nenhum recurso, levando-os a encontrar alimentos no lixo ou saciar sua vontade ao comer restos daquilo a que não têm acesso.



Figura 94: À esquerda, Antônio comendo um lanche. **Data:** 13/10/21. **Horário:** 10:15h. À direita, Antônio faz uma pausa para tomar um resto de refrigerante. **Data:** 22/09/21. **Horário:** 15:34h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Antônio também aproveitava a distribuição de alimentos por parte das ações de organizações não governamentais. Certa manhã, por voltas das 8:30 horas, vimos Antônio

recebendo um café da manhã por meio da ação Café com Jesus. A Figura 95, à esquerda, mostra Antônio a lavar suas mãos, com a água que reservara em um galão, para receber o alimento distribuído. Na mesma Figura, à direita, logo depois Antônio havia atravessado a Avenida Francisco Glicério para ir ao encontro das pessoas que entregavam pão com café.

Das interações interpessoais, era comum ver Antônio conversando com outras pessoas que desempenhavam a atividade de catador de materiais recicláveis e pessoas em situação

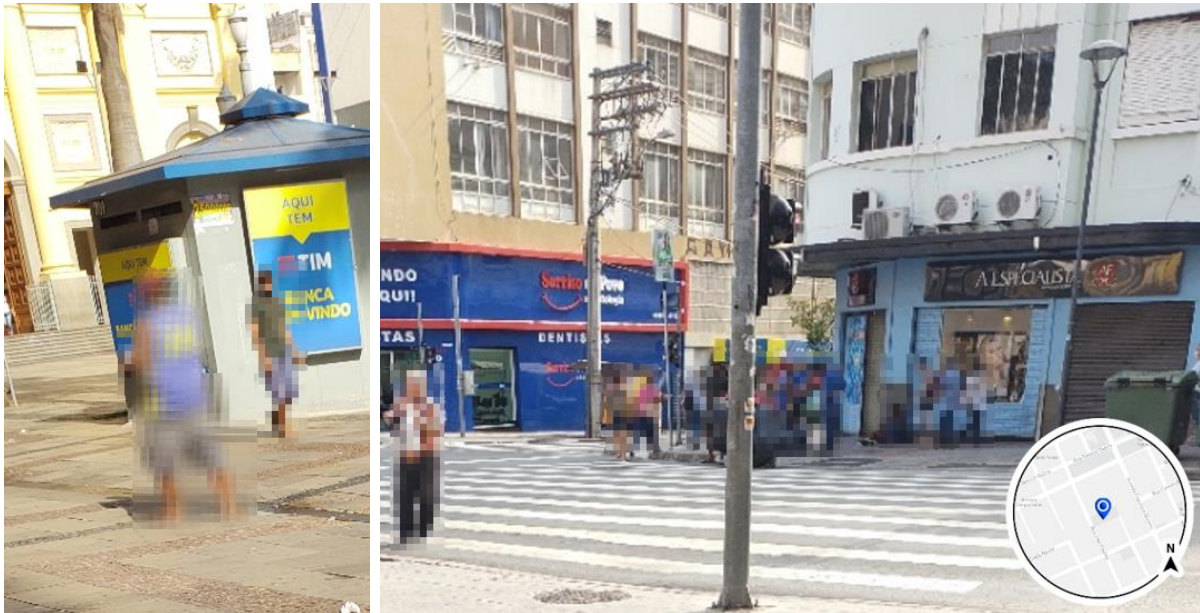


Figura 95: À esquerda, Antônio lavando as mãos. **Data:** 29/09/21. **Horário:** 08:35h. À direita, Antônio recebendo café da manhã. **Data:** 29/09/21. **Horário:** 08:36h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

de rua (Figura 96). Antônio parecia ser bastante conhecido, tanto na Praça José Bonifácio, seu local de apropriação, como na Praça Rui Barbosa e, em nenhum momento, vimos Antônio ter desavenças com outras pessoas. O local em que Antônio colocava os sacos para separação de materiais recicláveis poderia configurar uma atitude de demarcação de território, mas não impedia que outras pessoas vasculhassem as mesmas lixeiras às que Antônio o fazia e não era motivo de desentendimentos interpessoais.



Figura 96: À esquerda, Antônio interagindo com uma mulher catadora de materiais recicláveis. **Data:** 22/09/21. **Horário:** 14:53h. **Local:** Praça José Bonifácio. À direita, Antônio conversando com catadores de recicláveis. **Data:** 08/10/21. **Horário:** 10:32h. **Local:** Praça Rui Barbosa. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Sobre as relações afetivas, não observamos Antônio em nenhum relacionamento amoroso com outras pessoas, somente cuidando de um cachorro que não foi visto em outros dias (Figura 97). Sucedeu em uma tarde, por volta das 15:00 horas, onde Antônio fez uma pausa em sua atividade de catador para brincar com um cachorro que tinha coleira e depois deu água para o pequeno animal (Figura 97).



Figura 97: À esquerda, Antônio brincando com um cachorro. **Data:** 22/09/21. **Horário:** 14:53h. À direita, Antônio dando de beber para o cachorro. **Data:** 22/09/21. **Horário:** 15:10h. **Local:** Praça José Bonifácio. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Antônio, mesmo vivendo em meio à escassez, parecia alguém com boa disposição para enfrentar os desafios de seu cotidiano. Certa vez, ao organizar os materiais recicláveis recolhidos, Antônio começou a cantar um trecho da música que tocava em uma das lojas da Rua 13 de Maio. Neste breve momento, Antônio inspirava entusiasmo ao desempenhar sua atividade de catador. Antônio não apresentava nenhum indicativo de doença física ou transtorno psicossocial e, durante o período de observação em campo, continuou a exercer

atividades de catador de materiais recicláveis e interagindo amigavelmente com outras pessoas.

5.6 Tipologia de Transporte: entorno do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, Terminal Rodoviário Multimodal Ramos de Azevedo e área central da FEPASA — Sujeitos 06 e 07

O entorno do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, Terminal Rodoviário Multimodal Ramos de Azevedo e área central da FEPASA é compreendido pelas ruas Lidgerwood, Luiz Donizetti Rovaris, Dr. Pereira Lima, Dr. Mascarenhas e Dr. Ricardo (Figura 98). Mesmo esta área de observação sendo maior que os outros locais descritos, não observamos um grande número de pessoas em situação de rua. Ocasionalmente, havia uma quantidade aproximada de 30 pessoas em situação de rua de modo disperso.

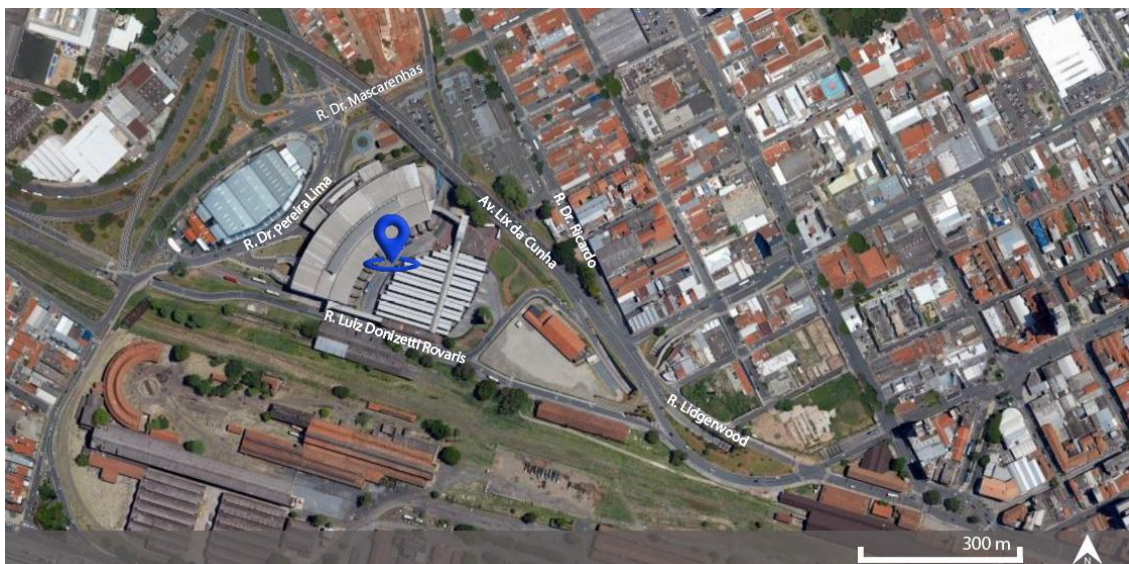


Figura 98: Foto aérea do entorno do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, Terminal Rodoviário Multimodal Ramos de Azevedo e área central da FEPASA. **Fonte:** Elaboração própria a partir de Google Earth, 2021.

As apropriações nesta área se davam de forma sedentária com tendência maior de nomadismo. Às vezes, mesmo em um abrigo de nível complexo, a apropriação era nômade. A Figura 99 ilustra uma ocasião de uma mulher com abrigo que consideramos de nível



Figura 99: Mulher em situação de rua dentro de uma barraca pedindo ajuda. **Data:** 27/08/21. **Horário:** 15:37h. **Local:** Calçada da FEPASA, Rua Luiz Donizetti Rovaris. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

complexo, vista uma única vez na parte da tarde, em torno das 16:00 horas. Esta mulher, com idade aproximada entre 40 a 50 anos, estava dentro de uma barraca pedindo ajuda aos passantes. Em outros casos, foi difícil identificar as pessoas em espaços que denominamos como de nível complexo, com indicação de apropriação sedentária. Como exemplaridade iremos apresentar os sujeitos 06 e 07 — que denominamos como Cida e José —, que dispunham de abrigo de nível complexo, mas só foram vistos duas vezes em seu abrigo. Neste caso, a ausência de Cida e José nos pareceu ser justificada pelo desempenho da atividade de catadores de materiais recicláveis.

Antes de nos debruçarmos sobre o caso de Cida e José, iremos abordar algumas características de apropriação do entorno do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, Terminal Rodoviário Multimodal Ramos de Azevedo e área central da FEPASA. Na Rua Luiz Donizetti



Figura 100: Grupo de pessoas em situação de rua dormindo na calçada da FEPASA. **Local:** Rua Luiz Donizetti Rovaris. **Data:** 23/09/21. **Horário:** 09:08h. **Local:** Rua Luiz Donizetti Rovaris. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Rovaris, ocasionalmente, víamos pessoas em situação de rua se apropriarem da calçada da FEPASA e dos galpões em desuso (Figura 100 e 101). A Figura 100 mostra um grupo de pessoas em situação de rua que dormiam em uma manhã, por voltas das 9:00 horas. Estas pessoas dispunham de poucos pertences, com alguns cobertores e utilizavam o piso pavimentado da calçada e sutil sombra projetada pelas árvores. A incidência solar durante todo o dia e as poucas sombras das árvores, da extensa e larga calçada da FEPASA, não eram capazes de abrigar com eficiência aqueles que buscavam algum repouso durante o dia.



Figura 101: À esquerda, mulher em situação de rua e, ao fundo, dois homens entrando nos antigos galpões da FEPASA. **Data:** 30/09/21. **Horário:** 12:10h. À direita, apropriação de pessoas em situação de rua nos antigos galpões da FEPASA. **Data:** 30/09/21. **Horário:** 13:33h. **Local:** Rua Luiz Donizetti Rovaris. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Observamos que, atrás do muro da FEPASA, além de haver vestígios de apropriação de pessoas de rua, como alguns cobertores e resíduos descartáveis espalhados pelo chão, eventualmente víamos algumas pessoas, de sexo masculino, pularem o muro, janelas ou entrarem pelas aberturas de portas das instalações da FEPASA (Figura 100, 101 e 102).



Figura 102: Rafael em situação de rua pulando o muro da FEPASA para pegar um cobertor. **Data:** 30/09/21. **Horário:** 11:20h. **Local:** Rua Luiz Donizetti Rovaris. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Mesmo as instalações da FEPASA dispo de uma estrutura degradada —mantendo telhado de fibrocimento, paredes em alvenaria, com aberturas de portas e janelas — e a atitude das pessoas ser de pura apropriação, esta condição de se abrigar foi considerada de nível complexo (Figura 100, 101 e 102). Dos homens que faziam uso deste abrigo como apropriação de um espaço público em desuso⁹¹ (Figura 101 e 102), um deles — a quem denominamos Rafael —, aparentava ter aproximadamente 40 anos e pedia ajuda para se alimentar, com baixo nível de asseio. Sua condição física demonstrava ter alguma

⁹¹ Consideramos, neste caso, a atitude de ocupação de uma propriedade pública sem uso como a defesa de um direito constitucional, a saber, a habitação, em coerência com o que expusemos no Capítulo 1 desta Pesquisa.

dependência química. Algumas vezes vimos Rafael pedindo ajuda para se alimentar e sempre estava sozinho. Observamos, também, que este abrigo era utilizado por homens que catavam resíduos sólidos.



Figura 103: Rafael pulando uma das janelas dos galpões da FEPASA. **Data:** 07/10/21. **Horário:** 16:42h. **Local:** Rua Luiz Donizetti Rovaris. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Do outro lado da rua, na calçada do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, também havia, de forma esporádica, a apropriação de pessoas em situação de rua. A Figura 104 ilustra, à esquerda e ao centro, um homem descalço dormindo e outros dois conversando enquanto repartem um lanche. Na mesma Figura 104, à direita, no entorno Terminal Rodoviário Multimodal Ramos de Azevedo, à Rua Dr. Mascarenhas, um homem em condições físicas precárias empurra seus pertences em um carrinho de supermercado. Este homem caminhava com a ajuda de uma muleta e seu par de chinelos estava cheios de reparos.



Figura 104: À esquerda, homem dormindo ao lado dos bancos de espera de ônibus. **Data:** 07/10/21. **Horário:** 09:17h. **Local:** Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira. Ao centro, duas pessoas em situação de rua sentadas dividindo um lanche. **Data:** 26/09/21. **Horário:** 10:00h. **Local:** Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira. À direita, homem em situação de rua carregando seus pertences em um carrinho de supermercado. **Data:** 23/09/21. **Horário:** 08:17h. **Local:** Rua Dr. Mascarenhas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

No entorno do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, à Rua Dr. Ricardo próximo a um dos acessos ao Terminal, também havia apropriação de pessoas em situação de rua (Figura 105, 106 e 107). Em um dos lados desta rua (Figura 105), a apropriação, que consideramos de nível mínimo, se caracterizava pelo piso sem pavimentação e sombra das

árvores. Neste local, percebemos uma presença maior de sujeitos em situação de rua de sexo masculino, em torno de 10 pessoas, de forma esporádica. Os pertences que havia neste local, pareciam pertencer a alguém que catava materiais recicláveis, dispendo de carrinho de carga, saco de fibra plástica e mesa improvisada com alguns utensílios domésticos. Este conjunto de objetos permaneceram neste espaço em torno de 15 dias (Figura 105).



Figura 105: À esquerda, espaço de apropriação por pessoas em situação de rua. **Data:** 12/09/21. **Horário:** 10:16h. À direita, pertences de alguma pessoa em situação de rua. **Data:** 05/09/21. **Horário:** 17:05h. **Local:** Rua Dr. Ricardo. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Ainda na Figura 105, ao fundo da imagem à esquerda, identificamos um terreno que abrigava pessoas em situação de rua. Esta área dispunha de divisas muradas voltadas para a Rua Dr. Ricardo, e seu acesso se dando pela divisa voltada para a Avenida Lix da Cunha. Não foi possível registrar o que acontecia nesta área pela dificuldade de observação à distância sem ser percebida como intromissão. A Figura 106 mostra outro local de apropriação próximo deste espaço, que proporcionava certa privacidade por meio dos galhos das árvores. Nesta mesma rua, Dr. Ricardo esquina com a Rua Barreto Leme, também



Figura 106: Local de apropriação de pessoa em situação de rua. **Data:** 26/09/21. **Horário:** 09:33h. **Local:** Rua Dr. Ricardo. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

havia apropriação de pessoas em situação de rua na calçada de acesso aos pontos de parada de ônibus. Era comum ver, nessa calçada, embaixo de uma pequena marquise, pessoas dormindo ou somente cobertores espalhados pelo chão. A Figura 107, na imagem à esquerda, mostra um leito em que aparentemente havia duas pessoas, uma delas coberta com um

cachorro ao lado e restos de comida. Na mesma Figura 107, ao fundo da imagem ao centro, uma pessoa diferentemente das outras que dormem somente com cobertores, dorme em cima de um colchão e dispõe de travesseiro e bolsa de viagem. Na imagem, à direita, os pertences não passam de cobertores e galão de água vazios (Figura 107).



Figura 107: À esquerda, pessoa em situação de rua totalmente coberta e um cachorro ao lado. **Data:** 24/09/21. **Horário:** 07:23h. Ao centro, apropriação de pessoas em situação de rua. **Data:** 30/09/21. **Horário:** 07:25h. À direita, pertences de pessoas em situação de rua. **Data:** 12/09/21. **Horário:** 10:17h. **Local:** Rua Dr. Ricardo. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Próximo ao acesso pela Rua Dr. Ricardo do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, observamos outro exemplo da prática de aporofobia, onde foram fixadas pedras no piso (Figura 108). Esta medida não impede o uso deste espaço somente por parte da população em situação de rua, mas nenhuma pessoa o consegue de forma minimamente confortável. Ao contrário da Catedral Metropolitana de Campinas, este anteparo estava no local desde o início da investigação em campo e assim permaneceu.

Próximos ao Terminal Rodoviário Multimodal Ramos de Azevedo, observamos duas apropriações nos baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha, na Rua Dr. Mascarenhas (Figura 109). Quase imperceptíveis, foram por nós considerados de nível complexo, da mesma forma que o caso de apropriação de edificações



Figura 108: Aparofobia em uma das entradas do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira. **Data:** 16/09/21. **Horário:** 07:39h. **Local:** Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

não em uso da FEPASA, pois estavam instalados no espaço interior de uma estrutura metálica treliçada dispondo, para sua apropriação, de pedaços de ripas em madeira, papelões e colchões. Pela adversidade de encontrarmos lugares estratégicos seguros e pelo receio de nossa intromissão, não foi possível observar quem fazia uso destes abrigos. De modo geral, houve certa dificuldade em acompanhar e registrar as apropriações que se davam atrás do muro e instalações da FEPASA, no terreno em parte murado na Rua Dr. Ricardo e nos baixos de Avenidas.



Figura 109: Abrigo nos baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha. **Local:** Rua Dr. Mascarenhas. **Data:** 14/10/21. **Horário:** 08:29h. **Local:** Rua Dr. Mascarenhas. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

No entorno do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, Terminal Rodoviário Multimodal Ramos de Azevedo e área central da FEPASA, não eram comuns apropriações de forma coletiva e as pessoas em situação de rua observadas costumavam estar sozinhas ou, em alguns casos, acompanhadas por alguém de sexo oposto. Só percebemos apropriação de forma coletiva nos abrigos da Rua Dr. Ricardo, onde pudemos observar indicativos de interação interpessoais e afetivas com animais.

Neste caso, as pessoas em situação de rua eram majoritariamente de sexo masculino e eventualmente víamos alguém pedir ajuda a quem passava. Estas pessoas não apresentavam ter enfermidades físicas e nem transtornos psicossociais. De forma regular, observamos, em toda a área, pessoas desempenhando atividades de catadores de materiais recicláveis. Percebemos, também, que os bebedouros e os banheiros públicos, do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira e Terminal Rodoviário Multimodal Ramos de Azevedo, eram utilizados por pessoas em situação de rua.

5.6.1 Sujeitos 06 e 07: Cida e José

O abrigo de Cida e José, localizado nos baixos do viaduto da avenida Lix da Cunha, foi confeccionado com uma divisória que poderia ser um pedaço de papelão ou de MDF, apoiado sob a estrutura da Avenida (Figura 110). Pela dificuldade de acesso, não pudemos nos aproximar para identificar com mais precisão os materiais utilizados, mas consideramos este abrigo em nível complexo pelas mesmas razões apontadas anteriormente, de apropriação de estruturas urbanas ou arquitetônicas. Os baixos da estrutura da Avenida formam uma espécie de caverna, com cavidade natural de profundidade suficiente para deixar o abrigo com baixa luminosidade.

Neste local, quase sempre durante o dia, havia um cachorro dormindo próximo ao abrigo de Cida e José, o que nos levou a supor que este animal poderia pertencer a Cida e José (Figura 111).

Cida aparentava ter aproximadamente entre 30 e 40 anos; vestia calça, blusa com mangas compridas, sapato fechado, usava máscara e



Figura 110: Abrigo de Cida e José. **Data:** 07/10/21. **Horário:** 11:33h. **Local:** Baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.



Figura 111: Cachorro dormindo próximo ao abrigo de Cida e José. **Data:** 23/09/21. **Horário:** 08:02h. **Local:** Baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

apresentava boas condições de asseio (Figura 112). Aparentemente demonstrava estar bem protegida para desempenhar a atividade de catadora de materiais recicláveis. Não observamos nenhuma aparência de doença física ou psicossocial por parte de Cida e, pela proximidade com José, supomos que os dois poderiam estar em um relacionamento amoroso (Figura 112).

José aparentava ter idade aproximada entre 40 a 50 anos; vestia calça, camisa de manga comprida, usava máscara e chapéu, calçava sapato fechado e, assim como Cida, apresentava estar asseado e demonstrava estar bem protegido para desempenhar a atividade de catador de materiais recicláveis. José andava se apoiando em uma bengala e sua mão e pulso direito estavam enfaixados. Isto nos levou a supor que José poderia ter alguma enfermidade física, deixando-o com mobilidade reduzida. José não aparentava ter nenhum transtorno psicossocial (Figura 113).

Cida e José carregavam, cada um, uma mochila e mesmo com vestimentas e acessórios que pareciam de certa forma protegê-los fisicamente, não dispunham de carrinho para realizar a coleta de materiais recicláveis em maiores quantidades. Se comparássemos Cida e José a outros catadores que dispõem de carrinhos de carga ou de supermercado e grandes sacos de fibra, esta breve amostragem deste casal, poderia indicar uma renda muito abaixo do necessário para sobreviver.

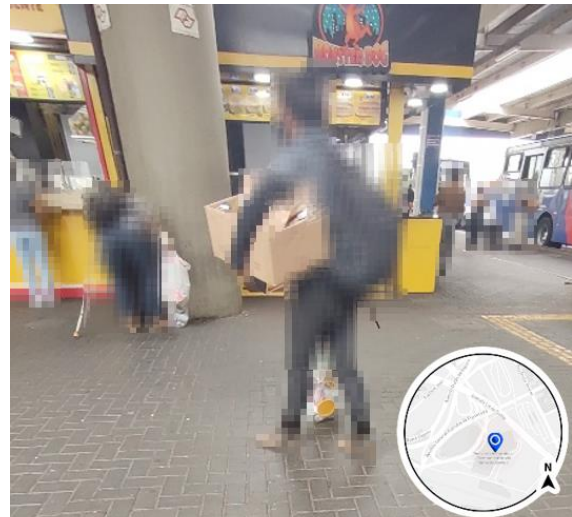


Figura 112: Cida carregando alguns resíduos sólidos e, ao fundo, do lado esquerdo, José vasculhando o lixo em busca de recicláveis. **Data:** 07/10/21. **Horário:** 11:37h. **Local:** Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

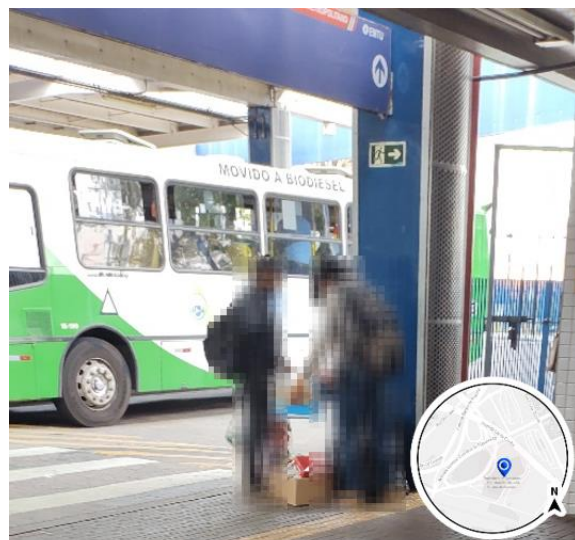


Figura 113: Cida e José separando resíduos sólidos. **Data:** 07/10/21. **Horário:** 11:54h. **Local:** Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

Das formas de alimentação, José foi avistado por nós, perto das 12:00 horas, comprando um lanche em um dos quiosques do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira e dividindo com Cida. Pelo horário, poderíamos dizer que este lanche não era suficiente para alimentar o casal, mas não sabemos se eles haviam feito alguma refeição antes disso.

Não observamos nenhum indicativo de cultura e lazer por parte de Cida e José e, desde a última vez que avistamos os dois no abrigo, após uma semana não vimos mais Cida e José e muito menos o seu abrigo nos baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha. O local estava vazio (Figura 114).



Figura 114: À direita, Cida e José saindo de seu abrigo. **Data:** 07/10/21. **Horário:** 11:27h. À esquerda, local de abrigo de Cida e José vazio. **Data:** 14/10/21. **Horário:** 09:02h. **Local:** Baixos do viaduto da Avenida Lix da Cunha. **Fonte:** Autora, 2021. **Fonte do Mapa:** Elaboração própria a partir de MAPBOX, 2021.

De todos os locais observados, as apropriações nas pré-existências dos espaços públicos, seja nos baixos de marquises, viadutos, calçadas ou sombra de alguma árvore, não pareciam dispor de pessoas em situação de rua que pudessem ter controle ou poder sobre as áreas ocupadas mediante a intervenção de terceiros, estando em condições precárias e à mercê de remoção.

O recolhimento de resíduos sólidos urbanos, além de caracterizar atividades que geram algum dinheiro, indicam a possibilidade de correspondência a materiais utilizados para confecção de abrigos. Mesmo de forma precária ou escassa, os abrigos confeccionados são uma das estratégias de proteção que pessoas em situação de rua constituem no meio urbano.

Por mais que os abrigos ou apropriações de espaço em estágio mínimo pudessem ser especialmente precários, cujos aparatos seriam de rápida desmontagem e montagem, em muitos casos indicavam uma apropriação sedentária. Percebemos que os abrigos mesmo de nível complexo nos baixos de viadutos, dispendo de estruturas em concreto armado e confeccionados com resíduos sólidos urbanos, podem indicar graus de permanência sedentária, mas não é uma condição determinante.

Foi recorrente ver pessoas em situação de rua transitarem entre seus locais de apropriação. Uma pessoa que foi observada por nós em baixos de viaduto, em outras ocasiões foi vista no entorno da Catedral Metropolitana de Campinas, no Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, dentre outros lugares. Este motivo nos leva a caracterizar esta pessoa com certo grau de nomadismo.

Ao observar os pertences que as pessoas em situação de rua dispunham, notou-se a evidente escassez. Certa vez, vimos Antônio, sujeito 05, sentar e colocar uma caneta em um estojo que dispunha em mãos. Ao abrir o estojo, ele mostrou ao seu colega as outras canetas que pareciam ser bem distintas das canetas comuns. Mesmo não observando pessoas em situação de rua mexerem nas coisas umas das outras, nesta pequena amostragem consideramos que as pessoas em situação de rua, que carregavam uma mochila, poderiam estar guardando seus pertences de maior importância ou valor, ao se ausentar de seus abrigos.

Sobre os indicativos de sexo e gênero, observamos que maior parte das pessoas em situação de rua eram de sexo masculino e havia, de forma expressiva, pessoas de gênero LGBTQIA+. A presença feminina foi mais significativa nos locais com maior número de pessoas em situação de rua e nas apropriações coletivas. De acordo com o I Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, estes indicativos refletem a vulnerabilidade de mulheres nestas condições, buscando refúgio em locais de maior fluxo de pessoas ou visibilidade (CUNHA, RODRIGUES, 2009). Dos indicativos de cor, grande parte das pessoas observadas eram de cor preta.

Assim como apontado pelo I Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, as pessoas sob esta condição, observadas nos locais escolhidos, também dispunham de faixa etária ativa para o trabalho. Das atividades que geram algum dinheiro, vimo-las

desempenharem a atividade de catadores de materiais recicláveis e venda de balas, em local próximo aos semáforos. Mesmo que maior parte dessas pessoas em situação de rua ficassem ociosas, não observamos, com frequência, estas pedirem auxílio aos transeuntes. Em momentos que a ajuda não aparecia ou era negada, presenciemos pessoas revirando as lixeiras em busca de alguma comida. Um cenário não só de escassez, mas de desesperança e agonia para saciar a fome.

Em Campinas, nos locais observados, não identificamos pessoas em situação de rua com aparentes transtornos psicossociais e, eventualmente, víamos estas pessoas com alguma enfermidade. Notamos que instalações públicas, seja uma torneira, bebedouros ou banheiros públicos, poderiam auxiliar as pessoas em situação de rua nos processos de higiene pessoal. Dispor de materiais de limpeza, também contribuiria para higiene das áreas de abrigo.

Sobre os indicativos de interação interpessoal, os locais de apropriação coletiva, por pessoas em situação de rua, eram mais dinâmicos, onde estas pessoas esprezavam e, de certa forma se divertiam, soltando boas gargalhadas. Mesmo nestes locais de apropriação coletiva, assim como Maria, sujeito 04, havia algumas pessoas em situação de rua que pareciam solitárias e não interagem com outros. Este cenário pode não favorecer quem costuma se isolar, ficando à mercê de suas próprias estratégias de sobrevivência.

Dos relacionamentos, sejam interpessoais ou afetivos, percebemos muita empatia e cuidado entre pessoas em situação de rua. No que diz respeito a animais, alguns dos cachorros dispunham de coleira, enquanto a pessoa, afeiçoada afetivamente ao animal, mal possuía a roupa do corpo. Em muitos casos, presenciemos momentos que poderíamos chamar de recreio entre pessoas em situação de rua e seu animalzinho.

Poderíamos dizer, também, que os momentos de interação interpessoal, em que pessoas em situação de rua se distraiam com conversas em grupo, possam ser indicativos de lazer, assim como os instantes que estas pessoas cantavam alguma música, acompanhando algum cantor de praça ou música de estabelecimentos comerciais. No entanto, as suposições elencadas neste capítulo partem de indicativos observados à distância, não sendo determinantes e entendemos que esta é uma pequena amostragem do que realmente acontece nos locais escolhidos no centro de Campinas. As pessoas em situação de rua dispõem

de uma trajetória de vida cheia de adversidades e estratégias de subsistência muito mais extensa do as que apresentamos.

Com respeito ao tratamento dispensado pelos transeuntes, embora não tenha sido alvo desta pesquisa, notou-se uma certa falta de familiaridade mediante olhares lançados em direção à população de rua, trazendo à baila questionamentos em relação à invisibilidade destas pessoas. Em alguns casos, os olhares eram de tristeza ou comoção e, por vezes, de repulsa por parte dos que ali passavam, parecendo evitar que se aproximassem e, ao revés, com respeito ao contingente de rua, demonstravam, ocasionalmente desaprovar o olhar de censura recebido. Lado outro, raramente os olhares se materializaram em ajuda, gentileza ou uma simples conversa.

A investigação observacional em campo possibilitou, mais do que um escopo conclusivo, a confirmação de que a aproximação entre pesquisador e sujeito do estudo de caso seja imprescindível para o entendimento das reais circunstâncias que possam ser verificadas. Entende-se, a partir deste ensaio sobre pequena amostragem, que metodologias de etnografia urbana possam conduzir a trabalhos subsequentes que, por sua vez, constituam interpretações aprofundadas para princípios que venham a inspirar ações e programas efetiváveis, bem como a crítica entre o *status quo* e a institucionalidade.

Considerações Finais

Este estudo se organizou a partir do entendimento dos principais marcos legais, das conclusões de censos setoriais e de organizações da sociedade civil com respeito à questão da população em situação de rua. Tendo como objetivo a aproximação ao caso do centro de Campinas, procedeu-se à análise crítica do Plano de Desenvolvimento Urbano integrado e do Plano Diretor da cidade, para a compreensão de modelos de desenvolvimento em pauta e da configuração entendida legalmente como centro.

Para o enfrentamento do estudo de caso, delimitamos um perímetro central e elegemos determinadas tipologias urbanas como propícias à apropriação pela população em situação de rua, de acordo com as tendências evidenciadas pelos censos realizados concernentes, a saber, concentração em áreas centrais e eixos de mobilidade. Foram também pré-determinados temas de investigação para a pesquisa *in loco*, a saber: condições espaciais e materiais das apropriações e dos abrigos; características dos sujeitos com respeito a gênero, faixa etária, cor, indicativos de trabalho ou renda, forma de alimentação e higiene pessoal, estado de saúde aparente, interações interpessoais ou relações afetivas, indicativos de atividades culturais ou de lazer e de organização, embora consideramos como cerne deste estudo as questões propriamente materiais dos abrigos e o comportamento observado dos sujeitos investigados.

Como conclusões, salientamos a ambiguidade entre o avanço do estatuto legal e institucional e a permanência de contingentes expressivos de pessoas em situação de rua nos espaços públicos da cidade — o que foi possível verificar, a partir dos problemas de fome, pobreza e saúde crescentes e expandidos territorialmente, inclusive por ocasião da pandemia de Covid-19.

Ao observar as áreas de uso comum no meio urbano, não foi difícil identificar pessoas que passavam a maior parte do tempo no mesmo local e caracterizá-las como sujeitos em situação de rua em circunstâncias paupérrimas. Apropriação de praças, calçadas e espaços sub viadutos, bem como mobiliários urbanos compartilhados entre a população de rua e transeuntes, materiais reaproveitados usados como anteparo de abrigo ou sendo recolhidos para reciclagem, redes de atendimento assistencial, indícios de interação afetiva, são alguns

dos exemplos de estratégias de sobrevivência observadas no espaço público. Dentre estas formas percebemos a diversidade de significados que poderiam surgir ao descrever o cotidiano e caracterizar as ações de pessoas em situação de rua, bem como os limites de interpretação destas circunstâncias.

Um dos desafios do trabalho de campo para observação à distância se deu em reconhecer graus de permanência nas áreas de apropriação e os expedientes utilizados. É notável tanto a apropriação mais simples e direta de lugares públicos, como edificações sem uso e espaços adaptados, incluindo rudimentos de organização construtiva que servem como abrigo. Quanto ao comportamento, atitudes que poderiam corresponder a atividades de alimentação, práticas de higiene, interação pessoal e afetiva, momentos de lazer ou cultura foram observadas como um rudimento de vida cotidiana, sem ênfase ou aprofundamento mais abrangente, apenas como indicadores preliminares.

Identificar lugares, pessoas e seus afazeres — como um ensaio etnográfico preliminar — fez vislumbrar a possibilidade de contato para um primeiro ensaio interpretativo e, por decorrência, não houve como não ter despertado sentimentos ao entrar em proximidade com o fenômeno de pessoas em situação de rua — angústia reiterada em enxergar de frente a miséria; surpresa ao perceber novos espaços de apropriação em locais já visitados e pelos recursos e expedientes utilizados de várias formas para sobreviver; e constatar que muitas destas pessoas em situação de rua apresentam interação interpessoal amigável e afetiva em sua luta pela sobrevivência diária, a despeito da contradição entre a legislação e seus instrumentos e as circunstâncias reais encontradas.

A análise destes aspectos, na pequena amostragem elegida, possibilitou nos diferenciar de alguns estigmas que margeiam este contingente de pessoas perante realidade observada. Como exemplo, mencionamos a indiferença e tentativa de invisibilização ou o olhar preconceituoso, sendo o resultado de crenças de que estas pessoas possam ser perigosas, agressoras, desocupadas, preguiçosas, imundas, dentre outros, a despeito de evidências de vida urbana do contingente de rua, estabelecida como um fato concreto na cidade, no entanto precário.

Como poderia esta população ser invisível, sendo assegurada por um arcabouço de pactos legais, contabilizada, em certa medida, por meio de censos municipais do Cadastro

Único e visível principalmente em grandes centros urbanos? Se os indicadores possibilitam a visibilidade desta população e a identificação da desigualdade social de forma mais precisa no país, ainda persiste a regularização do censo nacional voltado para a população em situação de rua. A necessidade e, em muitos casos, a carência de dados dificulta a existência de políticas, projetos, programas, e ações mais efetivos. As conquistas de marcos legais em nível federal, estadual e municipal, não são suficientes para mitigar a pobreza, segregação e exclusão, uma vez que, o número deste contingente tem aumentado. Tanto estas políticas, os dados do censo, como o estudo de campo, revelam a diferença entre viver e sobreviver, bem como o descumprimento de direitos fundamentais.

As adversidades de subsistência enfrentadas por meio do trabalho informal, discriminação ao usufruir e entrar em locais públicos, espaço coletivo utilizado para realização de higiene pessoal, alimentação débil e insuficiente, baixa escolaridade, desavenças familiares, uso de entorpecentes, vivência em locais insalubres, tempo de permanência nas rua que dificulta sua saída e induz sua permanência, nos leva a questionar se neste cenário o dever estatal é refletido como um caráter jurídico meramente simbólico ou paliativo. O acesso à educação, alimentação, saúde, trabalho, transporte, moradia, lazer, segurança, previdência social, dentre outros direitos, parecem bem distantes para uma pessoa em situação de rua. Mesmo a moradia não sendo o único infortúnio determinante da situação de rua, sua falta pode indicar a origem e permanência destas pessoas sob esta condição. O projeto *Housing First*, apresentado como uma proposta eficiente, poderia ser uma analogia a projetos capazes de conduzir pessoas em situação de rua em direção a uma vida digna, bem como ratificar o direito à moradia, porém contempla a ênfase na posse ou propriedade, não abarcando modelos de convivência coletivizados.

As instituições e organizações da sociedade civil investigadas e, em pequena escala, observadas atuando ao redor da Catedral Metropolitana de Campinas, são agentes que buscam constantemente atender a situações emergenciais, com ações paliativas e assistenciais, bem como a procura de autonomia de pessoas em situação de rua e superação desta circunstância. Na maioria dos casos, mesmo que estas ações sejam regidas por doutrinas religiosas ou tenham como pressuposto ações evangelizadoras, essas entidades desenvolvem programas como resposta à situação de rua.

Dentre as organizações que buscam respostas à crise humanitária encontrada nas ruas, o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) e o jornal O Trecheiro são exemplos significativos para denúncia, reivindicação de direitos, luta pela efetivação das políticas públicas e divulgação de qualidades próprias do fenômeno em situação de rua. As matérias publicadas n'O Trecheiro denunciam experiências de exclusão e violência acometidas às pessoas em situação de rua, permitem a documentação visual, escrita e auditiva referente aos dados de caráter biográfico sobre histórias desta população, bem como sua organização e registro de lutas — uma ferramenta considerável para comunicação e divulgação de experiências de vidas e inclusão sociopolítica de pessoas em situação de rua no meio urbano.

A cidade de Campinas, preconizada pela legislação de planejamento urbano para ser uma cidade inclusiva, acessível e inovadora, apresenta uma vulnerabilidade socioterritorial significativa de pessoas em situação de rua. Mesmo em meio a dados que refletem a relevância desta cidade, tanto em número populacional, como de riqueza, estes aspectos não minimizam as disparidades dos padrões de vida no território de Campinas. No estudo de campo, ao procurar um olhar atento, observamos um cenário de precariedade e, ao mesmo tempo, impressionante mediante as diversas formas de subsistência de pessoas em situação de rua. Ao andar pelos locais escolhidos para observar aqueles que muitas das vezes são considerados invisíveis, foi possível confirmar a concentração desse fenômeno no centro de Campinas e nos lugares das tipologias pré-preestabelecidas. O fato de observar não isoladamente as pessoas em situação de rua, mas o que se passava no seu cotidiano no ambiente público, constituiu uma pequena amostra de aproximação ao fenômeno, baseada em características de apropriação espacial, de abrigos e de sujeitos. A sistematização dos dados e sua análise realizadas nesta Pesquisa constituíram um primeiro panorama entre o que se preconiza legalmente para a população em situação de rua, o campo de observação, e a condição real dos sujeitos estudados.

A descrição dos casos e possíveis conjecturas elencadas não são capazes de interpretar a situação de rua como um todo. Expor cada situação de rua, sob uma perspectiva de observação à distância, resulta em amostragens de aproximação em pequena escala. Diante das contradições entre arcabouço legal e sua impotência perante a incapacidade de superar as necessidades da população em situação de rua, conforme as circunstâncias reais

observadas em alguns locais do centro de Campinas, é notável a permanência de contingentes da própria população em situação de rua em resolver seus meios de subsistência. A construção de uma primeira investigação e análise crítica considerou que, justamente a aproximação a estas condições extremas de adversidade, as quais, contudo apontam para uma resistência significativa, configurou uma metodologia indicativa de possibilidades de interação e aprendizado comum, por termos o que aprender a partir das pessoas e seu mundo contingente, o que é escopo central no campo da arquitetura e do urbanismo.

Este estudo, mediante um panorama, intenta contribuir para diretrizes aplicáveis a trabalhos acadêmicos concernentes e engajados ao tema, ações comunitárias e políticas públicas, partindo do pressuposto que as intervenções realizadas perante o problema da população em situação de rua têm sido insuficientes e que a direta relação com os sujeitos é condicionante fundamental.

Bibliografia

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Aporofobia**. Rio de Janeiro, RJ, c2021. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/aporofobia>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

AGEMCAMP. **O Índice de Gini na RMC - Censo 2010**. Observatório Metropolitano, Indicadores da RMC, 2010. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/observatorio/index.php?option=com_content&view=article&id=219%3Ao-indice-de-gini-na-rmc-censo-2010&catid=2%3Anoticias&Itemid=8>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ALBUQUERQUE, Tatiana Sanson. Geografia da população em situação de rua: mudanças na distribuição espacial na cidade de São Paulo nos anos 2009 - 2014. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo, SP. **Anais eletrônicos**. São Paulo: FAUUSP, 2017. p. 1-18. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessesoes_Tematicas/ST%208/ST%208.5/ST%208.5-05.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ALENCAR, Girleno. Fundação João Pinheiro faz o censo dos moradores de rua. **Gazeta Norte Mineira**, 06 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://gazanortemineira.com.br/noticias/cidade/fundacao-joao-pinheiro-faz-o-censo-dos-moradores-de-rua>>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

ANDREOU, Alex. Anti-homeless spikes: 'Sleeping rough opened my eyes to the city's barbed cruelty'. **The Guardian**, 18 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2015/feb/18/defensive-architecture-keeps-poverty-undeen-and-makes-us-more-hostile?CMP=fb_gu&utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br>. Acesso em 04 nov. 2021.

ASN. Agência Social de Notícias. **População em situação de rua de Campinas tem debate com candidatos à Prefeitura**. [s. l.], 2016. Disponível em: <<https://agenciasn.com.br/arquivos/tag/movimento-nacional-da-populacao-de-rua-mnpr-polo-campinas>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

ASSUNÇÃO, Clara. Padre Júlio Lancellotti: 'Que todos tenham sua dignidade respeitada'. São Paulo: **RBA** – Rede Brasil Atual, 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/02/padre-julio-lancellotti-pedras-moradia-povo-de-ru/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ATLASBR. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Perfil: município de Campinas. Atlas Brasil**, 2010. Disponível em: <<https://atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350950>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BARROS, Joana da Silva. **Moradores de rua – pobreza e trabalho**: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. São Paulo, 2004. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BETIM, Felipe. Padre Julio Lancellotti: "Não se humaniza a vida numa sociedade como a nossa sem conflito". São Paulo: **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-20/padre-julio-lancellotti-nao-se-humaniza-a-vida-numa-sociedade-como-a-nossa-sem-conflito.html>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRAGA, Danilo. Abandono, sujeira e ratos são problemas no Convivência. Campinas: **CBN Campinas**, 2020. Disponível em: <<https://portalcbncampinas.com.br/2020/01/abandono-sujeira-e-ratos-sao-problemas-do-centro-de-convivencia-de-campinas/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Rio de Janeiro, RJ, 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**: Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

_____. Presidência da República. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, 26 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

_____. Governo Federal. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação De Rua**. Brasília, maio de 2008. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

_____. Ministério Das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009b. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONAL_DEHABITAO.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, MDS: 2009c. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistencias/>>. Acesso em: 23 de junho de 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 6 de julho de 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

_____. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012**. Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF, 15 de agosto de 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7788.htm#art15>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. Diário Oficial da União. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. Brasília, 12 de dezembro de 2012b. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. Brasília, DF, 20 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_595_12dez_18_2013_elecao_dos_beneficiarios_pmcmv.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Portaria nº 693, de 25 de novembro de 2014**. Estabelece regras e critérios de execução e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Pronatec Direitos Humanos. Brasília, DF, ABMES, 25 de novembro de 2014a. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Port-SDH-693-2014-11-25.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/static/tipificacao-nacional-de-servico-socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, 12 de janeiro de 2015; 194º da Independência e 127º da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.714, de 24 de agosto de 2018**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e para assegurar o acesso das famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à

saúde. Brasília, 24 de agosto de 2018a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13714.htm#art1>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. Diário Oficial da União. Ministério do Desenvolvimento Social. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.227, de 6 de junho de 2018**. Dispõe sobre os princípios para as ações de avaliação realizadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e cria o selo de qualidade técnica da SAGI. Brasília, 6 de junho de 2018b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19624240/do1-2018-06-07-portaria-n-2-227-de-6-de-junho-de-2018-19624161>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. República Federativa do Brasil. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de Avaliação da Execução de Programa de Governo Nº 79: Apoio à Formação Profissional, Científica E Tecnológica**. Brasília, março, 2018c. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/11342.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **É possível *housing first* no Brasil?** Experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil. Brasília: MMFDH, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/DHUM0117_21x26cm_WEB4Pg.Separadas.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, 20 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10357.htm#art6>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília, 29 dez. 2021a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021.

_____. Governo Federal reajusta as faixas de extrema pobreza e de pobreza e aumenta o valor dos benefícios assistenciais pagos a essas famílias. **Governo do Brasil**, 06 nov. 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

_____. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília, 2011c. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em 04 nov. 2021.

BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua: nômades excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CAFÉ COM JESUS. **Morador de rua não é lixo, não é bicho, é ser humano**. Facebook: Projetocafecomjesus. Campinas, 22 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1015634145960626&set=a.449973015860078>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

CAMP. **Mapeamento da População em Situação de Rua:** Região Metropolitana de Porto Alegre. Projeto EcoSol PopRua. Porto Alegre, CAMP – Escola de Cidadania, outubro de 2017. Disponível em: <<http://camp.org.br/files/2017/12/Mapeamento-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-FINAL.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal De Campinas. **Plano Municipal da Assistência Social PMAS 2018 - 2021.** PMAS, s. d. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/assistencia-social-seguranca-alimentar/pmas_18_21.pdf>. Acesso em 17 jun. 2020.

_____. **Lei Complementar nº 189 de 8 de janeiro de 2018.** Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de Campinas. Campinas: Diário Oficial, 09 de janeiro de 2018a. Disponível em: <http://suplementos.campinas.sp.gov.br/admin/download/suplemento_2018-01-09_cod473_1.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018. Dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo no município de Campinas. 2018b. <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-complementar/2018/21/208/lei-complementar-n-208-2018-dispoe-sobre-parcelamento-ocupacao-e-uso-do-solo-no-municipio-de-campinas>

_____. Prefeitura Municipal De Campinas. **Prefeitura divulga contagem de 2019 da população em situação de rua.** Notícias, 20 fev. 2020. <<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38166>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

_____. SEPLURB. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Planejamento e Urbanismo. DUOS – Departamento de Uso e Ocupação do Solo. **Zoneamento de Campinas.** Campinas, c2021. Disponível em: <<https://zoneamento.campinas.sp.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CARITAS. **Quem somos nós:** No terreno ao redor do mundo. [s. l.: s. n., s. d.]. Disponível em: <<https://www.caritas.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Organismo da CBBB.** Áreas de atuação. Brasília, [s. n.], 2021. Disponível em: <<https://caritas.org.br/area-de-atuacao>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Projeto Kalunga:** água é vida. Brasília, [s. n.], 2019. Disponível em: <<https://caritas.org.br/projeto/5>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE CAMPINAS. **Paulo Freire e Cáritas Campinas – A Prática Transformadora.** Campinas, SP, 2021a. Facebook: caritararquidiocesecampinas. Disponível em: <<https://www.facebook.com/caritararquidiocesecampinas/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. Transformando vidas com protagonismo. Campinas, 29 de outubro de 2021b. Facebook: caritararquidiocesecampinas. Disponível: <<https://www.facebook.com/caritararquidiocesecampinas/photos/a.553013948122480/4412102052213631/>>. Acesso: 29 jul. 2021.

CÁRITAS CAMPINAS. QUEM SOMOS E NOSSA HISTÓRIA. s.d. <http://caritascampinas.org.br/nossa-historia/>

_____. **Minicurso – Controle de Acesso.** Campinas, 5 jun. 2020a. Disponível em: <<http://caritascampinas.org.br/minicurso-de-controle-de-acesso/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Formação em educação social junto à população de rua e os cuidados com a saúde.** Campinas, 17 set. 2020b. Disponível em: <<http://caritascampinas.org.br/formacao-em-educacao-social-junto-a-populacao-de-rua-e-os-cuidados-com-a-saude/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Grupo de Caminhada:** Uma estratégia de cuidado com o corpo e a mente. Campinas, 22 set. 2020c. Disponível em: <<http://caritascampinas.org.br/grupo-de-caminhada-uma-estrategia-de-cuidado-com-o-corpo-e-a-mente/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Política de redução de danos no uso de drogas.** Campinas, 24 set 2020d. Disponível em: <<http://caritascampinas.org.br/politica-de-reducao-de-danos-no-uso-de-drogas/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Saúde Mental:** A diversidade humana como matéria prima. Campinas, 26 set. 2020e. Disponível em: <<http://caritascampinas.org.br/saude-mental-a-diversidade-humana-como-materia-prima/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Paulo Freire e a metodologia da Cáritas.** Campinas, 30 set. 2020f. Disponível em: <<http://caritascampinas.org.br/paulo-freire-e-a-metodologia-da-caritas/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Evento online para jovens economistas e empresários promove “Economia de Francisco”, mais justa e inclusiva.** Campinas, 16 nov. 2020g. Disponível em: <<http://caritascampinas.org.br/a-economia-segundo-o-papa-a-proposta-que-desafia-o-futuro/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

Centro POP. **Centro POP em Campinas – SP.** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Campinas, s. d. Disponível em: <<https://centropop.site/centro-pop-em-campinas-sp/>>. Acesso em 04 nov. 2021.

CHAGAS, Carolina dos Santos. **O centro de Campinas à espera:** discursos, impasses e desafios. 2020. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1394>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CNBB. Igreja Católica Apostólica Romana. **Institucionais:** sobre a CNBB. Imprensa CNBB, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/cnbb/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CORTIZO, Roberta. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Série WWP Relatos de Uso de M&A. A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. **World Without Poverty**, 2015. Disponível em: <https://wpp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP-_PORT.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único:** População em situação de rua. Assistência Social, 2019. Disponível em: <<http://desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/assistencia-social/servicos-e-programas-1/cadastro-unico-2013-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

CUNDA, Mateus Freitas; SILVA, Rosane Neves. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia & Sociedade**. 2020, v. 32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

CUNHA, Júnia Valéria Queiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). **Rua:** aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Retirado de Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua.** São Paulo, 2007, 241 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em:

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140625/pt-br.php>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ECOSOLCAMPINAS. **Economia Solidária na Região de Campinas**. [s. l.], 26 de setembro de 2010. Disponível em: <<https://ecosolcampinas.wordpress.com/tag/uerj/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano AS. **Institucional**: sobre a empresa. São Paulo, Governo do Estado, 2019. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/Institucional/Detalhe/A-empresa>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Morar na rua**: realidade urbana e problema público no Brasil. Cadernos MetrÓpole [online]. 2019, v. 21, n. 46, pp. 975-1004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4613>>. Acesso em: 23 set. 2020.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Globalização e urbanização subdesenvolvida**. São Paulo, Perspec. 2000, vol.14, n.4, pp.10-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8839200000400003&script=sci_abstract>. Acesso em: 05 abr. 2020.

FOLHA DE PERNAMBUCO. População de rua cresce no Recife: segundo o Ministério Público, são mais de três mil desabrigados morando nas vias do Recife. **Folha de Pernambuco**, 21 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/NOTICIAS/2190-POPULACAO-RUA-CRESCE-RECIFE/24985/>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FORTE, Joannes Paulus Silva; GONÇALVES, Alícia Ferreira. A Cáritas Brasileira e a Economia Popular Solidária: o Agente de Cáritas e a Caridade Libertadora. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1506-1524, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271294717_A_Caritas_brasileira_e_a_Economia_Popular_Solidaria_O_Agente_de_Caritas_e_a_Caridade_Libertadora_Brazilian_Caritas_and_the_Popular_Solidarity_Economy_The_Agent_of_Caritas_and_the_Charity_Liberating_-_>. Acesso em: 23 jul. 2021.

G1 CAMPINAS E REGIÃO. Catedral de Campinas remove espetos de escada após post de padre sobre 'aporofobia'. **G1 Campinas e Região**, 15 de dez. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/12/13/catedral-de-campinas-anuncia-retirada-de-espetos-em-escadaria-apos-post-de-padre-que-denuncia-aporofobia.ghtml>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

GASPAR GARCIA. **Nossas Ações**. São Paulo, [s. d.]. Disponível em: <<http://gaspargarcia.org.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

IBGE. **Censo 2010**: População do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, 2010a. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>>. Acesso em: 10 de junho de 2020

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, 2010b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/pesquisa/37/30255>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

_____. **IBGE Cidades**. v4.6.13. c2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>>. Acesso em: 08 set. 2020.

_____. **Cidades e Estados**. c2021. Disponível: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>>. Acesso em: 08 set. 2022.

IMPrensa CNBB. Sobre a CNBB. [s. l.]: **CNBB – Igreja Católica Apostólica Romana**, 2020c. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/cnbb/>>. Acesso em: 23 maio 2021.

INVESTSP. Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade. **Por que SP: economia diversificada**. São Paulo, Investe SP, [s. d.]. Disponível em: <<https://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/economia-diversificada/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IVS Atlas da vulnerabilidade social**. Versão 4.2.4.2, 2010. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O ATLAS**. Versão 2.4.4, c2020. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

KRÜGER, Willian Maciel; ANTONI, Clarissa De; BALDISSERA, Mateus Augusto Pellens. Situação de rua e abordagem social: desafios operacionais ao SUAS. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, RS, v. 11, n. 1, p. 27-44, jan. 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/105153>>. Acesso em: 16 set. 2021. doi:<https://doi.org/10.22456/2238-152X.105153>.

LIMA, Osnila (org.). **Fortalecimento da economia popular solidária no Brasil**. Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2020. Disponível em: <<http://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/September2020/ff1dw3a6gdEW8XkyaC9Y.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

LOEBCAPOTE. Projeto Oficina Boraceia: edifício para moradores de rua na região central de São Paulo. São Paulo: **LoebCapote arquitetura e urbanismo**, 2003. Disponível em: <<http://www.loebcapote.com/projetos/19>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

LUCENA, W.L. Território de exclusão: a distribuição espacial da população de rua do centro de Patos/PB. **Cadernos do Logepa**, v. 8, n. 1-2, p. 103-126, jan./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/logepa/article/view/12704>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MAPBOX. **Mapas e localização para desenvolvedores**. Dados de localização precisos e ferramentas de desenvolvedor poderosas para mudar a maneira como navegamos pelo mundo. [S. l.], c2021. Disponível em: <<https://www.mapbox.com/>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MARCONSIN, Adauto Fernandes. Política pública de geração de trabalho e renda no município de Campinas – a formação de cooperativas de reciclagem. **Revista Intellectus**, Jaguariúna, SP, ano VIII, nº. 20, p. 7-25, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/20.207.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MATOS, E. A. O Programa "Aliança Para O Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: **Simposio Internacional Processo Civilizador**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359-367. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais11/artigos/38%20-%20Matos.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MELITO, Leandro. População de rua deve ficar fora do Censo 2020: IBGE diz que assunto está em estudo, mas ainda sem previsão. Brasília: **Agência Brasil**, 20 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

MINAS GERAIS. Diário do Executivo. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 5.399, de 12 de dezembro de 1969**. Autoriza instituição de Fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social. Belo Horizonte, 12 de dezembro de 1969. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-5399-1969-minas-gerais-autoriza-instituicao-de-fundacao-destinada-a-pesquisa-aplicada-nos-campos-da-economia-da-administracao-e-da-tecnologia-basica-e-social>>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

MNPR. Movimento Nacional População de Rua. **Conhecer para lutar**: cartilha para formação política. [s. l.], 2010. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MNPR CAMPINAS. **Movimento Nacional População de Rua Polo Campinas-Sp**. Campinas, SP, 2021. Facebook: mnprcampinas. Disponível em: <https://www.facebook.com/mnprcampinas/?ref=page_internal>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MORAES, Isabela; CHAGAS, Inara; GARCIA, Larissa. Ministérios do Governo Bolsonaro: saiba o que mudou! S. l.: **Politize**, 18 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ministerios-do-governo-federal-2/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. **Transformando Nosso Mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2021.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. IPEA: Brasília, outubro de 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

NERY, Carmen. **Campinas, Florianópolis e Vitória são as novas metrópoles brasileiras**. Agência IBGE Notícias, 18 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28043-campinas-florianopolis-e-vitoria-sao-as-novas-metropoles-brasileiras>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

NUNES, Mônica. Lavanderias, pias e banheiros são instalados para atender pessoas em situação de rua durante a pandemia, em São Paulo e Salvador. **Conexão Planeta**, 30 de abril de 2020. Disponível em: <<https://conexaoplaneta.com.br/blog/lavanderias-pias-e-banheiros-sao-instalados-para-atender-pessoas-em-situacao-de-rua-durante-a-pandemia-em-sao-paulo-e-salvador/>>.

OAF. Organização Auxílio Fraternal. Sobre nós. São Paulo, **OAF**, 2020. Disponível em: <<https://oaf.org.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

OIBESCOOP. **CRCA – Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo**. [s. l.], 28 maio 2009. Disponível em: <https://www.oibescoop.org/organismos_integr/crca-centro-de-referencia-em-cooperativismo-e-associativismo/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

O TRECHEIRO. Um centro de comunicação, para que? O Trecheiro, São Paulo, ano 1, nº 1, ago. 1991. p. 1. Disponível em: <<https://rederua.org.br/acervo-1991/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. “Ser ou não ser Trecheiro” eis a questão. O Trecheiro, São Paulo, ano V, nº 17, fev./mar. 1995. p. 2. Disponível em: <<https://rederua.org.br/acervo-1995/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. Camping é alternativa para quem mora na calçada. O Trecheiro, São Paulo, ano 30, nº 254, jun. 2020. p. 7. Disponível em: <<https://rederua.org.br/o-trecheiro-acervo-2020/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. “Vacina no braço! Comida no prato!” Organizar para seguir na luta pela vida, com dignidade, respeito, igualdade e justiça. O Trecheiro, São Paulo, ano 31, nº 270, maio/jun. 2021a. Disponível em: <<https://rederua.org.br/o-trecheiro-acervo-2021/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. Novo estudo: sistemas Resíduo Zero poderiam criar mais de 36.000 Empregos para Moradores de São Paulo. O Trecheiro, São Paulo, ano 30, nº 268, fev. 2021b. Disponível em: <<https://rederua.org.br/o-trecheiro-acervo-2021/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PACÍFICO, Fernando. Nível de escolaridade, faixa etária e gênero: censo em Campinas mostra maior nº de moradores em situação de rua desde 2012. **G1 Campinas e Região**, 20 fev. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/02/20/nivel-de-escolaridade-faixa-etaria-e-genero-censo-em-campinas-mostra-maior-no-de-moradores-em-situacao-de-rua-desde-2012.ghtml>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PASTORAL DO POVO DE RUA. Pastoral do Povo da Rua, Princípios e Diretrizes. Uma Missão urbana a serviço da. [S. L.]: **Pastoral do Povo de Rua**, 2015. Disponível em: <<https://pastoraldopovodarua.blogspot.com/p/material-de-apoio.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PDUI. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Região Metropolitana de Campinas. **Relatório IV**: caderno preliminar de propostas. PDUI, 2018a. Disponível em: <http://multimedia.pdui.sp.gov.br/rmc/docs-pdui/rmc_docspdui_0016.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Região Metropolitana de Campinas. **Relatório 3**: diagnóstico final dos problemas metropolitanos. PDUI, 2018b. Disponível em: <http://multimedia.pdui.sp.gov.br/rmc/docs-pdui/rmc_docspdui_0012.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SECCO, Letícia Dal Picolo Dal; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. A participação das cooperativas de catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis: perspectivas e desafios. **Revista de Psicologia política**, São Paulo, v. 14, n. 29, p. 171-186, abr. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 26 jul. 2021.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n.22, p.191-215, 2011. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/g960541146j1n9YXCD3U.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

QUEIROGA, E.; BENFATTI, D. Entre o nó e a rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da Metrópole de Campinas, diante da Megalópole do Sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/169>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

QUINN, Ben. Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of 'hostile architecture'. **The Guardian**, 13 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spiques-hostile-architecture>>. Acesso em 04 nov. 2021.

REDAÇÃO RBA. Com responsáveis ainda impunes, Massacre da Sé completa 14 anos. [s. l.]: **RBA – Redação Brasil Atual**, 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/08/com-responsaveis-impunes-massacre-da-se-completa-14-anos/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

REDAÇÃO. Centro de Convivência: o mausoléu da cultura campineira. Campinas: **Correio**, 2021. Disponível em: <https://correio.rac.com.br/2021/03/campinas_e_rmc/1068488-cetro-de-convivencia-o-mausoleu-da-cultura-campineira.html>. Acesso em: 17 ago. 2021.

REDE RUA. N. d. **Pousada Da Esperança**. São Paulo, [n. d.a]. Disponível em: <<https://rederuasp.wordpress.com/pousada-da-esperanca/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Refeitório Penaforte Mendes**. São Paulo, [n. d.b]. Disponível em: <<https://rederuasp.wordpress.com/refeitório-penaforte-mendes/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Quem somos**. São Paulo, c2021. Disponível em: <<https://rederua.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 16 juh. 2021.

REI, Gilson. Cresce a fila por moradia popular em Campinas: em dois anos, o déficit habitacional aumentou 13,8% e saltou de 36 mil para 41 mil moradias. **Correio**, 05 de setembro de 2019. Disponível em: <https://correio.rac.com.br/_conteudo/2019/09/campinas_e_rmc/862602-cresce-a-fila-por-moradia-popular-em-campinas.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

RODRIGUES, Rôney. Eles querem organizar a população de rua. São Paulo: Outras Palavras, 19 ago. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/eles-querem-organizar-a-populacao-de-rua/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

RONAN, Gabriel. Minas tem 18 mil moradores em situação de rua, mais da metade em BH. Minas Gerais: **Jornal Estado de Minas**, 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/16/interna_gerais,1167696/minas-tem-18-mil-moradores-em-situacao-de-rua-mais-da-metade-em-bh.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SANTOS, Milton. **Reestruturação urbana**: tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990.

SÃO PAULO. Núcleos de atendimento receberão ações intersecretoriais da Prefeitura. São Paulo: **Secretaria Especial de Comunicação**, 2019a. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/nucleos-de-atendimento-receberao-aco-es-intersecretariais-da-prefeitura>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo: Qualitest Inteligência em Pesquisa, 2019b. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_S P.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

_____. **IPRS**: Índice Paulista de Responsabilidade Social. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, c2020. Disponível em: <<http://www.iprs.seade.gov.br/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

Sassen, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYURI, Juliana. O que é arquitetura hostil. E quais suas implicações no Brasil. **Nexo Jornal**, 03 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/03/O-que-%C3%A9-arquitetura-hostil.-E-quais-suas-implicacao%C3%A7%C3%B5es-no-Brasil>>. Acesso em 04 nov. 2021.

SEADE. Índice Paulista de Responsabilidade Social. Perfil dos municípios paulistas: Região Administrativa de Campinas. **Fundação Seade**. Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS Edição 2018. São Paulo: c2020. Disponível em: <<https://perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. PIB cresceu na maior parte das regiões do Estado: Variação medida em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal). **Fundação Seade**, 2021. Disponível em: <https://pib.seade.gov.br/wp-content/uploads/sites/10/2021/07/PIB_sao_paulo_regional_PIB_cresceu_na_maior_parte_regioes_Estado.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. IBGE. PIB cresceu na maior parte das regiões do Estado: Variação medida em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal). **Fundação Seade**, c2021. Disponível em: <<https://pib.seade.gov.br/municipal/>>. Acesso em: 08 jul. 2020. **CORRIGIR DESCRIÇÃO**

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. **Prefeitura de São Paulo divulga Censo da População em Situação de Rua 2019**: levantamento permite articulação de novas políticas públicas para o setor de assistência e desenvolvimento social. Cidade de São Paulo, 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-divulga-censo-da-populacao-em-situacao-de-rua-2019>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SENA, Cristina. ACESSO A BANHEIROS EM LOCAIS PÚBLICOS. **Instituto Água e Saneamento**, 7 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.aguaesaneamento.org.br/dmb21-acesso-banheiros-locais-publicos/>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SILVA, Allana Cristina Ribeiro da. et al. População Em Situação De Rua: desafios, avanços legais e possibilidades. In: Encontro de Iniciação Científica. 2019, Presidente Prudente, SP. **Anais eletrônicos**. Presidente Prudente, SP: [s. n.], 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/3688>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SILVA, Diogo Jordão; SILVA, Silvana Cristina da. População em situação de rua, território e políticas sociais em campos dos Goytacazes/RJ. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo, SP. **Anais eletrônicos**. São Paulo: FAUUSP, 2017. p. 1-15. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%20/ST%20.4/ST%20.4-02.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SILVA, Mário Augusto Paixão Da. SAULE JUNIOR, Nelson. O direito à cidade da população em situação de rua e os espaços públicos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 11, Vol. 10, pp. 42-66, nov. 2020. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/situacao-de-rua>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SIMÕES, Janaína Machado. **Morador de Rua**: projeto Oficina Boracea. [s. l.]: Wordpress, 2012. Disponível em: <<http://moradorderua.wordpress.com/2012/06/28/projeto-oficina-boracea/>>. 15 jun. 2021.

SPINVISÍVEL. **Ações**: nosso impacto. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.spinvisivel.org/acoes-sociais>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

SOUZA, Felipe. 'Ninguém está na Cracolândia por um marmiteux', diz padre Júlio sobre tuítes de Janaina Paschoal. São Paulo, **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58153736>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

TAMAMOTO, Vinicius. Padre Júlio Lancellotti, quebra pedras sob viaduto a marretadas. São Paulo, **Veja São Paulo**, 2021. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/padre-julio-lancellotti-pedras-marreta-viaduto/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

UNISOL BRASIL. **ACOOOP convida**: Política Nacional de Resíduos Sólidos em debate. [s. l.], 19 out. 2010. Disponível em: <<http://portal.unisolbrasil.org.br/acoop-convida-politica-nacional-de-residuos-solidos-em-debate/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

VALERIANO, Sandro. **Pessoas em Situação de Rua em 2019**. São Paulo, 22 out. 2020. Facebook: Sandro Valeriano. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3396780013710645&set=pb.100001360408422.-2207520000.&type=3>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; Bezerra, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1994.

VILLAÇA, F. **São Paulo**: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados, 2011.

Zerati, Letícia; Luz, Vera. Abrigos de rua: estratégias emergenciais de sobrevivência urbana. Monografia de Iniciação Científica, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, 2021.